



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DO TRÓPICO ÚMIDO**

ADALBERTO CARVALHO RIBEIRO

**CAPITAL SOCIAL E REDES SOCIAIS NO PROCESSO
ORGANIZACIONAL DE COMUNIDADES
AGROEXTRATIVISTAS NO AMAPÁ**

Belém
2008

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DO TRÓPICO ÚMIDO**

ADALBERTO CARVALHO RIBEIRO

**CAPITAL SOCIAL E REDES SOCIAIS NO PROCESSO
ORGANIZACIONAL DE COMUNIDADES
AGROEXTRATIVISTAS NO AMAPÁ**

Tese apresentada para obtenção do título de
Doutor em Ciências - Desenvolvimento sócio
ambiental, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos,
Universidade Federal do Pará. Orientadora: Prof.^a
Dra. Tereza Ximenes.

Belém
2008

Dados Internacionais de Catalogação de Publicação (CIP)
(Biblioteca do NAEA/UFPa)

Ribeiro, Adalberto Carvalho

Capital social e redes sociais no processo organizacional de comunidades agroextrativistas no Amapá / Adalberto Carvalho Ribeiro; orientador Tereza Ximenes. – 2008.

293 f.: il.; 30 cm

Inclui bibliografias

Tese (doutorado)–Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2008.

1. Comunidade-Desenvolvimento-Amapá. 2. Reserva Extrativista Rio Cajari (Brasil). 3. Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Iratapuru (AP). I. Ximenes, Tereza, orientador. II. Título.

CDD 21. ed. 333.72063

ADALBERTO CARVALHO RIBEIRO

**CAPITAL SOCIAL E REDES SOCIAIS NO PROCESSO
ORGANIZACIONAL DE COMUNIDADES
AGROEXTRATIVISTAS NO AMAPÁ**

Tese apresentada para obtenção do título de doutor em Ciências - Desenvolvimento sócio ambiental, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará. Orientador: Prof.^a Dra. Tereza Ximenes.

Aprovado em: 12/12/2008

Banca Examinadora:

Prof^a Dra. Tereza Ximenes
Orientadora – NAEA/UFPA

Prof^o. Dr. Índio Campos
Examinador – NAEA/UFPA

Prof^a Dra. Oriana Trindade de Almeida
Examinadora – NAEA/UFPA

Prof^o. Dr. Elimar Nascimento
Examinador Externo – UnB

Prof^o. Dr. José Alberto Tostes
Examinador Externo – UNIFAP

Resultado: _____

Aos meus pais: "**Dozinha**" (1933 - 2005) e
Israel (1932 - 2006), *In memoriam*. Dedico.

AGRADECIMENTOS

Hoje, tenho a clareza que uma tese de doutoramento não pode ser uma empreitada particular ou individual. Ela move muitas pessoas. No caso deste trabalho muitas foram as que contribuíram para que ele se realizasse. Quero agradecer profundamente a todas, mas expresso minhas homenagens a:

- Nilda, minha esposa, e ao meu filho João Flávio.
- Minha irmã Silvana e aos irmãos Adilson e Ludfrankson.
- Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, a minha segunda casa.
- Universidade Federal do Pará/UFPA – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/NAEA onde aprendi o significado da Amazônia.
- Centro de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior - CAPES, pelo apoio com a bolsa de estudos.
- Banco da Amazônia S.A., que financiou a pesquisa Desenvolvimento Sustentável do Extrativismo da castanha-do-brasil no sul do Amapá, da qual participei.
- Profa. Dra. Tereza Ximenes, minha orientadora, com quem muito aprendi e a quem devo tantas descobertas. Destaco o seu rigor científico.
- As dicas fundamentais da Banca por ocasião do exame de qualificação formada pela orientadora e professores David Macgrath e Índio Campos.
- Prof. João Brazão da Silva Neto, Reitor da UNIFAP no quadriênio 2002-2006.
- Prof. Dr. José Carlos Tavares, atual Reitor da UNIFAP e Profa. Msc. Cláudia Chelala, amiga desde o mestrado, Pró-Reitora de Administração.
- Prof. Dr. Alberto Tostes – atual Vice-reitor da UNIFAP, e Prof. Dr. Jadson Porto. Ao primeiro, devo muito das críticas sobre o projeto da tese que foi aprovado no NAEA, UnB e UNICAMP. Ao segundo, devo o apoio como Coordenador do PQI e as inúmeras manifestações de estímulo para a pesquisa.
- Aos meus colegas professores do Colegiado do Curso de Pedagogia da UNIFAP, onde estou vinculado, pela minha liberação ao doutorado.
- Aos colegas técnicos lotados na PROGRAD, agradeço. Em especial a Eraldo e Brasiliano que sempre me receberam muito bem no Campus de Laranjal do Jarí, por ocasião da pesquisa de campo apoiando minhas ações.

- Minha turma multidisciplinar do NAEA de 2005: Ricardo, Gilson, Wander, Otacílio, Alexandre, Naldo, Fabrício, Dani, Lia, Jaqueline Freire, Rosi, Andréa, Andréa “Mamirauá”, e Elaide.
- Prof. Dr. Luis Kanzaki que foi o primeiro coordenador do PQI/NAEA/UNIFAP/CAPEB, hoje na UnB, Prof. Dr. Índio Campos do NAEA, Dr. Samuel Almeida, do Museu Goeldi e ao Agrônomo Diego, colegas da pesquisa que realizamos no sul do Amapá.
- Tenho um agradecimento especial ao Prof. Dr. Filocreão, colega de doutorado da turma de 2004, tornou-se um amigo. Foi quem me apresentou muitas lideranças das comunidades agroextrativistas em 2006-2007.
- Por falar em amigos quero agradecer em particular a um grupo que sempre esteve muito próximo a mim, nos bons e ruins momentos. Todos são professores da UNIFAP, mas prefiro chamá-los pelo nome: Eduíza, “Maneca”, Marta, Raquel, Reinaldo, Borges, Júlio, Rose, Simões e Eduardo Campos.
- Aos líderes rurais pioneiros agradeço a “Braz” e ao Manoel Conceição. Destaco a liderança de Pedro Ramos do CNS/AP. Também ao Agrônomo e Mestre em Desenvolvimento Sustentável Sérgio Paulo. As entrevistas com eles possibilitaram vislumbrar o desenho do que foi o movimento sócioambiental dos anos 1980 no sul do Amapá.
- No INCRA/AP agradeço a Gilvan, na SEMA/AP a Jessejames, no IBAMA e ICMBIO a Edvan Andrade, Edemburgo, Cristiane e Nonato e no CNS/AP a Joaquim Belo. Todos eles foram sempre muito atenciosos e colaboradores para com este pesquisador.
- Na ASTEX/MA agradeço a Sr. Francisco Vieira, o “Chico Pato”, na ASTEX/CA a “Raí do Cajarí”, na COOPERALCA a Natanael e na COMARU ao Eudimar, o “Nego”. Eles são os Diretores Presidentes das citadas organizações agroextrativistas.
- Nas comunidades:
 - Assentamento Maracá: D. Irene, representante da Prefeitura de Mazagão; Marilene, Diretora da Escola Família Agroextrativista do Macará; ao Pedro e a todos os professores e alunos da EFAEX/MA; também ao castanheiro Sr. Vavá.
 - RESEX Cajarí: 1) Comunidade de Sororoca, ao Sr. Miguel “Boi” e ao “Serra”; 2) Santa Clara, ao “Sabazinho”, gerente de Produção da

COOPERALCA; 3) Água Branca, ao Sr. Armando, representante da Unidade de Desenvolvimento Local – UDL, governo estadual; 4) Açaizal, Sra. Conceição; 5) Marinho, ao “Tio Maca” e Sr. Adamor; e na comunidade do Martins, ao Sr. Tiago.

- RDS – I, Vila São Francisco do Iratapuru: aos Srs. Delbanor “Arraia”, “Sabá”, Luis Freitas e Mauro Barbosa.
- No município de Laranjal do Jarí, ao Sr. Nunes da Unidade de Desenvolvimento Local, Dete funcionária do RURAP, Sueli e Célia funcionárias da prefeitura. Agradeço ainda a Dalberto Oliveira que foi Chefe do escritório do RURAP.
- E, a todas as organizações públicas e privadas que tão gentilmente colaboraram com a pesquisa quando das entrevistas com os formulários, assim como as unidades familiares agroextrativistas com os questionários.
- MUITÍSSIMO GRATO!

RESUMO

O objetivo é explicar como capital social e a construção de redes sociais vêm contribuindo para as conquistas das organizações sociais agroextrativistas localizadas na região dos castanhais do Estado do Amapá. O Assentamento Agroextrativista do Maracá, a Reserva Extrativista do Rio Cajarí e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru são as unidades de referência do estudo, bem como as associações ASTEX/MA e ASTEX/CA e as cooperativas COOPERALCA e COMARU. A abordagem metodológica utilizada foi a Análise de Redes Sociais – ARS. Com a caracterização das áreas e do processo organizacional das comunidades agroextrativistas mostra-se que ocorreram mudanças importantes nesses espaços sociais nos últimos vinte anos. Os resultados apontam que as redes sociais e o capital social (instituições, confiança e reciprocidade) têm contribuído para as conquistas das organizações sociais agroextrativistas e influenciado os níveis de desenvolvimento local.

Palavras-chave: capital social, redes sociais, organizações sociais agroextrativistas.

ABSTRACT

This work aims to explain how the social capital and the creation of social networks have helped agroextractivist social organizations located at Brazil nut collecting areas in the State of Amapá achieve their goals. The Agroextractivist Settlement of Maracá, the Extractive Reserve of Rio Cajarí and the Sustainable Development Reserve of Rio Iratapuru are the reference units of the study, as well as the ASTEX/MA and ASTEX/CA associations and the COOPERALCA and COMARU cooperatives. The Social Network Analysis – SNA was the methodological approach used. By characterizing the areas and the organizational process of the agroextractivist communities, this work shows that important changes have taken place in these social spaces over the last twenty years. The results indicate that the social networks and the social capital (institutions, trust and reciprocity) have contributed to the achievements of the agroextractivist social organizations and influenced the local development levels.

Key-words: social capital, social networks, agroextractivist social organizations.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa	1	Maciço de Castanhais e Áreas Pesquisadas.....	24
Mapa	2	Localização e acesso ao Assentamento Agroextrativista Maracá.....	25
Gráfico	1	Variação nas espécies cultivadas.....	31
Mapa	3	Resex Cajarí.....	33
Mapa	4	Localização da Vila São Francisco do Iratapurú.....	45
Quadro	1	Ocupação do Rio Iratapurú.....	48
Quadro	2	Cronologia do Tempo Atual.....	50/51
Esquema	1	Representação de sociedade com indivíduos interdependentes.....	59
Quadro	3	Organizações sociais	61/62
Quadro	4	Organizações relacionadas por ASTEX/MA e ASTEX/CA.....	63
Quadro	5	Organizações relacionadas por COOPERALCA e COMARU.....	64
Diagrama	1	Sociograma – Rede social da COMARU.....	65
Esquema	2	Dimensões do capital social.....	72
Esquema	3	Formas de capital social e sua vinculação com a ação coletiva.....	87
Quadro	6	Cooperação de tamanho dos grupos.....	97
Quadro	7	Conjunto de Axiomas do modelo USE.....	100
Fluxograma	1	Principais elementos do desenvolvimento local.....	123
Esquema	4	Capital social e inovação no desenvolvimento local.....	125
Fluxograma	2	Cadeia comercial da castanha-do-brasil no sul do Amapá.....	131
Quadro	8	Interações comunitárias e agentes públicos externos.....	142
Fluxograma	3	Modelo de organização social RESEX Cajarí.....	166
Diagrama	2	Sociograma. Exemplo de rede de parentesco na RESEX Cajarí.....	169
Quadro	9	Famílias originais por data chegada/migração.....	177
Diagrama	3	Sociograma Rede social da ASTEX/MA.....	181
Diagrama	4	Sociograma. Rede social da ASTEX/CA.....	190

Diagrama 5	Sociograma. Rede social da COOPERALCA.....	198
Diagrama 6	Sociograma. Rede social da COMARU.....	205
Diagrama 7	Sociograma Rede social das 4 organizações sociais agroextrativistas pesquisadas do sul do Amapá.....	219
Gráfico 2	Participação das famílias nas organizações comunitárias.....	229
Gráfico 3	Forma principal de decisão tomada nas comunidades.....	232
Gráfico 4	Forma de escolha dos líderes comunitários.....	233
Gráfico 5	Fonte financeira mais importante para as melhorias nas comunidades.....	234
Gráfico 6	Pessoas de dentro da comunidade que poderiam ajudar a unidade familiar com pequena quantia em dinheiro.....	235
Gráfico 7	Possibilidade, em caso de pequena viagem dos adultos da unidade familiar, de vizinhos cuidar das crianças.....	236
Gráfico 8	Confiança generalizada das unidades familiares para com suas comunidades.....	239
Gráfico 9	Confiança generalizada nos governos.....	240
Gráfico 10	Freqüência com que pessoas ajudam umas as outras.....	241
Gráfico 11	Cooperação em problemas na estrutura comunitária.....	242
Gráfico 12	Crítica as pessoas que não participam de atividades comunitárias.....	243
Gráfico 13	Contribuição das pessoas para objetivos comuns.....	244
Gráfico 14	Principais fontes de acesso a informações gerais.....	246
Gráfico 15	Diferenças nas características das pessoas.....	248
Gráfico 16	Vezes em que as comunidades se reuniram para entrega de abaixo assinado.....	250

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Influência do Preço da Castanha na Renda Familiar.....	31
Tabela 2	Centralidade do Grau. Rede social da COMARU.....	67
Tabela 3	Grau de Centralização dos atores da Rede da ASTEX/MA..	185
Tabela 4	Grau de intermediação dos atores na Rede da ASTEX/MA.	188
Tabela 5	Grau de proximidade dos atores da Rede da ASTEX/MA....	189
Tabela 6	Grau de Centralidade dos atores da Rede da ASTEX/CA...	193
Tabela 7	Grau de intermediação dos atores da Rede da ASTEX/CA..	195
Tabela 8	Grau de proximidade dos atores da Rede da ASTEX/CA....	196
Tabela 9	Grau de Centralidade dos atores da Rede da COOPERAL..	200
Tabela 10	Grau de intermediação dos atores da Rede da COOPERALCA.....	202
Tabela 11	Grau de proximidade dos atores da Rede da COOPERAL	203
Tabela 12	Grau de Centralidade dos atores da Rede da COMARU...	207
Tabela 13	Grau de intermediação dos atores da Rede da COMARU..	209
Tabela 14	Grau de proximidade dos atores da Rede da COMARU....	210
Tabela 15	Grau de centralidade da rede social geral do sul do Estado do Amapá.....	221
Tabela 16	Grau de intermediação da rede social geral do sul do Estado do Amapá.....	223
Tabela 17	Grau de proximidade da rede social geral do sul do Estado do Amapá.....	225

LISTA DE ABREVIATURAS

ADAP	Agência de Desenvolvimento do Amapá
AFAP	Agência de Fomento do Amapá
AMAERC	Associação Mista dos Trabalhadores Extrativistas dos Rios Muriacá e Cajari
AMAEX-CA	Associação dos Moradores Agroextrativistas da Reserva do Cajari
AMAJA	Associação dos Agricultores de Laranjal do Jari
AMPEX	Amapá Importação e Exportação Ltda
ARS	Análise de Redes Sociais
ASSCAJARÍ	Associação dos Produtores Agroextrativistas do Médio e Baixo Cajari
ASTER/AP	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Amapá
ASTEX/CA	Associação dos trabalhadores da reserva extrativista do Cajari
ASTEX/MA	Associação dos trabalhadores do assentamento agro-extrativista do Maracá
ATPF	Autorização de Transporte de Produto Florestal
BASA/STN	Banco da Amazônia S/A – Ag. De Santana
CAEMI	Companhia Auxiliar de Empresas de Mineração
CAEX	Cooperativa Agroextrativista do Xapuri
CI	Conservação Internacional
CGEN	Conselho de Gestão do Patrimônio Genético
COGNIS	Cognis do Brasil – Indústria Química
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
COOP	Consultoria Organizacional e Planejamento Participativo
CNPT	Conselho Nacional das Populações Tradicionais
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNS	Conselho Nacional dos Seringueiros
COMARU	Cooperativa mista dos produtores e extrativistas do Rio Iratapuru
COOPERALCA	Cooperativa dos produtores de castanha do alto Cajari

COMAJA	Cooperativa mista de agroextrativistas de Laranjal do Jarí
DLIS	Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável
EFAP/PACUI	Escola Família Agrícola do Pacuí
EFAEX/MA	Escola Família Agro-extrativista do Maracá
EFAEX/CA	Escola Família Agroextrativista do Carvão
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FFEM	Fundo Francês para o Meio Ambiente
FETAGRI	Federação dos Trabalhadores Agrícolas do Estado do Amapá
FSC Brasil	Conselho Brasileiro de Manejo Florestal
GEA	Governo do Estado do Amapá
GEBAM	Grupo Executivo para a Região do Baixo-Amazonas
GTA	Grupo de Trabalho Amazônico
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBIO	Instituto Chico Mendes para a Biodiversidade
IEA	Instituto de Estudos Amazônicos
IEPA	Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Amapá
IESA	Instituto de Estudos Socioambientais
IMAFLORA	Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
KAS	Konrad Adenauer Stiftung
MMA	Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
NATURA	Natura Cosméticos S/A
OCEAP	Organização Central das Cooperativas do Estado do Amapá
OCB/AP	Organização das Cooperativas do Brasil/Amapá
ONG	Organização Não Governamental
PAE	Projeto de Assentamento Extrativista
PDSA	Programa de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amapá
PFNM	Produto Florestal Não-madeireiro
PPG7	Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil
PMLJ	Prefeitura Municipal de Laranjal do Jarí

PMMZ	Prefeitura Municipal de Mazagão
PMVJ	Prefeitura Municipal de Vitória do Jarí
PMM	Prefeitura Municipal de Macapá
PNUD	Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento
QMCSI	Questionário para Medir Capital Social Integrado
QMCS	Questionário para Medir Capital Social Comunitário
RAEFAP	Rede de Escolas Familiares Rurais do Estado do Amapá
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
REBRAF	Rede Brasileira Agroflorestal
RESEX	Reserva Extrativista
RURAP	Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá
SEAF	Secretaria de Estado da Agricultura
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio a Pequena e Média Empresa
SEICOM	Secretaria de Indústria e Comércio do Estado do Amapá
SEMA	Secretaria Estadual de Meio Ambiente
SETEC	Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Amapá
SINTRA/AP	Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Estado do Amapá
SINTRALJ	Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Laranjal do Jarí
SIPRA	Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
SPVEA	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
UC	Unidade de Conservação
UCINET	Software Analysis Social Network
UnB	Universidade de Brasília
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá
USE	Utilidade Subjetiva Esperada
ZEE	Zoneamento Ecológico Econômico
WWF	Worldwide Fund for Nature

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	18
2 CARACTERIZAÇÃO DAS ÁREAS DE ESTUDO - AS COMUNIDADES AGROEXTRATIVISTAS DA REGIÃO DOS CASTANHAIS.....	24
2.1 ASSENTAMENTO AGROEXTRATIVISTA MARACÁ.....	25
2.2 RESERVA EXTRATIVISTA DO RIO CAJARÍ.....	31
2.3 RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO RIO IRATAPURÚ.....	43
3 ABORDAGEM METODOLÓGICA.....	57
4 SUPORTES TEÓRICOS	74
4.1 CAPITAL SOCIAL.....	74
4.2 AÇÃO COLETIVA.....	94
4.3 DESENVOLVIMENTO LOCAL	106
5 PROCESSO ORGANIZACIONAL NAS COMUNIDADES AGROEXTRATIVISTAS DA REGIÃO DOS CASTANHAIS AMAPAENSES.	126
5.1 ORGANIZAÇÃO SOCIAL E PROCESSOS COMUNITÁRIOS NO ASSENTAMENTO AGROEXTRATIVISTA MARACÁ.....	154
5.2 ORGANIZAÇÃO SOCIAL E PROCESSOS COMUNITÁRIOS NA RESEX CAJARI.....	160
5.3 ORGANIZAÇÃO SOCIAL E PROCESSOS COMUNITÁRIOS NA RDS – I.....	170
6 REDES SOCIAIS: SINGULARIDADES E CONEXÕES DAS ORGANIZAÇÕES E COMUNIDADES AGROEXTRATIVISTAS DA REGIÃO DOS CASTANHAIS AMAPAENSES	179
6.1 – AS REDES SOCIAIS DAS ORGANIZAÇÕES AGROEXTRATIVISTAS LOCALIZADAS NA REGIÃO DOS CASTANHAIS DO SUL DO AMAPÁ.....	180

6.1.1 - A rede social da ASTEX/MA e suas conexões.....	180
6.1.2 - A rede social da ASTEX/CA e suas conexões.....	190
6.1.3 - A rede social da COOPERALCA e suas conexões.....	197
6.1.4 - A rede social da COMARU e suas conexões.....	204
6.1.5 - Comparando as redes sociais das organizações agroextrativistas.....	211
6.1.6 - A rede social das 4 organizações agroextrativistas e suas conexões no âmbito da região sul do Estado do Amapá.....	217
6.2 O CAPITAL SOCIAL COMUNITÁRIO DAS COMUNIDADES AGROEXTRATIVISTAS LOCALIZADAS NA REGIÃO DOS CASTANHAIS DO SUL DO AMAPÁ.....	227
6.2.1 - Grupos e redes.....	227
6.2.2 - Confiança e solidariedade.....	239
6.2.3 - Ação Coletiva e cooperação.....	242
6.2.4 - Informação e comunicação.....	245
6.2.5 - Coesão e inclusão social.....	247
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	252
REFERÊNCIAS	262
ANEXOS.....	278

1 INTRODUÇÃO

O objetivo desta tese é explicar como o capital social e a construção de redes sociais vêm contribuindo para as conquistas das organizações sociais agroextrativistas localizadas na região dos castanhais do Estado do Amapá.

A construção teórica do capital social apresenta duas principais vertentes: 1) Uma denominada de foco político porque desvenda as assimetrias existentes na obtenção de recursos através das redes de relação social. Tem como seu mais importante representante Pierre Bourdieu; 2) a outra, chamada de foco utilitarista que parte do pressuposto de que relações de troca simétricas permite a obtenção de recursos presentes nas estruturas de relação social. James Coleman seria seu principal representante. Em comum, elas convergem que as relações sociais constituem um patrimônio “invisível”, mas que pode ser altamente eficaz, a serviço dos sujeitos sociais, sejam individuais ou coletivos. Com efeito, relações baseadas na reciprocidade e na expectativa de cumprimento mútuo geram confiança e cooperação e podem se constituir em motores de ação coletiva. Para a análise dos estudos que se fazem aqui elas são levadas em consideração.

Entretanto, não se pode afirmar sobre a existência de uma teoria do capital social. Apesar dos avanços ocorridos, sobretudo a partir dos anos 1990, o que se pode inferir é que um novo paradigma (DURSTON, 1999; 2000) pode estar em construção a partir dos estudos sobre a categoria capital social. Os problemas em relação ao capital social social não são apenas de cunho teórico. Muitas dúvidas existem quanto aos aspectos metodológicos e operacionais do capital social. Contudo, apesar da existência dessa problemática tem sido inconteste que o conceito está servindo para explicar novos fenômenos advindos dos tempos atuais, de uma sociedade mais complexa.

Sobre a região dos castanhais do Amapá, tem grande importância econômica e ambiental na região sul do Estado. Nessa área foram criadas modalidades de áreas protegidas, como o Assentamento Agroextrativista Maracá, a Reserva Extrativista do Cajari e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru que são unidades de referência deste estudo.

Com a criação das reservas muitos projetos, tanto para organização social como para desenvolvimento produtivo – de geração de emprego e renda –

foram desenvolvidos por Organizações Não-governamentais (ONGs) ambientalistas e por governos. O dinamismo pelo qual passou a região com o movimento sócio-ambiental em favor das reservas, e após a criação delas com ações e políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável, motivaram o presente estudo.

As áreas estudadas foram transformadas em reservas num momento em que as autoridades brasileiras pretendiam responder a preocupação mundial com os problemas ambientais, bem como à pressão interna dos movimentos sociais. A modalidade de assentamento extrativista, por exemplo, torna-se uma grande inovação institucional no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). O Assentamento Agroextrativista do Maracá é um dos primeiros a ser criado no país, em 1987. Depois, em 1990, foi criado na esfera federal a Reserva Extrativista do Cajarí (RESEX Cajarí), e no ano de 1997 no âmbito estadual, o governo criou a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru (RDS – I).

A região sul do Amapá está marcada historicamente pelo ciclo da borracha que ocorreu em toda a Amazônia e foi explorada por esse modelo desde meados do século XIX. É a partir desse período que lentamente vai se formar o campesinato amapaense, com características parecidas com a formação do “campesinato caboclo” (COSTA, 2000) que se deu em toda a região Norte. Outro fato marcante, é que sua história também se mistura com a implantação do Projeto Jarí.

Contudo, pode-se dizer que no caso da região sul amapaense, e principalmente dentro das áreas ambientais, a formação do campesinato adquiriu características próprias devido a vários fatores. Um deles é o próprio isolamento geográfico do Estado do Amapá. Outro, é que a unidade familiar camponesa estudada, embora pratique uma atividade familiar policultural (COSTA, 2005), tem grande preferência pelo extrativismo. Sua agricultura é de subsistência e preferencialmente (quase exclusivamente) do cultivo da mandioca, principal componente de sua dieta alimentar.

Até meados dos anos de 1980 esse camponês amapaense manteve uma relação parcial, mas muito precária, com o mercado e o instituto do aviamento clássico, com pequenas mudanças, estava ainda muito presente na região.

A presença do Estado praticamente só ocorre com a criação das áreas ambientais, sendo que a partir dos anos 1990 influenciando fortemente as comunidades para o associativismo e cooperativismo.

É possível afirmar, dentre vários outros aspectos, que a ligação pela BR – 156, no ano de 1992, entre a capital Macapá e o município de Laranjal do Jarí, é um dos mais importantes fatos que dá visibilidade às comunidades agroextrativistas sul amapaenses.

Hoje, os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2007, informam para os municípios de Laranjal do Jarí e Vitória do Jarí – área de influência do Projeto Jarí - uma população rural de 1.904 e 1.294 habitantes respectivamente, o que totaliza 3.198 pessoas. No município de Mazagão o IBGE estima a população rural em 6.517 pessoas. Tem-se, assim, na parte sul do Estado do Amapá aproximadamente 9.715 habitantes que formam, atualmente, o estrato do campesinato caboclo sul amapaense morando em áreas rurais.

Com o incentivo e estímulo ao associativismo e cooperativismo quatro organizações agroextrativistas destacam-se nas áreas estudadas: Associação dos Trabalhadores do Assentamento Agro-extrativista do Maracá (ASTEX/MA); Associação dos Trabalhadores da Reserva Extrativista do Cajari (ASTEX/CA); Cooperativa Mista dos Trabalhadores Agroextrativistas do Alto Cajari (COOPERALCA); e Cooperativa Mista dos Produtores e Extrativistas do Rio Iratapuru (COMARU).

Tanto o associativismo como o cooperativismo tem tido muitas dificuldades para cumprirem com seus objetivos organizacionais. A COOPERALCA, a organização mais jovem de todas, fundada em 2001, é a que passa por mais dificuldades. As demais, fundadas em 1991 e 1992, têm dado passos importantes rumo à organização comunitária, bem como a organização produtiva. Entre ASTEX/MA e ASTEX/CA, a primeira tem tido desempenho pior. A COMARU é a que se apresenta com melhor situação, mas a comunidade da Vila São Francisco do Iratapuru foi a que passou por transformações mais radicais em relação a todas as comunidades investigadas. Foram mudanças muito rápidas e com saltos abruptos que gerou alguns traumas na Vila São Francisco, como por exemplo, a expulsão de famílias e o incêndio criminoso da fábrica de biscoito da cooperativa.

A análise das redes sociais das 4 organizações agroextrativistas, assim como a análise dos estudos realizados nas comunidades, explica como as

manifestações de capital social individual e comunitário (DURSTON, 1999; 2000) interferem no desenvolvimento das áreas.

Os seguintes questionamentos nortearam o trabalho:

1. Por que em determinadas comunidades rurais ações coletivas alcançam seus objetivos e noutras comunidades fracassam?
2. Como se articulam as quatro organizações sociais agroextrativistas nas redes de relações nas diferentes áreas?

Este estudo tem como hipótese:

- Nas comunidades rurais onde existem laços de solidariedade, reciprocidade e confiança são mais fáceis a construção de redes sociais que favorecem a elaboração de estratégias para a superação de problemas coletivos.

Quanto à abordagem metodológica foi utilizada de maneira privilegiada a Análise de Redes Sociais (ARS) apesar de que técnicas etnográficas como a observação *in loco* e a escuta, conversas informais, entrevistas abertas também serviram de apoio importante para que se desvendasse o problema proposto. As principais categorias teóricas que subsidiam a discussão e a argumentação para responder aos questionamentos e a hipótese são: capital social, ação coletiva e desenvolvimento local.

A tese está dividida em sete capítulos, incluindo esta introdução e as considerações finais.

No capítulo 2 faz-se a caracterização das áreas de estudo. Aborda-se desde a sua formação natural passando por alguns aspectos de cunho histórico do Assentamento Agroextrativista Maracá, Reserva Extrativista do Cajarí e Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru.

No capítulo 3, é explicada a abordagem metodológica utilizada, suas ferramentas, público alvo, percentagem amostral, regiões específicas objeto da pesquisa de campo, e quais os critérios utilizados para se definir quem poderia compor ou não a amostra da pesquisa. É explicado também porque se optou pela utilização da ARS. Mostram-se as possibilidades de pertinência desse instrumental para pesquisas na área de capital social. As duas ferramentas utilizadas, o *software* Analytic Technologies (UCINET) e o Questionário para Medir Capital Social Comunitário (QM-CSC) geraram um conjunto de dados, qualitativos e quantitativos, que subsidiaram os argumentos que procuraram responder aos questionamentos e a hipótese. Também foram utilizadas, subsidiariamente, abordagens tecnográficas

como a observação *in loco*, entrevistas estruturadas e conversas informais a fim de suprir eventuais lacunas que a abordagem de rede social pudesse deixar.

O capítulo 4 aborda teoricamente as categorias capital social, ação coletiva e desenvolvimento local, destacando os autores que subsidiaram maiores reflexões sobre essas categorias.

No capítulo 5, o esforço foi para explicar como ocorrem e em meio a que se dão as manifestações de capital social, tanto individual como comunitário, nas três sub-regiões pesquisadas. É explicitado o processo de ação coletiva já ocorrido por ocasião do movimento sócio-ambiental dos anos 1980, bem como sobre as tentativas atuais das organizações agroextrativistas ASTEX/MA, ASTEX/CA, COOPERALCA e COMARU. Aqui se destaca o quanto às técnicas etnográficas foram importantes no apoio ao trabalho de campo e empírico.

No capítulo 6 analisam-se os dados de campo oriundos das duas ferramentas utilizadas. Caracteriza-se como vem se manifestando o capital social nas duas instâncias pesquisadas: 1) no âmbito das redes sociais das organizações agroextrativistas (o capital social individual – redes ego-centradas) 2) e nas comunidades camponesas (capital social comunitário).

A análise específica das redes sociais das 4 organizações agroextrativistas revela que cada organização social tem traçado uma espécie de estratégia própria. Foi possível vislumbrar como se dão as formas de capital social de ligação, de ponte e de conexão de todas elas. Compararam-se as redes das duas associações entre si, assim como as das cooperativas, objetivando identificar quais singularidades podem estar contribuindo para o melhor desempenho de uma em relação à outra.

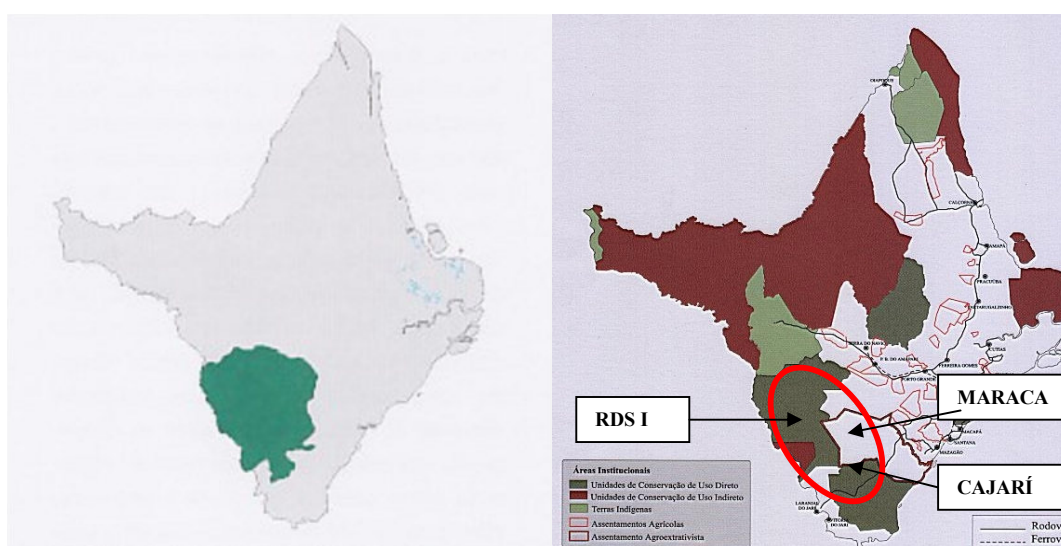
Formulou-se ainda uma quinta rede que contemplasse todas as organizações sociais, entre públicas e privadas, que vem se relacionando com a região dos castanhais nos últimos quatro anos. Percebeu-se a presença de 35 organizações da lista de 44 nomes. Esta quinta rede reúne atores bem diversos, e da área pública governamental os mais importantes do Estado do Amapá.

Por outro lado, os dados advindos do QM-CSC que se referem às diversas formas de relacionamentos que se dão entre as unidades familiares centraram atenção nos seguintes aspectos das comunidades: a) grupos e redes, b) confiança e solidariedade, 3) ação coletiva e cooperação, 4) informação e comunicação e 5) coesão e inclusão social.

O capítulo 7 faz as considerações finais e busca responder de maneira objetiva as perguntas propostas nesta introdução. Fazem-se inferências quanto à comprovação ou não da hipótese, bem como se retoma alguns pontos importantes que se destacaram no corpo do trabalho.

2 CARACTERIZAÇÃO DAS ÁREAS DE ESTUDO - AS COMUNIDADES AGROEXTRATIVISTAS DA REGIÃO DOS CASTANHAIS

As comunidades agroextrativistas estudadas estão estabelecidas na região dos castanhais amapaenses. As unidades familiares se reproduzem com a forte influência do extrativismo da castanha-do-brasil. O Mapa 1 demonstra muito claramente a relação do maciço de castanhais com os espaços sociais pesquisados.



Mapa 1 - Maciço de castanhais e áreas pesquisadas

Fonte: Rabelo et al (2002); IEPA/ZEE (2002). Adaptado pelo autor.

Embora existam similaridades culturais, geográficas e ambientais existem também muitas singularidades decorrentes da formação histórica e da intervenção de agentes públicos e privados em cada área. A seguir, caracterizar-se-á cada uma delas de *per si*.

Todavia, é importante registrar que a criação das áreas protegidas obedece a um fluxo de movimento de relações globais-locais e locais-globais cujo maior fundamento se baseia na concepção do desenvolvimento sustentável. O Estado do Amapá também foi influenciado pelo movimento sócio-ambiental que ocorreu com maior visibilidade no Estado do Acre. As alianças se deram de várias formas e em vários níveis. A participação das comunidades agroextrativistas,

principalmente de grupos de lideranças a elas vinculadas foram fundamentais para a formatação do desenho espacial social existente atualmente.

2.1 ASSENTAMENTO AGROEXTRATIVISTA MARACÁ.

O Assentamento Agroextrativista Maracá localiza-se no município de Mazagão, limitando-se a sudeste com a margem esquerda do canal Norte do rio Amazonas, a Norte/Nordeste com o Assentamento Pancada do Camaipi e propriedades particulares, a Noroeste/Oeste faz divisa com a RDS – I e a Sudoeste/Sul com terras da empresa Jarí Celulose e RESEX Cajari (INCRA, 2004). O Mapa 2 a seguir ilustra a localização, inclusive das Vilas Maracá e Maruin que serviram de amostra dos estudos.



Mapa 2 - Localização e acesso ao Assent. Agroextrativista Maracá
 Fonte: INCRA (2004). Adaptado pelo autor.

O assentamento é constituído de três grandes ecossistemas:

- 1) baixo Maracá;
- 2) médio Maracá, e;
- 3) alto Maracá. O acesso pode ser feito tanto por via fluvial quanto terrestre. A área especificamente pesquisada se limita à parte do médio e alto Maracá.

Para alcançar o baixo Maracá pode-se partir dos municípios de Macapá, Santana ou Mazagão utilizando-se o canal do Norte que possibilita acessar os rios Preto, Maracá, Ajuruxi e Curuçá, além do furo do Maracá. Através destes rios pode-se chegar a várias comunidades. O acesso também pode ser feito descendo os rios Maracá e Preto a partir das terras interiores.

A porção denominada de médio Maracá é a mais acessível uma vez que é cortada pela BR – 156 partindo-se tanto de Macapá quanto de Laranjal do Jarí. Também por Mazagão é possível chegar até ao assentamento por meio do ramal do Camaipi para logo depois acessar a BR – 156.

Para o alto Maracá o acesso dá-se somente via fluvial pelos rios Maracá e Preto. Após transpor vários trechos encachoeirados e corredeiras é possível chegar até as áreas dos grandes castanhais.

Não existem muitos ramais no Assentamento. O trecho que gera maior expectativa da comunidade, principalmente das famílias que coletam e comercializam a castanha-do-brasil, é o ramal do Caranã com 30 km de extensão. Faltam ainda 08 km para ser concluído. Esse trecho deve melhorar as condições de acesso e de escoamento da produção da castanha-do-brasil (INCRA, 2004).

Além do ramal mencionado acima ainda existe o ramal Conceição que acessa a comunidade de Conceição do Maracá e o ramal do Arapapá em condições precárias de trafegabilidade.

O Assentamento Maracá situa-se numa área de grande diversidade fisiográfica o que lhe atribui características diferenciadas, ora expressando-se pelo predomínio dos grandes maciços florestais, ora pela transição desse domínio com planície inundável e finalmente pelo predomínio desta na forma de ambientes ribeirinhos consorciados por florestas e campos de várzea.

A floresta densa de terra firme de alto porte constitui a tipologia dominante do assentamento recobrendo aproximadamente 65,99% de toda a área. Dependendo da variação de relevo e do solo ela pode apresentar variações locais em diversidade e estrutura. É o que acontece com a floresta dos grandes castanhais que em função da alta freqüência e padrão particular de distribuição da espécie chegam a conter duas tipologias com ausência e presença de castanhais.

Áreas antropizadas compostas por capoeiras em diferentes estágios de formação, pequenos roçados já plantados ou em fase de plantação, áreas residenciais dispersas e núcleos comunitários, representam cerca de 0,23% do

assentamento. Na terra firme o cultivo da lavoura da mandioca é a prática mais relevante (INCRA, 2004).

Sobre os recursos naturais da fauna não existem informações precisas de seus estoques. Filocreão (2007) informou que a ocorrência de bichos como a anta, veado, paca, capivara, catetu, cotia, guariba, jaboti, macaco, maguari e marreca, próximos às casas dos habitantes rurais da região sul do Estado do Amapá, diminuiu no período 1993-2006.

Sobre a ocupação do vale do Maracá os estudos ainda são poucos. Há uma citação passageira em Lins (2001) informando que na região do rio Maracá existia uma pessoa de nome Vicente Freire que era o patrão e dominava a área na primeira metade do século XX. Filocreão (2007) fez também um esforço para compreender a questão. Sabe-se que no fim dos anos 1930 as terras do Maracá, seus rios e castanhais foram vendidos ao capital estrangeiro. As terras passaram para o controle da Agro-industrial do Amapá, uma empresa japonesa. A região foi também objeto de exploração mineral, pois a partir de 1939 o rio Maracá e seus afluentes são rateados por autorizações federais para pesquisa de ouro.

No início da década de 1970 a Agro-industrial do Amapá é vendida para um grupo de empresários mais interessados em especulação fundiária e extrativismo mineral do que no extrativismo de produtos florestais (FILOCREÃO, 2007). A especulação fundiária ocorria por meio de arrendamentos a comerciantes, estes sim interessados na exploração de produto florestal não-madeireiro (PFNM). Ainda nos anos 1970 setores militares nacionalistas se preocupavam com a ocupação das terras amapaenses por empresas estrangeiras. É nesse contexto que é criado o Grupo Executivo para a Região do Baixo-Amazonas (GEBAM), órgão que fará a desapropriação da área nos anos 1980.

A Companhia Agro-industrial sempre arrendou as terras para terceiros ou prepostos que exploravam o extrativismo vegetal da região. A castanha-do-brasil era um dos PFNM explorados com relativo grau de organização produtiva, nos moldes descritos por Marília Emmi (1999).

Foram vários os “patrões” que arrendaram ou eram prepostos no vale do Maracá. Hoje, dois comerciantes locais estabelecidos na Vila Maracá, os Srs. Pedro Ramos e Chico Valente, são quem transacionam a produção do alto Maracá. Eles a revendem para comerciantes de Laranjal do Jarí.

Para o movimento sócio-ambiental capitaneado pelo Acre, o Amapá dá uma importante contribuição quando as comunidades agroextrativistas da região sul do Estado, principalmente aquelas da região da terra firme, dos castanhais, e suas principais lideranças, vão se engajar no movimento criando um demanda local específica.

O primeiro órgão regional a se declarar, publicamente, favorável a essa modalidade de reforma agrária [PAE] e decidir apoiar todas as iniciativas necessárias para criar o primeiro projeto, foi a Superintendência do INCRA no Amapá, naquela ocasião administrada por Guairacá Nunes. Assim que foi assinada a Portaria criando o PAE, ele encaminhou uma proposta preliminar visando à criação de três projetos na bacia do rio Maracá, no sul do estado. Com apoio estadual e federal tiveram início os estudos e discussões com as comunidades, visando a identificação das áreas extrativas do sul do Amapá (ALEGRETTI, 2002, p. 583).

A iniciativa do Amapá deu um caráter regional ao movimento liderado pelo Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) e permitiu o início imediato de ações que levassem a efetiva implantação do Projeto no Território Federal do Amapá. “O Amapá foi decisivo no contexto nacional e regional porque criou um precedente para que os trabalhadores de outros estados reivindicassem igual tratamento as suas demandas” (ALEGRETTI, 2002, p. 583).

As criações dos Projetos de Assentamentos Extrativistas (PAEs) Maracá I, II e III estavam vinculadas a um movimento mais amplo de luta pela terra com enfrentamentos diretos, alguns violentos, com a empresa Jarí. Não se tratava, portanto, de um movimento isolado. Lideranças e comunidades rurais de todo o sul do Estado se articulavam na esperança de romper com o modelo concentrador fundiário que não lhes permitia a garantia das posses das “colocações”.

O assentamento extrativista Maracá era o primeiro passo de uma estratégia maior do movimento sócio-ambiental local: a reivindicação de áreas protegidas que amparassem a posse antiga das famílias. Nos planos do movimento estavam além do assentamento, a criação da RESEX Cajarí e de uma terceira área na região do Jarí. Reuniam-se lideranças de toda a região sul do Estado do Amapá: do Maracá, Cajarí, Jarí e Iratapurú.

Conforme o INCRA/AP (2007) em 27 de outubro de 1988 foram criados três PAEs na região do Maracá no Estado do Amapá. Em 28 de abril de 1997 o Ministro Raul Jungmann assinou a Portaria/GM/n. 017/1997 criando o Projeto de

Assentamento Extrativista Maracá unificando os três projetos anteriores e totalizando uma área de 365.500 hectares com capacidade para 1.068 unidades agroextrativistas familiares. Ainda no exercício de 1997 o INCRA/AP por intermédio da Portaria INCRA/SR 21/AP n. 37 de 23 de maio aprovou o plano de utilização do Projeto de Assentamento Agroextrativista Maracá. No mesmo ato foi ampliado o perímetro do projeto unificado e aumentando sua área para 569.208,54 hectares.

Alguns aspectos inovadores se destacam com a institucionalização dos PAEs no âmbito do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA):

- 1) as terras continuam como de domínio da União. Não são terras particulares dos assentados. Não podem ser vendidas¹;
- 2) o instrumento que regula a relação fundiária entre os assentados e o poder público é jurídico, por meio de Concessão Real de Uso da Terra, geralmente, por tempo determinado²;
- 3) a gestão é feita tanto pelo governo federal como pela figura jurídica representante dos assentados³;
- 4) o regime de ocupação de colocações e sítios obedece aos costumes tradicionais fazendo existir um “sistema de propriedade” *sui generis*⁴;
- 5) existe um plano de utilização dos recursos naturais, aprovado em assembléia, que baliza as relações do homem com a natureza no interior do assentamento.

Em 2007, o INCRA identificou 28 comunidades agroextrativistas organizadas em pequenas vilas e unidades familiares dispersas as margens dos rios. Conforme o levantamento ocupacional (INCRA, 2007) o contingente

¹ Entretanto, é sabido da existência de compra e venda de lotes entre os assentados. Em menor grau tem ocorrido até com pessoas alheias ao assentamento.

² No caso do PAE Maracá a primeira concessão se deu por 10 anos, período 1997-2007, tendo sido renovada por mais 30 anos a partir do dia 07.10.2007. O Ato solene de assinatura do termo se deu na Vila Maracá com a presença de várias autoridades públicas e de grande parte dos assentados vindos de todo o assentamento.

³ No Assentamento Maracá a organização social co-gestora juntamente com o INCRA é a ASTEX/MA, cuja Presidência é exercida pelo Sr. Francisco dos Santos Vieira, conhecido como “Chico Pato”.

⁴ Interessante notar que as terras são de domínio do poder público, portanto, continuam sendo terras da União. A posse, do ponto de vista jurídico, é coletiva sendo a ASTEX/MA uma das gestoras juntamente com o INCRA/AP. Existem lotes individualizados em núcleos comunitários, como é o caso da Vila Maracá, com casas construídas com recursos do PNRA. As colocações e sítios que representam a fonte econômica das unidades familiares agroextrativistas e que ficam, em muitos casos, distantes das residências, são tidos como uma extensão da posse e a extração de PFNMs como a castanha-do-brasil são de direito privado obedecendo aos costumes tradicionais. Essas colocações e sítios variam em tamanho, mas em média, obedecem a 200 ou 300 hectares. No caso dos castanhais, as colocações denominadas pelos castanheiros de “ponta de castanha”, geralmente têm seus marcos discriminatórios estabelecidos por acidentes naturais como rios, furos ou igarapés. Contudo, a caça e a pesca são recursos de propriedade comum.

populacional é formado por aproximadamente 4.140 pessoas “com 851 unidades familiares que se encontram na situação de legalmente cadastradas junto ao INCRA e explorando seus lotes”. Os técnicos detectaram 180 famílias trabalhando na área do PAE sem legalização.

O perfil sócio-econômico e cultural dos moradores do Assentamento Agroextrativista Maracá se enquadra na categoria do típico campesinato caboclo da Amazônia, conforme categorizado por Costa (2000).

A composição da renda das unidades familiares agroextrativistas se baseia, até hoje, em rendas advindas das atividades agrícolas do cultivo da mandioca, milho e banana, e alguns outros tubérculos e frutos, ao passo que as atividades extrativistas são a extração de madeiras, palmito e frutos do açaí, assim como a coleta da castanha-do-brasil. O grupo especificamente delimitado para a presente pesquisa é aquele vinculado diretamente as atividades econômicas da castanha-do-brasil.

Essas famílias têm características específicas quanto ao modo de racionalizar sua economia (COSTA, 1994). A alternatividade entre autoconsumo e mercado torna o *modu economicus* dessas unidades familiares muito flexível e adaptável às situações mais diversas. Por exemplo, o Sr. Aldemir Trindade, o Demir, morador da Vila Maracá que possui lavoura no assentamento e também uma “ponta de castanha”, em entrevista, explicou que a vantagem da castanha é que o dinheiro é imediato. “Já a lavoura, o dinheiro é dentro de 01 ano, pelo menos, mas o dinheiro é permanente, apesar de que ela dá mais trabalho” (informação verbal)⁵. Quando perguntado do que ele abriria mão (entre a lavoura e a castanha), foi enfático: “..Da castanha. Com a lavoura a gente veve”. Contudo, há mais de dois anos ele não fazia roçado.

Filocreão (2007) se esforçou em dirimir o quadro produtivo da região sul do Estado do Amapá. Na sua análise evolutiva para o período 1993-2006 ele demonstra, em relação às espécies cultivadas, o quanto à mandioca tem um papel privilegiado, conforme o gráfico 1.

⁵ Entrevista realizada no dia 27.06.2007.

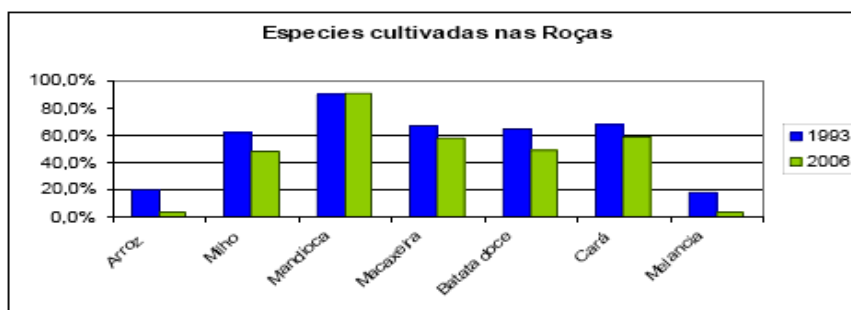


Gráfico 1 – Variação nas Espécies Cultivadas

Fonte: Filocreão (2007)

Por outro lado, a tabela 1 mostra claramente a variação que pode existir entre um ano e outro quanto à comercialização da castanha-do-brasil na região sul. No ano de 2005 a renda proveniente da venda do PFNM foi bastante elevada uma vez que o preço da barrica chegou a R\$ 120,00.

Tabela 1 – Influência do Preço da Castanha na Renda Familiar

Fonte de Renda	2005		2006	
	R\$	%	R\$	%
Mandioca	1.678,30	14,94	1.678,30	27,62
Rendas extras	2.678,50	23,84	2.678,50	44,08
Castanha	6.878,90	61,22	1.719,72	28,30
Renda Total	11.235,70	100,00	6.076,52	100,00

Fonte: Filocreão (2007)

2.2 RESERVA EXTRATIVISTA DO RIO CAJARÍ.

A Reserva Extrativista do Rio Cajari é a terceira maior reserva extrativista do país e abrange terras dos municípios de Mazagão, Laranjal do Jarí e Vitória do Jarí. Possui duas vias de acesso, uma pela BR -156 e outra por via fluvial. Os limites naturais da reserva são os rios Ajuruxi – município de Mazagão; rio Amazonas; rio Matauaú – município de Vitória do Jarí; e Igarapé Santo Antônio – município de Laranjal do Jarí (SILVA, 2007).

Foi criada em março de 1990 e sua área é de aproximadamente 481.650 hectares. Não há dados atualizados quanto a sua população. Lima (2000) estima que em 1999 fossem cerca de 3.639 habitantes para quase 700 famílias. Benjamim (2004) informa que em 2000 a quantidade de habitantes residentes na reserva era de 5.136 pessoas, conforme os números que encontrou na Secretaria de

Estado do Meio Ambiente (SEMA/AP). Em 2006, Calixto Pinto de Souza, uma das lideranças da RESEX disse em entrevista a Agência Brasil que havia aproximadamente 1.600 famílias viviam na área⁶.

Sua área pode ser dividida em três ecossistemas fundamentais: alto, médio e baixo Cajarí (este incluindo a região dos lagos do Ajuruxi). Nas matas de terra firme do alto Cajarí, o principal produto é a castanha-do-brasil, nos campos alagados do médio e baixo o palmito de açaí, e na região dos lagos o pescado.

Especificamente na região do alto Cajarí, sub-região diretamente afetada pelas atividades econômicas da castanha-do-brasil, pode-se estimar que existam aproximadamente, a partir da comunidade de Sororoca até a comunidade de Martins⁷ de 190 a 200 famílias. O Mapa 3 mostra a área da RESEX Cajarí. O corte em vermelho representa a BR -156 localizando as comunidades citadas acima. No canto superior esquerdo encontra-se o setor de amortecimento da reserva nos pontos chamados Centro Novo⁸ e Centro dos Macacos.

⁶ Notícia veiculada na Agência Brasil de autoria de Juliana Andrade, do dia 26.07.2006, as 17:08 horas.

⁷ São sete comunidades ao todo: Sororoca, Santa Clara, São Pedro, Água Branca do Cajarí, Açaizal, Marinho e Martins, localizadas ou nas margens da BR -156, ou a poucos quilômetros dali.

⁸ Boa parte das unidades familiares da comunidade de Santa Clara detém posses de castanhais na localidade denominada Centro Novo. Segundo o Sr. Sebastião Rodrigues de Souza, o "Sabazinho", Gerente de Produção da COOPERALCA, a produção de castanha-do-brasil do Centro Novo é de aproximadamente 4.500 hectolitros.

seja formada por três importantes ecossistemas, o que influencia sua ocupação demográfica:

- 1) ecossistema de floresta densa – alto Cajarí;
- 2) ecossistema de campos cerrados - médio, e;
- 3) ecossistema de áreas ribeirinhas e de água doce – baixo Cajarí.

Nas florestas densas observa-se a ocorrência de grandes árvores onde predomina a castanheira, o angelim, a copaíba, a cupiúba, principalmente. Na fauna a presença da anta, da cotia, preguiças, entre outros e quanto mais densa for a floresta a presença de espécies arborícolas como o quati, os macacos e os gatos. Esse setor é cortado pela BR-156 e seu principal núcleo habitacional é a comunidade de Água Branca do Cajarí. Com a abertura da estrada, a partir de 1992 algumas comunidades se transferiram para próximo ou para as margens da estrada como é o caso das comunidades de Açaizal e Martins. Sororoca também surgiu em anos recentes e se localiza as margens da BR-156.

O campo de cerrado é caracterizado por formações arbustivas e árvores esparsas nas zonas de transição ou na orla das matas. É o *habitat* preferido para animais de hábitos terrestres como répteis, pequenos roedores e mamíferos herbívoros. Algumas áreas de transição são utilizadas como áreas de pastagens para os muares que transportam parte da produção da castanha-do-brasil. De acordo com Picanço (2005) por se tratar de uma transição compõe-se de faixas de várzeas, de veredas e de campos alagados, pontuados por maciços de terra firme florestados, as ilhas ou “tesos” como são localmente conhecidos.

Nas áreas ribeirinhas e de água doce se encontra uma fauna mais abundante tanto terrestre quanto aquática como jacarés, tartarugas, lontras, ariranhas, capivaras, anta, paca, além de pássaros como marrecos, garças, socós, peixes e patos. Nesse espaço há ocorrência de grande dispersão de numerosos lagos temporários que se formam nas depressões de áreas de campo, abrangendo as zonas de várzeas e igapós. Em toda a área o transporte é exclusivamente fluvial (PICANÇO, 2005). As comunidades dessas áreas foram às menos afetadas e que menos se envolveram nos conflitos e na reivindicação por terras com a empresa Jarí.

Historicamente, a região onde se localiza a RESEX Cajarí teve sua ocupação motivada a partir do ciclo da borracha em meados do século XIX. O

processo de povoamento se deu inicialmente com a formação de missões e aldeamentos (FILOCREAO, 2007).

A forma da organização da produção, por ocasião da exploração inicial da borracha, deu-se no modelo seringal caboclo⁹. Mas, como em toda a Amazônia, a preocupação com a posse legal da terra sempre foi algo secundário. A configuração fundiária que a região tomou foi o surgimento de grandes posses territoriais nas mãos de quem tinha o capital necessário para organizar e montar um seringal. É a partir de 1899 que o coronel José Júlio de Andrade se constituirá, talvez, no maior latifundiário do mundo¹⁰ (LINS, 2001) implantando o seringal de modelo apogeu a que se referiu Oliveira Filho (1979).

Nas terras exploradas pelo coronel encontrava-se a área da atual RDS – I, do Itacarará no alto rio Jarí onde existia um marco, e a Vila de Água Branca do Cajarí, na atual RESEX Cajarí. Apesar dos negócios de José Júlio serem muito variados era a exportação da castanha-do-brasil para a Europa, o seu principal carro-chefe. O contingente de migrantes trazidos ao vale do Jarí para trabalhar nas atividades econômicas vinculadas a borracha pode ser considerado significativo. Ferreira Pena (1971) estima um fluxo de 5.000 pessoas que no ano de 1874 se dirigiam, no verão, para o rio Jarí.

Em 1948, José Júlio negociou as terras do vale do Jarí com um grupo de empresários portugueses. Começava a partir daquele momento o que Filocreão (2002) denominou de fase “da empresa extrativista”, da apropriação empresarial das riquezas. Os portugueses liberaram a área em todos os sentidos, tanto econômica como politicamente (LINS, 2001). Tudo indica que a liberação para o plantio de produtos agrícolas tenha acontecido primeiramente nas regiões detentoras de poucos seringais, como o alto Cajarí e alto Jarí (FILOCREÃO, 2007).

A fase do extrativismo empresarial prolongou-se até 1967 quando o empreendimento português foi vendido ao grande capital internacional, desta feita, para a implantação e na ótica dos grandes projetos para a Amazônia apoiados pelo governo militar. Daniel Ludwig implanta um ambicioso projeto agroindustrial denominado Projeto Jarí.

Foram profundas as mudanças na região sul do Amapá ocasionando:

⁹ Formando unidades familiares de produção com relativa flexibilidade e autonomia em relação ao capital mercantil (OLIVEIRA FILHO, 1979).

¹⁰ A extensão de suas terras nos Estado do Pará e Amapá beirava 3 milhões de hectares, estima-se.

- 1) degradação ambiental;
- 2) desmatamentos;
- 3) conflitos trabalhistas entre as empresas terceirizadas pela Jarí e os empregados;
- 4) migração descontrolada para a área da empresa que por ser grande demais territorialmente não teve como ser fiscalizada;
- 5) surgimento de duas pequenas favelas a partir de 1970¹¹; e
- 6) vários conflitos de natureza fundiária que vão se acumulando por toda a década de 1970 e 1980 até a desapropriação de parte da área que a Jarí se dizia proprietária, para a criação da Reserva Extrativista do Rio Cajarí em 1990.

Sob a égide do grande capital foi se formando na margem esquerda do rio Jarí, uma em frente a Monte Dourado e a outra em frente à Vila do Munguba, duas favelas sobre palafitas. Com elas veio o desemprego, subemprego, submoradia, fome, prostituição, repressão da segurança particular da Jarí, garimpeiros aventureiros, péssimas condições de saúde, ausência de escolas. As condições sociais para “a luta pela terra” iam ganhando cada vez contornos mais fortes. A questão fundiária foi se tornando um estado de tensão implícito que já pulsava com a insatisfação dos moradores, principalmente do Beiradão.

Na região onde fica hoje parte da RESEX Cajarí a empresa mantinha o controle de forma violenta contra os moradores posseiros por meio de sua segurança armada particular. Impediam essas pessoas de melhorar suas habitações ou de construir novas casas, de executarem atividades agrícolas e de praticarem o agroextrativismo de maneira livre¹². Além disso, praticava preços majorados das mercadorias oferecidas nos barracões e subfaturamento da produção comprada aos castanheiros.

Com as mudanças de planos da empresa as atividades da castanha-do-brasil tenderam a perder força. Mas, a Jarí tentou seguir porque tinha em Jarilândia instalada a fábrica de beneficiamento do produto, montada pelos portugueses, com recursos da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), desde 1966. Contudo, em 1970 os castanhais foram arrendados a Amapá Importação e Exportação Ltda (AMPEX), que manteve relações desastrosas tanto com seus parceiros comerciais, como para as famílias

¹¹ Vila do Beiradão e Vila do Beiradinho, as duas as margens esquerda do rio Jarí hoje os municípios de Laranjal do Jarí e Vitória do Jarí, respectivamente.

¹² Até o ano de 1974 a Jarí ou arrendou seus castanhais ou comprou diretamente a produção.

agroextrativistas que exploravam os castanhais e que eram obrigados a entregar toda a produção para a empresa arrendatária.

Denúncias de escravidão e várias irregularidades iriam prejudicar as relações da empresa Jarí com o governo do então Território Federal do Amapá. Em 1975 a Jarí Celulose fechava (informação verbal)¹³ suas atividades econômicas referentes à castanha-do-brasil e encerrava a produção agroextrativista de toda a região do Jarí e Cajarí. Os negócios com o PFMN passam a ser intermediados por pequenos regatões e comerciantes locais (FILOCREÃO, 2007; PINTO, 1986; RAIOL, 1992). Até esse momento ainda predomina na região, desde os tempos de José Júlio, o sistema de aviamento clássico que vai perdurar, com pequenas modificações, até meados dos anos de 1980.

Em 1981 o Projeto Jarí foi nacionalizado o que fez aumentar o número de demissões e conseqüentemente, a pressão social por terras por parte dos desempregados¹⁴. A região sul do Estado do Amapá iria passar por um representativo movimento social de luta pela terra. Uma ação coletiva que reuniria agricultores recém-chegados a Laranjal do Jarí, agricultores que detinham “terras da empresa” e os agroextrativistas, cujas famílias, viviam as margens dos rios Jarí, Iratapurú e Cajarí e nos vilarejos formados desde as primeiras décadas do século XX.

Com base em Filocreão (2002) é possível fazer uma síntese dos principais acontecimentos históricos, levando em consideração os seguintes períodos e fatos:

- 1) Final do século XIX até o ano de 1948 prevaleceu à fase de expropriação e concentração inicial das terras da região. Este período é marcado pelo comando do coronel José Júlio de Andrade que submeteu a população ao processo de produção através do trabalho compulsório sendo o aviamento e a violência os principais mecanismos de controle¹⁵. A marca cultural

¹³ Provavelmente é a partir desse ano que a família Mutran vai intensificar a compra de castanha-do-brasil no Estado do Amapá. Segundo “Braz” seus principais intermediários locais compradores, nessa época, eram José Pinheiro, Augusto Flexa e José Valente.

¹⁴ Grande parte dos demitidos da Jarí, bem como de forasteiros moradores de Laranjal do Jarí eram peões caboclos com origem no campo ou com experiências na agricultura.

¹⁵ É comum aos moradores mais antigos se referirem a esse período como o “tempo do pau”. Havia um local com um grande tronco para onde as pessoas insatisfeitas com o trabalho ou pretendendo voltar para seus locais de origem, eram levadas e submetidas a métodos de torturas pelos empregados do coronel. Fala-se que as pessoas ficavam amarradas no pau onde havia formigueiros. Elas eram surradas também. Crispim, o gerente em Água Branca, separava casais

principal são unidades familiares dispersas as margens dos rios e barracões filiais da empresa em locais específicos para o escoamento da produção. Assim como no vale do Maracá, no alto Rio Cajarí o processo de povoamento e de formação de um campesinato caboclo amazônico amapaense começa a se formar;

- 2) Fase dos empresários portugueses denominada “apropriação empresarial das riquezas”. Período de 1948 a 1967. O controle sobre as atividades extrativistas é flexibilizado e são liberadas e incentivadas atividades produtivas para a agricultura. As unidades familiares continuam dispersas pelos rios passando a ocorrer pequeno adensamento populacional em torno dos barracões. Em Jarilândia, é construída com recursos da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) a fábrica de beneficiamento da castanha-do-brasil, em 1966. Não se sabe ao certo, mas é provável que as relações comerciais da família Mutran com os produtores do sul do Amapá tenha começado em meados dessa década (informação verbal)¹⁶. Neste período prevaleceu um *mix* de aviamento clássico com relações empregatícias formais.
- 3) 1967 – 1981 é o período do controle da região pelo capital internacional por meio do Projeto Jarí. Uma mudança completa de objetivos empresariais por intermédio da implantação de empresa agro-industrial com atividades florestais para a produção de celulose e plantação de pinos e eucaliptos, derrubada da floresta, criação de bubalinos, suínos e aves, plantação de arroz, exploração mineral, etc. Mudança radical na configuração espacial do vale do Jarí com o surgimento de Monte Dourado de um lado, e de outro, das favelas sobre palafitas. Nesse período as atividades extrativistas da castanha-do-brasil sofrem altos e baixos. Com os castanhais arrendados para a AMPEX a economia do PFMN ficou desorganizada. Em 1975 são fechados os barracões. Os comerciantes locais e regatões intensificam as relações com os castanheiros. A Jarí se preocupa flagrantemente em garantir o domínio das terras agindo com violência em muitos casos. Em 1978, registra-se a primeira ocupação

quando entendia que o homem era “preguiçoso” repassando a mulher para um homem considerado por ele como trabalhador.

¹⁶ A informação é de Sebastião Araújo Castelo, o Braz.

coletiva e desorganizada das pessoas em buscas de terras para plantação. A empresa passa a enfrentar problemas locais (as questões sociais com as vilas do Beiradão e Beiradinho começam a ganhar visibilidade nacional); problemas regionais (o governo do então Território Federal do Amapá, sentindo-se incomodado, faz intervenções na área amapaense implantando serviços de segurança pública, educacional e de saúde); e nacionais (setores militares nacionalistas não viam com bons olhos latifúndios estrangeiros em área de fronteira).

- 4) A fase nacionalista de 1981 a 2000 com o grupo CAEMI capitaneando um *pool* de empresas financiadas pelo governo federal. Esta gestão faz muitas demissões e aumenta assim os problemas sociais nas favelas instaladas do lado do Estado do Amapá. Sem emprego boa parte da população de origem agricultora começa um movimento social desorganizado para implantação de roças. A Jarí reage por meio de sua segurança particular. Os conflitos fundiários se intensificam. No início dos anos 1980 o Sindicato dos Trabalhadores Rurais – SINTRA, do município de Almeirim, do Estado do Pará, fez os primeiros contatos com os trabalhadores rurais da Vila do Beiradão (informação verbal)¹⁷. A fase de nacionalização da empresa era também a fase de redemocratização do país. O movimento sócio-ambiental da Amazônia começava a ganhar espaço no cenário nacional. No Amapá o movimento se constituiu nos embates com a Jarí, nos conflitos pela terra e pela criação de áreas protegidas de uso sustentável. Os mesmos atores citados antes, que se juntaram favoráveis à criação dos PAEs Maracá também estavam juntos contra a Jarí. Tratava-se de um processo só.
- 5) De 2000 até os dias atuais o projeto Jarí é comandado pelo Grupo Orsa Celulose, Papel e Embalagens S.A. Desde a fase anterior que a Jarí vem tentando apagar a imagem negativa deixada pelos proprietários anteriores. Com o Grupo ORSA as estratégias de melhorar a imagem da empresa continuam e a presença da Fundação Orsa é mantida com programas sociais para todo o vale do Jarí.

¹⁷ Informações de Manoel Conceição entrevistado em 15.02.2007. Ele foi um dos líderes do processo. Mais tarde foi escolhido pela população representante da Prefeitura de Mazagão na Vila do Beiradão e depois da segunda tentativa foi eleito Prefeito de Laranjal do Jarí. Com menos de 02 anos de mandato foi cassado acusado de desmandos e improbidade administrativa.

Especificamente, alguns fatos influenciaram sobremaneira a formação sócio-econômica e cultural da região do alto Cajari podendo-se destacar:

- 1) Em 1983 é criada em caráter provisório a Associação Mista Extrativista Vegetal dos Agricultores de Laranjal do Jari (AMAJA), na vila do Beiradão;
- 2) Em 1984 é criada a Associação Agrícola e Extrativista dos Trabalhadores Rurais do Cajari. Tempos depois extinta;
- 3) 1986, a criação da Feira do Produtor Rural no município de Macapá. O governo do Estado implantou um sistema de transporte para escoamento da produção até os locais das feiras;
- 4) Em 1986 é criada a COMAJA, no Beiradão;
- 5) Em 1987 é criado o município de Laranjal do Jari;
- 6) 1988, transformação do Território Federal em Estado do Amapá;
- 7) Ainda em 1988, criação dos três PAEs Maracá I, II e III;
- 8) 1990, a criação da RESEX Cajari;
- 9) 1991 são criadas a ASTEX/MA e ASTEX/CA;
- 10) Em 1992, a BR 156 chega a RESEX Cajari e precisaria cortar a região dos castanhais, área de terra firme. É realizada no município de Laranjal do Jari audiência pública com a presença maciça de agroextrativistas de toda a região do Jari, moradores de dentro da reserva e de fora. Foram mais de 500 pessoas presentes obrigando o governador do Estado do Amapá, Aníbal Barcellos, a se comprometer com várias medidas compensatórias para as populações agroextrativistas da RESEX Cajari. A BR – 156 corta o alto Cajari chegando a Laranjal do Jari¹⁸;
- 11) 1992 é criado o Centro Nacional das Populações Tradicionais (CNPT);
- 12) 1994 é criado o município de Vitória do Jari;
- 13) 1995 é implementado pelo governo do Estado o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá (PDSA);
- 14) A partir de 1995 passa a ser implementado o Projeto RESEX na Reserva Cajari;
- 15) 2001 é criada a COOPERALCA e construída suas instalações na comunidade de Santa Clara.

¹⁸ No verão, de ônibus o tempo de viagem de Laranjal do Jari a Água Branca é de aproximadamente 2:00 minutos a 2:30 horas, se as condições da estrada estiverem boas.

Com os fatos acima se dando num contexto de conflitos agrários (até 1990), de abertura política no cenário nacional, a presença forte de movimentos ambientalistas de cunho nacional e internacional; a própria população amapaense respirando, pela primeira vez, o clima democrático com a transformação do Território Federal em Estado, tudo isso, formou uma conjuntura específica que mudou o desenho e a configuração sócio-espacial da região sul do Estado.

O formato de co-gestão Centro Nacional de Populações Tradicionais CNPT e ASTEX/CA, a partir de 1992, começa a ganhar os primeiros contornos institucionais. A experiência com cantinas comunitárias que a ASTEX/CA e núcleos de base haviam implementado pode ser considerada importante na medida em que conseguiu entregar mercadorias aos agroextrativistas por preços mais baratos do que os preços dos comerciantes locais e por ter mostrado que com organização coletiva é possível diminuir os problemas do dia-a-dia.

Em 2003, após um longo processo reivindicatório capitaneado pelo CNS nacional os moradores das reservas extrativistas do país foram considerados pelo INCRA como unidades familiares aptas a receberem os benefícios do PNRA. Atualmente está em andamento na RESEX Cajarí, por intermédio da ASTEX/CA¹⁹ vários processos de construção ou reformas de casas para as unidades familiares agroextrativistas. Como esse é um processo que segue um cronograma muitas vezes demorado, é possível encontrar, por um lado, várias pessoas descontentes com o presidente da associação como outro tanto que se encontram satisfeitas: a razão é a chegada ou não do recurso à família.

Em relação ao crescimento demográfico no alto Cajarí não há números exatos. Logo após a abertura da BR 156, o fenômeno mais visível foi à aglomeração de pequenos núcleos habitacionais que se transferiram das áreas onde moravam para próximo da estrada. O caso mais notável é Água Branca do Cajarí com um aumento significativo de moradias, boa parte delas já com recursos do PNRA, contando em 2007 com 92 casas. Em 1993 havia 190 famílias em todo o alto Cajarí. Os dados empíricos desta pesquisa estimam em aproximadamente 174 unidades familiares, no total, somente nas 06 comunidades visitadas.

¹⁹ No Assentamento Maracá por questões de inadimplência da ASTEX/MA o INCRA implementou um sistema de comissão de três pessoas para receberem os benefícios do PRNA. Na RESEX Cajarí foi realizada assembléia específica e deliberado que seria a ASTEX/CA a co-gestora e intermediária financeira para a aquisição do material de construção das casas.

A população da RESEX de forma geral, em sua origem, é predominantemente de formação camponesa cabocla. São amapaenses e paraenses de origem rural. 4% são de maranhenses e de outros estados. 78% dos chefes das unidades familiares informaram trabalhar, em 1993, com o extrativismo há mais de 15 anos (FILOCREÃO, 1994). Em 2006, a variação do número médio de pessoas por unidade familiar era de 6,83 (FILOCREÃO, 2007).

Em relação à educação houve uma significativa melhoria na oferta dos serviços educacionais²⁰ nos últimos anos. Com o advento dos novos municípios os níveis para o Ensino Fundamental de 7 a 14 anos de idade estão praticamente supridos. Na outra ponta, com as pessoas que tem mais de 24 anos as taxas de analfabetismo ainda são altas, em torno de 28,8%.

Pedro Ramos, uma das principais lideranças extrativistas do Estado, entende que a Educação é o “calcanhar de Aquiles” nas áreas rurais e na RESEX Cajarí. “O caboclo tem aversão a papel [...] Não se faz do extrativista um operário fabril. O velho não dá, mas o jovem dá pra treinar” (informação verbal)²¹, diz em relação aos percalços encontrados nas tentativas de comercialização da castanha-do-brasil e do palmito por meio das cooperativas.

Sobre os preços da castanha-do-brasil no alto Cajarí, Lima (2000), encontrou uma variação no preço da barrica de castanha, entre os anos de 1990 a 1998, de R\$ 11,00 a R\$ 26,00. Filocreão (2007) registra que o preço chegou a R\$ 120,00 reais no ano de 2005. Em 2007, a pesquisa empírica desta tese registrou, em média, o preço da barrica em R\$ 50,00 e no início de 2008 retornando a área registrou-se a barrica a R\$ 60,00. Tudo leva a crer que o preço da castanha em 2008 será melhor que em 2007. Por outro lado, observa-se que desde 2002 está havendo certa estabilização nos preços da barrica do PFNM. Em contatos com compradores durante a pesquisa de campo eles disseram que têm interesse em pagar melhor à unidade familiar para, assim, forçar a coleta de toda a produção

²⁰ Entenda-se por melhoria a possibilidade das pessoas concluírem o Ensino Fundamental já ofertado na comunidade de Água Branca do Cajarí em nível regular, bem como o Nível Médio em regime modular. Não se está falando de qualidade de ensino que reúne vários aspectos que interferem o processo ensino-aprendizagem. Nas visitas de campo e em contato com o diretor da unidade educacional de Água Branca, com os professores, do módulo inclusive, e observando as condições físicas da escola podem-se inferir sérios problemas para uma boa qualidade de ensino. O principal, certamente, tem a ver com os professores que não residem nessas comunidades, não recebem capacitação técnica-pedagógica para lidar com alunos da área rural.

²¹ Entrevista realizada em 05.02.2007.

possível da região. É que, se os preços estão muito baixos não vale a pena a unidade familiar entrar na floresta para buscar o produto.

Os dados acima indicam que até meados dos anos 1980 existia um sistema comercial que permitia a compra da produção da castanha a preços muito baixos. A figura do aviamento clássico ainda estava muito presente. A partir dos finais dos anos 1990 essa realidade muda e os preços se estabilizam na casa dos R\$ 35,00 reais chegando a momentos de pico em anos de valorização da safra. A abertura da estrada e a ligação com a feira do produtor rural em Macapá fizeram com que o sistema anterior, mais rígido e explorador, fosse minimizado. Também há fortes indícios de um certo dinamismo que a sub-região ganhou com a transformação da área em RESEX e com a entrada de cooperativas locais no mercado.

2.3 RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO RIO IRATAPURÚ

A RDS – I foi criada em 11.12.1997 por intermédio da Lei n. 392 do governo do Estado do Amapá. É a segunda do país nessa modalidade e se destina a proteção dos recursos naturais e ao desenvolvimento de práticas produtivas sustentáveis, tendo se destacado o extrativismo da castanha-do-brasil. Sua área total se estende pelos municípios de Laranjal do Jarí, Mazagão e Pedra Branca do Amapari.

A criação dessa modalidade teve como inspiração a RDS de Mamirauá (BARBOSA, 2001). Sua área total é de 806.184 hectares correspondentes a 6.174,80 km², administrada pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA/AP.

O rio Iratapurú, o curso d'água de maior importância, corta integralmente a reserva no sentido Norte/Sul e constitui a principal via de transporte das áreas dos castanhais até a vila São Francisco do Iratapurú²² localizada na sua foz.

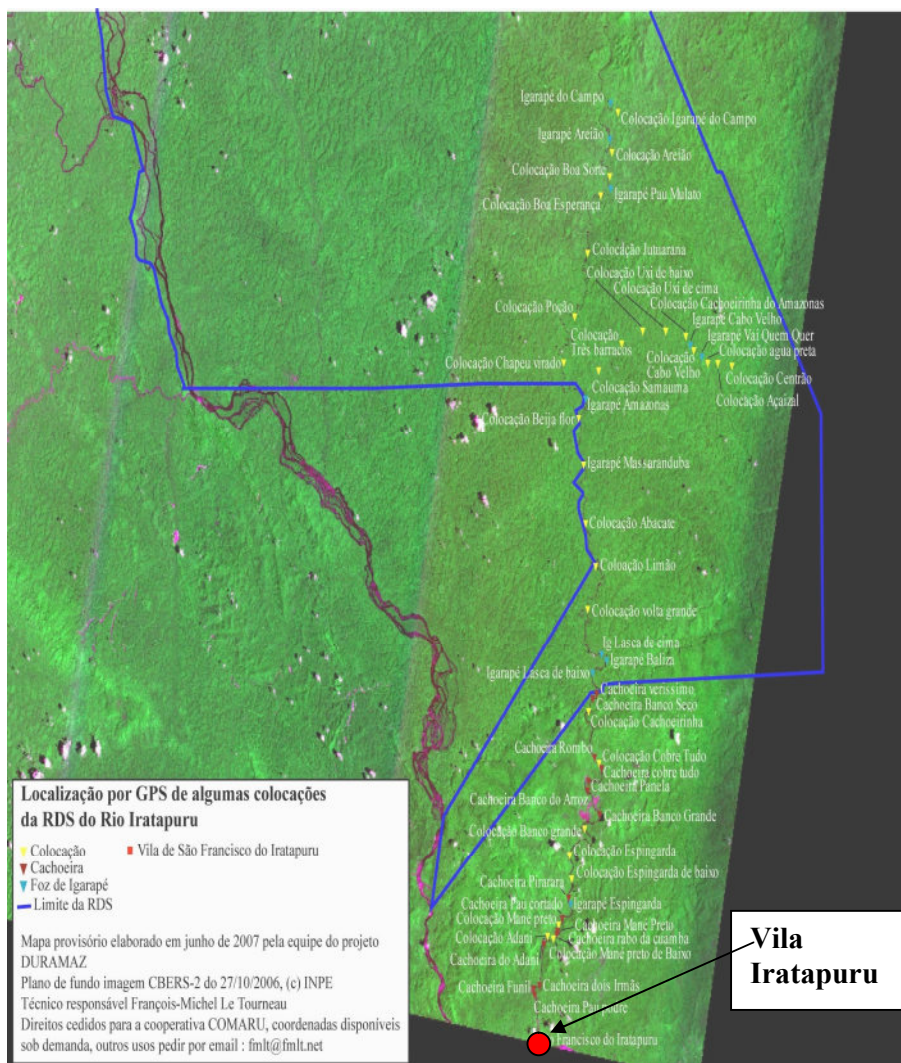
²² Será chamada também de Vila São Francisco ou de Iratapurú.

Geograficamente a vila São Francisco encontra-se no entorno da reserva, há aproximadamente 40 km, mas ela é a comunidade²³ reconhecida pelas autoridades públicas como beneficiária de políticas públicas voltadas a RDS.

A vila fica localizada a 45 km do município de Laranjal do Jarí e seu acesso, atualmente, costuma se dá por dentro da área de plantio da empresa Jarí. Após atravessar de balsa ou catraia²⁴ utiliza-se 43 km de estrada de chão até a margem do rio Jarí, no local denominado “Porto Sabão”. Daí até a vila o transporte é fluvial, em catraia, demorando algo em torno de vinte minutos. O Mapa 4 demonstra a localização espacial da vila São Francisco. O recorte na cor azul são os contornos da reserva (no caso, de parte dela). Em letras brancas, ao lado dos pontos em amarelo, são as várias colocações de onde se explora e coleta a produção da castanha-do-brasil.

²³ Um pouco abaixo da vila São Francisco, no rio Jarí, estão localizadas as comunidades de Santo Antônio da Cachoeira e Padaria que também têm fortes vinculações econômicas com o extrativismo da castanha-do-brasil. Contudo, desde o início dos esforços para a fundação da COMARU e criação da RDS – I foi à população residente da vila São Francisco a que se envolveu com esses trabalhos. Também são os moradores do Iratapuru os únicos a possuírem castanhais dentro da área demarcada da RDS – I.

²⁴ Pequena embarcação movida a motor HP, variando em potência, que faz transporte diário de passageiros entre Monte Dourado e Laranjal do Jarí e vice-versa.



Mapa 4 – Loc. da vila S. Francisco. Foz do Rio Iratapuru
 Fonte: COMARU (2007)

A RDS – I faz limites ao Norte pela Terra Indígena Waiapi; ao Sul pelo rio Jarí e pelas terras de propriedade da empresa Jarí Celulose; a Leste, pela encosta da Serra do Iratapuru e pelo Assentamento Agroextrativista do Maracá; e a Oeste, pelo rio Jarí, sendo que a sudoeste encontra-se a porção amapaense da Estação Ecológica do Jarí. Esta delimitação penetra extensões variadas de terras dos municípios de Laranjal do Jarí, Mazagão e Pedra Branca do Amapari (BARBOSA, 2001).

Segundo JGP (2002) e Filocreão (2007), quanto à vegetação, a RDS – I pode ser caracterizada em três áreas, todas com predominância de floresta de terra firme:

1. Porção Central e Norte. Recoberta predominantemente por floresta de terra firme de alto porte, com domínio de castanha-do-brasil na forma de núcleos emergentes, ocorrendo estreitos enclaves de florestas de várzea nos terraços fluviais;
2. Borda do Planalto de Maracanaquara. Dominado por florestas de terra firme de alto porte com dossel pouco estratificado e florestas de terra firme de baixo porte, com alta frequência de heliófilas, associadas a topos e encostas de relevo acidentado, além de um enclave pontual de floresta de baixo porte associada a refúgios rochosos, denominados de “carrascos”;
3. Reverso do Planalto Maracanaquara. Com ocorrência de florestas de terra firme de alto porte com castanheiras dispersas no estrato emergente, além de encraves de campinarana, de campos herbáceos periodicamente inundáveis, e de áreas alteradas, na foz do rio Iratapuru, onde se situa a vila e num trecho na margem do rio Jarí.

As características de relevo se constituem pelas regiões de depressão da Amazônia setentrional e de planaltos da bacia sedimentar do rio Amazonas. Ocorrem a depressão Pará-Amapá e os planaltos residuais do Norte da Amazônia, que representam superfícies rebaixadas, dissecadas, normalmente, em forma de colinas e interflúvios tabulares. Encontram-se, na área da reserva, terraços ciliares, com horizontes superficiais enriquecidos em matéria orgânica humificada e corpos fluviais com inúmeras cachoeiras e corredeiras (BARBOSA, 2001).

A presença de maciço de castanhais é o que chama atenção como principal recurso florestal, além da complexa biodiversidade existente. Os estoques mais representativos da RDS – I são áreas de castanhais geologicamente consideradas mais antigas (AMAPAZDS, 2004). No alto rio Iratapuru estão os grandes castanhais largamente distanciados entre si, destacando a área circunvizinha do Igarapé Amazonas²⁵.

O rio Iratapuru²⁶ nasce na Serra do Tumucumaque, no interior da Terra Indígena Waiapi, e deságua no rio Jarí, a montante da Cachoeira de Santo Antônio e

²⁵ Por ocasião da pesquisa empírica o autor esteve no Igarapé Amazonas por 3 dias na colocação denominada “Cachoeirinha” cujo dono é o Sr. Manoel Rodrigues Pessoa, o Gordinho, localizada a 100 km, a montante, da vila São Francisco do Iratapuru e a 80 m de altitude. São várias as colocações exploradas nesse igarapé.

²⁶ O percurso ao alto rio Iratapuru chega à distância de 250 km atravessando-se 23 trechos encachoeirados. É o local onde se localizam as colocações e para onde vão os agroextrativistas na

a jusante do Chafariz quase em frente a Serra do Britador. Caracteriza-se por apresentar muitos desníveis e grande potencial em recursos pesqueiros.

Os eventos históricos ocorridos para a formação sócio-econômica da sub-região do alto Jarí são os mesmo que caracterizam a formação do alto Cajarí. Isto porque os domínios de José Júlio se estenderam por toda a região sul do Amapá, até os limites do rio Cajarí, como se disse anteriormente. Portanto, a sub-região do alto rio Jarí subindo o rio Iratapurú foi explorada por seringueiros e castanheiros desde finais do século XIX.

Amapazds²⁷ (2004), com base nas informações dos moradores da vila chegou a seis períodos sobre o histórico ocupacional, desde os anos 1880 até os dias atuais, conforme o quadro 1.

safra da castanha-do-brasil habitando em retiros temporários por dois a quatro meses. A presença de animais é abundante o que facilita em muito a caça.

²⁷ Empresa de consultoria contratada pela Natura que realizou estudo denominado "Diagnóstico Local Participativo Plano Comunitário de Desenvolvimento Iratapurú Sustentável", em 2004.

N.	NOME	PERIODO	CARACTERISTICAS
01	Tempo do Pau	1880-1950 70 anos	Aviamento e relações de endividamento entre patrões e fregueses. Ocupação de todo o rio para exploração da borracha e da castanha. População oriunda das ilhas do Pará. Patrão era José Júlio de Andrade.
02	Tempo dos Portugueses	1948-1967 19 anos	Venda das terras de José Júlio para um grupo de portugueses. Continuou a exploração da borracha e da castanha, de outros produtos extrativistas e de agricultura. Chegada a Iratapuru dos antecessores dos atuais moradores. Estabeleceram-se na beira do rio em colocações de seringa até 1967.
03	Tempo do Ludwig	1967-1990 25 anos	Terras foram vendidas para o empresário norte-americano Daniel Ludwig, que criou a Companhia do Jarí. O Rio Iratapuru ficou esvaziado e a maior parte dos extrativistas foi trabalhar nas novas vilas abertas, Beiradinho e Beiradão. Os direitos sobre as colocações definiram-se nessa época.
04	Tempo da COMARU e da Vila	1990-1992 2 anos	Algumas famílias que permaneceram morando no rio decidiram-se reunir na Boca do Iratapuru, criar uma cooperativa e aos poucos as famílias organizaram uma pequena vila e buscaram o apoio para implantar infraestrutura. Foi criada a Comaru, que atraiu outras famílias dando origem a Vila de São Francisco do Iratapuru.
05	Tempo da criação da RDS	1997	Em 1997 foi criada a RDS do rio Iratapuru pelo governo do Estado incluindo a maior parte das colocações de moradores. A área ocupada pela vila foi deixada de fora.
06	Tempo atual	1990-2004 14 anos	Desde 1990, a comunidade administra os recursos naturais da RDS, implantou escola e melhorias de infra-estrutura, fábrica e comercialização de produtos pela cooperativa. A partir de 2001 iniciou parceria com a Natura.

QUADRO 1 – Ocupação do Rio Iratapuru

Fonte: Amapazds (2004)

No período em que a AMPEX arrendou os castanhais da Jarí, época de 1969 a 1973, aproximadamente, 70 famílias moravam dispersas nas margens do rio Iratapuru. Em 1988, eram apenas 6 famílias.

Braz, a principal liderança extrativista do movimento sócio-ambiental do vale do Jarí, nos início dos anos 1990, detendo informações privilegiadas quanto à questão fundiária do Estado do Amapá, conhecendo pessoas em vários órgãos do

governo e da prefeitura de Laranjal do Jarí foi o grande incentivador para a criação da COMARU²⁸. Já a criação da RDS – I em 1997, contaria com outros componentes políticos, desta feita com o apoio do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá (PDSA).

Reunidas às famílias na vila São Francisco do Iratapurú, em torno de 27 unidades familiares, a partir de 1992, a comunidade passa a fazer várias reivindicações para implantação de serviços públicos básicos como escola e posto de saúde no local. Além de Braz²⁹, Delbanor Viana, o “Arraia”, Mauro Barbosa, o “Capeta”, Luiz Freitas, o “Luiz Laranja” e Sebastião Freitas, o “Sabá” se transformariam em lideranças na comunidade.

Mauro Barbosa informou que a reivindicação dos moradores era para que o Governo do Estado do Amapá (GEA) doasse uma área para a COMARU trabalhar, respeitando as colocações que há décadas eram exploradas pelas unidades familiares. As negociações com o governo levaram para a criação da RDS – I, pois havia óbices judiciais para o atendimento da reivindicação a título de doação de área tão extensa para uma cooperativa.

O traço marcante da formação sócio-econômica e cultural das unidades familiares do alto rio Jarí e rio Iratapurú é que elas se mantiveram, por muito mais tempo que as outras comunidades estudadas, fora das ofertas dos serviços básicos sociais como educação e saúde. Sobretudo, as unidades familiares instaladas no rio Iratapurú são marcadas não só pelo isolamento geográfico, como também permaneceram por mais tempo vivendo tipicamente como famílias ribeirinhas separadas umas das outras, por algumas horas de distância, as margens do rio. Essa característica cultural pode ter forjado na família do Iratapurú, de modo mais fecundo, o caráter do individualismo voltado para a empresa doméstica, próprio da formação do caboclo da Amazônia.

As unidades familiares residentes na vila de São Francisco passaram por profundas mudanças e experimentaram formas completamente inovadoras de

²⁸ A COMARU é um processo coletivo que conta na sua fundação com a participação de vários sócios. Contudo, todas as informações consultadas em relatórios e por pessoas que viveram e acompanharam os fatos a época informam a importância da liderança de Braz para o processo de criação da COMARU e do agrupamento de famílias na foz do rio Iratapurú na localidade denominada São Francisco constituindo-se logo depois numa comunidade que passou a ser chamada de São Francisco do Iratapurú.

²⁹ Braz e seus familiares são originários da comunidade de São Militão. Nessa época uma de suas irmãs morava na localidade. Parte da família de Braz se mudou para São Francisco do Iratapurú. O primeiro presidente da COMARU foi Mariolando Araújo Castelo, irmão de Braz.

convivência social, de empreendimento econômico e, conseqüentemente de influências externas, num ritmo impressionante. Pode-se dizer, que o caso dessa comunidade especificamente (em grau maior que as demais comunidades agroextrativistas estudadas), é de saltos evolutivos abruptos, descompassados e desequilibrados realizados a partir de reivindicações comunitárias, mas também de projetos exógenos elaborados em nome de políticas públicas desenvolvimentistas sustentáveis. O corte temporal que caracteriza os principais fenômenos experimentados pelas unidades familiares do Iratapurú pode ser datado a partir do momento de formação da vila (1991), da fundação da COMARU (1992) e com mais intensidade, da criação da RDS – I (1997), portanto, a partir de um período muito recente. É preciso considerar que suas experiências de convivência em grupo, em núcleo habitacional comunitário, eram pequenas até 1991.

Amapazds (2004) detalhando os acontecimentos do período mais recente 1990-2004 chegou ao seguinte esquema descrito , conforme o quadro 2.

1990	Famílias que moravam ao longo do Rio Iratapurú, cerca de 22, se uniram e formaram a vila São Francisco na confluência com o rio Jarí.
1992	Criação da COMARU – Cooperativa Mista dos Produtores e Extrativistas do Rio Iratapurú
1993	A prefeitura municipal de Laranjal do Jarí organizou uma Feira da Castanha que motivou os moradores para comercializarem seus produtos. Venderam 400 kg de doce de castanha, 400 kg de farinha de castanha e 850 kg de paçoca de castanha.
1994	A prefeitura de Laranjal do Jarí emprestou um pequeno recurso a COMARU para a construção de dois barracões para armazenar a castanha e abrigar as atividades produtivas da comunidade.
1995	Eleição de João Alberto Capiberibe ao Governo do Estado do Amapá e adoção do PDSA – Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá, que criou o Projeto Castanha. O Projeto visava gerar emprego e renda, valorizar os produtos da floresta, combater a pobreza, evitar o êxodo rural e promover a cidadania das comunidades tradicionais da Amazônia, por intermédio dos seguintes instrumentos: oferta de infraestrutura para agregar valor ao produto, compra de barco, acordo para a compra de produção e financiamento. (CONTINUA)
1996	A comunidade do Iratapurú foi beneficiada com incentivos ao processamento da castanha: foi adquirido um trator, melhorou-se o acesso aos castanhais e a cooperativa passou a fornecer a castanha para a merenda escolar. Durante dois anos, a castanha foi entregue seca e descascada em sacos de 60 quilos para ser triturada e misturada com outros ingredientes nas escolas. (CONTINUA)

1997	O Governo do Estado criou a RDS do Rio Iratapuru. Com apoio do PPG-7 Projetos Demonstrativos (sic) Tipo A/PDA, o Governo do Estado investiu R\$ 209.000,00 para a construção de um prédio para a fábrica de biscoitos. Recursos do (sic) PPG7 foram aprovados para a aquisição de veículos, construção de viveiros e melhorias das instalações da cooperativa. O (sic) BANAP também financiou R\$ 71.667,00 para a compra de insumos necessários a fabricação dos biscoitos e de R\$ 25.000,00 destinado à compra de insumos para a produção de biscoito artesanal de castanha para ser incorporado à merenda escolar.
1998	Investimentos em pesquisa, desenvolvimento de novos produtos, processos de padronização e controle de qualidade através do (sic) IEPA. Novas fórmulas para xampus e cremes, receita para biscoito e estudos para aumentar a produtividade da extração do óleo. Um acordo entre o Governo do Estado e uma empresa francesa contribuiu para melhoria da eficiência na extração do óleo e da qualidade da farinha.
1999	Início da extração do óleo em pequena escala.
2000	Pesquisa da JPG contratada pela Natura para avaliar a sustentabilidade do processo de produção de óleo de castanha e elaborar Plano de Manejo Florestal para a exploração da castanha com vistas à produção de óleo. Novas fórmulas de biscoito. Primeiros contatos com Natura.
2001	Conclusão da construção da fábrica e instalação do maquinário com capacidade de produção de 8t de biscoito ao mês. Eleição de Luiz Freitas para a presidência da COMARU. Um novo grupo de associados passou a dirigir as atividades econômicas da comunidade.
2002	A Natura assumiu o compromisso de financiar o Plano de Manejo para exploração de castanha.
2003	Pesquisa da (sic) IFF Essências e Fragrâncias para identificação de novos produtos. Identificação de outras fontes de renda da floresta: breu e copaiba. Outubro: incêndio da fábrica de biscoito. Obtenção de Certificação florestal para 8 colocações de castanha. Projeto aprovado pelo (sic) FFEM.
2004	Reforma do prédio da fábrica de biscoito para uma unidade de processamento de óleo de castanha. Criação do Fundo Natura para Desenvolvimento Sustentável das Comunidades. Elaboração do Plano Comunitário de Desenvolvimento: Iratapuru Sustentável.

QUADRO 2 – Cronologia do tempo atual (1990-2004)

Fonte: Amapazds (2004)

Do quadro acima ressalva deve ser feita à primeira linha que cita 22 famílias dispersas pelo rio Iratapuru. Na verdade, eram menos. Uma parte das 22 famílias que formou a Vila São Francisco do Iratapuru pertencia à família Braz que foi levada para o local.

Como se vê, em 14 anos de experiência comunitária as unidades familiares agroextrativistas da vila São Francisco do Iratapuru passaram pela experiência de comercializar a castanha-do-brasil exclusivamente para o comprador de Laranjal do Jarí – o patrão, depois fornecer subprodutos manufaturados ou industrializados ao GEA para a merenda escolar e mais recentemente realiza uma experiência comercial inovadora fornecendo óleo de castanha para uma grande empresa nacional de cosméticos.

Em meio a esses saltos econômicos empreendedores abruptos, ocorreram convênios com prefeituras municipais, financiamentos em bancos, inadimplência, acesso a recursos a fundo perdido, disputas internas comunitárias, denúncias de desvio do erário pela “gestão Braz”, pesquisas para novos produtos, implementação de parque industrial, incêndio da fábrica³⁰, certificação florestal de colocações e reconstrução da fábrica.

Amapazds (2004) identificou etapas migratórias que explicam a origem campesina cabocla das unidades familiares residentes hoje na vila:

- 1) No final década de 1940 chegaram às primeiras famílias vindas das ilhas do Pará trazidas pelos portugueses. Vieram para o alto Iratapuru trabalhar na extração da borracha nativa, atividade que já tinham afinidade. Dos atuais moradores existem 13 que representam essa etapa;
- 2) A segunda etapa se dá entre as décadas de 1970 e 1991. São pessoas que tinham parentes na “boca” do Iratapuru ou que vieram em busca de terras ou trabalho na Jarí;
- 3) Entre 1993 a 2000 novas migrações se deu para a vila, desta feita em menor número: os “retornados”. Havia deixado o Iratapuru e retornaram por causa dos laços de parentesco, em busca de trabalho ou pelos dois motivos; com a construção da vila voltou a ser vantajoso morar no interior. Não se paga aluguel, nem água, energia, nem taxas; a farinha se pode plantar; a caça é abundante e ainda tem as colocações que são exploradas no inverno;

³⁰ Membros da comunidade se referem ao incêndio como criminoso e imputam a pessoas ligadas a Braz.

- 4) Entre 2001 a 2003 ocorre a chegada de pessoas que não tem laços de parentesco com a comunidade local. Muitos são “contratados”³¹ que vão ficando na vila, por laços de amizade e acabam se estabelecendo;
- 5) Em 2004, 27 pessoas migraram para a vila. Eram parentes de moradores com famílias numerosas e retornados. Estes somaram 4 pessoas.

Em 2007, existiam 41 famílias residentes na vila São Francisco. Os dados revelam a continuação de movimento migratório inclusive de pessoas que não guardam laços de parentesco e compadrio com o conjunto da comunidade.

O perfil demográfico da população pode ser considerado extremamente jovem: 57% são menores de 18 anos de idade, 39% são adultos e 4% são idosos com idade entre 65 e 74 anos (AMAPAZDS, 2004). A média dos anos de escolaridade dos chefes de família é de 1,875, conforme Filocreão (2007). Em 2004, apenas 5% da população possuía o Ensino Fundamental completo.

Não se registra conflitos de terras entre os chefes de unidades familiares. A tradição faz com que as pessoas respeitem os espaços privados atendendo ao princípio da posse em nome do outro. Também respeitam as transações comerciais realizadas entre unidades agroextrativistas. Nas colocações do Iratapuru é comum a venda, troca, arrendamento ou aluguel de castanhal por aquele que é tido como seu dono.

Na vila São Francisco o único meio de comunicação existente é a radiofonia. Qualquer visitante que pretenda se deslocar até a vila deve manter contato, previamente, via rádio³², a fim de que alguém possa buscá-lo no Porto Sabão.

O acesso para a região dos castanhais, em sua maioria é de voadeiras³³. São utilizadas embarcações motorizadas com motores de popa de 25

³¹ As unidades familiares agroextrativistas do Iratapuru contratam, a cada safra turmas de peões em Laranjal do Jarí para trabalharem na safra da castanha-do-brasil. Em 2007, estimam-se 15 turmas de 3 a 4 homens, em média, contratados, pelos chefes das unidades familiares donos de castanhais.

³² Quando da visita do autor na região dos castanhais no alto Iratapuru, Igarapé Amazonas, constatou-se a existência de rádio transmissor de propriedade de um castanheiro instalado na colocação Cachoeirinha que mantinha contato com a vila sempre que necessário. Nessas ocasiões recados são repassados e transmitidas notícias sobre a vila e parentes.

³³ Mas, existem alguns pequenos castanhais próximos à vila podendo-se chegar a eles a pé por meio das trilhas existentes.

ou 40 HP principalmente na época da safra da castanha-do-brasil. Para o escoamento o uso de batelões³⁴ é comum pelas turmas de contratados.

Enquanto nas sub-regiões do alto Maracá e alto Cajari é comum o uso de canoas com motores tipo rabeta³⁵, no Iratapuru só se utiliza os motores de maior potência. As unidades agroextrativistas do Iratapuru, ainda que cultivem roças, o fazem meramente para a subsistência da família. Não há nenhuma transação comercial de produtos da agricultura com as feiras de Laranjal do Jari ou de Macapá e Santana. Essas famílias se especializaram no extrativismo da castanha-do-brasil, sobretudo nas últimas décadas.

Provavelmente, é por essa razão que as unidades familiares do Iratapuru apresentam maior quantidade de barricas de castanha-do-brasil coletadas, se comparadas com as unidades das outras duas sub-regiões pesquisadas. Segundo Filocreão (2007), em 2006, enquanto no Assentamento Maracá as unidades familiares coletaram 69,5 barricas em média, na RESEX Cajari 118,5, a média de produção por unidade familiar na sub-região do Iratapuru foi de 161,2 barricas.

As fontes provedoras da renda monetária familiar no caso do Iratapuru advêm de componentes diversos, excetuando-se a agricultura³⁶. Amapazds (2004) identificou 09 componentes:

- 1) Extrativismo da castanha-do-brasil. Receita advinda da extração e comercialização para a cooperativa ou para os compradores de Laranjal do Jari³⁷;
- 2) Extrativismo do breu e copaíba. Receita advinda da venda para a NATURA, em 2003;

³⁴ Canoas maiores feitas em madeira de lei pelos próprios agroextrativistas, geralmente com capacidade para 50 até 120 sacas de castanha-do-brasil.

³⁵ Canoa de tamanho inferior em que se utiliza motor mais modesto, porém muito mais econômico. Navega em locais mais secos e leva mais tempo para chegar ao seu destino.

³⁶ Contudo, deve-se reforçar que a não-comercialização de produtos agriculturáveis não implica na falta de agricultura, principalmente do cultivo da mandioca. A relação de segurança alimentar que as demais unidades familiares das comunidades pesquisadas estabelecem com o plantio da mandioca se repete na vila São Francisco do Iratapuru, mas com menos intensidade.

³⁷ A planilha da Amapazds aponta o resultado anual de R\$ 93.390,42 para este componente na composição da renda global da vila São Francisco. Tudo leva a crer que esse valor não é o real. Por esse valor ter-se-ia uma produção total de castanha-do-brasil de aproximadamente 2.075 barricas, nos preços da época. A produção do Iratapuru, embora não se tenha os números categóricos, deve chegar a 5.000 barricas, no mínimo. Os números de Filocreão (2007) são mais reais quando dizem que por unidade familiar o Iratapuru aponta uma média de 161,2 barrica/safra. Multiplicada essa média por 35 colocacoes – números a que chegou o autor em 2006, tem-se 5.642 barricas.

- 3) Receita paga pelos chefes das unidades familiares a contratados moradores da própria Vila que trabalham na coleta e transporte da produção³⁸;
- 4) Receitas (rendas extras) advindas dos benefícios governamentais (federal, estadual e municipal). Aposentadorias e bolsa família, bolsa escola, principalmente. A planilha da Amapazds (2004) identificou 17 unidades familiares recebendo benefícios, o que correspondia a 53,12% no ano de 2003. Monetariamente, na média, significava R\$ 125,93 mensal para um total de 32 unidades familiares;
- 5) Receita advinda de ajuda de custo paga a diretoria da COMARU e a assessoria³⁹;
- 6) Receitas pagas pela COMARU aos cooperados pela quebra da castanha, limpeza da fábrica e vigilância das instalações⁴⁰;
- 7) Receitas provenientes de salários pagos por outras empresas⁴¹;
- 8) Receitas advindas de serviços esporádicos a participação em projetos ou expedições, bem como a arrendamento de castanhal⁴²;
- 9) Receitas provenientes de venda de imagem individuais pagas pela NATURA.

Todo o processo pelo qual as unidades familiares do Iratapurú vêm passando desde 1990 tem trazido muitas mudanças, rápidas demais para famílias camponesas acostumadas anteriormente ao ritmo de moradias ribeirinhas espensas. No Iratapurú nota-se relativas diferenças de rendas entre unidades familiares. As casas em si são muito iguais, mas os bens móveis existentes em cada unidade familiar, muitas delas proprietárias de motores de popa 25 ou 40 HP, dão o tom de

³⁸ Na coleta, os contratados ganham por produção. Em 2007 as unidades agroextrativistas pagaram R\$ 20,00 no alto Iratapurú pela barrica coletada. Para o escoamento funciona o sistema de diárias paga em 2007 a R\$ 20,00. Neste componente trata-se dos contratados residentes na vila, mas a maioria deles, no geral, é de Laranjal do Jarí e ficam temporariamente nos castanhais. Nesse ano o preço médio pago pelos comerciantes, na Vila, as unidades familiares foi de R\$ 45,00.

³⁹ A COMARU remunera os seus membros diretores que são três: Presidente, Vice-Presidente e Secretária Executiva. A remuneração mensal é de R\$ 400,00 conforme entrevista do Presidente em novembro de 2007. Das organizações agroextrativistas pesquisadas a COMARU é a única que assim procede.

⁴⁰ Em 2007, conforme informações do Presidente Eudimar Viana, o Nego (em janeiro/2008), foram gerados 43 ocupações temporárias diretas na COMARU para uma folha de pagamento na ordem de R\$ 36.000,00 num período de pouco mais de dois meses de atividades na fábrica da cooperativa.

⁴¹ Não é incomum a Jarí contratar por período determinado pessoas das comunidades rurais para trabalharem principalmente com a contagem, identificação e medição de árvores. Em 2007, o autor identificou 05 pessoas da vila São Francisco contratados durante o verão.

⁴² Idosos que ainda detêm posses de castanhais costumam arrendá-los aos genros, sobrinhos, compadres ou mesmo aos filhos recebendo em barricas, conforme a produção. As taxas variam. As informações são de que o castanhal pode ser arrendado em 50% da produção para o dono ou mesmo 25%. Parece ser esta uma espécie de tabela local.

desigualdades materiais entre as famílias. A renda por unidade familiar também caracteriza diferenças sociais visíveis.

A Vila São Francisco se constitui de todas as comunidades pesquisadas, um caso a parte. Os fenômenos são ainda mais inovadores para o universo agroextrativista amapaense tradicional.

3 ABORDAGEM METODOLÓGICA

A metodologia de redes sociais está composta pelas seguintes ferramentas de investigação:

1) Análise de Redes Sociais – ARS, com a utilização do *software* UCINET (BORGATTI; EVERETT; FREMAN, 2002) que gerou os sociogramas;

2) Questionário para Medir Capital Social Comunitário – QM-CSC, adaptado do questionário elaborado pelo Banco Mundial em 2003 (GROTAERT et al, 2003).

Redes sociais referem-se a um conjunto de pessoas (ou organizações ou outras entidades sociais) conectadas por relacionamentos sociais, motivados pela amizade e por relações de trabalho ou compartilhamento de informações e, por meio dessas ligações, vão construindo e reconstruindo a estrutura social (TOMAEL; MARTELETO, 2006)

O estudo das redes coloca em evidência um dado da realidade social contemporânea de que os indivíduos, dotados de recursos e capacidades propositivas, organizam suas ações nos próprios espaços políticos em função de socializações e mobilizações suscitadas pelo próprio desenvolvimento das redes (MARTELETO, 2001).

Quando se habla de una Red, se entiende como un grupo de individuos que, em forma agrupada o individual, se relacionan com otros com um fin específico, caracterizado por la existência de flujos de información (ALEJANDRO; NORMAM, 2005).

A análise de redes não constitui um fim em si mesma. Ela é o meio para realizar uma análise estrutural cujo objetivo é mostrar que a forma de rede é explicativa dos fenômenos analisados. Mas uma rede não se reduz a uma simples soma de relações. A sua forma exerce uma influência sobre cada relação. É uma abordagem que permite conhecer as interações entre qualquer classe de indivíduos partindo de dados de tipo quantitativos e qualitativos. Envolve um conjunto de atores (os pontos, nós entre os agentes) entre os quais existem vínculos (ou relações). As redes podem ter muitos ou poucos atores e uma ou mais classes de relações entre pares de atores.

Os analistas de redes sociais utilizam dois tipos de ferramentas para representar informações sobre padrões de relações entre atores sociais: sociogramas e matrizes.

Sociogramas (ou gráficos) são diagramas de redes que permitem a visualização de uma dada estrutura social provenientes de informações geradas a partir de uma matriz.

Matrizes são conjuntos quadrados de elementos dispostos em linhas horizontais (filas) e verticais (colunas) onde se introduzem informações para geração de gráficos ou de sociogramas.

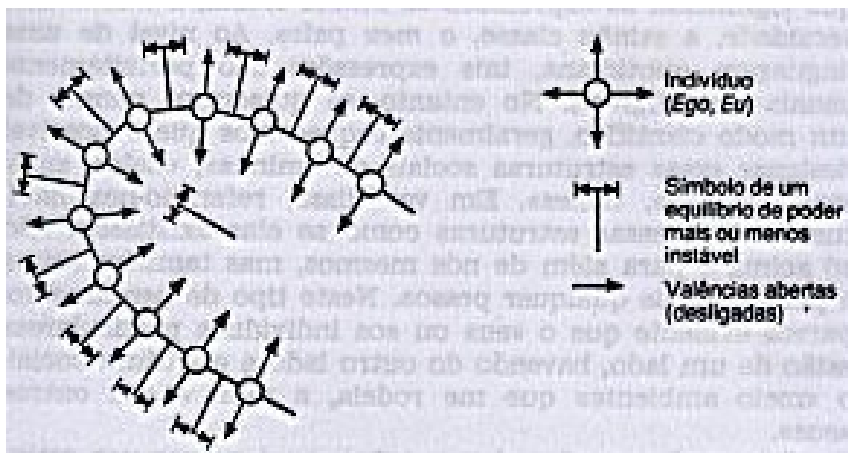
Para Castells (2007, p. 565) as redes - embora tenham existido em outros tempos e espaços - são a nova morfologia social das sociedades, e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos, poder e cultura.

De acordo com Bourdieu (2007, p.31) “Se é verdade que o real é relacional, pode acontecer que eu nada saiba de uma instituição acerca da qual julgo saber tudo, porque ela nada é fora das suas relações com o todo”.

Elias (1994, p.22), por sua vez, chama atenção para

[...] o arcabouço básico de funções interdependentes, cuja estrutura e padrão conferem a uma sociedade seu caráter específico, não é criação de indivíduos particulares [...] Essa rede de funções no interior das associações humanas, essa ordem invisível em que são constantemente introduzidos os objetivos individuais, não deve sua origem a uma simples soma de vontades, a uma decisão comum de muitas pessoas individuais (grifo do autor).

O esquema 1 mostra como fica a visualização estrutural de dada sociedade quando se tem a percepção acima. As pessoas, através das suas disposições e inclinações básicas, são orientadas umas para as outras e unidas umas as outras das mais diversas maneiras. Elas se constituem em teias sociais ou configurações de muitos tipos: famílias, escola, estratos sociais, mercados, cidades.



Esquema 1 – Representação de sociedade com indivíduos interdependentes

Fonte: Elias (2005)

Elias (2005) utilizou o termo *figuração* ou *configuração* como contraponto a noção de *homo-clausus*. Este, a seu ver, representava a expressão que traduzia bem o estágio das ciências sociais no final do século XIX e início do século XX. O homem atomizado.

O conceito de *figuração* ou *configuração* torna-se importante para os propósitos desta tese, por que permite compreender a dinâmica das estruturas sociais analisadas. Ele expressa a idéia de que 1) os seres humanos são interdependentes, e apenas podem ser entendidos enquanto tais: suas vidas se desenrolam nas e em grande parte são moldadas por *figurações* sociais que formam uns com os outros; 2) as *figurações* estão em continuo fluxo, passando por mudanças de ordens diversas – algumas rápidas e efêmeras e outras mais lentas e profundas; 3) os processos que ocorrem nessas *figurações* possuem dinâmicas próprias.

[...] De forma resumida, o termo *figuração* pode ser definido como “redes formadas por seres humanos interdependentes, com mudanças assimétricas na balança de poder (BENTHAN van den BERGH, 1971 *apud* MENNEL, 1998: 252), enfatizando o caráter processual e dinâmico das redes criadas por indivíduos”. (LANDINI, 200-?).

Nas redes, as pessoas ou as organizações estão presas em alianças, conflitos e balanços flutuantes de poder cujas características nem sempre são fáceis

de perceber. A ferramenta eletrônica que esta pesquisa utilizou – o *soft* UCINET⁴³ demonstra como as redes das organizações sociais pesquisadas se encontram e como estão entrelaçadas, mais, ou menos, entre si.

O ponto de partida para utilização do UCINET foi à identificação das organizações sociais⁴⁴ agroextrativistas criadas para fomentar o desenvolvimento das atividades econômicas da castanha-do-brasil – *Bertholettia Excelsia* – no sul do Estado do Amapá ou para exercerem a co-gestão das áreas ambientais⁴⁵ estudadas.

De acordo com os objetivos da pesquisa foram identificadas quatro organizações:

1) ASTEX/MA, localizada na Vila Maracá, a mais desenvolvida comunidade de todo o Assentamento Agroextrativista Maracá;

2) ASTEX/CA, localizada na comunidade de Água Branca do Cajari, a mais desenvolvida e mais antiga comunidade da RESEX Cajari;

3) COOPERALCA, localizada na comunidade de Santa Clara do Cajari, sendo a única cooperativa de castanheiros da RESEX Cajari; e

4) COMARU, localizada na Vila São Francisco do Iratapuru, única organização jurídica existente na vila. A comunidade fica no entorno da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru – RDS-I, mas é considerada a sua porta de entrada.

Todas elas (exceto a COOPERALCA), quando de suas criações, estavam no contexto regional do movimento sócio-ambiental com o objetivo de melhorar o preço da medida da castanha-do-brasil (que geralmente, ainda hoje, se transaciona em barricas⁴⁶ e não em hectolitros⁴⁷) e tentavam combater a figura do

⁴³ UCINET é um programa que apresenta características similares a outros programas que funcionam com base no sistema operativo do Windows. Ele permite criar matrizes quadradas onde se introduzem as informações nas linhas e colunas. Para cada linha e coluna são lançados valores idênticos. Por exemplo: na matriz quadrada, primeiro se informa os nomes dos atores nas linhas para depois na mesma seqüência, os mesmos nomes serem informados nas colunas. Feito isto se introduz as informações para as relações entre os atores. Deu-se o valor 1 para a existência de relação e o valor 0 para ausência dela. A partir daí, o programa gera tabelas específicas bem como gera os sociogramas.

⁴⁴ Por organizações sociais entendam-se pessoas jurídicas, públicas ou privadas, governamentais ou não-governamentais.

⁴⁵ Está se chamando “áreas ambientais” porque as três áreas onde a pesquisa se realizou são caracterizadas como áreas especialmente protegidas. Mesmo o Assentamento Agroextrativista Maracá se constitui com um conjunto de regras que intentam juntar desenvolvimento e conservação ambiental.

⁴⁶ Barrica é uma medida contendo 06 (seis) latas.

“atravessador”⁴⁸. Mesmo as duas associações, que não são entidades de natureza comercial, chegaram a ser compradoras do produto florestal não-madeireiro ou fizeram algumas intervenções empreendedoras na tentativa de melhorar as condições de trabalho e venda das unidades familiares agroextrativistas.

O passo seguinte foi identificar um rol de organizações que, nos últimos 04 anos, estiveram ou estivessem ainda envolvidas, direta ou indiretamente, com as atividades econômicas da castanha-do-brasil na região e se relacionado ou se relacionando com ASTEX/MA, ASTEX/CA, COOPERALCA e COMARU. O relacionamento deveria ser tanto de natureza comercial, como também de ações para benefícios públicos às comunidades, ou mesmo contatos feitos pelas organizações sociais para resolver demandas coletivas de naturezas diversas.

A análise de documentos e relatórios permitiu a elaboração de uma lista geral contendo 44 (quarenta e quatro) organizações, conforme o quadro a seguir. Foi identificado o tipo de cada uma delas e criado um perfil genérico com a caracterização externa/interna a fim de revelar, *a posteriori*, o vínculo de identidade dessas organizações umas com as outras. A lista, conforme o quadro 3 abaixo, foi previamente apresentada às organizações sociais agroextrativistas quando do momento da entrevista.

Nome da organização – natureza	Perfil
1. ADAP – Agência de Desenvolvimento do Amapá: fundação pública	Externa
2. AFAP – Agência de Fomento do Amapá: empresa pública	Externa
3. ASTEX/CA – Ass. dos trab. Da RESEX Cajari: associação co-gestora	Interna
4. AMIGOS DA TERRA: org. não-governamental ambientalista	Externa
5. ASTEX/MA – Ass. Dos trab. Do Assent. Maracá: associação co-gestora	Interna
6. CI – Conservação Internacional: ONG ambientalista	Externa
7. CGEN – Cons. de Gestão do Patrimônio Genético: órgão técnico/MMA	Externa
8. COGNIS: Empresa Indústria Química	Externa
9. CNPT – Cons. Nac. das Pop. Tradicionais: órgão co-gestor	Externa
10. CNPQ – Cons. Nacional de Desenv. Cient. e Tecnológico: org. público	Externa
11. CNS/AP – Cons. Nacional dos Seringueiros/Amapá: ass. soc. civil	Interna
12. COMARU – Coop. Mista dos prod. extrat. Rio Iratapuru: coop. (CONT.)	Interna

⁴⁷ Hectolitro é a medida legal advinda de portaria do Ministério do Abastecimento, Pecuária e Agricultura – MAPA no quantitativo de 05 (cinco) latas.

⁴⁸ Comerciantes locais que compram a castanha-do-brasil dos extrativistas para revenderem aos compradores exportadores de Belém e São Paulo. Pesquisas recentes da EMBRAPA/AP, em andamento, revelam que provavelmente 98% da produção do Estado do Amapá é comercializada para Belém e sua grande maioria vai para a família Mutran.

13. COOPERALCA – Coop. Prod. de castanha do alto Cajarí: cooperativa	Interna
14. COMAJA – Coop. Mista de agro-extrat. Laranjal do Jarí: cooperativa	Interna
15. EFAEX – MA - Escola Família Agro-extrativista do Maracá: associação	Interna
16. EFAEX – CARVÃO Escola Família Agro-extrat. Carvão: associação	Interna
17. FFEM – Fundo Francês do Meio Ambiente: financiador internacional	Externa
18. FETAGRI – Fed. dos Trab. Agríc. Estado do Amapá: sociedade civil	Interna
19. SEMA/AP – Secret. De Estado de Meio Ambiente: órgão público	Externa
20. IBAMA/AP – Inst. Brasileiro Meio Amb. Rec. Naturais: órgão público	Externa
21. IEPA/AP – Instituto de Pesquisas do Amapá: órgão público	Externa
22. IESA – Instituto de Estudos Socioambientais: ONG ambientalista	Externa
23. IMAFLORA – Inst.de Manejo e Cert. Florestal e Agrícola: emp. Privada	Externa
24. INCRA – Inst. Nacional de Colonização e Ref. Agrária: órgão público	Externa
25. MDA/Amapá – Minist. Desenvolvimento Agrário: órgão público	Externa
26. MMA/Brasília – Ministério do Meio Ambiente: órgão público	Externa
27. NATURA – Empresa de Cosméticos	Externa
28. OCEAP – Org. das Cooperativas do Estado do Amapá: sociedade civil	Interna
29. PMLJ - Prefeitura Municipal de Laranjal do Jarí: órgão público	Externa
30. PMMz – Prefeitura Municipal de Mazagão: órgão público	Externa
31. PMVJ - Prefeitura Municipal de Vitória do Jarí: órgão público	Externa
32. PMM - Prefeitura Municipal de Macapá: órgão público	Externa
33. RAEFAP – Rede Escolas Fam. Rurais do Amapá: sociedade civil	Interna
34. SEAF – Secretaria de Estado da Agricultura: órgão público	Externa
35. SEICOM – Séc. Indústria e Com. Estado do Amapá: órgão público	Externa
36. SETEC – Séc. Ciência e Tec. Amapá: órgão público	Externa
37. SINTRA/LJ – Sind.Trab. Rurais do município de Larnajal do Jarí	Interna
38. COOP – Empresa de Consultoria Empresarial: empresa privada	Externa
39. UnB – Universidade de Brasília: órgão público	Externa
40. WWF - Worldwide Fund for Nature: ONG ambientalista	Externa
41. BASA – Banco da Amazônia: agente financeiro	Externa
42. EMBRAPA/Amapá: órgão público de pesquisa	Externa
43. Fundação ORSA: empresa privada sem fins lucrativos	Externa
44. SEBRAE/AP: Serviço Brasileiro de Apoio a Peq. Empresa	Externa

Quadro 3 – Organizações sociais

Fonte: Adalberto C. Ribeiro (2008)

A partir da lista acima se elaborou o formulário (anexo A) que detectou as redes específicas de cada uma das organizações agroextrativistas. Obteve-se, assim, 04 redes que passaram a ser consideradas como “redes ego-centradas”. Pela análise dessas redes será possível perceber na estrutura social qual é o “perfil” do

capital social individual (DURSTON, 2000) das organizações sociais agroextrativistas.

Este tipo de enfoque puede resultar muy efectivo para obtener un formulário de datos relacionales de poblaciones grandes e puede combinarse com enfoques basados em los atributos [...] puede darnos uma imagen buena e fiable de los tipos de redes [...] en los quais se encuentra insertos individuos [na pesquisa, as organizações] [...] Tales datos pueden ser muy utiles para entender las oportunidades y restricciones que tienen los individuos, como resultado de la forma em la que están inserto em sus redes. (HANNEMAN, 2000, p. 14).

As listas que surgiram das entrevistas com as duas associações estão demonstradas no quadro 4 abaixo. Foram 19 (dezenove) organizações indicadas pela ASTEX/MA e 13 (treze) pela ASTEX/CA, totalizando 20 e 14 membros em cada rede respectiva.

Relação da ASTEX/MA	Relação da ASTEX/CA
1 ASTEX / CA	1 ASTEX / MA
2 CNPT AP	2 CNPT AP
3 CNS AP	3 CNS AP
4 COOPERALCA	4 COMARU
5 COMAJA	5 COOPERALCA
6 EFAEX-MA	6 COMAJA
7 FETAGRI	7 FETAGRI
8 SEAF/GEA	8 IBAMA Chico Mendes
9 IBAMA AP	9 INCRA AP
10 INCRA AP	10 MDA AP
11 IEPA AP	11 PMMZ
12 MDA AP	12 SEAF
13 PMMZ	13 SINTRA LJ
14 RAEFAP	
15 SEICOM	
16 SEMA AP	
17 SINTRA LJ	
18 UNB PROJETO USINA	
19 EFAEX CARVAO	

Quadro 4 – Org. relacionadas por ASTEX/MA e ASTEX/CA.

Fonte: Adalberto C. Ribeiro (2008)

Nas cooperativas, a COOPERALCA indicou 18 (dezoito) organizações e a COMARU relacionou 14 (quatorze), de acordo com o quadro 5, a seguir.

Relação da COOPERALCA	Relação da COMARU
1 ADAP AP	1. COGNIS
2 ASTEX / CA	2. EFAP PACIU AP
3 CNS AP	3 IEPA AP
4 CNPT AP	4 IMAFLORA
5 EFAEX CARVAO	5 NATURA
6 EFAEX-MA	6 SEICOM AP
7 FETAGRI	7 SEMA AP
8 SEAF/GEA	8 SINTRA LJ
9 MMA – Brasília	9 EMBRAPA AP
10 OCEAP AP	10 BASA Santana AP
11 IEPA AP	11 SEBRAE AP
12 MDA AP	12 FUNDAÇÃO ORSA
13 PMMZ	13 FSC BRASIL – certificador
14 PMLJ	14 COOP – Consultoria
15 IBAMA AP	
16 SEMA AP	
17 UNB PROJETO USINA	
18 SEICOM	

Quadro 5 – Org. relacionadas por COOPERALCA e COMARU

Fonte: Adalberto C. Ribeiro (2008)

Aplicou-se o mesmo formulário às organizações relacionadas (aos seus dirigentes ou chefes de departamentos, mas no geral a pessoa indicada pelos Diretores Presidentes entrevistados). Dessa forma foi possível gerar os sociogramas das organizações agroextrativistas, vislumbrando-se a estrutura de cada rede, como cada ator se relaciona (se unidirecional ou bidirecional), com que frequência e qual o grau de confiabilidade existente⁴⁹. Por exemplo, a rede da COMARU está configurada conforme o diagrama 1. Oportunamente, na discussão dos resultados dos achados da pesquisa serão feitas inferências analíticas sobre as redes de todas as 4 organizações.

⁴⁹ Cujá pergunta, na coluna 5 do anexo 1, a fim de evitar constrangimentos ao entrevistado, indagou se relação era 1. boa, 2. razoável, 3. ruim, 4. nenhuma das respostas e 5. não houve tempo. Entretanto, essa não foi uma pergunta fácil de responder pelos entrevistados. Notava-se certa apreensão nas respostas.

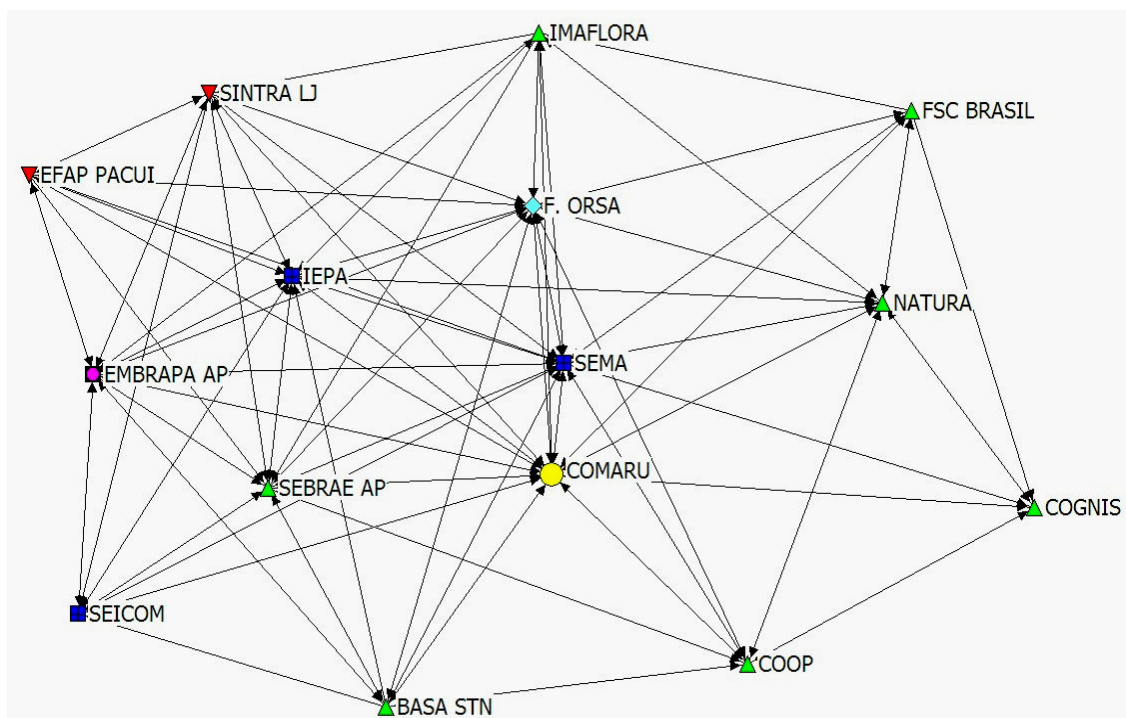


Diagrama 1 – Sociograma - Rede social da COMARU

Fonte: Adalberto C. Ribeiro (2008)

A análise dos sociogramas se concentrou em dois aspectos das redes: 1) os nós que representam os atores – as organizações e 2) as linhas/setas que representam as relações unidirecionais ou bidirecionais. A análise foi centrada nas relações entre os atores e não nos atores individuais.

Para efeitos de distinção e de análise de poder foram considerados os atributos de cada ator. Por exemplo: entre um órgão como a Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA e uma entidade privada como a Associação da Escola Família Agrícola do Pacuí – EFAP/Pacuí é possível haver forças de poder diferenciadas.

Com os gráficos das 04 redes, separados, foram feitos estudos comparativos inferindo-se características particulares de cada uma delas, bem como pontos em comum. Foram, ao todo, aplicados 68 (sessenta e oito) formulários. Existem casos onde uma organização faz parte de, pelo menos, 03 (três) redes, como é o caso do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Laranjal do Jarí – SINTRA/LJ. Noutros, faz parte só de uma delas, caso da Prefeitura Municipal de Laranjal do Jarí – PMLJ.

Além de gerar sociogramas o programa produziu uma série de tabelas específicas que mostram a posição de cada ator na sua rede. Para cumprir os objetivos da tese se optou pelas tabelas que demonstram medidas de centralidade porque elas podem retratar melhor as relações de poder ou de prestígio dos atores.

São elas:

- 1) centralidade do grau;
- 2) de intermediação; e,
- 3) de proximidade.

Assim, foi possível verificar o grau de entrada e grau de saída das relações das organizações investigadas. Se uma organização recebe muitas relações (tem muitas entradas; é muito procurada) pode ser que ela tenha prestígio na rede resultando daí sua importância na estrutura social. A isso se chama centralidade do grau. Veja-se o exemplo abaixo, com a tabela 2, o caso da rede social da COMARU.

Tabela 2 – Centralidade do Grau. Rede social da COMARU

1	2	3	4	5	6
Posição	Org.	OutDegree	InDegree	NrmOutDeg	NrmInDeg
1	COMARU	14.000	13.000	100.000	92.857
13	F. ORSA	12.000	12.000	85.714	85.714
8	SEMA	11.000	13.000	78.571	92.857
4	IEPA	10.000	11.000	71.429	78.571
10	EMBRAPA	9.000	9.000	64.286	64.286
9	SINTRA LJ	8.000	6.000	57.143	42.857
6	NATURA	8.000	8.000	57.143	57.143
5	IMAFLOA	8.000	6.000	57.143	42.857
11	BASA STN	8.000	5.000	57.143	35.714
12	SEBRAE AP	7.000	7.000	50.000	50.000
15	COOP	7.000	7.000	50.000	50.000
14	FSC BRASIL	6.000	4.000	42.857	28.571
3	EFAP PACUI	6.000	5.000	42.857	35.714
7	SEICOM	5.000	7.000	35.714	50.000
2	COGNIS	3.000	5.000	21.429	35.714
ESTATISTICAS DESCRITIVAS					
1	Média	8.133	8.133	58.095	58.095
2	Mínimo	3.000	4.000	21.429	28.571
3	Máximo	14.000	13.000	100.000	92.857

Fonte: Adalberto C. Ribeiro (2008)

Pela tabela acima se verifica que a COMARU declarou que se relacionava com 14 (quatorze) outras organizações sociais o que justifica o seu grau de saída – 14000 (*OutDegree*). Contudo o grau de entrada (*InDegree*) é de 13000, o que provavelmente significa a sua importância na rede.

A estatística descritiva mostra que a média de entrada e saída é 8.133. Os números revelam o alto grau de entrada da COMARU com 92.857% uma vez que a média da rede é de 58.095%. Além da COMARU encontram-se acima da média a Fundação Orsa, SEMA, IEPA e EMBRAPA/AP.

Com a ferramenta UCINET dados quantitativos e qualitativos são gerados. Os primeiros porque o programa cria tabelas estatísticas. O segundo porque, com os sociogramas, inferências analíticas do quadro estrutural demonstrado são permitidas. Como se mostrará adiante serão caracterizados três tipos de capital social: 1) o capital social de ligação baseado na rede interna das organizações agroextrativistas, 2) o capital social de ponte que pode, dependendo

do caso, ser relacionado tanto a rede interna quanto externa, e 3) o de conexão com base na rede externa das organizações.

Com o estudo das 04 redes juntas, formando uma rede ampla e única, portanto uma quinta rede, surgiram às informações sobre todas as organizações, públicas ou privadas, governamentais ou não-governamentais, internas ou externas, que de um modo geral, direta ou indiretamente, intensamente ou não, se relacionam com as atividades econômicas da castanha-do-brasil e com as comunidades agroextrativistas que têm sua renda incrementada ou determinada por esse PFNM.

Verificou-se, assim, a densidade dessa quinta rede e onde estão alguns problemas que podem não estar permitindo a utilização de todo o potencial dela.

Na região sul do Amapá, como se verá adiante, os valores em dinheiro que movimentam as atividades econômicas, diretas ou indiretas, decorrentes da castanha-do-brasil, não podem ser considerados desprezíveis, até porque a pobreza rural e a concentração de renda no Estado (IBGE 2006, 2007) é um forte componente que afeta a vida das pessoas.

Com a aplicação dos 68 (sessenta e oito) formulários e lançadas às informações no *soft*, às redes foram completadas.

Em relação à segunda ferramenta (anexo B), o Questionário para Medir Capital Social Comunitário - QM-CSC, foi adaptada⁵⁰ a partir do Questionário Integrado para Medir Capital Social – QI-MCS, do Banco Mundial. Ela foi utilizada no nível domiciliar.

O conceito de capital social comunitário foi aceito a partir dos estudos de Jonh Durston (1999) sobre capital social campesino realizados na Guatemala e no Chile.

[...] reside no sólo em el conjunto de lãs redes de relaciones interpersonales, diadicas, sino em lãs estructuras que forman la institucionalidad de cooperación comunitária, em sus estructuras de gestión y sanción. Em el nível comunitário, lãs instituciones socioculturales funcionan cuando hay capital social; pero no funcionan gracias al capital social de uma persona o de um grupo em particular sino como uma propiedad de toda la comunidad (DURSTON, 1999, p. 41)

⁵⁰ Adaptada por Tereza Ximenes, Adalberto C. Ribeiro e Ricardo Santana.

O QM-CSC gera dados quantitativos. Contém cinco dimensões: 1) grupos e redes, 2) confiança e solidariedade, 3) ação coletiva e cooperação, 4) informação e comunicação, e 5) coesão e inclusão social.

Grupos e redes considera a natureza e a extensão da participação do membro da comunidade em vários tipos de organização social. Também considera a diversidade de associações de um determinado grupo, e como são selecionadas as suas lideranças.

Confiança e solidariedade busca levantar dados sobre a confiança em relação aos outros comunitários e aos provedores de serviços essenciais. Ação coletiva e cooperação investiga se e como os comunitários têm trabalhado com outras pessoas da sua comunidade, em projetos conjuntos e/ou como resposta a algum tipo de crise. Também leva em conta as conseqüências do não-cumprimento das expectativas em relação à participação.

Informação e comunicação é a dimensão reconhecida como fundamental para ajudar os comunitários a terem voz ativa em assuntos de seu interesse. Este grupo de questões explora os meios pelos quais os membros da comunidade recebem informações relativas às condições de mercado e serviços públicos e como tem acesso a infra-estrutura de comunicação. Por último tem-se coesão e inclusão social que abrange desde percepções gerais sobre o sentimento de comunhão e unidade social da comunidade, até experiências com exclusão.

Foram aplicados QM-CSCs nas comunidades rurais vinculadas as atividades econômicas da castanha-do-brasil, nos domicílios da região dos castanhais, onde a unidade familiar (o homem ou a mulher responsável) respondeu aos vários quesitos do questionário.

Para a escolha das comunidades partiu-se de alguns critérios.

1) No Assentamento Maracá:

- a) Existem 28 comunidades com aproximadamente 4.140 pessoas, ao todo, divididas no baixo, médio e alto Maracá (INCRA/AP, 2006). No baixo Maracá nenhuma comunidade foi pesquisada porque as famílias não têm ligação com as atividades econômicas da castanha-do-brasil. São as famílias do médio e alto Maracá que atuam nessa atividade extrativa;

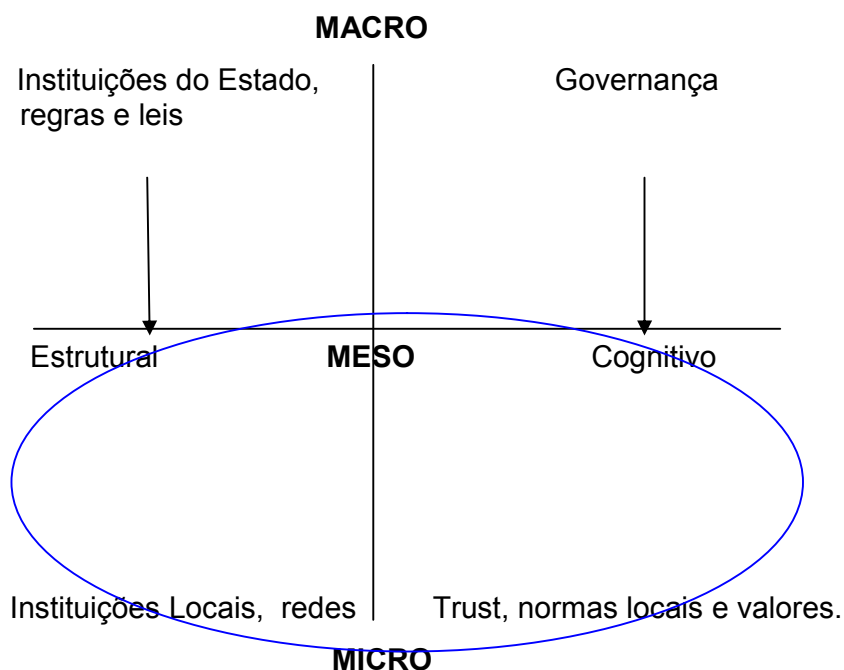
- b) Muitas unidades familiares que moram no médio Maracá possuem colocações⁵¹ no alto onde ficam os castanhais;
 - c) Na Vila Maracá, situada no médio Maracá, existem aproximadamente 156 (cento e cinquenta e seis) domicílios (aproximadamente 780 pessoas). Destes, algo em torno de 75 (setenta e cinco), são unidades familiares agroextrativistas com renda determinada ou complementada pela comercialização da produção de castanha-do-brasil de suas colocações. Esta foi uma das vilas escolhidas para compor a amostra da pesquisa;
 - d) Escolheu-se também a Vila Maruin onde habitam, em média, 19 (dezenove) unidades familiares, a grande maioria de castanheiros;
 - e) Na Vila Maracá foram aplicados 12 (doze) QM-CSCs e na Vila Maruin 02 (dois), totalizando 14 questionários;
 - f) Existem unidades familiares dispersas a margem do rio Maracá, mas não entraram nesta amostra. Calcula-se algo em torno de 114 (cento e quatorze) famílias no médio e alto Maracá que tem sua renda incrementada ou determinada pela comercialização da castanha-do-brasil;
- 2) na RESEX Cajarí:
- a) Existem 56 comunidades, mas são os habitantes do alto Cajarí que estão ligados à comercialização da castanha-do-brasil perfazendo um total de 12 comunidades, algumas na área de transição do médio para o alto;
 - b) Elegeu-se 06 (seis) comunidades residentes no alto Cajarí, na área de terra firme: 1) Sororoca com 13 (treze) unidades familiares; 2) Santa Clara com aproximadamente 13 (treze); 3) Água Branca do Cajarí, com 92 (noventa e duas) unidades familiares; 4) Açaizal com 10 (dez); 5) Marinho com 19 (dezenove) unidades; e 6) Martins com aproximadamente 17 (dezesete) unidades familiares;
 - c) Na comunidade de Água Branca do Cajarí se encontra a sede da ASTEX/CA;
 - d) Em Santa Clara está situada a COOPERALCA;

⁵¹ Unidade produtiva familiar formada pelas estradas de seringa (conjunto de seringueiras e pelas áreas de caca, pesca agricultura de subsistência e coleta de frutos (ALEGRETTI, 1994, p. 25). Na região em estudo, conjunto de castanheiras.

- e) Na RESEX Cajarí foram aplicados, ao todo, 21 (vinte e um) QM-CSCs sendo 02 em Sororoca, 03 em Santa Clara, 10 em Água Branca, 02 no Açaizal, 02 no Marinho e 02 em Martins.
- 3) Na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru – RDS-I:
- a) Existem 06 comunidades, mas unidades familiares agroextrativistas que mais comercializam a castanha-do-brasil são apenas três: Vilas do São Francisco do Iratapuru, Cachoeira de Santo Antônio e Padaria;
 - b) Contudo, a Vila de São Francisco do Iratapuru tem sido considerada a gestora da RDS-I, por intermédio da COMARU;
 - c) Na Vila São Francisco existem 41 unidades familiares com aproximadamente 185 pessoas entre idosos, adultos, jovens e crianças. Foi esta a comunidade escolhida porque vinculada a RDS-I. Lá foram aplicados 06 QM-CSCs.

Verifica-se que do ponto de vista da amostra, os percentuais, na média, ficaram sempre próximos dos 15% (quinze por cento) do universo. Um percentual que pode ser considerado bastante confortável. Por outro lado, à medida que os questionários iam sendo utilizados detectavam-se respostas sempre muito iguais e revelou-se certa homogeneidade nos aspectos socioculturais dos entrevistados, o que não significa que eles não tenham suas próprias diferenças.

O esquema 2 abaixo ilustra a dimensão onde a pesquisa com o QM-CSC se processou.



Esquema 2 - DIMENSÕES DO CAPITAL SOCIAL

Fonte: Grootaert e van Bastelaer (2002). Adaptado pelo autor

Foram para os aspectos estrutural e cognitivo, principalmente, que o QM-CSC se voltou, mas no nível meso, comunitário, conforme indicam as setas na figura acima, onde foram buscadas as principais informações sobre o capital social comunitário procurando-se entender as instituições locais, normas e valores e averiguadas as redes existentes nas comunidades agroextrativistas. Foi importante a pesquisa no nível domiciliar porque se obteve informações das relações entre associados e cooperados com suas organizações agroextrativistas.

Todavia, a figura acima também permite demonstrar que é no nível micro que se dão as manifestações de capital social individual das 4 organizações agroextrativistas. Ressalte-se que embora no nível micro, do capital social individual, a natureza das organizações é de representação coletiva uma vez que foram criadas para facilitar os possíveis arranjos coletivos que podem ser formados.

Tanto no nível meso como no micro, foi possível perceber as relações com o Estado, com os órgãos públicos e com atores políticos partidários, o que será discutido posteriormente.

4 SUPORTES TEÓRICOS

As categorias capital social, ação coletiva e desenvolvimento local subsidiam a discussão e argumentação dos questionamentos e hipótese formulados nesta tese.

4.1 CAPITAL SOCIAL

Foi a partir de Bourdieu (2004) e de Coleman (1988) que a categoria capital social ganhou elaboração mais refinada e a expressão foi introduzida no debate contemporâneo. Além deles destacam-se autores como Putnam (2002), Fukuyama (1996), Nan Lin (2001), Portes (2000), Ostrom e Ahn (2003) e Woolcock e Narayan (1998). Na América do Sul, Durston (1999; 2000) e no Brasil vários autores vem se dedicando aos estudos de capital social, dentre eles Franco (2001), Higgins (2005) e Barquero (2006).

Bourdieu (2004, p. 67), define capital social como

[...] conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma *rede durável de relações* mais ou menos institucionalizadas [...] ou, em outros termos, à *vinculação a um grupo*, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns [...], mas também são unidos por *ligações* permanentes e úteis. (grifos originais)

Para esse autor, o capital social é um ativo impessoal que oferece vantagens aos indivíduos, famílias ou grupos que estão mais bem relacionados. Bourdieu, assim, considera a assimétrica distribuição e reprodução do poder e das desigualdades sociais em seus estudos de capital social.

A noção de capital social impôs-se como o único meio de designar o fundamento de efeitos sociais que, mesmo sendo claramente compreendido no nível dos agentes singulares [...], não são redutíveis ao conjunto das propriedades individuais possuídas por um agente determinado. Tais efeitos [...], são particularmente visíveis em todos os casos em que diferentes indivíduos obtêm um rendimento muito desigual de um capital (econômico ou cultural) mais ou menos equivalente, segundo o grau em que eles podem mobilizar [...] (BOURDIEU, 2004, p. 67)

A questão é que as relações sociais são fundadas em trocas inseparavelmente materiais e simbólicas. O volume de capital social que um agente individual possui, por exemplo, depende da extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar e do volumes dos capitais econômico, cultural ou simbólico que são posses exclusivas de cada um daqueles a quem está ligado (BOURDIEU, 2004).

As redes de relações não são dados naturais, nem mesmo dados sociais, e sim produto do trabalho das pessoas para produzir e reproduzir relações duráveis e úteis que possam proporcionar lucros materiais ou simbólicos.

[...] A reprodução do capital social também é tributária do trabalho de sociabilidade, série contínua de trocas onde se afirma e reafirma incessantemente o reconhecimento e que supõe, além de uma competência específica (conhecimento das relações genealógicas e das ligações reais e arte de utilizá-las, etc.) e de uma disposição adquirida para obter e manter essa competência, um dispêndio constante de tempo e esforços [...] e também, muito freqüentemente, de capital econômico (BOURDIEU, 2004, p. 68).

O referido autor questiona o interesse estreito, da teoria econômica que fixa a atenção só no capital econômico convertível em dinheiro e institucionalizado em forma de direitos de propriedade porque os economistas

não podem dar conta da parte relativa que os diferentes agentes ou as diferentes classes concedem ao investimento econômico e ao investimento cultural por não considerarem, sistematicamente, a *estrutura* das chances diferenciais de lucro que lhes são destinadas pelos diferentes mercados, em função do volume e da estrutura de seu patrimônio (BOURDIEU, 2004, p. 73).

Bourdieu aplica suas categorias de “campo” e “*habitus*” para compreender os fenômenos do capital social. Um agente social ao estar dotado de *habitus* é ao mesmo tempo indivíduo e sociedade. Este conceito permite, seguramente, dar conta melhor das circunstâncias cotidianas. Do mesmo modo, o campo é compreendido a partir das relações de forças que o caracterizam, que dependem, por sua vez, da relação entre os diferentes recursos do próprio campo. Assim sendo, os recursos disponíveis na sociedade, inclusive o capital social, são distribuídos de maneira desigual, pois, fica assegurada a reprodução das posições de domínio dentro do campo de relações econômicas e, para os novos “jogadores” e

aos mais débeis, são impostas um conjunto de barreiras a fim de dificultar ou excluir essas classes do acesso aos bens sociais.

Sua idéia de que as redes sociais constituem um multiplicador das outras formas de capital (cultural, simbólico, monetário) é uma forma de falar para não confundir efeitos sociais com atributos individuais. O eventual efeito potencial multiplicador dependerá exatamente do montante de recursos que estão nas redes, e ainda, se tais recursos estarão disponíveis ou não. Ele tem, portanto, uma análise de capital social voltada para a estrutura social e econômica onde estão inseridos indivíduos e classes sociais.

A perspectiva de Bourdieu sofreu várias críticas. Portes (2000) a considera instrumental, pois o modelo estaria baseado no proveito pessoal que os indivíduos obtêm ao participarem de determinadas estruturas sociais (uma perspectiva individualista).

Ao longo de toda a sua análise, Bourdieu acentua a conversibilidade das diversas formas de capital e a redução, em última instância, de todas essas formas a capital econômico, definido como trabalho humano acumulado (PORTES, 2000, p. 135)

Na perspectiva de Bourdieu os atores por meio do capital social, poderiam acessar recursos econômicos (empréstimos subsidiados, por exemplo), aumentar o capital cultural (contatos com especialistas ou pessoas cultas), ou poderiam filiar-se em instituições que conferem credenciais valorizadas. Por isso, a aquisição de capital social requereria um investimento de recursos tanto econômicos como culturais. Ocorre, lembra Portes, que os processos que produzem as diferentes formas de capital social não são sempre redutíveis a capital econômico. Cada forma possui a sua própria dinâmica. Por exemplo: nas trocas econômicas, a característica é por menor transparência e maior incerteza.

Bourdieu é também questionado por Ostrom e Ahn (2003) que consideram a abordagem dele presa ao acesso de indivíduos a redes pessoais favoráveis conforme a posição de classe. Caracterizam sua abordagem como “minimalista” porque assim o capital social pertenceria a cada indivíduo, às vezes à custa dos demais.

De todo modo, apesar das críticas, a literatura reconhece em Bourdieu o foco político que foi dado às redes sociais que constituem um multiplicador das outras formas de capital (cultural, simbólico, monetário).

No centro de sua análise está o suposto de que a estrutura social é constituída de campos de lutas pelo poder. Logo, para o autor, o conflito é inerente ao conceito de capital social, que, como todas as demais formas de capital, é distribuído de forma desigual. (ALBAGLI; MACIEL, 2002)

Em Coleman (1988) o foco é utilitarista (PORTES, 2000; HIGGINS, 2005). Ele é um dos autores que mais contribuiu para o desenvolvimento e difusão do conceito de capital social. Definiu capital social partindo de sua função como uma

[...] variedade de entidades de dois elementos em comum: todas elas consistem num certo aspecto das estruturas sociais e facilitam determinadas ações dos atores – pessoas ou atores coletivos – no interior da estrutura (COLEMAN, 1988, S98)

O ponto de partida de Coleman consistiu em comparar como a Sociologia e a Economia entendem ação social e ator social, tentando fazer a síntese das duas concepções para chegar ao entendimento de que o indivíduo age com metas e interesses e atua dentro dos limites do seu entorno social. Considera que na estrutura social o capital social cumpre a função de servir como recursos para que os atores individuais atinjam suas metas e satisfaçam seus interesses. Pelo menos três grupos de elementos fazem parte dessa funcionalidade: 1) obrigações, expectativas e lealdade, 2) canais de informação e 3) normas e sanções estabelecidas. Os primeiros podem contar com diversos graus de reciprocidade, dependendo do tempo e do motivo. Os canais de informação reduziram custos através de pessoas que têm informações pertinentes e as compartilham com a rede social. O terceiro tem por função específica inibir comportamentos negativos que debilitam o capital social.

Segundo Ximenes (no prelo), Coleman destaca que

Assim como outras formas de capital, o capital social é produtivo, possibilitando a realização de certos objetivos que seriam inalcançáveis se ele não existisse [...]. Por exemplo, um grupo cujos membros demonstrem confiabilidade e que depositem ampla confiança uns nos outros é capaz de realizar muito mais do que outro grupo que careça de confiabilidade e confiança [...]. Numa

comunidade rural [...] onde um agricultor ajuda o outro a enfardar o seu feno e onde os implementos agrícolas são reciprocamente emprestados, o capital social permite a cada agricultor realizar o seu trabalho com menos capital físico sob a forma de utensílios e equipamentos.

Colemam (1988) reconhece diferenças entre estruturas sociais. Considera as necessidades concretas que levam a interação social, a existência de fontes alternativas de recursos, o grau de afluência dos recursos, a capacidade de gestão que pessoas têm para obter ajuda, a coesão de redes sociais e a logística que dinamiza mais ou menos os contatos sociais. Mas ele não é explícito em reconhecer estruturas sociais excludentes que impedem o acesso de indivíduos ou grupos a recursos de que precisam. Contudo, possui o mérito de introduzir e conferir visibilidade ao conceito na sociologia americana.

Colemam (1988) dá uma boa contribuição quanto à importância do capital social para a criação de capital humano. Contudo, segundo Portes (2000), ele não distingue os recursos existentes em si mesmos, da capacidade que a própria sociedade tem de obtê-los em virtude da pertença a diferentes estruturas ou grupos sociais. Também não esclarece, nas trocas mediadas por capital social, a distinção que faz entre as motivações dos atores. Por exemplo, de beneficiários e de doadores: a disposição de beneficiários em acessar recursos é compreensível, mas as motivações dos doadores são mais complexas e muitas vezes a doação está motivada por uma ação que requer um rendimento imediato, embora possa aparentar o contrário.

Para Colemam existem dois enfoques que podem explicar o comportamento dos sistemas sociais. Um depende de amostras de casos do sistema social. O outro verifica a forma como funciona os processos internos do sistema. Ele adota o segundo enfoque e seu ponto de partida são as normas. A imagem do ser humano que exige uma teoria que começa no âmbito dos sistemas sociais é o *homo sociologicus*, um elemento socializado do sistema social (COLEMAM, 1988). Sua inspiração consiste no estudo cuidadoso das regras sociais dentro das quais atua um conjunto de pessoas, mas o seu ponto de vista é o da teoria dos jogos. A principal contribuição foi sem dúvida destacar o caráter do bem público do capital social e que ele pode circular na sociedade, em muitos aspectos, beneficiando a todos indiscriminadamente.

Os estudos de Coleman também foram criticados. Ao contrário de Bourdieu, ele está interessado na coexistência pacífica entre o homem e a sociedade, como dois sistemas de ação que se intersectam. Acredita que não existe nenhuma relação na idéia de que o comportamento sistêmico é o produto das ações intencionais e orientações dos indivíduos. Para ele, este resultado é uma consequência não predizível e não intencional das ações individuais (PORTES, 2000).

Sua perspectiva utilitarista do capital social parte do suposto de que a cooperação social se dá naturalmente ficando as diferenças de classes minimizadas. O ator social é, por excelência, tido como o indivíduo em sentido abstrato, sem história, sem arraigo social, sendo sua estratégia dominante o princípio da maximização. Não há motivações coletivas. É como se houvesse uma cooperação não intencional de jogadores egoístas (DURSTON, 1999).

A perspectiva de Coleman, portanto, fica embasada pela sua falta de questionamento as histórias vividas por cada indivíduo quando não valoriza que eles encontram-se em diferentes graus e em diferentes possibilidades para acessar qualquer tipo de recurso, inclusive recursos do capital social.

Ostrom e Ahn (2003) destacam em Coleman o aspecto positivo do bem público do capital social: quando, por exemplo, a estrutura normativa em Jerusalém permite as mães sentirem-se seguras o suficiente para deixar seus filhos pequenos brincarem fora das casas. É que o capital social alcança os atores não só em suas metas individuais, mas também em metas coletivas. Pode ajudar a resolver problemas de ação coletiva beneficiando a todos os indivíduos de uma dada estrutura social.

Com Putnam (2002) o capital social se reveste de características macro na escala de comunidades e cidades. Um bom estoque de capital social superaria dilemas de ação coletiva.

A cooperação voluntária é mais fácil numa comunidade que tenha herdado um bom estoque de capital social sob a forma de regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica. Aqui capital social diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando ações coordenadas [...] O capital social facilita a ação espontânea (PUTNAM, 2002, p. 177). (grifo nosso)

Na prática, o volume de capital social foi identificado por Putnam com o nível de envolvimento associativo e de comportamento participativo numa comunidade, sendo medido por indicadores de leitura de jornais, a participação em associações voluntárias e a expressão de confiança em autoridades políticas. Ele cita a instituição da poupança informal, a associação de crédito rotativo, para explicar que o capital social facilita a cooperação espontânea. Putnam também vê nas características específicas dessa modalidade de capital – confiança, normas e cadeias de relações sociais – o fato de que ele normalmente se constitui em um bem público, ao contrário do capital convencional, que normalmente é um bem privado.

Como todos os bens públicos, o capital social costuma ser insuficientemente valorizado e suprido pelos agentes privados (PUTNAM, 2002). A confiança é um dos seus componentes básicos. Ela promove a cooperação.

Quanto mais elevado o nível de confiança numa comunidade, maior a probabilidade de haver cooperação. E a própria cooperação gera confiança. A progressiva acumulação de capital social é uma das principais responsáveis pelos círculos virtuosos da Itália cívica. (PUTNAM, 2002, p. 180).

Mas, adverte o autor que a confiança necessária para fomentar a cooperação não pode ser uma confiança cega, implica uma previsão do comportamento de um ator independente.

Em comunidades pequenas e coesas, tal previsão pode basear-se no que Bernard Williams denomina 'confiança irrestrita', ou seja, a que resulta do convívio íntimo com *aquela* pessoa. Em contextos mais amplos e complexos, porém, é preciso haver uma forma de confiança mais impessoal ou indireta [...]. (PUTNAM, 2002, p. 181).

A confiança está apoiada às formas de reciprocidade. Baseado em estudos da Antropologia, Putnam diz que existem dois tipos de reciprocidade: a balanceada ou específica e a generalizada ou difusa. A primeira consiste numa permuta simultânea de elementos de igual valor. A segunda, numa contínua relação de troca que a qualquer momento apresenta desequilíbrio ou falta de correspondência, mas que supõe expectativas mútuas de um favor concedido hoje venha a ser retribuído no futuro. Desse modo, o capital social faz parte de um amplo sistema de intercâmbio social. As regras são incutidas e sustentadas tanto por meio

de condicionamento e socialização (por exemplo, educação cívica) quanto por meio de sanções.

Toda sociedade – moderna ou tradicional, autoritária ou democrática, feudal ou capitalista – se caracteriza por sistemas de intercâmbio e comunicação interpessoal, tanto formais quanto informais. Alguns desses sistemas são basicamente “horizontais”, congregando agentes que têm o mesmo status e o mesmo poder. Outros são basicamente “verticais”, juntando agentes desiguais em relações assimétricas de hierarquia e dependência. Na realidade, quase todos eles combinam ambas as características [...] (PUTNAM, 2002, p. 182)

Ainda em relação a Putnam, há dois pontos importantes a serem destacados: 1) as relações clientelistas e, 2) as de parentesco. As primeiras envolvem permuta interpessoal e obrigações recíprocas, mas a permuta é vertical e as obrigações assimétricas, uma “amizade desequilibrada”. Nas segundas, os laços de parentesco desempenhariam um papel especial na solução dos dilemas da ação coletiva.

A principal crítica a Putnam vem de Alejandro Portes: o problema fundamental da tese de Putnam é a sua circularidade lógica. O capital social torna-se simultaneamente uma causa e um efeito. Por um lado, leva a resultados positivos (uma menor incidência criminal, por exemplo), mas a sua existência é inferida desses mesmos resultados. As cidades bem governadas e em progresso econômico conseguem esse feito por deterem um elevado capital social. As cidades pobres não possuem essa virtude cívica. Dito de outro modo, se uma cidade é cívica, faz coisas cívicas, se não o é não as faz. Em Putnam a definição de capital social torna-se tautológica (PORTES, 2000).

Fukuyama (1996) também centra suas análises de capital social em grande escala, mas observando o comportamento de países e não de cidades. Analisa a premissa neoclássica de que os seres humanos são indivíduos maximizadores da utilidade racional, em relação a indivíduos que podem também perseguir objetivos não utilitários. Ele destaca o papel das culturas sublinhando a variedade delas e afirma que há um enorme aspecto de adaptações culturais a situações econômicas semelhantes que sugerem que nem todas possam ser igualmente racionais.

Fukuyama (1996, p. 36) *apud* Mark Granovetter (1995)

As pessoas são inseridas numa variedade de grupos sociais – famílias, vizinhanças, redes, companhias, igrejas e nações – a cujos interesses elas têm que contrapor os seus. As obrigações que os indivíduos sentem para com suas famílias não nascem de um simples cálculo de custo-benefício, mesmo que a família explore um negócio; ao contrário, o caráter do negócio é que é moldado por relações familiares preexistentes. Os trabalhadores nunca são meros números no quadro organizacional de uma companhia; eles desenvolvem solidariedade, lealdades e idiossincrasias que configuram a natureza da atividade econômica. Em outras palavras, o comportamento social, por conseguinte moral coexiste com um comportamento auto-interessado e maximizador de utilidade em diversos níveis (grifo nosso).

A confiança é para Fukuyama, a expectativa que nasce no seio de uma comunidade de comportamento estável, honesto e cooperativo, baseado em normas compartilhadas pelos membros dessa comunidade. Não obstante, esclarece ele, não é suficiente que os membros da comunidade esperem comportamento regular. Existem muitas sociedades em que há expectativa de que outras pessoas trapaceiem regularmente. Nesse caso o comportamento é regular, mas desonesto, e leva a um déficit de confiança. Depois de repetidas interações entre os indivíduos é possível haver cooperação entre eles porque os atores passam a apostar na honestidade e integridade, na reputação, um do outro. Nessa ótica, o capital social seria, portanto, produto espontâneo dos jogos repetidos do dilema do prisioneiro.

Capital social

[...] é uma capacidade que decorre da prevalência de confiança numa sociedade ou em certas partes dessa sociedade. Pode estar incorporada no menor e mais fundamental grupo social, a família, assim como no maior de todos os grupos, a nação, e em todos os demais grupos intermediários. O capital social difere de outras formas de capital humano na medida em que é geralmente criado e transmitido por mecanismos culturais como religião, tradição ou hábito histórico (grifos nossos) (FUKUYAMA, 1996, p. 41).

Para Fukuyama a função econômica do capital social consiste em reduzir os custos de transação próprios da coordenação formal de contratos, hierarquias, regras burocráticas. Nenhum contrato pode especificar todas as contingências possíveis que podem aparecer entre as partes. Então, deve pressupor certa quantidade de boa intenção para prevenir que as partes levem vantagens não previstas no acordo formal. Por outro lado, a função política do capital social numa sociedade democrática consistiria em frear vícios do excessivo individualismo em

favor do compromisso com assuntos públicos. Segundo ele, numa sociedade civil densa, é muito provável a existência de um significativo nível de capital social.

Quando não existe uma sociedade civil densa é comum que os efeitos do capital social sejam perversos devido seus baixos níveis e, geralmente, há necessidade do Estado intervir para qualificar melhor os níveis desse recurso. Fukuyama tem apresentado as sociedades latino-americanas como exemplos de vazios de capital social devido os altos níveis de corrupção, mas isso tem sido muito discutido na literatura.

Fukuyama parece valorizar mais o capital social coletivo quando diz que este “é baseado no predomínio de virtudes sociais e não apenas individuais”, contudo, isso não fica absolutamente claro. Considera a complexa divisão de trabalho da sociedade industrial fazendo questão de se referir à rubrica geral que Durkheim chamou de “solidariedade orgânica”. É mais razoável considerar que a análise de Fukuyama para capital social admite o termo tanto como um ativo de indivíduos como de grupos sociais.

Lin (2001), por seu turno, reconhece que o capital social é um recurso – entre vários outros – que pode ser manejado tanto em nível individual como grupal, conforme as oportunidades e coações específicas de cada um deles. É o acesso e o controle sobre estes recursos que determina a posição de cada ator e sua margem de manobra a respeito dos demais atores na estrutura social onde se encontram inseridos. Para Nan Lin capital social é 1) investimento em relações sociais com expectativas de conseguir benefícios no mercado, 2) recursos embebidos na estrutura social que são acessíveis ou que podem ser mobilizados mediante ação intencional, 3) recursos acessíveis mediante as conexões sociais.

Segundo Ximenes (no prelo), Lin entende o capital social

como um conjunto de recursos enraizados nas redes sociais que são acessíveis e utilizados pelos indivíduos nas suas ações. Considera a rede social como um conjunto formado por atores que compartilham um mesmo interesse, num processo de reconhecimento mútuo e argumenta que o capital social “enquanto investimento nas relações sociais com resultados esperados no mercado deve ser definido como recursos inseridos na estrutura social que são acessíveis e/ou mobilizados para a concretização de um objetivo” [...].

Ainda de acordo com Ximenes, as argumentações de Lin sobre as conexões dos atores em rede apresentam quatro fatores para explicar o modo como

os recursos condicionam os resultados das ações dos indivíduos: a) os laços sociais colocados em posições estratégicas fornecem aos atores informações úteis sobre oportunidades e escolhas; b) esses laços influenciam os agentes; c) os laços sociais podem ser concebidos como credenciais que garantem as possibilidades individuais de aceder a recursos das redes; d) as relações sociais reforçam a identidade e o reconhecimento ao direito de determinados recursos.

Portanto, Lin (2001) explora o espaço entre a micro e macro estrutura social e privilegia os tipos de interação que geram o manejo instrumental do capital social. Sua análise das motivações dos atores parece considerar tanto a noção de escolha racional do individualismo metodológico como de holismo ou estruturalismo. Por outro lado, quando Lin et al (1981) fundamentaram a análise de seu trabalho sobre as redes sociais, destacaram a força dos “laços fortes”.

Por sua vez, Granovetter (1985) que usa o termo *embeddedness*, referindo-se a noção de que os indivíduos estão “encaixados” numa extensa rede de relacionamentos interpessoais, destacou a força dos “laços fracos”. Enquanto num laço forte a relação é de elevada dose de tempo com feição emocional, confiança e reciprocidade, podendo perder sua funcionalidade com o tempo, o laço fraco envolve transações pontuais entre os agentes onde a identidade dos indivíduos é de somenos importância e questões de confiança e reciprocidade ficam relativizadas. Além disso, os laços fracos teriam maior probabilidade de gerar informações novas e agregar valor ao relacionamento.

Portes (2000), um dos principais críticos do capital social, confirma que o conceito “ocupa um lugar bem definido na teoria sociológica”. Mas, alerta para o risco de extensões excessivas que podem por em perigo o valor heurístico do termo. Segundo ele, a verdadeira fonte dos benefícios do capital social está nas relações com outros indivíduos e não no próprio indivíduo. É preciso levar em conta também que a motivação de terceiros em tornar recursos disponíveis não é uniforme.

Para ele existiriam, quatro fontes desse recurso social. A primeira vinculada a motivações altruístas. Ocorre quando indivíduos podem pagar suas dívidas no prazo estipulado, dão esmolas para fins caritativos, obedecem às regras de trânsito por se sentir nessa obrigação, por exemplo. A segunda vinculada a motivações instrumentais ocorre quando, por exemplo, o capital social é visto como acumulação de obrigações para com terceiros. Uma terceira fonte seria a “solidariedade confinada”. Por exemplo: quando trabalhadores estão numa situação

comum acabam aprendendo a identificarem-se uns com os outros e a apoiarem mutuamente as próprias iniciativas. A quarta fonte “mergulha as suas raízes clássicas na teoria durkheimiana da integração social e da capacidade de sancionamento pelos rituais de grupos”.

Não obstante, o capital social pode ter também efeitos negativos. Portes destaca que estudos recentes identificaram, pelo menos, quatro consequências negativas: 1) exclusão dos não-membros, 2) exigências excessivas a membros do grupo, 3) restrições à liberdade individual, e 4) normas de nivelção descendente .

Woolcock; Narayan (1998) definem capital social como as normas e redes que permitem a ação coletiva. Esses autores investigam a possibilidade de efeitos benéficos de capital social em cidades, comunidades ou agrupamentos de pobres. Segundo eles, o capital social faz parte de uma sabedoria que surge da experiência de que pertencer a clubes exclusivos requer conhecer as pessoas do clube em questão e que as maneiras de conseguir empregos sugere ter amigos em postos importantes. Assim

[...] la intuición nos dice que la idea básica de capital social es que la familia, los amigos y socios de una persona constituyen un activo de suma importancia, al que puede recurrir en momentos de crisis, disfrutar como un fin en si mismo y, también, utilizar para obtener ganancias materiales (WOOLCOCK; NARAYAN, 1998).

Woolcock; Narayan distinguiram o capital social em quatro visões 1) a comunitária, 2) a de redes, 3) institucional e 4) a sinérgica. A primeira visão é identificada com as organizações locais como clubes, associações e grupos cívicos. Esta perspectiva tem contribuído para análises da pobreza porque destaca o papel e o apoio decisivo que representam os laços sociais fortes para os pobres enfrentarem riscos e vulnerabilidades.

Na segunda, os autores reconhecem a possibilidade de se enxergar tanto as vantagens como as desvantagens do capital social. Por exemplo, a importância que pode ter tanto organizações verticais bem como as horizontais, desde que sejam consideradas as relações que se dão dentro das organizações e entre elas, assim como com os agentes diversos. Aqui, considera-se que o capital social pode ser uma faca de dois gumes que pode gerar tanto uma variedade de serviços muito valiosos para a comunidade ou grupos, mas também implicar em

custos de exigências não-econômicas que podem repercutir negativamente para a comunidade (as lealdades podem ser tão fortes a ponto de prejudicar esforços coletivos).

Na terceira visão sustentam que a vitalidade das redes comunitárias e da sociedade civil, em grande parte, deve-se ao resultado do seu contexto político, legal e institucional. Por este enfoque a capacidade dos grupos sociais mobilizarem-se por interesses coletivos depende precisamente da qualidade das instituições formais com as quais funcionam.

Na quarta propõem juntar as duas anteriores numa sinergia entre governo e ação cidadã para estimular o desenvolvimento (esse é o enfoque adotado pelo Banco Mundial).

Para Woolcock; Narayan (1998) o maior mérito do capital social é que oferece uma porta de entrada verossímil para as questões sócio-políticas, numa perspectiva ampla e interdisciplinar que permite abordar questões urgentes da época atual.

Ostrom; Ahn (2003), de outro modo, distinguiram as abordagens do capital social em três tendências que chamam de: 1) visão minimalista – o capital social como conexões individuais; 2) visão de transição – a natureza de bem público do capital social; e 3) visão expansionista – que estabelece a relação entre capital social, ação coletiva e políticas públicas.

Conforme essas autoras a primeira visão seria representada por Burt, Bourdieu e Loury. Ela se encontra com maior frequência nas análises de redes sociais onde as bases do capital social são compreendidas como o acesso das pessoas a redes pessoais favoráveis. Dão como exemplo o filho de uma família de classe alta que goza de vantagens em seus negócios devido às conexões que o pai já tem estabelecido.

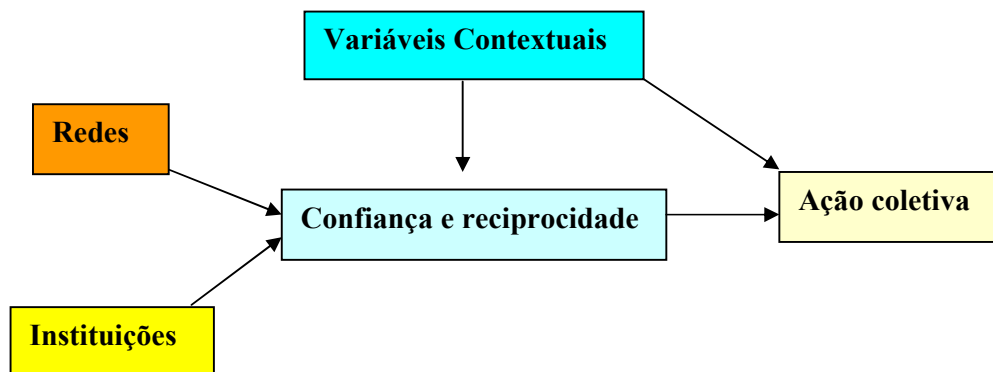
A visão de transição seria representada por Coleman e apresentaria uma interpretação mais ampla de capital social na medida em que o considera como um bem público. Esse seria o grande avanço em relação à visão anterior.

Na visão expansionista os representantes seriam Ostrom, Schroeder, Wynne, Gardner e Walker. Teria havido a ampliação do conceito de capital social de tal maneira que ele teria se tornado atrativo tanto para os teóricos como para os geradores de políticas de hoje em dia.

Ostrom; Ahn (2003) sustentam que o conceito de capital social deve localizar-se nos esforços para ajudar nas teorias da racionalidade e da “ação coletiva de segunda geração”⁵² e nos esforços para criar uma teoria condutual da ação coletiva se beneficiando da perspectiva do capital social. Baseados numa revisão do conceito de capital social apresentam uma perspectiva que realça sua qualidade para a formulação de políticas públicas.

Segundo as autoras, formas de capital social e suas configurações específicas interagindo com outros fatores, facilitam a ação coletiva. Consideram que o capital social adota muitas formas. O conceito abarca os aspectos da confiança, normas de reciprocidade, redes de participação civil, regras e leis, portanto, afetando as expectativas dos indivíduos acerca dos padrões de interação que os grupos de indivíduos introduzem em alguma atividade. Como outras formas de capital, pode abrir portas e fechar outras, e como o capital físico e humano pode possuir um lado obscuro.

Ostrom; Ahn (2003, p. 10) vêem o “capital social como um atributo dos indivíduos e de suas relações, que acrescenta suas habilidades [ou capacidade] para resolver problemas de ação coletiva”. Note-se o esquema 3.



Esquema 3 – Formas de capital social e sua vinculação com a ação coletiva
 Fonte: Ostrom & Ahn (2003)

Um dos autores que estuda capital social na América do Sul e Central é John Durston (1999; 2000). Suas investigações empíricas se baseiam em comunidades camponesas da Guatemala e Chile.

⁵² Ação coletiva de segunda geração, segundo Ostrom e Ahn, se referem ao conjunto de estudos que tentam aproveitar o aporte teórico sobre capital social.

Para Durston (1999; 2000), compreender as formulações fundacionais do capital social diz respeito a dois aspectos: 1) que se fala de capital social no sentido de que é um recurso (ou uma via de acesso a recursos), 2) que em combinação com outros fatores, permite lograr benefícios para os que o possuem. Ele reconhece que as fontes do capital social estão nas normas e em redes de intercâmbio recíproco e solidário. As normas são partes de certas culturas e se transmitem de geração em geração, principalmente através da socialização no interior das famílias. Redes de intercâmbio, por outro lado, se baseiam na confiança que surge de laços de parentesco, vizinhança, amizade, e sentimento de pertencimento a um mesmo grupo étnico. Entende por capital social

[...] el contenido de ciertas relaciones y estructuras sociales, es decir, las actitudes de confianza que se dan en combinación con conductas de reciprocidad y cooperación. Ello constituye un capital em el sentido de que proporciona mayores beneficios a quienes establecen este tipo particular de relaciones y que puede ser acumulado (DURSTON, 1999, p. 15). (grifos originais)

Para ele, o marco teórico do capital social teria raízes antropológicas. O conceito de “reciprocidade”, por exemplo, teria se fundamentado sobre a base do clássico “Ensaio sobre o Dom” de Marcel Mauss. Segundo ele, outros antropólogos como Firth e Foster, por exemplo, contribuíram com os conceitos de “organização social” e “contratos diádicos” para o debate. O autor deixa margem para um pergunta importante.

Afinal: capital social é uma teoria? Para alguns o termo não aporta suficientes elementos novos para que seja considerado um marco teórico (PORTES, 2000). Para outros, trata-se de um conceito sensibilizador que dirige atenção para a importância da sociabilidade (ESPINOZA, 1999). Durston entende haver um conjunto de hipóteses que pugnam por um “paradigma emergente”, ainda que incipiente, rico em conceitos correspondentes a realidades sociais altamente relevantes para o desenho de programas que possam promover a participação cívica e a superação da pobreza.

Justifica sua compreensão dizendo que o discurso fundacional é mais completo do que alguns críticos reconhecem; que os mesmos críticos vêm enriquecendo ainda mais o conceito porque as críticas, em geral, são construtivas. Por exemplo, mesmo com as críticas sobre o caráter tautológico dos estudos de

Putnam (2002), ele contabiliza muitos méritos quando admite que as fontes do capital social surgem das normas e redes de intercâmbio recíproco e solidário e que afetam tanto o desenvolvimento capitalista exitoso como a democracia liberal. Por outro lado, sobre a forte determinação histórica – *path dependence* – para que processos virtuosos pudessem ocorrer ou não, os críticos parecem ter razão. Neste sentido, a crítica foi positiva porque em Putnam parece que a estrutura social é algo mecânico, fixo, imutável (DURSTON, 1999, 2000).

Outro ponto importante em Durston (2000) é quando alerta que as populações humanas se organizam em sistemas totais que operam em vários planos em formas simultâneas e complementares: no plano material se relacionando com o meio ambiente físico e tecnológico; no plano organizacional em seus aspectos jurídicos, estatal e de organização comunitária; e, no plano ideal e simbólico, com seus valores, aspectos cognitivos e crenças. Vendo dessa maneira é admissível mudanças nos intercâmbios sociais possíveis de alterar o sistema para um processo que possibilite uma transição profunda na sociedade. Visto desse modo a percepção determinista do *parth dependence* cai por terra.

Outra questão importante levantada por esse autor: capital social é um atributo de comunidades? Bourdieu tem sido criticado porque seria um autor com visão reduzida do problema privilegiando o aspecto econômico e por isso sua abordagem seria instrumental (OSTROM; AHN, 2003; PORTES, 2000).

No entendimento de Durston (1999; 2000), ao contrário, tanto Bourdieu quanto Coleman fazem extensas referências ao capital social como atributos de grupos sociais, coletividades e comunidades. Segundo ele, o primeiro sublinha a necessidade de se realizar “investimentos orientados a institucionalização das relações grupais” enquanto o segundo refere-se ao capital social como um bem público, um atributo de estruturas sociais nas quais pessoas se encontram imersas. Capital social, portanto, pode beneficiar a todos, e não, somente, primeiramente a indivíduos.

Em geral, tanto na Sociologia como na Antropologia as “instituições” são tratadas mais como atributos de comunidades do que de indivíduos. A natureza das relações não é uma soma de interações entre indivíduos que responde a decisões de interesse pessoal, senão de sistemas complexos que surgem da co-evolução dessas decisões e interações. Entendendo assim, as críticas feitas a Bourdieu, por exemplo, ficam anuladas (DURSTON, 2000).

Pretendendo, ao que parece, superar o problema sobre os atributos do capital social, Durston postula a existência de duas formas diferentes do conceito: o individual e o comunitário. Assim, contribui para que se supere qualquer debate que lembre posturas “sobresociologizadas” (valorização dos aspectos coletivos), bem como “subsociologizadas” (valorização dos aspectos individuais). Remete a questão para dois problemas fundamentais do marco conceitual do capital social: 1) detectar os princípios do funcionamento dos sistemas sociais, 2) entender como se dá a interface das ações individuais com sistemas que emergem delas. Para Durston a teoria da complexidade pode ser um bom aporte para o entendimento do capital social comunitário, enquanto que a teoria antropológica da organização social pode esclarecer sobre ações individuais emergindo de sistemas específicos.

Contudo, tanto o capital social individual como o comunitário são partes de uma mesma cultura compartilhada e internalizada pelos indivíduos que compõem uma comunidade. O capital social comunitário é a institucionalidade formal e informal que integra as normas culturais de confiança entre indivíduos, por um lado, com as práticas de cooperação entre todos os membros de um sistema social. Os aspectos individuais e coletivos se complementam. Por outro lado, mecanismos precursores do capital social comunitário abarcam as expectativas de reciprocidade dos indivíduos como as sanções comunitárias das normas.

Os dois conceitos acima são igualmente válidos e se complementam, embora sejam heurísticamente distintos. O capital social individual se manifesta principalmente nas relações sociais que tem a pessoa com laços de confiança e reciprocidade e se estende por intermédio de redes ego-centradas. O comunitário, ao contrário, se expressa em instituições complexas, com laços de cooperação e gestão.

Instituições são sistemas que tendem a produzir satisfações para as necessidades sentidas de todo um grupo de pessoas ou uma parte do grupo e também produz efeitos que retroalimentam e reforçam sua própria viabilidade como sistema complexo baseado em múltiplos agentes. Elas geram normas; estas, por sua vez, orientam o comportamento do indivíduo para fortalecer a instituição como sistema.

Cómo emergen las instituciones del capital social comunitario? La existencia del capital social es compatible con, y de hecho surge de, las decisiones racionales de los individuos. Esto es así porque hay

beneficios en poder gestionar recursos comunes en forma coherente y en renunciar al control personal recursos propios, para que haya autoridad, normas, y un contexto institucional para enfrentar problemas y oportunidades comunes (DURSTON, 2000, p. 23).

Para o referido autor a institucionalidade do capital social comunitário pode surgir através de pelo menos quatro processos diferentes:

1. Coevolução de estratégias de pessoas;
2. Decisões racionais e conscientes dos indivíduos que compõem uma comunidade;
3. Socialização de normas relevantes de uma cultura na infância; e iv) pode ser induzida por uma agência externa.

Tanto os autores seminais da categoria capital social como os seus seguidores, bem como os críticos têm identificado uma série de suas características institucionais e funcionais:

1. Controle através de imposições de normas compartilhadas pelo grupo e sanções ou castigos a indivíduos transgressores;
2. Criação de confiança entre os indivíduos de um grupo;
3. Cooperação coordenada em tarefas que excedam a capacidade de uma rede;
4. Resolução de conflitos por líderes ou por uma associação institucionalizada;
5. Mobilização e gestão de recursos comunitários;
6. Legitimação de líderes com funções de gestão e administração;
7. Geração de instâncias e estrutura de trabalho em equipe;
8. Prevenção e sanção aos *free riders*;
9. Produção de bens públicos criados ou conquistados pelas formas coletivas do capital social.

Com o referencial dos autores acima, algumas inferências particulares são possíveis sobre capital social.

Verifica-se que a confiança, a reciprocidade e a cooperação, em redes de relações, constituem as instituições sociais do capital social, recursos que podem contribuir para o desenvolvimento produtivo e para o fortalecimento da democracia.

A confiança individual é uma atitude que se baseia no comportamento que se espera de outra pessoa. A presença ou ausência de confiança deriva não de uma programação rígida proveniente de culturas ancestrais, mas da repetição de interações com outras pessoas. Presume-se que uma pessoa responderá com um

ato de generosidade a outro equivalente, nutrindo assim, o vínculo que combina a aceitação do risco com sentimento de afetividade ou de identidade ampliada. Confiar implica na disposição de entregar o controle de bens próprios a outro ou outrem. Quanto maior é o valor do bem cujo controle se compartilha, maior será o custo de oportunidade de a pessoa continuar sendo confiável, isto é, a tentação de trair a confiança depositada tende a aumentar. Não obstante, os indivíduos mesmo num mundo de riscos e incertezas, necessitam confiar em alguém e estabelecer relações de capital social.

A reciprocidade é o princípio fundamental que rege as relações institucionais formais e informais de uma comunidade (MAUSS, 2001). Em toda e qualquer sociedade, relações entre pessoas se consolidam por meio de numerosas interações, que potencialmente se estenderão no futuro. Em comunidades pequenas, essas relações tendem a dar-se entre as mesmas pessoas e famílias em todos os âmbitos e em todas as instituições da vida humana (religiosa, jurídica, política e econômica).

A cooperação é uma ação complementar orientada para lograr objetivos compartilhados de empreendimentos comuns. Resulta da interação freqüente entre diversas estratégias individuais. Este conceito está sustentado na teoria dos jogos que postula que a cooperação pode ser fomentada pela repetição de situações a fim de que os atores possam confiar ou trair um ao outro. Também pode emergir como uma consequência não-planejada da evolução interativa – ou co-evolução – de distintas estratégias dos múltiplos agentes.

Contudo, a presença desses benefícios (arranjos sociais) não é indício seguro da presença de capital social por que: 1) o capital social na forma comunitária ou individual pode ser insuficiente na ausência de um conjunto de outras condições auspiciosas, para produzir um efeito esperado, e 2) o efeito do capital social pode ser resultado de fatores totalmente externos a dada estrutura social.

A presença de capital social comunitário, portanto, em dada estrutura não é garantia de que resultados desejados se produzam, porque depende da existência de um conjunto de outras condições favoráveis. Por outro lado, nem sempre se pode tomar a presença de benefícios públicos como prova da presença desse recurso social. Mas, geralmente a maioria dos benefícios e características citadas acima, ocorre em estruturas que estão ligadas a existência de relações e instituições do capital social comunitário.

Entretanto, quando se leva em conta que as culturas resultam de aprendizagens, de comportamentos dos quais se esperam conseqüências benéficas, é claro que as normas e as relações que constituem o capital social não existem de forma independente dos efeitos esperados, isto é, de suas funções. Os comportamentos socializados são reforçados por normas dotadas de cargas emotivas e de crenças que surgem em torno de todas as regras e de todas as instituições sociais legitimando-as e produzindo a internalização de seus valores na personalidade do indivíduo. Os efeitos funcionais revelados no indivíduo ou no grupo são partes da reprodução e do fortalecimento do capital social.

Quanto aos efeitos negativos do capital social as críticas, em especial de Portes (2000), apontam quatro situações: 1) mata a iniciativa individual, 2) exclui e marginaliza, 3) restringe a liberdade, 4) pode tomar a forma de associação criminosa, 5) fomenta a rivalidade e os conflitos intragrupoais.

Para a primeira, ao contrário do argumento de que o capital social inibiria o desenvolvimento, evidências empíricas indicam que os indivíduos com espírito empreendedor movem seus investimentos com bastante facilidade entre o mercado e as relações sociais comunitárias (DURSTON, 2000).

A segunda, sobre a geração de processos excludentes, é parte intrínseca do capital social, ainda mais nos limites claramente definidos de grupos que tem direito a beneficiar-se de determinados benefícios advindos de relações com outros. Nesse sentido, parece haver um requisito importante do funcionamento eficaz das instituições do capital social comunitário. Do mesmo modo, deve-se reconhecer a possibilidade de haver restrição de liberdade, mas o contrário também pode ocorrer em contextos que permitem elevadas tolerâncias de liberdades individuais.

A terceira, o fato de o capital social tomar formas de associações criminosas, tem a ver com a possibilidade de agentes poderosos capturarem recursos sociais básicos ou precursores de capital social como relações de amizade e vizinhança, por exemplo, por intermédio de relações de dominação, muitas vezes com base na violência e no medo. Mas, se existem esses componentes, na essência é temerário falar de reciprocidade e cooperação. Obviamente, que é possível compreender a crítica, mas levando em consideração formas de “familismo amoral”, isto é, uma lealdade extrema a família acima de qualquer norma social mais ampla.

Para a última crítica deve-se considerar que em muitas comunidades algumas pessoas lideram grupos que incluem numerosos parentes, vizinhos ou amigos que o cercam a fim de que se acumule bem estar material e prestígio para o grupo. É um tipo de reciprocidade vertical que pode se manifestar por meio de facções que são intrínsecas a esses tipos de redes interpessoais e as instituições do capital social. Por outro lado, essa liderança que se firma em formas de reciprocidade vertical pode ser a base de processos que levam a cooperação.

4.2 AÇÃO COLETIVA

Destacados estudiosos do tema da ação coletiva têm examinado fatores particulares procurando saber o que a torna possível. Conforme Cante (2007, p. 155), vários deles têm dado ênfase na moralidade ou nas preferências sociais (ELSTER, 1989; FERH; FISCHBACHER, 2002; GINTIS et al, 2005; HIRSCHMAN, 1982; PARFIT, 1984; SEN 1967 e 1982; TAYLOR, 1982), alguns para os incentivos seletivos (G. HARDIN, 1968; OLSON, 1965), ou para as emoções (FRANK, 1988; PETERSEN, 2002; R. HARDIN, 1995); outros dão ênfase nas crenças (R. HARDIN, 2006; SCHELLING, 1978; WILLIAMS, 2000); e uns poucos para as oportunidades (TARROW, 1994).

São autores de referências para a reflexão desta categoria: Cante (2007), G. Hardin (2002), Friedberg (1992), Miller Moya (2004), Olson (1999), Ostrom (2004), Ostrom; Ahn (2003).

As teorias da ação coletiva se referem aos cenários em que existe um grupo de indivíduos, um interesse comum entre eles e um conflito potencial entre o interesse comum e o interesse de cada indivíduo.

A ação coletiva ocorre quando se requer que mais de uma pessoa contribua com o esforço para atingir um resultado. As pessoas que vivem em zonas rurais, por exemplo, e que usam recursos naturais participam de ações coletivas diariamente quando: 1) plantam ou colhem alimentos conjuntamente, 2) usam uma instalação comum para comercializar seus produtos, 3) dão manutenção a sistemas de irrigação local ou vigiam suas áreas para assegurar que os usuários respeitem as regras, e 4) se reúnem para decidir sobre as regras relacionadas com os aspectos anteriores (OSTROM, 2004).

A literatura sobre grupos de interesse adquiriu uma nova orientação com Olson (1999). Ele critica à teoria tradicional dos grupos e organizações quando revê seus postulados que ressaltavam o caráter ubíquo e determinante dos grupos de interesse na configuração do sistema político. Seu alvo preferido é a crença generalizada de que conjuntos de indivíduos com interesses compartilhados constituem grupos que implementarão ações coletivas visando à realização dos interesses supostamente compartilhados pelos membros de cada grupo particular.

Um dos conceitos que chama atenção no trabalho de Olson é o de “bem público” que se define essencialmente pelo fato de que ninguém pode ser excluído do seu consumo, tenha cooperado para sua obtenção ou não. Isto é, a natureza desse recurso atende a dois atributos importantes: 1) sua difícil excludibilidade, e 2) sua baixa subtraibilidade. Um bem público é aquele “que, se consumido por qualquer pessoa $X_1, \dots, X_2, \dots, X_n$, não pode viavelmente ser negado aos outros membros desse grupo” (OLSON, 1999, p. 26).

Olson (1999) questiona o postulado de que haveria mudança no comportamento racional individualista para um comportamento coletivo toda vez que estiver em jogo bens públicos. Argumenta que os princípios da racionalidade individual não autorizam a conclusão de que indivíduos com interesses comuns produzirão ações coletivas.

Não é fato que só porque todos os indivíduos de um determinado grupo ganhariam se atingissem seu objetivo grupal que eles agirão para atingir esse objetivo, mesmo que todos eles sejam pessoas racionais e centradas nos seus próprios interesses. Na verdade, a menos que o número de indivíduos do grupo seja realmente pequeno, ou a menos que haja coerção ou algum outro dispositivo especial que faça os indivíduos agirem em interesse próprio, os indivíduos racionais e centrados nos próprios interesses não agirão para promover seus interesses comuns ou grupais (OLSON, 1999, p. 14). (grifos do autor)

Segundo Olson os indivíduos resolvem sua participação em ações de caráter coletivo a partir de um cálculo de custo e benefício. Os sujeitos não contariam com suficientes razões para atuar em prol de um interesse comum ou grupal, a menos que o tamanho do grupo seja suficientemente pequeno ou exista alguma medida de coerção ou a existência de algum outro tipo de ferramenta que incentive a dita ação.

Ao tratar de uma teoria dos grupos sociais e das organizações Olson revela que o propósito característico da maioria das organizações só poderia ser a promoção dos interesses de seus membros. Porém, alerta o autor, eles também têm interesses puramente individuais, diferentes dos interesses dos outros membros. Então, quais as relações entre o tamanho de um grupo e os incentivos para que os membros contribuam para a consecução dos objetivos grupais?

Partindo da contradição entre racionalidade individual e racionalidade coletiva Olson acredita que haja diferenças de desempenho entre grupos pequenos e grandes para o suprimento de bens públicos. Revela-se, assim, sua tentativa de formulação de uma taxonomia dos grupos considerando a produção de bens públicos. Tem-se então a variável central da teoria olsoniana: 1) o tamanho dos grupos e 2) os incentivos seletivos.

Para grupos pequenos em que cada membro usufrui uma fração do benefício total suficientemente ampla, pressupõe-se que o bem coletivo será produzido.

Nos grupos intermediários em que nenhum membro usufrui uma parcela do benefício total suficientemente ampla, de forma que ninguém tem disposição de incorrer sozinho nos custos de produção do benefício grupal, mas nos quais a contribuição ou falta de contribuição individual tenha um efeito considerável sobre os custos de produção e sobre os benefícios de outros indivíduos, o bem poderá ser produzido ou não.

Já nos grupos grandes em que a contribuição individual de membros singulares não produz qualquer diferença perceptível para os outros membros do grupo, é certo que o bem coletivo não será produzido a menos que haja coerção ou outro tipo de incentivo que leve os membros do grupo a agir de acordo com o interesse comum.

O quadro 6 abaixo, elaborado por Cante (2007) dá uma idéia da formulação de Olson.

COOPERACIÓN Y TAMAÑO DE LOS GRUPOS		
	Grupos pequeños: Docenas a algunos cientos de personas	Grupos grandes: Miles y millones de personas
Cooperación voluntaria	Comunidades que garantizan confianza y reciprocidad. Grupos de empresarios políticos. La interacción estratégica es posible.	La cooperación unilateral está sujeta a la incertidumbre. Interacción estratégica difícil y aún imposible.
Cooperación involuntaria	Comunidades donde se ejerce ostracismo y presión social. La interacción estratégica es posible.	Hay empresarios de la acción colectiva, en especial “la clase política”, que usan, estratégicamente, incentivos selectivos y coerción, y que crean ambientes para la confianza a gran escala.

Quadro 6 - Cooperação e tamanho dos grupos.

Fonte: Cante (2007)

A teoria de Olson supõe a aplicação do modelo econômico ao problema da ação coletiva. A decisão individual acerca da participação em ação coletiva se daria em contextos paramétricos, isto é, supondo-se que o indivíduo tem uma informação completa e todos os parâmetros para tomar a melhor decisão. Neste caso, o indivíduo saberia o que pode ganhar ou perder em cada uma das opções que lhe estão apresentadas, contaria com determinados recursos e poderia calibrar a relação custo benefício de cada uma das opções escolhidas.

Olson (1999) identificou dois fatores principais importantes para a construção de uma teoria explicativa da ação coletiva: 1) a natureza do bem, e 2) os atributos daqueles que são afetados, incluindo o tamanho do grupo.

Para Cunha (2004, p. 13), a principal contribuição do trabalho de Olson

é mostrar que os indivíduos não vão agir de forma cooperativa automaticamente para proporcionar bens públicos, mesmo que tenham benefícios com essa ação. Estes bens públicos serão proporcionados apenas quando incentivos especiais evitam o problema dos *free riders*.

G. Hardin (2002), também colocou o problema da contradição entre racionalidade individual e racionalidade coletiva. Embora enfocando o tema da superpopulação, seu principal legado foi à metáfora do manejo de recursos de propriedade comum. Utilizou o exemplo de um pasto comum para mostrar que ao

maximizar benefícios e minimizar custos, os pastores, agindo racionalmente, acrescentariam mais animais em seus pastos até que se ultrapassasse a capacidade de suporte do sistema e, desse modo, todos perderiam.

A liberdade em relação a recursos comuns gera a ruína de todos (HARDIN, 2002). A metáfora, para os estudos de ação coletiva, se traduz num dilema social que é a principal lição deixada pelo seu seminal artigo.

Hardin, a fim de evitar a “tragédia dos comuns”, chegou a seguinte conclusão: 1) privatização dos recursos e 2) interferência externa pelo Estado. Neste último caso definir-se-ia regras de acesso e uso dos bens comuns, isto é, formular-se-iam arranjos institucionais com responsabilidades mutuamente acordadas com e entre a população afetada.

O problema é que a realização de arranjos sociais não é algo trivial, porque sempre há o risco de *free riders* e freqüentemente de fracassos nas tentativas de ação coletiva.

Segundo Fenny et al (2001, p. 31-32) o modelo de Hardin é compreensivo, mas incompleto.

Seus conclusões sobre a tragédia inevitável baseiam-se em seus pressupostos sobre livre acesso, ausência de restrições aos comportamentos individuais, condições pelas quais demandas excedem ofertas e sobre usuários incapazes de alterar regras.

Em Fenny et al (2001), verifica-se que Hardin não deu muita importância à capacidade das pessoas formularem arranjos institucionais (auto-regulação), capazes de estabelecerem regras entre membros de grupos. Esta terceira opção não existe no modelo de Hardin. Arranjos institucionais podem ser estabelecidos por pessoas afetadas por problemas coletivos. Também não observou fenômenos culturais no exemplo que apresentou, como se os pastores não tivessem história.

Políticas públicas baseadas na idéia de que indivíduos racionais podem superar dilemas sociais através de incentivos ou sanções externas podem fracassar. Indivíduos podem criar regras de cooperação quando têm um comportamento participativo nas tomadas de decisão, podem ser capazes de apreender normas de reciprocidade e regras sociais que possibilitam a superação de diversos dilemas sociais (OSTROM, 1998).

Fenny et al (2001) lembram que é importante considerar:

1. A natureza dos recursos que podem estar diminuindo;
2. A vasta gama de arranjos de tomadas de decisão;
3. Os direitos de propriedade em jogo; e,
4. A natureza das interações entre os agentes sociais, sejam reguladores ou usuários. Interações complexas são características importantes de cenários que envolvem propriedade comum. Ressaltam que em muitas sociedades e em muitas situações, a capacidade de ações sociais compartilhadas sobrepõe, muitas vezes, divergências entre racionalidades individuais e coletivas.

Na teoria dos jogos, o problema da ação coletiva ganha outra dimensão: a decisão racional deixa de ser paramétrica e passa a ser considerada no campo de uma racionalidade estratégica (a análise é feita considerando as interações entre os distintos atores). Isto é, os indivíduos passam a valorar não só os parâmetros de custo e benefício, mas também a antecipar as decisões dos demais que entram no jogo porque estes podem afetar a possibilidade de se alcançar o resultado que se busca. Neste caso, o que pode ser ótimo para um indivíduo com determinados parâmetros pode ser ruim se outros jogadores quiserem a mesma coisa. Por exemplo: se todas as pessoas possuísem veículo automotor o trânsito, certamente, seria mais caótico do que na atualidade, no caso das grandes e médias cidades.

A vinculação da teoria dos jogos, em entornos estratégicos, com os fundamentos da ação coletiva está ligada ao jogo do dilema do prisioneiro que tem um forte poder heurístico para explicar dilemas coletivos. O trabalho de Russell Hardin pode ser considerado pioneiro neste sentido.

R. Hardin (1982) *apud* Miller Moya (2004, p. 4) assinala que o dilema do prisioneiro

[...] nos muestra que el esfuerzo individual para satisfacer los intereses individuales imposibilitará su satisfacción; si el bien colectivo no es provisto, el miembro individual no recibe el beneficio que habría excedido al coste individual de ayudar a la consecucion de esse bien para todo el grupo.

Sob a estrutura deste jogo as opções preferidas são: em primeiro lugar, não cooperar (não participar da ação coletiva), onde um se beneficia fraudando,

enquanto o outro coopera; em segundo lugar, pode haver uma cooperação universal, em que ambos cooperam; em terceiro, ambos fraudam; e em quarto lugar, só uma parte coopera e recebe o pior dos pagamentos possíveis. O dilema do prisioneiro representa perfeitamente a contradição entre a racionalidade individual e a racionalidade coletiva. Neste jogo a melhor opção seria ambos cooperarem, mas a opção do ponto de vista individual é não cooperar. Falta confiança. A cooperação só começa a ser uma estratégia preferida pelos jogadores quando as situações passam a ser repetidas várias vezes.

As interpretações de Olson, G. Hardin e da teoria dos jogos para o problema da ação coletiva, compartilham um denominador comum: faz uso do modelo econômico padrão baseado na teoria da escolha racional. Foram concebidas sobre o pressuposto do modelo da USE – Utilidade Subjetiva Esperada que pode ser descrita conforme o quadro 7 abaixo.

Conjunto de axiomas		Descripción de los axiomas
Axioma 1	<i>Compleitud</i>	Para todo x y todo y, o bien x es preferida a y, o y es preferida a x, o el individuo es indiferente entre ellas.
Axioma 2	<i>Transitividad</i>	Para todo x, y y z, si x es preferida estrictamente a y e y es preferida estrictamente a z, x será preferida a z.
Axioma 3	<i>Independencia de las alternativas irrelevantes</i>	Para toda acción x e y, la elección entre ambas viene determinada solamente por la preferència con respecto a sus respectivas consecuencias, y no con relación a las consecuencias de alternativas distintas.
Axioma 4	<i>Independencia de las consecuencias contrafácticas</i>	Si, ex ante, dos acciones producen las consecuencias A y B, la preferència por una acción u otra una vez realizada una de ellas dependerá de la preferència por sus consecuencias reales y no de otras que hubieran podido tener.
Axioma 5	<i>Independencia con respecto a la ganancia esperada</i>	Si un decisor ha de elegir entre una apuesta u outra distinta, la decisión debe basarse en la probabilidad de ganar y no en la cantidad que puede lograr.
Axioma 6	<i>Preferència estricta mínima</i>	Existe al menos un par de consecuencias tales que una es preferida estrictamente a la otra.

Quadro 7 - Conjuntos de axiomas do modelo USE

Fonte: Miller Moya (2004)

O modelo acima está centrado na conduta do tomador de decisão e permite afirmar que o indivíduo:

- Atribui probabilidades subjetivas para as suas escolhas;
- Atribui utilidades cardinais para as conseqüências de suas ações;
- Calcula a utilidade esperada de cada aposta com cada ação alternativa;
- Compara as distintas ações entre si numericamente, elegendo a que maximiza a utilidade esperada.

Esse modelo parte do pressuposto que os axiomas são “cânones da racionalidade”. Leva ao entendimento de que o indivíduo ao tomar uma decisão, mesmo em circunstâncias de incerteza, será racional se e somente se maximizar sua utilidade subjetiva esperada para a qual haverá de adequar suas preferências aos ditos axiomas (MILLER MOYA, 2004).

Ostrom e Ahn (2003), por outro lado, classificam as teorias da ação coletiva em primeira e segunda geração. Para elas, Olson e G. Hardin pertenceriam à primeira geração. Suas críticas reconhecem os esforços desses autores, mas aduzem as limitações com que eles enfrentaram o problema da ação coletiva. A principal crítica é que os indivíduos foram vistos como seres atomizados, egoístas, totalmente racionais e de posse de parâmetros objetivos para tomada de decisões.

En realidad, los individuos no viven en un mundo atomizado. Muchos de los problemas de acción colectiva están incrustados en redes, organizaciones u otras relaciones entre individuos preexistentes. En segundo lugar, la suposición de que el egoísmo es universal ha sido descartada repetidas veces por la investigación empírica realizada en el campo y en el laboratorio experimental. Hay individuos preocupados sólo por las ganancias materiales inmediatas, a costa de los demás. Pero también hay una proporción importante de individuos que, en términos de la teoría de los juegos, tienen funciones utilitarias no egoístas: que toman en cuenta los intereses de otras personas así como los propios al tomar decisiones (Frey, 1994, 1997). Los individuos no egoístas también difieren entre ellos en términos del grado en el que se distancian de la motivación puramente egoísta (OSTROM; AHN, 2003, p.181).

Essas autoras se autotransferem como pertencentes à segunda geração. Admitem a existência de múltiplos tipos de indivíduos como princípio central de qualquer ação coletiva. Propõem a construção de modelos de racionalidade e a substituição da noção de racionalidade completa pela de racionalidade limitada reconhecendo os esforços de Herbert Simon. Isso porque a teoria da escolha racional ajudaria, mas não dá conta de explicar todos os dilemas de ação coletiva, principalmente em se tratando da gestão de recursos comuns.

Las teorías de la segunda generación también usan [...] muchos modelos de acción colectiva basados en las teorías conductual o evolutiva de los juegos, todavía usan los conceptos de solución de la teoría de los juegos estándar no cooperativos. Sin embargo, se abocan a nuevos tipos de asuntos, que son especialmente pertinentes a la investigación sobre capital social. Por ejemplo, una de las principales preocupaciones de la teoría conductual de los juegos es el problema de las motivaciones sociales, que tiene una implicación directa para la discusión de la confianza y la confiabilidad en la investigación sobre capital social (OSTROM; AHN, 2003, p. 181). (grifo nosso)

Um dos méritos de Ostrom; Ahn (2003) foi reconhecer que a contribuição da perspectiva do capital social consiste em integrar fatores (ou formas) aparentemente diversos, como confiança e normas de reciprocidade, redes e formas de participação civil, redes formais ou informais ou instituições, no marco da ação coletiva. Elas também reconhecem na confiança uma das formas de capital social mais importantes para a facilitação da cooperação voluntária. Definem confiança como um nível específico da probabilidade subjetiva com que um agente avalia que outro agente ou grupo de agentes realizará uma ação específica. Assim, a confiança permitiria que a pessoa que confia leve uma ação até o final mesmo envolvendo risco de perda se a pessoa em que se confia não realizar a ação esperada.

As redes horizontais densas, por exemplo, com capacidade para transmitir eficientemente informação através dos membros da rede também tendem a criar incentivos para comportamentos confiáveis, inclusive naqueles cuja tendência parte de motivações egoístas. As regras e as instituições da mesma forma podem criar tais incentivos.

São todos esses fatores do capital social, segundo Ostrom e Ahn que podem desembocar na ação coletiva. Mas, tais fatores não são os únicos a afetarem a capacidade das pessoas obterem êxito ou fracasso na ação. O contexto, em especial, tem uma importância muito grande, e via de regra, marca várias diferenças.

Portanto, são múltiplos os fatores que afetam a probabilidade para que os indivíduos resolvam problemas de ação coletiva. Devem-se esperar diferentes tipos de comportamentos quando os indivíduos tratam com diferentes 1) tipos de bens, 2) funções de produção dos bens, e 3) formas de apropriação dos bens.

Por exemplo, em se tratando de redes, se deve esperar que o impacto do tamanho do grupo sobre uma ação coletiva dependa, em alto grau, da maneira como funciona a rede de relações dentro do grupo e da vinculação de alguns

membros do dito grupo com outras pessoas que estão fora desse grupo em particular.

Cante (2007) observa que a ação coletiva é: 1) fundamentalmente um problema de consenso moral, político ou ideológico de metapreferências ou de coordenação emocional; 2) um problema de negociação e de intensidade de cooperação dependente das preferências (ordenamento de resultados individuais e coletivos). Ele conceitua ação coletiva como um processo de interação estratégica (escolha interdependente) que requer consentimento moral, político ou ideológico (não dissidência, indiferença ou apatia) e cooperação racional (não pegar carona) dos indivíduos que pertencem a uma coletividade. Além disso, a ação coletiva depende das crenças e das oportunidades endógenas e exógenas. Também considera que

Aunque la acción colectiva depende de la capacidad de interacción estratégica y ésta abarca las motivaciones racionales (intereses) y no racionales (razones, pasiones y normas sociales), el tamaño de los grupos constituye un gran impedimento para organizar masivas y duraderas acciones, generadas desde abajo y no dependientes de incentivos selectivos controlados por una minoría organizada (CANTE, 2007, p. 152). (grifo nosso)

Cante (2007) citando Sen ressalta que num contexto de interdependência estratégica, não é claramente discernível a conexão entre preferências e resultados das ações individuais. Problemas de informação e capacidade limitada para influenciar nos resultados coletivos e individuais podem existir. Segundo ele, o problema da ação coletiva, é que ela além de consentimentos, de cooperação e de crenças, necessita também de oportunidades materiais e institucionais.

O referido autor destaca cinco facetas presentes em processos de ação coletiva:

1. O consentimento coletivo para pertencer a uma coletividade e para atuar em benefício dela supõe um consenso (vontade coletiva) ou uma coordenação (norma social), graças a motivações racionais e/ou emocionais;
2. Uma vez existindo consentimento se requer cooperação para solucionar um problema de negociação para harmonizar interesses individuais com fins coletivos;

3. O consentimento e a cooperação dependem das crenças dos indivíduos que estão jogando um papel estratégico. Os indivíduos dão seu consentimento e cooperam se consideram que seus semelhantes também o farão e devido à confiança que os inspiram;
4. Oportunidades endógenas para atuar coletivamente abarcam possibilidades de organização e interação estratégica (incluindo o tamanho do grupo), além de habilidades e recursos;
5. Oportunidades exógenas que são de caráter estrutural e político influenciam no êxito ou não da ação.

Portanto, quando os indivíduos dão seu consentimento e participam de ações coletivas eles podem estar movidos por vários sentimentos. O papel das motivações para a tomada de decisão torna-se um ponto que deve ser considerado nessa problemática. Essas motivações não são somente de natureza material.

O postulado da racionalidade limitada de Simon, portanto, parece ser uma boa abordagem mais adequada para o entendimento dos mais variados contextos em que se dão processos de ação coletiva.

Por outro lado, o postulado do *homo economicus*, agente racional sempre maximizador de ganhos materiais, tem sofrido muitas críticas porque, ao menos metodologicamente, desconsidera as emoções e preferências (CANTE, 2007; ELSTER, 1989; 1999), e as motivações de natureza moral (ROBLES MORALES, 2007; SANCHEZ-CUENCA, 2007).

Friedberg (1992) enfatiza que a desconstrução de todas as premissas do modelo clássico da racionalidade é resultado do trabalho de muitos autores e destaca a figura de Simon. Ele identificou que o modelo da “racionalidade onisciente”, objetiva, repousa sobre três premissas essenciais considerando-se o comportamento do agente tomador de decisão: 1) que o agente detém todas as informações e uma capacidade ilimitada para seu tratamento, 2) procura a solução ótima em todas as opções possíveis e 3) tem uma idéia clara quanto as suas preferências, que são consideradas consolidadas de uma vez por todas, estáveis, coerentes e hierarquizadas.

O referido autor lembra que Simon considerou que as ciências do comportamento aceitavam com demasiada facilidade o argumento de que os comportamentos humanos correspondem às hipóteses de uma racionalidade

perfeita. Ao invés disso, elas deveriam ter procurado saber por que comportamentos tidos como irracionais talvez não o sejam.

Os pressupostos da teoria da escolha racional, de fato, têm dificuldades de explicar situações universais em diferentes variáveis contextuais. Há muitas possibilidades para se acreditar que o sucesso ou o fracasso de ações coletivas deve levar em consideração um conjunto de fatores que incluem, mas vão para além do cálculo custo-benefício.

O problema é que a teoria da escolha racional considera que não resolve nada supor que os agentes possam ter preferências morais. Não é que ela descarte a existência de tais preferências. Os modelos formais é que partem do pressuposto de que só há auto-interesse e egoísmo no agente tomador de decisão (CANTE, 2007). O próprio Olson admitiu a possibilidade de haver preferências morais que podem facilitar a cooperação.

Os incentivos econômicos não são, com certeza, os únicos incentivos possíveis. As pessoas algumas vezes sentem-se motivadas também por um desejo de prestígio, respeito, amizade e outros de fundo social e psicológico. [...] Alguns estudiosos da teoria organizacional ressaltaram com razão, que os incentivos sociais devem ser analisados de maneira muito semelhante aos incentivos monetários. E há ainda outros tipos de incentivos que também podem ser analisados de maneira similar (OLSON, 1999, p. 72-73)

Contudo, Olson considerou impossível obter provas empíricas das motivações que se escondem por trás da ação de qualquer pessoa (CANTE, 2007). Parece que preocupado com a impossibilidade de sua teoria ser testada, preferiu não fazer nenhuma explicação sobre motivações morais. Suas preocupações parecem residir em aspectos puramente metodológicos.

Portanto, quando da decisão de participar ou não de ações coletivas, os atores podem ter conflitos motivacionais de duas ordens: 1) motivações que refletem suas preferências materiais e 2) motivações de caráter moral (SANCHEZ-CUENCA, 2007).

Sobre o caráter moral dos agentes Sanchez-Cuenca (2007, p. 17-18) destaca valores, compromissos e certas crenças

Para ir precisando: del carácter moral del agente surgen obligaciones que pueden entrar en conflicto con las preferências estándar de la elección racional. El agente, debido a sus proyectos, valores y compromisos, desarrollará ciertas creencias sobre lo que debe acer

que o tienen por qué coincidir con lo que quiere hacer desde el punto de vista de sus preferências. En el fondo, no se trata más que de recoger la idea de que el agente puede pasar por conflictos internos en los que chocan consideraciones sobre lo que cree que *debe hacer* y consideraciones sobre lo que *quiere hacer*. Este tipo de conflictos están ausentes en la teoría estándar de la elección racional: se supone, por ejemplo, que si um trabajador está a favor de una subida de sueldo y actúa como un *freerider* cuando sus compañeros llevan a cabo una huelga en demanda de una subida salarial, el trabajador estará en la mejor situación posible

Tanto processos de ação coletiva como as formas variadas de manifestação de capital social atuam conforme as variáveis contextuais existentes, isto é, de acordo com as diversas configurações de um determinado local, em algum lugar. Dessa maneira pode-se supor que o conjunto de ações inseridas nas instituições, nas relações de confiança e reciprocidade e nas redes sociais existentes afeta, para mais ou para menos, os níveis de desenvolvimento local de dada região.

4.3 DESENVOLVIMENTO LOCAL

Desenvolvimento local, localidade, lugar, poderes locais, são termos muitas vezes usados como sinônimos. Antes de refletir sobre o primeiro far-se-á uma abordagem sobre as concepções do local.

O estatuto do local mudou (SARTRE; BERDOULAY, 2005). De simples território passivo, que recebia ações e políticas concebidas no seu “interesse” num nível superior, tornou-se a condição – ou uma das condições – para o surgimento de um espaço onde se produz um encontro gerador de desenvolvimento em muitas escalas.

Bourdin (2006) faz uma análise específica do local. Segundo ele, as teorias do local asseveram que a localidade muitas vezes não passa de uma circunscrição projetada por uma autoridade. Outras vezes ela exprime a proximidade, o encontro diário. E noutras, ainda manifesta a existência de um conjunto de especificidades sociais, culturais bem partilhadas. Ele examinou as principais teorias e chegou a quatro grandes vertentes.

A primeira denominou de “vulgata localista”, aquela que faz uma afirmação radical do local: uma tendência à valorização sistemática das entidades comunitárias territoriais. Os interesses se voltam para a “base”: a empresa, a família,

o local, os movimentos de protesto e as diversas formas de afirmação de identidade. Essa vertente ficou marcada por ter grandes interrogações relacionadas com 1) a constituição do vínculo social e da identidade, 2) a especificidade do político, e 3) a articulação entre as diferentes escalas da organização social. Questiona que não é só a preocupação com o vínculo social que deve está em jogo. O local reduz, muitas vezes, o Estado as suas funções clássicas (garantir a ordem interior e a proteção exterior), bem como, devido à revolução da mobilidade e das telecomunicações, o local oferece uma resposta que privilegia a diversidade, as diferenças, a multiplicidade das escalas e a força das pequenas unidades.

A segunda vertente foi denominada de “o local necessário”, que parte do fenômeno comunitário: o ser social se definiria pela pertença a um grupo originário. Sobre esse postulado se apóia uma verdadeira antropologia localista, aquela que vê na comunidade rural, por exemplo, uma forma de vida ao mesmo tempo natural e orgânica. Essa vertente se desenvolve em três direções: 1) cognitiva, 2) interacionista e 3) naturalista.

A terceira, “o local herdado” dá ao objeto local um estatuto de referência histórica. Desenvolve-se um raciocínio que 1) privilegia o passado de maneira determinante sobre o presente, 2) considera que as sociedades evoluem de pequenos conjuntos mais ou menos isolados e fortemente inseridos em territórios, 3) a ordem local acaba sendo a expressão mais direta da herança do passado. Os antropólogos, os historiadores e os sociólogos vinculados a essa vertente terão respostas diferenciadas para esse pressuposto.

A quarta vertente é “o local construído”: o local é sempre tratado como objeto real e agora consiste em vê-lo como uma modalidade de respostas a problemas que as sociedades manifestam. Os estudos passam a considerar 1) a “distância” (encravamento, ubiqüidade, co-presença e mobilidade); 2) a sociedade civil; e 3) o sistema político-administrativo.

Bourdin (2006, p. 57) reconhece que “todas as elaborações do local dão um lugar essencial à proximidade e ao seu papel na vida social”, entretanto, ele busca no exame entre a globalização e a localidade a sua própria resposta. Ao incluir a categoria globalização em sua análise, as concepções de território, como um sistema estável de diferenças associadas a uma dada área, ficam questionadas. Ainda assim, ele verificou que as metamorfoses pela quais passam os territórios não

chegam a atingir o poder dos lugares, a importância dos ambientes localizados. Apresenta cinco elementos para uma melhor compreensão do local:

1. A localidade mundializada [globalizada] [...] decorre de um processo permanente, reflexivo e societal de deslocalização, realocização e de definição das formas territoriais.
2. Ela se caracteriza como *ambiente localizado* em lugares [...] sem definição territorial. [...] mas a co-presença [...] é insubstituível para produzir [...] um sentimento coletivo e tudo o que daí pode decorrer.
3. A constituição de um ambiente localizado não é decorrente de fatores “naturais” ou naturalizáveis, mas de efeitos de escala e de composição.
4. Os ambientes localizados existem numa versão “rede” na qual o lugar é descontínuo, essencialmente definido por interações e práticas.
5. A versão “rede” se caracteriza por uma grande homogeneidade dos diferentes elementos que constituem o lugar (BOURDIN, 2006, p. 90-91).

Tendo mudado o estatuto do local, sobretudo com os processos de globalização a partir dos anos de 1970, que influenciou em especial os modos de gestão pública pondo ênfase na descentralização e na desregulamentação é possível afirmar que o local tem sua própria lógica. O local constrói sua própria ação. É o lugar com um conjunto de recursos que se encontra num jogo generoso ou não, que pode estabelecer cooperações de várias ordens. Mas, é preciso tomar cuidado para não tomar o local como espaço de harmonia onde às sinergias se articulam sempre de modo muito positivo.

Acselrad (2002) para considerar a noção de local primeiro faz uma análise das políticas de escalas considerando as noções de território e poder. Reconhece que a velocidade dos fluxos de mercadorias acelerou-se a níveis sem precedentes com a globalização que propagou o processo de desterritorialização e reterritorialização de capitais financeiros. Na perspectiva dele a noção de local estaria associada a um processo que redesenha a esfera política e promove uma “cidadania local”: os laços comunitários como instrumentos da autocompreensão unitária da sociedade; como se esta fosse um tecido social sem nenhuma fissura. Preocupa a ele que a discussão sobre o local fique despolitizada porque os expedientes que vêm sendo utilizados para tornar o ambiente local em uma atmosfera promissora tendem a desconsiderar as contradições existentes no próprio local.

Esse autor deixa claro que essa nova territorialidade da política que utiliza o discurso da “desregulamentação”, de “comunidade local”, de “identidade local”, ou ainda das “parcerias” traduz-se no fato de que diferentes escalas geográficas encontram-se em concorrência.

Utilizando os poderes do Estado, diferentes “grupamentos territoriais” (Cox,1991) se esforçam por canalizar em sua vantagem os fluxos de capital, com o objetivo de otimizar a criação de um “clima favorável aos negócios”. Por esse expediente, porém, o poder de disposição sobre os recursos materiais e institucionais passa a situar-se não mais propriamente em instâncias globais ou locais, mas naqueles atores dotados de maior mobilidade espacial e de maior capacidade de efetuar o que se entende crescentemente ser uma política de escalas (ACSELRAD, 2002, p. 43).

Zaoual (2003) analisando a dimensão econômica dos processos da globalização entende que depois de repetidos fracassos de modelos e projetos de desenvolvimento de muitos países do Sul, a dimensão cultural vem se tornando objeto de reflexão das ciências sociais.

Realmente, durante os últimos anos cresceu o interesse atribuído às relações entre cultura e desenvolvimento. Esse interesse se firmou tanto do ponto de vista acadêmico como também do ponto de vista da pesquisa-ação conduzida pelas organizações. Exemplos são a UNESCO e o Banco Mundial que passaram a reconhecer o papel das tradições locais na eficácia relativa das instituições e das organizações informais.

A volta do ator e a valorização dos territórios, das culturas nacionais e locais, das convenções, das regras e das instituições mostram que a experiência do “desenvolvimento transposto” tem limitações (ZAOUAL, 2003). Estaria havendo, assim, um movimento em prol do local questionando as concepções desenvolvimentistas mecanicistas e exclusivamente quantitativas dos países globalmente ricos.

Estaria havendo, segundo Zaoual (2003, p. 27),

[...] nesse início de século XXI [...] [uma] crescente potencialização da diversidade nas práticas locais diante do esgotamento das abordagens estritamente globalizantes. Nisso, a tensão entre a ascensão da mundialização [globalização] das economias, de um lado, e a volta as identidades e aos territórios, de outro, desempenha papel fundamental nessa decomposição-recomposição do pensamento do social.

Por outro lado, Hall analisando a categoria identidade no âmbito dos processos de globalização pergunta se ela está sendo homogeneizada. Ele encontra três qualificações para compreender o fenômeno. A primeira delas é a que interessa diretamente aqui: traz o argumento de que, ao lado da tendência em direção à homogeneização global das identidades, há também um novo interesse pelo local. “A globalização (na forma da especialização flexível e da estratégia de criação de nichos de mercado), na verdade, explora a diferenciação local (HALL, 2004, p. 77).

Ao invés de pensar no global como substituindo o local seria mais correto pensar que ocorre uma nova articulação entre global e local. Este não deve ser confundido com velhas identidades e sim como atuando na lógica da globalização. É improvável que a globalização vá destruir as identidades locais. Provavelmente ocorrerão, simultaneamente, “novas” identificações globais e “novas” identificações locais (HALL, 2004).

Castells (2006) se referindo também as identidades territoriais e a comunidade local lembra que um dos mais antigos debates da sociologia urbana diz respeito ao desaparecimento da comunidade. Ele considera que as pessoas resistem ao processo de individualização e atomização, tendendo a agrupar-se em organizações comunitárias que, ao longo do tempo, geram um sentimento de pertença e, em última análise, em muitos casos, uma identidade cultural. A hipótese apresentada por ele para que isto aconteça é de que as pessoas precisam participar de movimentos sociais (não exatamente revolucionários), onde se revelam defesas de interesses em comum, e a vida, passa de algum modo a ser compartilhada e um novo significado pode ser produzido.

[...] As pessoas se socializam e interagem em seu ambiente local, seja ele a vila, a cidade, o subúrbio, formando redes sociais entre seus vizinhos. Por outro lado, identidades locais entram em intersecção com outras fontes de significado e reconhecimento social, seguindo um padrão altamente diversificado que dá margem a interpretações alternativas (CASTELLS, 2006, p. 79). (grifos nossos)

Castells estudou sobre movimentos sociais e pôde perceber que “o povo” passou a utilizar (final dos anos 1970 e início dos 1980), como bandeira de luta seu próprio território. Teria surgido, assim, o paradoxo de forças políticas com bases cada vez mais locais em um mundo estruturado por processos cada vez mais globais.

Santos (2000) privilegiando a categoria território dá sua contribuição para que se compreendam fenômenos do local em tempos de globalização: o espaço geográfico ganha novos contornos, novas características, novas definições e também uma nova importância, porque a eficácia das ações está estreitamente relacionada com sua localização.

[...] o território [local] não é um dado neutro nem um ator passivo. Produz uma verdadeira esquizofrenia, já que os lugares escolhidos acolhem e beneficiam os vetores da racionalidade dominante, mas também permitem a emergência de outras formas de vida. Essa esquizofrenia do território e do lugar tem um papel ativo na formação da consciência. O espaço geográfico não apenas revela o transcurso da história como indica a seus atores o modo de nela intervir de maneira consciente (SANTOS, 2000, p. 80).

Fischer (2002), ao estudar os elos cognitivos entre poderes locais, desenvolvimento e gestão considera que eles são evidentes neste início de século e que o poder ganhou forte acento étnico e exacerbado localismo. O poder local está agora revalorizado, fetichizado e, principalmente, fragmentado e reconfigurado. Tem sido explorado de múltiplas formas tanto por correntes do pensamento que exploram o movimento e tensões, como por correntes que procuram modelos que prometem estabilidade e melhor gestão. As abordagens sobre o local podem ser as mais diversas

A noção de local contém duas idéias complementares, em um sentido, e antagônicas, em outro. Se o local refere-se a um âmbito espacial delimitado e pode ser identificado como base, território, microrregião – podendo ainda ser indicado por outras designações que sugerem constância ou uma certa inércia – contém, igualmente, o sentido de espaço abstrato de relações sociais que se quer privilegiar e, portanto, indica movimento e interação de grupos sociais que se articulam e se opõem em torno de interesses comuns (FISCHER, 2002, p. 14)

A noção de local tem sido utilizada, muitas vezes, como sinônimo de desenvolvimento local. Verificando que os dois termos estão muito próximos, Oliveira (2001) faz várias críticas à noção de desenvolvimento local apontando limitações do termo para justificar que as potencialidades e virtualidades do local são, em grande medida, políticas e efeitos da política. Segundo ele, quando se fala de local, não se pode esquecer o que está em jogo: um tipo de poder que não é inteiramente novo no capitalismo.

Veiga (2008) estudando a categoria geral desenvolvimento ressalta que existem três tipos de respostas à indagação: o que é desenvolvimento? A primeira, a mais freqüente, é tratá-lo como sinônimo de crescimento. A segunda é afirmar que desenvolvimento não passa de reles ilusão, crença, mito ou manipulação ideológica. Ele revisa várias contribuições teóricas no balanço que fez sobre o tema e destacou autores como Giovanni Arrighi, Rivero, Celso Furtado e Amartya Sen. Rejeita “o otimismo ingênuo”, bem como “o pessimismo estéril” e entende que

O desenvolvimento tem sido exceção histórica e não regra geral. Ele não é resultado espontâneo da livre interação das forças de mercados. Os mercados são tão somente uma entre as várias instituições que participam do processo de desenvolvimento. E os únicos países da periferia a se saírem razoavelmente bem durante a última década do século XX foram exatamente aqueles que se recusaram a aplicar ao pé da letra as prescrições cultuadas no chamado Consenso de Washington (VEIGA, 2008, p. 80).

Veiga conclui sua análise apontando a terceira resposta com uma frase atribuída a Celso Furtado: “[...] quando o projeto social prioriza a efetiva melhoria das condições de vida da população, o crescimento econômico se metamorfoseia em desenvolvimento”.

Veiga (2005) enfatiza que até meados da década de 1950 não se fazia qualquer distinção entre as noções de desenvolvimento e de crescimento econômico. Quando o consenso entre as duas noções foi se desfazendo ele deu lugar a um confuso debate. Teria sido nos 1990 quando o PNUD publicou o primeiro Relatório do Desenvolvimento Humano que a distinção entre desenvolvimento e crescimento econômico se legitimou.

Fragoso (2005), analisando as formulações conceituais sobre desenvolvimento local comenta que esse campo do conhecimento apresenta uma enorme diversidade de correntes, escolas, macro e micro-conceitos e que as possibilidades de confusão conceitual são consideráveis. Qualquer abordagem séria sobre o tema requer um esforço de compreensão e de explicitação das necessárias delimitações dos conceitos e campos respectivos.

Ao longo principalmente das duas últimas décadas os conceitos que servem à teoria e a prática do desenvolvimento que tem esse caráter territorial, endógeno, local, têm se multiplicado: desenvolvimento comunitário, desenvolvimento

local, desenvolvimento territorial, desenvolvimento endógeno, desenvolvimento local sustentável, são algumas dessas expressões (FRAGOSO, 2005).

Para o referido autor a noção de desenvolvimento local foi se construindo pouco a pouco como resultado de utopias criadas ao longo das décadas de 1960 e 1970. Desenvolvimento local representaria o encontro de grandes fatores ou tendências, um movimento de contestação aos modelos de desenvolvimento economicistas e pretenderia construir uma alternativa viável para o desenvolvimento, em nível local.

O fato é que até a década de 1970 o território não era considerado uma unidade de análise no campo do desenvolvimento. A idéia de que o espaço, o território, o local, poderia constituir uma unidade de planejamento do desenvolvimento e deixar de ser apenas o seu objeto tomou corpo com os acontecimentos proporcionados pela crise final do paradigma da modernização, e devido às críticas aos instrumentos econômicos até então disponíveis. Trata-se da idéia de um processo de aprendizagem social, centrado em dinâmicas coletivas, em torno de problemas de um determinado território, e que poderia apontar a emancipação gradual das populações. Estavam se abrindo, assim, as portas para o surgimento progressivo do desenvolvimento local.

Não há unanimidade em considerar o desenvolvimento local como foco de reflexão e como campo de proposições e práticas. Há quem fale que se trata apenas de uma retórica a preencher um vazio, enquanto dinâmicas estruturais estão em curso. Outros chegam a considerar que não existe um desenvolvimento local. É da natureza das sociedades capitalistas a incorporação crescente de novas esferas e espaços subordinados a lógica do centro dominante. A idéia de desenvolvimento local seria ingênua ou funcional (SILVEIRA, 2002).

Nota-se, portanto, o quanto à noção de desenvolvimento local pode ficar plasmada de ideologias a serviço das mais variadas vertentes teóricas ou de preferências advindas de programas concebidos por agências nacionais ou internacionais de desenvolvimento.

Mesmo com imprecisões e ambigüidades que ainda cercam os conceitos, os debates e reflexões que dominam a cena política e técnico-científica internacional sobre modelos e alternativas de desenvolvimento, capazes de enfrentar os desafios contemporâneos, estão levando a formulação de novas concepções de desenvolvimento (BUARQUE, 2008).

O desenvolvimento local pode ser considerado como

[...] um *processo endógeno* de mudança, que leva ao *dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida* da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos. Para ser consistente e sustentável, o desenvolvimento local deve mobilizar e explorar as *potencialidades locais* e contribuir para *eleva as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local*; ao mesmo tempo, deve assegurar a *conservação dos recursos naturais* locais, que são a base mesma das suas potencialidades e condição para a qualidade de vida da população local (BUARQUE, 2002, p. 25). (destaques do autor)

Segundo esse autor o desenvolvimento local seria o resultado de múltiplas ações convergentes e complementares, capaz de quebrar a inércia de localidades periféricas e de promover mudanças sociais no território. Especialmente em regiões e municípios pobres, deve perseguir o aumento da renda e da riqueza, por meio de atividades econômicas viáveis e competitivas. Ele destaca que apenas “com economia *eficiente e competitiva*” gerando riqueza local sustentável pode-se falar em desenvolvimento local de forma efetiva, isto é, quando se reduz a dependência histórica e a transferência de rendas geradas noutros espaços.

Obviamente que a mudança econômica depende dos fatores socioculturais, tecnológicos e políticos para que ocorra o “transbordamento” do dinamismo econômico local. Além disso, é necessário também movimentos e reorganização nas outras dimensões da realidade. Por exemplo: mudanças institucionais que aumentem a governabilidade e a governança das instituições públicas locais construindo uma relativa autonomia das finanças públicas e acumulação de excedentes para investimentos sociais e estratégicos para a localidade (BUARQUE, 2002).

O desenvolvimento local resultaria da interação e sinergia entre a qualidade de vida da população local (redução da pobreza, geração de riqueza e distribuição de ativos), a eficiência econômica (agregação de valor a cadeia produtiva) e a gestão pública eficiente. A interação entre eles deveria ser mediada pela governança (transbordando da base econômica para as finanças e os investimentos públicos), pela organização da sociedade (orientando as políticas e os investimentos públicos locais) e pela distribuição de ativos sociais (assegurando a internalização da riqueza e os desdobramentos sociais da economia). Esses são os três grandes pilares de um processo de desenvolvimento local, formando uma

combinação de fatores que pode promover a reorganização da economia e da sociedade locais (BUARQUE, 2002).

Contudo, no processo de desenvolvimento local o surgimento de conflitos tem sido destacado por alguns estudiosos. A questão do desenvolvimento local passa também pelos processos de desregulamentação que ameaçam a cidadania e os direitos gerados por ela. Os processos de descentralização, por exemplo, não têm sido acompanhados da desconcentração. Por outro lado, o contraste entre a globalização e o desenvolvimento local tende a ser uma falácia, na medida em que o segundo não necessariamente entra em contradição com a primeira podendo ser, ao contrário, um de seus círculos concêntricos (OLIVEIRA, 2001).

Oliveira (2001) pergunta: teria o desenvolvimento local o condão de ultrapassar os limites de gestão do Estado, ou deter a desregulamentação em curso? A estratégia é de simples adaptação ou se trata de criar uma alternativa real? O autor está claramente se confrontando com as políticas do modelo capitalista e, em alguns momentos, até parece movido por concepções ideológicas.

A maior parte das definições e ensaios de desenvolvimento local a rigor (*sic*) parecem-se mais com adaptações dos dominados do que alternativa a dominação: a própria dificuldade de definir o que “é desenvolvimento local” já é um indicativo suficientemente forte, posto que, se tudo é desenvolvimento local, então, como ensinava uma velha lição de álgebra, nada é desenvolvimento local. Esse é um meio-caminho, sem dúvida, pois não se trata de um conflito abstrato, mas de um real enfrentamento; logo, há um recíproco condicionamento das estratégias de parte a parte. O segredo está em inventar “sobre la marcha” um novo recurso que não possa ser anulado. Assim, pois, o desenvolvimento local entendido como tendência contrária aos processos dominantes, também terá seus momentos de desformalização e de desregulamentação, ao mesmo tempo em que necessita inventar uma nova forma que não possa ser assimilada pelo adversário global, concentrador e antidemocrático (OLIVEIRA, 2001, p. 19)

Para Nascimento (2001) há uma tensão, intrínseca a sociedade moderna, que hoje é conhecida pelo termo globalização.

Neste processo, os termos nacionais vão perdendo gradativamente sua força e seu vigor; mas, sobretudo, sua capacidade de produzir identidades e regular conflitos, absorvidos pelo espaço mundial, sem que isto signifique, em absoluto, o desaparecimento ou perecimento do Estado como pretendem alguns ideólogos do neoliberalismo. A tensão que enfraquece os termos nacionais manifesta-se de maneira

mais distinta em cada espaço, e não necessariamente com a redução do poder de intervenção do Estado. O mais importante, porém, é que a expressão globalização esconde, na verdade, a forma hodierna de resolução da tensão entre o nacional e o mundial, que se encontra nas raízes da sociedade moderna (NASCIMENTO, 2001, p. 88-89).

Para esse autor, os conflitos da sociedade moderna são completamente diferentes dos relacionados às sociedades anteriores. Entender a natureza dos conflitos atuais requer compreender minimamente as características da sociedade moderna. Enumera nove, a título de exemplo:

1. A constituição do indivíduo foi deslocada do espaço da família para o trabalho, tornando-o objeto da lei;
2. A “centralidade” do indivíduo tem base numa norma única e universal;
3. Hoje, é possível instituir o poder como lugar e não mais centrado em uma pessoa, família ou grupo social;
4. O poder político é resultante do processo de escolha;
5. A sociedade moderna é uma sociedade aberta, de mobilidade social;
6. O conjunto das organizações da sociedade moderna, suas práticas e valores, são regidos pela racionalidade;
7. Muitas dessas características ignoram a exterioridade porque desconhecem fronteiras;
8. A sociedade moderna não se confunde mais com o Estado-Nação; e,
9. Sua base econômica é sempre universal: o capitalismo.

Há, portanto, entre a base econômica do capitalismo e o seu instrumento da soberania nacional que é o Estado-Nação, um estado permanente de tensão, cuja resolução parece residir na forma de expansão mundial da economia, da política e da cultura (NASCIMENTO, 2001).

Para Zapata (2006), o paradigma do desenvolvimento centrado no Estado-Nação se esgotou no final do século XX. Ao mesmo tempo começou a se operacionalizar a concepção do desenvolvimento endógeno local, com um crescente número de experiências de desenvolvimento territorial.

Comparando a política regional tradicional (visão baseada no desenvolvimento concentrado), com a nova política, a autora compreende que o enfoque fica alterado. A nova política pretenderia superar os desequilíbrios com base no fomento ao desenvolvimento de territórios que apresentassem

potencialidades e ativos locais para promover a diversificação e competitividade da economia local. Pactuação e cooperação de atores público-privado são mecanismos que podem ser utilizados por este novo enfoque.

Para Zapata, essas políticas de desenvolvimento endógeno propõem-se a melhorar a capacidade organizacional e empresarial dos territórios, qualificando os recursos humanos e difundindo inovações no tecido produtivo local. Seria uma segunda geração de políticas de desenvolvimento regional. Incubadoras de empresas, centro de formação de recursos humanos, instâncias de pactuação público-privadas, centro de inovação e competitividade, são alguns instrumentos que dão ênfase em atividades que promovem a expansão de recursos imateriais, por exemplo. Atualmente, muitos países em desenvolvimento estão promovendo a capacidade de aprendizagem e de resposta local, privilegiando as dimensões qualitativas do desenvolvimento, especialmente a equidade e a sustentabilidade.

Uma proposta que contempla uma concepção de desenvolvimento “de baixo para cima”, incorpora uma visão mais integral de desenvolvimento e tem como característica principal a valorização da identidade sociocultural de cada território, apoiando-se nas associações comunitárias e nas instituições locais, fortalecendo e diversificando a economia local com o objetivo finalístico de alcançar uma verdadeira melhoria de qualidade de vida das pessoas (ZAPATA, 2006, p. 18).

A autora tem clareza dos desafios que têm a proposta. Ela pergunta, por exemplo: Como resolver os problemas de diferenças de qualidade do capital humano? Como difundir o dinamismo econômico a todas as regiões provocando um desenvolvimento com mais equidade social? Aponta fatores limitantes em experiências ocorridas no Brasil. Por exemplo:

1. Ausência de políticas públicas explícitas nesta área. O que existe são inovações pontuais;
2. Capital social incipiente: dificuldades de cooperação entre atores;
3. Visão imediatista de atores: dificuldades para populações carentes pensarem a longo prazo;
4. Autoritarismo e clientelismo dos quadros políticos em geral;
5. Baixa qualificação de capital humano, especialmente dos produtores de comunidades pobres;
6. Baixa capacidade empreendedora;

7. Frágil participação do empresariado local nessas iniciativas;
8. Inexistência local de fomento produtivo;
9. Cultura de que o dinheiro e o crédito resolvem os problemas;
10. Cultura da parceria ainda incipiente. A visão de parceria tem sido buscar dinheiro;
11. Mudanças político-administrativas locais sem levar em conta ações já acumuladas;
12. Instituições com visão arcaica e burocrática;
13. Metodologias com pouco foco no desenvolvimento produtivo;
14. Mobilização de atores e comunidades pobres sem resultados econômicos desgasta a população;
15. Frágil monitoramento dos indicadores de desempenho e impacto;
16. Falta de continuidade nos processos de mobilização e pactuação para projetos coletivos.

Zapata conclui que é necessária a ampliação dos espaços democráticos, a organização consciente da cidadania e a compreensão por parte de toda a sociedade da importância deste tipo de desenvolvimento.

Fischer (2002), por outro lado, diz que há muitas maneiras de se construir os espaços, refutando-se fronteiras institucionais e reconstruindo-as em função de determinadas problemáticas. A análise que faz dos poderes locais remete às relações de forças por meio das quais se estabelecem alianças e conflitos entre atores sociais, bem como à formação de identidades e práticas de gestão específicas. Realiza um breve histórico da noção de desenvolvimento perguntando se haveria uma nova utopia do desenvolvimento local? Demonstra a polissemia da palavra desenvolvimento que enfeixa, atualmente, uma rede de conceitos. A autora transita pelo século XVIII (quando, metaforicamente, o termo foi importado da biologia e associado ao movimento de um ser vivo de estágio inicial até formas mais acabadas), até meados dos anos 1970 quando a UNESCO dá uma contribuição para a definição de desenvolvimento integrado.

Nessa mesma época é também proposto o conceito de desenvolvimento endógeno, que se contrapõe àquele que implica a noção de estágios, característico da doutrina desenvolvimentista tradicional. A transformação do território em entorno inovador, como é bem exemplificado por experiências de regiões, cidades e bairros, não é facilmente transferível, pois depende da qualidade

e natureza das relações que se estabelecem em cada local, das estratégias de desenvolvimento articuladas e da especificidade cultural de cada contexto. Esse processo foi rapidamente absorvido e polarizou atenções de agências internacionais, nacionais e locais, que redefiniram suas prioridades de ação para o “desenvolver local” (FISCHER, 2002)

Haveria assim, segundo ela, dois sentidos e significados de desenvolvimento orientados para: 1) a competição, 2) a cooperação. O primeiro refere-se aos conjuntos de agentes inter-relacionados presentes na literatura como as novas formas de organização dos sistemas produtivos (industrial *governances*, *clusters*, sistemas locais). Aqui são protagonistas governos, empresas, comunidades organizadas e redes produtivas. O segundo inspira-se nos valores da qualidade e cidadania, na inclusão plena de setores marginalizados na produção. Não rejeita a idéia de desenvolvimento econômico, mas impõem-lhe limites e subordina-a a imperativos não-econômicos. Há diferenças e superposições de perspectivas entre as duas, mas em qualquer delas pressupõe-se a existência de organizações complexas e estratégias processuais. As diferenças encontram-se no peso e no papel dos atores envolvidos nas formas de gestão e nos valores de fundo que orientam as duas perspectivas. Reconhece o papel do discurso oficial que se dá em torno da problemática do desenvolvimento local, mas acredita na possibilidade de se caminhar nessa direção.

Desenvolvimento local, integrado e sustentável é a forma totalizante e a utopia mobilizadora do final dos anos 90 e do milênio. Reconhecer as dimensões estratégicas e estruturais do desenvolvimento local não significa endossar as ideologias e retóricas vigentes. Ao contrário, cabe identificar as principais críticas e restrições às ações mobilizadoras postas em prática (FISCHER, 2002, p. 24).

Toda essa preocupação com o desenvolvimento local atingiu também aspectos formais no campo legal. Na própria Constituição brasileira o conceito aparece em pelo menos dois momentos: 1) pelo artigo 21, o inciso IX diz que compete a União “elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social” (grifo nosso); e, 2) no artigo 182 quando privilegia a função das cidades.

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes (CF/1988). (grifo nosso)

Os mandamentos constitucionais fizeram surgir no Brasil uma outra noção, mas com o mesmo conteúdo programático, que ganhou destaque a partir de 1998, com a implementação do programa Comunidade Solidária do governo federal: a de Desenvolvimento Local Integrado Sustentável (DLIS).

[...] é um novo modo de promover o desenvolvimento que possibilita o surgimento de comunidades mais sustentáveis, capazes de: suprir suas necessidades imediatas; descobrir ou despertar suas vocações locais e desenvolver suas potencialidades específicas; e fomentar o intercâmbio externo aproveitando-se de suas vantagens locais (XIX Reunião do Conselho da Comunidade Solidária, 1998, p. 6).

O DLIS se propunha como uma nova dinâmica sócio-econômica capaz de, a partir do local, realizar o encontro de ações do Estado e da sociedade, independente do tamanho desta; potencializar resultados em virtude das parcerias interinstitucionais que poderiam ser mais facilmente celebradas e da convergência e integração das políticas e de diversos programas.

O argumento básico a favor do DLIS é que na esfera local encontram-se os problemas que são mais bem identificados e, portanto, torna-se mais fácil encontrar a solução adequada. As necessidades da sociedade, o aproveitamento das potencialidades locais e das habilidades existentes seriam atendidas de modo mais facilitado por causa da proximidade das comunidades. Haveria maior continuidade das ações pela possibilidade de controle social exercido pela sociedade.

O objetivo desse modo de promover o desenvolvimento seria garantir uma via possível para a melhoria da qualidade de vida das populações e para a conquista de modos-de-vida mais sustentáveis. Tal objetivo se cumpriria por meio de uma estratégia nacional de desenvolvimento que compreendesse a necessidade de uma alternativa complementar ao desenvolvimento do país.

O DLIS exigia um novo sistema de gestão de políticas públicas que exercitasse um novo paradigma da relação Estado e sociedade onde ocorreria articulação, descentralização, parceria, transparência, controle social, participação e

a integração das políticas públicas, inclusive a macro-econômica com políticas setoriais e políticas sociais numa articulação entre as três esferas de poder. Verifica-se, assim, o quão ambicioso era o programa.

Franco (2006), referindo-se ao DLIS, mas preferindo agora chamá-lo desenvolvimento local diz que

O desenvolvimento de unidades maiores – como o país, a região ou unidade da Federação (a instância estadual, no caso do Brasil) dependerá, cada vez mais, do desenvolvimento das unidades menores – [em termos de escala humana e social]. Dependerá, cada vez mais, do dinamismo das suas microrregiões, municípios, regiões administrativas e, inclusive, bairros e ruas de grandes cidades. É isso que já está ocorrendo numa época de globalização: a crescente localização.

Para esse autor desenvolvimento local é o grande desafio que permanece posto, mesmo que governos e instituições de apoio e fomento ao desenvolvimento não queiram dar a devida importância ao tema.

Numa realidade cada vez mais complexa, não é mais possível pensar em impor diretrizes unificadas, de cima para baixo e de modo centralizado, a partir de instâncias abstratas como o Estado-Nação e os governos intermediários. Dificuldades e oportunidades, necessidades e potencialidades, carências e ativos, problemas e vantagens comparativas, são descobertos em universos cada vez mais próximos do cidadão à medida que se aumentam os níveis de capital humano e de capital social (FRANCO, 2006).

Campanhola e Silva (2000) também analisaram o termo desenvolvimento local, mas ressaltando o papel da formulação de políticas nos espaços rurais. Para eles, não há regras para o envolvimento dos atores na elaboração e implantação de um planejamento regional local integrado. As condições específicas da região têm que ser consideradas e é necessário que haja colaboração entre diferentes atores.

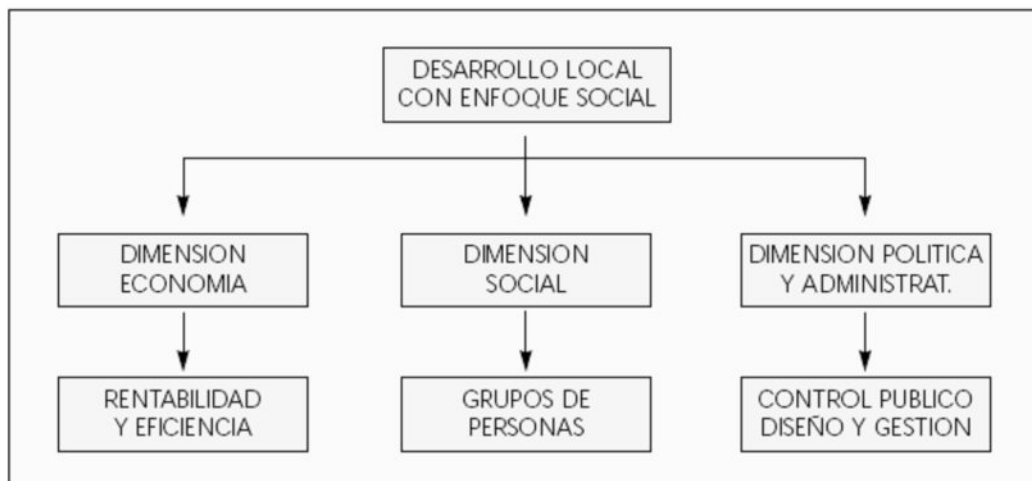
Eles ressaltam dois pontos controvertidos: o primeiro é que essa ação para o desenvolvimento local, que só pode ser coletiva, é mais “que apenas predisposição para negociar e buscar objetivos comuns”, e segundo, citando Selin e Chavez, colaborar “implica o processo de decisão comum para a solução de problemas, onde o poder é compartilhado, e os atores [...] assumem responsabilidades coletivas [...]” (CAMPANHOLA; SILVA, 2000, p. 26).

Como se pode notar, a concretização de um modelo de desenvolvimento local não é algo simples. A sociedade civil com todos os seus componentes (organizações, grupos, movimentos) passa a ser reconhecida como um dos atores dessa relação social onde o poder local se desenha e por onde se manifestam formas variadas de capital social (TEIXEIRA, 2002). E, embora dentro de uma territorialidade deve-se considerar que as relações não se limitam a ela, sociedade civil.

Por outro lado, Jaguaribe *apud* Sanchis Palácio (1999) ressalta que o desenvolvimento é um processo social global, e só por conveniência metodológica ou em um sentido parcial se poderia falar de desenvolvimento econômico, político, cultural e social.

Dessa maneira, metodologicamente, uma das formas de se compreender o desenvolvimento local seria relacionar o conceito com os recursos sociais, culturais e ecológicos da sociedade local com o fim de satisfazer as necessidades humanas básicas e com isso aumentar as possibilidades da sociedade local continuar existindo. Outra forma é descrever o bem-estar, a renda *per capita*, saúde e educação dessa população. Ou ainda incluir o aspecto ambiental e se falar de um desenvolvimento local sustentável (SANCHIS PALACIO, 1999).

Seria possível identificar, conforme o referido autor as principais dimensões do desenvolvimento local: 1) a dimensão econômica, 2) sociocultural e 3) a político-administrativa. O fluxograma 1 mostra as relações entre elas. Tem-se assim, uma compreensão de desenvolvimento local com enfoque social.



Fluxograma 1 - Principais Elementos do Desenvolvimento Local

Fonte: Sanchis Palácio (1999)

Vázquez Barquero (1998), avançando no tema, apresentou um modelo de desenvolvimento local com cinco características:

1. O território é um agente de transformação social e não simplesmente um suporte físico do desenvolvimento;
2. O desenvolvimento potencial de um lugar/local depende de seus próprios recursos;
3. Existem perspectivas além de territoriais, microeconômica e de produto (não setorial);
4. Mostra-se relevante o protagonismo e atuação, sobretudo da administração pública local, mas também da regional e nacional;
5. Faz-se necessário à atuação conjunta de gestores públicos com agentes privados. Ele defende que o desenvolvimento local se concretiza num processo de crescimento e de mudanças estruturais que afeta uma comunidade territorialmente definida e que leva para uma melhoria das condições de vida dos seus habitantes.

André; Rego (2003), também tratam o desenvolvimento local enfocando processos relacionais como estratégias importantes e destacam o papel de dois tipos de redes: 1) redes de proximidade, que reforçam laços locais, essencialmente a identidade local e o sentido de pertencimento, e 2) redes de longa distância, que conduzem à integração de lugares e comunidades locais para espaços regionais, nacionais e globais. Eles alertam para a possibilidade do desenvolvimento dos dois tipos de processos relacionais, separadamente, em um

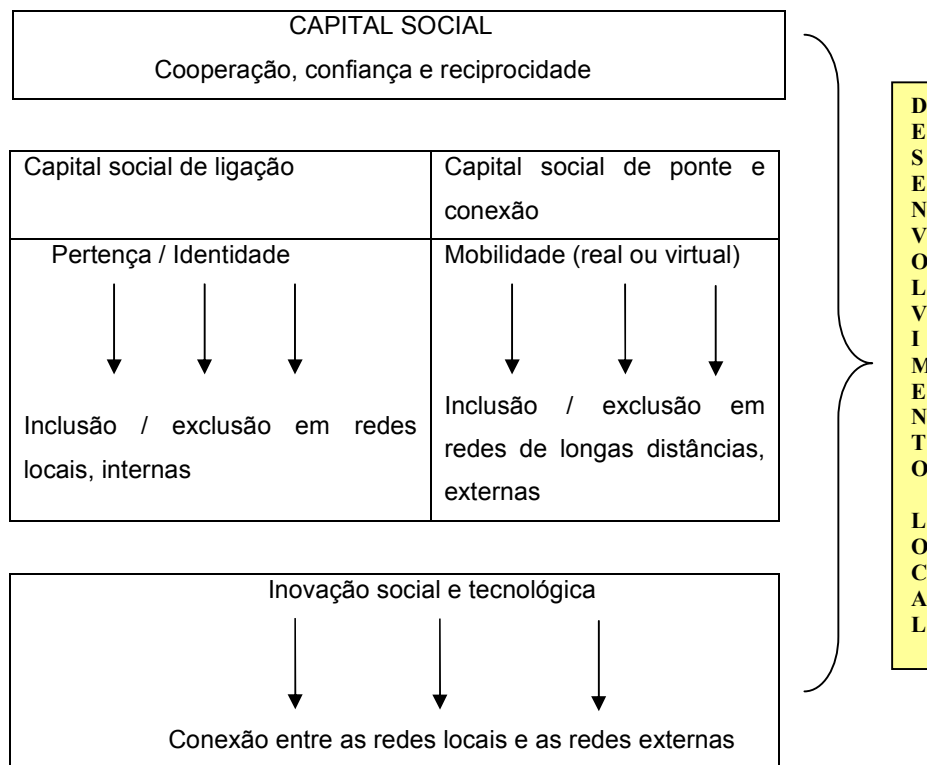
determinado lugar, serem insuficientes para lograr níveis significativos de desenvolvimento local. É necessário estabelecer uma conexão entre os dois tipos de redes. Por outro lado, a qualidade e a intensidade dos intercâmbios das redes, assim como a origem entre distintas redes dependem da capacidade de inovação que elas próprias podem ter.

Segundo André; Rego, desde a última década na União Européia, vem se destacando duas idéias particularmente relevantes para a discussão de desenvolvimento local que privilegiam a noção de coesão social: 1) o conceito de coesão associado à idéia de distribuição eqüitativa relacionada com o acesso aos benefícios gerados pelo aumento da competitividade, e 2) a coesão, por outro lado, apoiada no sentido de pertencimento territorial que confere as identidades regionais e locais um estatuto de comunidades. Essas idéias conduziriam a identificação de três perspectivas que devem conformar a matriz do desenvolvimento territorial, no geral, e do local em particular: 1) a dimensão distributiva, relacionada com o acesso a infra-estrutura, equipamentos, ao conhecimento e a informação, sob uma ótica de compensação, 2) dimensão institucional, relacionada com o papel mediador das instituições em gerenciar os recursos e mobilizar atores, e 3) dimensão relacional, relacionada com a capacidade individual e coletiva de redes que proporcionem o empoderamento dos atores mais frágeis (individuais ou coletivos) reforçando oportunidades e a capacidade de inovação e do sentido de pertencer a varias redes relacionais.

Este foi o modelo europeu que sucedeu a crise dos anos 1970 e que esteve marcado por uma forte liberalização dos mercados associada a uma reconfiguração significativa do Estado de Bem-Estar (ANDRÉ; REGO, 2003).

Para esses autores o conceito de capital social se constitui num instrumento útil para analisar e aprofundar a questão dos processos de integração de lugares e comunidades e para se compreender melhor os processos de desenvolvimento local. O papel das redes de proximidade e de larga distância são importantes para compreensão desses fenômenos.

Fica evidente, assim, que existe correlação entre formas de desenvolvimento local e manifestações de capital social. O esquema 4 mostra que entre o segundo e o primeiro estão processos de inovação social e tecnológica.



Esquema 4 - Capital social e inovação no desenvolvimento local
Fonte: André e Rego (2003)

Pelo esquema acima é possível inferir que

1. Manifestações específicas de capital social pode ser um ingrediente importante para o desenvolvimento local na medida em que este seja atingido por aspectos da cooperação e da confiança;
2. O capital social de ligação tende a reforçar sentimentos de pertença e de identidade que podem incluir em projetos de desenvolvimento local segmentos produtivos ou sociais potencialmente competitivos;
3. O capital social de ponte e conexão pode mobilizar os atores de redes externas e de longa distância para somar-se ao desenvolvimento localizado;
4. Pode haver possibilidades de inovação social e tecnológica a partir da efetiva conexão entre redes locais e redes externas; e,
5. A junção desses componentes, em maior ou menor grau, tendem a causar impactos no desenvolvimento local.

5 PROCESSO ORGANIZACIONAL E MANIFESTAÇÕES COMUNITÁRIAS AGROEXTRATIVISTAS NA REGIÃO DOS CASTANHAIS DO ESTADO DO AMAPÁ

As observações realizadas no Assentamento Maracá, RESEX Cajari e RDS do Iratapuru possibilitam afirmar que *para um conjunto de determinadas ações específicas* há capital social comunitário significativo. Por exemplo, nas dinâmicas das redes de parentesco, vizinhança e compadrio existem laços fortes horizontais que densificam as relações nas comunidades não permitindo que as pessoas fiquem sem alimento e sem teto para morar. Também para pequenos socorros emergenciais a rede comunitária local funciona muito bem⁵³. A frequência de mutirões tanto públicos como privados, a troca de dias de trabalho, a divisão da caça com vizinhos, a pesca feita em grupo, são ações que nos contextos analisados revelam práticas coletivas que fazem parte das instituições locais.

Essas práticas inseridas, ou melhor, para usar o termo de Granovetter (1985) “embebidas”, encaixadas, na cultura camponesa do caboclo amazônico do sul do Amapá, funcionam como parte dos mecanismos de reprodução e de desenvolvimento nessas áreas. Circulam concretamente ações de solidariedade, reciprocidade, confiança, sustentadas nos laços de consangüinidade, parentesco, vizinhança e compadrio. Portanto, sobre laços fortes, mas ao mesmo tempo “ossificados”, que pelas condições estruturais e históricas, ficam com poucas possibilidades de inovações sociais de grandes impactos em curto prazo.

A rede social nessas comunidades formada pela maioria pobre comunitária tem atores com papéis diferentes (muitas vezes por diferenças econômicas): 1) os representantes comunitários, 2) presidentes de associações ou cooperativas, 3) representantes de órgãos públicos locais principalmente das prefeituras e 4) os comerciantes e pequenos patrões. Estes últimos exercem funções híbridas. São compadres de muitas pessoas, bem como padrinho de crianças, ou até parentes por laços de consangüinidade, mas ao mesmo tempo são os compradores da produção da castanha-do-brasil das unidades familiares. Pelos

⁵³ Em casos de doenças; se faltar óleo diesel ou danificar o motor gerador de energia, com demora de suprimento por parte dos órgãos públicos responsáveis, é comum às pessoas coletivamente resolverem o problema.

outros três agentes passam mecanismos de ações clientelistas e semiclientelistas (DURSTON, 1999), como se mostrará adiante.

Os comerciantes e pequenos patrões⁵⁴ estando na rede comunitária, muitas vezes, corroborando práticas coletivistas. Mas a atuação principal deles é na comercialização comprando geralmente a castanha-do-brasil, vendendo vários gêneros alimentícios ou utensílios domésticos e financiando muitas demandas das unidades familiares.

Particularmente, na rede de comercialização, não se pode falar em capital social comunitário, embora se possa dizer da existência de um certo capital social individual, mas negativo e perverso. Há uma cadeia (não somente comercial) de ações, relativamente complexa. Ela garante um intenso negócio que faz girar mais de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), por safra⁵⁵, considerando-se a produção, em média, na ordem de 75.000 barricas do PFM: valores diretos aplicados na compra da castanha-do-brasil, mas ainda gerando várias ocupações profissionais no período. Levados os números às quantidades de famílias agroextrativistas e as condições materiais de existência delas, é possível afirmar que apenas uma pequena parte desse dinheiro é que fica com as comunidades.

As unidades familiares, no mais tardar, sobem aos castanhais no início do mês de março e necessitam de um pequeno capital para as despesas durante o período em que vão ficar na coleta, além de despesas com transporte. São pouquíssimas as unidades familiares que têm condições financeiras próprias de arcar com tais despesas. Geralmente, precisam de algum adiantamento, o que é feito pelos comerciantes locais ou pequenos patrões.

Mesmo quando a COOPERALCA, no caso do alto Cajari, entra no mercado ela fica obrigada a realizar adiantamentos para poder fechar contratos. A atuação da cooperativa tem sido, exclusivamente, no sentido de comprar a castanha contratada, pagando em hectolitro e não em barrica, e geralmente oferecendo preço acima do mercado local⁵⁶.

⁵⁴ Alguns deles são nascidos e criados nas áreas como se observou na RESEX Cajari, são chefes de unidades agroextrativistas e, portanto, mantêm uma perfeita identidade com a região e com seus parentes.

⁵⁵ Pode variar para mais ou para menos dependendo do preço e da produção.

⁵⁶ No ano de 2007 a COOPERALCA pagou pelo hectolitro desde o início da safra o valor de R\$ 50,00 enquanto os compradores locais pagavam, pela barrica, R\$ de R\$ 30,00 a 40,00 dependendo das distâncias onde se encontrava a castanha.

A COOPERALCA conta com 86 associados, mas nas condições em que contrata com as unidades familiares o máximo que consegue é possibilitar que unidades familiares vendam o produto em hectolitro e por um preço pouco melhor naquela safra. A cooperativa poderia atender mais de uma centena de famílias agroextrativistas espalhadas em aproximadamente doze comunidades do alto Cajarí. Parece que neste caso, de grupos maiores (e distantes geograficamente), as teses de Olson (1999) são pertinentes quanto às dificuldades maiores de se realizar ações coletivas.

A COOPERALCA não consegue cumprir com seus objetivos estatutários. Ela sequer conseguiu se estabelecer comercialmente e só tem atuação no mercado quando agentes externos fazem algum financiamento. Em 2006 a cooperativa não funcionou, em 2007, a CONAB financiou a compra de 4.200 hectolitros de castanha-do-brasil repassando o dinheiro e em 2008 não houve refinanciamento pela CONAB em razão da prestação de contas ainda não realizada do ano anterior. Em meio a todas as condições adversas, e considerando que os compradores locais são mais ágeis e eficientes, o clima de negócios com a cooperativa é sempre revestido de muitas incertezas.

A COMARU, por sua vez, passa por experiência parecida, mas tem na NATURA o provedor certo que pode fazer o adiantamento do dinheiro ao castanheiro que vai subir para a colocação em busca da produção. No final, quando do pagamento pela entrega do óleo, a empresa faz todos os descontos do capital adiantado.

No Assentamento Maracá e na RESEX Cajarí observou-se os comerciantes muito bem estabelecidos para o cumprimento de seus objetivos comerciais, principalmente para a prática das formas atuais do *aviamento*.

As associações locais ASTEX/MA e ASTEX/CA no passado realizaram tentativas de minimizar a exploração a que eram submetidas às unidades familiares. Hoje se dedicam somente a co-gestão social e ambiental das suas respectivas áreas, o que para elas já é bastante difícil dada às condições estruturais em que se encontram⁵⁷.

⁵⁷ Mesmo no caso de áreas protegidas ou com objeção legal especial para uso de recursos naturais é sabido das dificuldades pelas quais essas associações passam desde o início das suas fundações. Em muitos aspectos elas melhoraram, mas ainda há problemas sérios com a formação técnica do quadro dirigente, bem como falta de recursos para se operacionalizar a gestão dos territórios. Estes

Nas três sub-regiões não há, atualmente, ações coordenadas e integradas, entre governos e organizações agroextrativistas, no sentido de tornar as atividades econômicas da castanha-do-brasil um nicho de mercado promotor de desenvolvimento. As cooperativas têm trabalhado com muitas dificuldades.

Pode-se afirmar, portanto, a seguinte situação para as comunidades agroextrativistas das três sub-regiões estudadas:

1. O capital social comunitário existente nas comunidades investigadas se manifesta principalmente no nível da rede básica de seguridade que está disposta para enfrentar os problemas locais;
2. Alguns atores como os presidentes de associações e cooperativas, bem como representantes comunitários ou de prefeituras locais acumulam capital social individual devido às funções que exercem. É comum que tal acúmulo sirva aos interesses individuais, de famílias ou de grupos;
3. É possível afirmar que ultrapassada a rede básica de seguridade, logo no nível acima seguinte, exista concorrência e competição pelos recursos, sobretudo, por recursos que aportam nas comunidades como forma de novas ocupações sociais, geradoras ou não de renda. As disputas pelas diretorias das organizações agroextrativistas são exemplos de que, para estes casos, muitas vezes, os processos de solidariedade e ajuda mútua ficam para trás. Nesses momentos, o capital social individual acumulado pelo presidente da associação, ou de seu adversário, é acionado e tais disputas se revelam embebidas de práticas clientelistas ou semiclientelistas com ajuda de agentes externos, geralmente de algum político que tem influência no local. Quando se trata de disputas em que geração de renda está em jogo, devido as enormes carências materiais das unidades familiares, elas podem chegar a rivalidades familiares ou reavivá-las;
4. Considerando especificamente a rede comercial da castanha-do-brasil, só se pode falar de capital social individual do tipo negativo. Trata-se, pela parte dos compradores, de interesses econômicos, de intercâmbios, ainda que misturadas práticas mercantis com não-mercantis, mas prevalecendo o interesse pelo lucro. Pela parte da unidade familiar trata-se de ter um patrão bom, um compadre e um amigo onde ela possa recorrer a qualquer momento

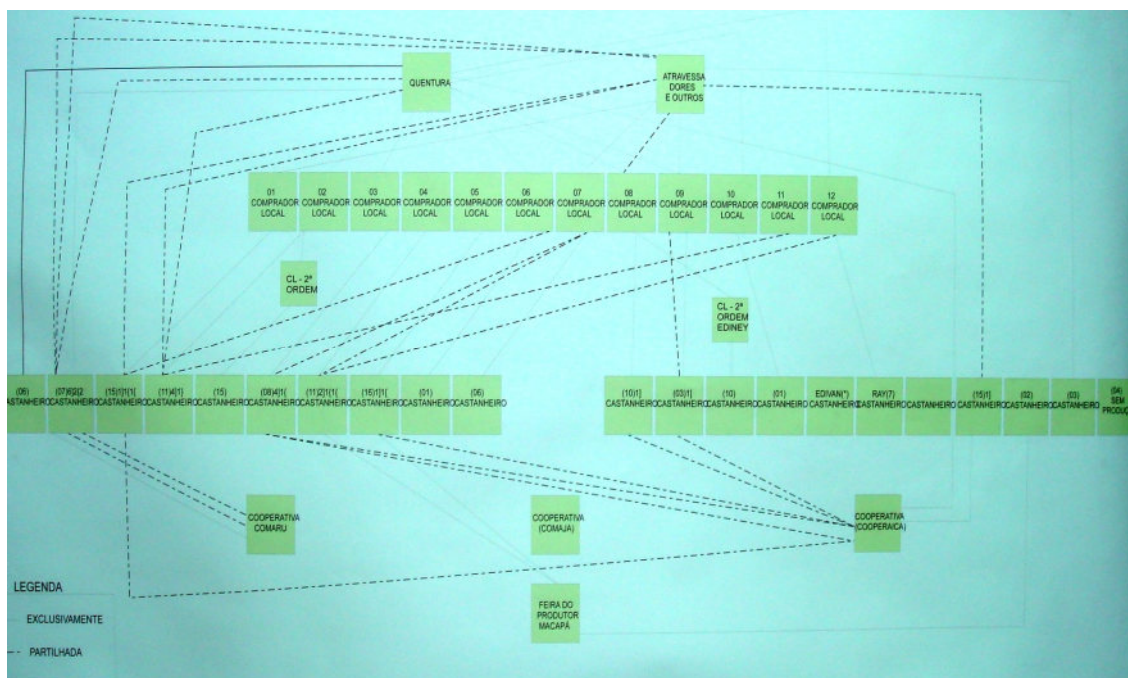
em caso de necessidade. Também de ter a segurança, a certeza, de que o negócio com a venda do PFM vai dá certo.

Em relação ao sistema comercial, nas relações entre os compradores e as unidades agroextrativistas (uma relação binária, face a face, e assimétrica) existem situações muito intrigantes.

A rede comercial funciona de forma hierárquica e estratificada, de compradores principais e com mais capital de giro, até compradores de segunda e terceira categorias. O principal comprador local de castanha-do-brasil na região sul do Estado do Amapá, fica estabelecido no município de Laranjal do Jarí e no ano de 2007 teria adquirido 50.000 barricas do PFM (informação verbal)⁵⁸. Segundo informações desse principal comprador, em entrevista a Walter Souza (pesquisa em andamento) da EMBRAPA/AP, ele chegou à região no ano de 1990 como comprador de castanha de Benedito Mutram ganhando comissão com o negócio. Disse ele que de uns quatro ou cinco anos para cá o negócio está mais difícil porque surgiram muitos compradores. No início era só ele. Atualmente está evitando financiar em dinheiro o castanheiro porque eles não estão pagando mais como antes devido aos financiamentos dos concorrentes.

Esse comerciante tinha uma grande rede de unidades familiares diretamente ligadas a ele, mas ultimamente prefere trabalhar com “parceiros” que compram a castanha-do-brasil nas comunidades. Na entrevista a Walter Souza, ele listou dez compradores locais, tidos como os principais e de melhor produção vinculados ao seu sistema comercial. É dono de uma estrutura específica que inclui capital de giro, galpões para estocagem de castanha, caminhões, e revenda da castanha para dois centros principais: Belém e São Paulo. Nas regiões dos castanhais ele financiou a estrutura básica de estocagem da castanha, nas comunidades ou nos entrepostos, com a construção de galpões em madeira. Também financia veículos para os compradores locais. As parcerias prescindem de contratos escritos estando baseadas nos costumes locais, na “palavra”. O fluxograma 2 mostra como se estabelece a cadeia comercial.

⁵⁸ Conforme informações de um dos financiados morador da RESEX Cajarí.



Fluxograma 2 – Cadeia comercial da castanha-do-brasil sul do Amapá

Fonte: Sousa (pesquisa em andamento)

Acima se verifica a rede estratificada e hierarquizada por importância de disponibilidade de capital de giro nas mãos dos compradores. Logo acima da rede aparece o principal comprador de Laranjal do Jarí e ao seu lado outros compradores também estabelecidos no mesmo município. Na segunda linha, surgem os 12 compradores locais que residem nas comunidades chamados por Sousa de compradores de “segunda ordem”.

Contudo, existem também os de terceira ordem: por exemplo, na comunidade de Sororoca existe um representante que compra castanha para o comerciante da Vila Maracá e um outro que compra para um intermediário da comunidade de Santa Clara. Notou-se uma forte concorrência comercial entre eles⁵⁹.

Sousa (2006) e Sousa e Ferreira (2006) em estudos sobre os sistemas agrários com castanha-do-brasil na região sul do Estado do Amapá, especificamente no alto Cajari, identificaram 04 tipos de sistemas de produção: 1) o tipo extrativista,

⁵⁹ O Sr. Pedro é comerciante na Vila Maracá, mas compra castanha também no alto Cajari principalmente da comunidade de Sororoca onde mantém laços de amizade e compadrio. Com essas relações, um castanheiro lhe cedeu um terreno ao lado da casa para construção de um pequeno galpão de depósito de castanhas. O concorrente não gostou e alegou que o Sr. Pedro não podia construir o depósito dentro de uma unidade de conservação a revelia do CNPT/IBAMA e da ASTEX/CA e fez a denúncia no órgão federal. A situação se resolveu quando metade do galpão se transformou numa casa em que mora uma filha do castanheiro que arranhou o terreno, e a outra metade está disponível para guardar as castanhas adquiridas para o Sr. Pedro.

2) o comprador de castanha, 3) o agroextrativista, e 4) o tipo processador. Segundo eles:

O tipo 1 caracteriza-se pelo extrativismo da castanha-do-brasil sendo a renda produtiva determinada por esse componente. As atividades de criação e agriculturas são complementares e voltadas inteiramente ao consumo familiar. As unidades familiares são compostas pelos habitantes mais antigos da região, a maioria natural do Estado do Amapá e sempre executou atividades extrativistas, desde os tempos de José Júlio.

Os cultivos se constituem basicamente pelos roçados que ocupavam no ano de 2005 uma média de duas tarefas (representa 25 braças em quadra equivalente a 3.025 m²), sendo prioridade a produção de farinha. Esta é feita uma vez por mês e a quantidade produzida em uma farinhada (150 quilos) deve atender a necessidade mensal da unidade familiar. O projeto de vida das famílias desse grupo é voltado para a permanência na área e continuidade da atividade do extrativismo.

O tipo 2 exerce atividades extrativas da castanha-do-brasil, mas também compra e revende o produto. Essa estratégia permite a alguns investirem em áreas maiores de cultivo anuais, na formação de pastagens e na pecuária bovina. São os intermediários locais dos compradores principais estabelecidos no Laranjal do Jarí. Contratam ajudantes pagando por diárias ou por mês tanto para atividades de roçados como para a extração, coleta e transporte da castanha (SOUSA; FERREIRA, 2006). Podem ser tanto pessoas de fora da região que se estabeleceram na reserva há pouco tempo ou filhos de extrativistas antigos, ainda jovens na faixa etária entre 30 a 40 anos de idade, nascidos, criados e moradores na reserva.

O tipo 3 tem origem nos trabalhadores contratados na década de 1960 pela empresa portuguesa. A maioria dessas unidades familiares é de amapaenses ou da região do Jarí com experiências tanto extrativistas como agrícolas. Nesse grupo encontram-se funcionários públicos que investem tanto na agricultura como no extrativismo da castanha-do-brasil e vendem os produtos agrícolas nas feiras de Macapá e Santana, bem como a produção da castanha para quem oferecer o melhor preço. Eles costumam contratar pessoas para o preparo da área agricultável, bem como para a produção de farinha ajudando na força dos braços da unidade familiar.

O tipo 4, processador, se refere aos moradores mais recentes. Eles têm laços de parentesco, compadrio ou afins com moradores antigos e por isso foram aceitos como membros da comunidade local. A farinha é a única atividade que lhes garantem a sobrevivência. Por isso se dedicam a serviços como contratados na retirada de madeiras, utilizando motosserra, podendo receber em dinheiro ou trocam por objetos que lhes ajudem na produção da farinha. A atividade com motosserra é considerada especializada.

Para o tipo 2, especificamente cabe uma explicação a mais. Ele é um dos agentes responsáveis pela manutenção dos laços comerciais entre as unidades familiares locais e os compradores de castanha-do-brasil estabelecidos em Laranjal do Jarí. Ele não é necessariamente comerciante, embora seja um pequeno patrão, porque se tornou ou está se tornando um empresário que compra e revende o PFM. Ele tem estoques da “mercadoria” na floresta porque é possuidor de castanhais, bem como compra a produção de seus parentes e se torna um “bom patrão”. São as relações sócio-culturais entre este tipo de agroextrativista com os chefes das unidades familiares que explicam, em boa parte, as relações mercantis e não-mercantis entre eles e lembram, ainda que noutro contexto e de forma muito mais sutil, formas do sistema de aviamento tradicional, porque na base da relação está a exploração de um agente pelo outro. Durante a pesquisa empírica realizou-se uma longa conversa informal⁶⁰ com um produtor do tipo 2 a que Sousa (2006) se refere. As informações são instigantes conforme a seguir.

O castanheiro compromete antecipadamente, durante o verão, de 1/3 a 1/2 da safra do ano seguinte com os compradores locais, os patrões. Estes devem ser diferenciados entre pequenos patrões e comerciantes. Os primeiros nem sempre têm comércios estabelecidos, são nascidos e criados na região e parentes consangüíneos das unidades familiares. Os segundos podem ser de fora da reserva, que se estabeleceram comercialmente na área. As formas de comprometimento são variadas, desde pequenos adiantamentos em dinheiro, passagens de ônibus, remédios e todo e qualquer auxílio que o chefe da unidade familiar venha solicitar ao patrão, em muitos casos, até mesmo para a manutenção da família durante o verão

⁶⁰ Dia 18.01.2008 o autor esteve com esse agroextrativista comprador de castanha por aproximadamente 02h30min. A conversa foi sobre o funcionamento do mercado da castanha dentro da RESEX Cajari.

(informação verbal)⁶¹. Compram-se também nas lojas utensílios domésticos (é comum o patrão comprar ou avalizar a compra de aparelho de televisão para a unidade familiar).

Há uma espécie de carteira de crédito aberta e ativa durante todo o ano sob o controle dos comerciantes e pequenos patrões para o atendimento dessas necessidades. O dinheiro para esses financiamentos vem, a maior parte, dos comerciantes de Laranjal do Jarí ou dos próprios patrões locais que já acumularam pequenos valores e os mantêm em caixa para essas finalidades.

Ficou claro na conversa⁶² com informante que existem várias motivações na base das relações econômicas.

A gente tem que ser político ... tudo hoje é a política ... a gente tem que dá moral pra pessoa que trabalha com a gente ... agradar ele pra ele dá moral pra gente ... Se eu não falhar com ele, ele não falha comigo ... agora se eu falhar ele fica liberado pra procurar outro patrão porque eu não dei conta ... tem muita necessidade aqui ... começa pelo Natal ... o caboclo vê os filhos dos outros com um presente ele não vai deixar o filho dele sem um presente .. aí vem o ano novo .. depois é o material escolar, o uniforme ... às vezes eu tomo uns bico, mas é coisa pouca então eu deixo pra lá ... quando a pessoa não pode me pagar naquele ano ele me paga no outro ano porque todo ano tem castanha .. a castanha lá de dentro [se referindo ao Centro Novo] é mais cara pra mim, então lá dentro eu pago menos porque gasto pagando diária, com os burros, o transporte ... aqui na beira da estrada eu pago melhor ... eu tenho um sistema com o “Quentura” [um dos comerciantes estabelecidos em Laranjal do Jarí] ... eu que fui lá procurar ele .. eu entregava na cooperativa [se referindo a COOPERALCA] mas ela não me pagava direito .. comecei em 2004 com o Quentura e peguei R\$ 3.000,00 ... depois voltei e pedi mais dinheiro ... ele desconfiou mas disse que ia me testar .. nesse primeiro ano eu lucrei R\$ 6.0000 mas o Quentura me deu mais R\$ 2.000,00 por fora ... em 2005 quando o Quentura quebrou em peguei R\$ 78.000,00 ... se ele não quebra e tivesse trabalhado em 2006 eu tinha me dado bem .. ano passado [se referindo a 2007] eu comprei 4.000 medidas [barricas]... a COOPERALCA comprou 4.200 [hectolitros] mas ficou 1.200 no “rabo do gato” [se referindo a não entrega pelos castanheiros das medidas contratadas pela cooperativa] ... eu tenho 10 castanheiros certo que trabalham comigo, de confiança .. tem mais 10 que eu posso fazer a parceria e mais alguns que é o pingado ... o Seu Pedro [se referindo ao concorrente do Maracá] já tem um capital bom, próprio ... eu sou grato ao Quentura ... quem começou com o Quentura cresceu ..

⁶¹ Entrevistado, uma das lideranças da reserva afirmou que o “caboclo quer que a castanha dê pro ano inteiro quando ela só dá no inverno”, se referindo ao fato das pessoas se endividarem nos comércios locais ou com os pequenos patrões comprometendo a safra seguinte. “O problema é que o extrativista ... o extrativista mesmo ... ele não gosta da agricultura”, se referindo ao fato de muitos plantarem só para alimentação do dia-a-dia, e em muitos casos só a mandioca. Podendo, evitam ir para a roça.

⁶² Embora a conversa não tenha sido gravada as anotações realizadas no caderno de campo permitem reproduzir o diálogo acima.

tenho 11 animal [se referindo ao muares], um caminhão tipo camionete e a moto ... a COOPERALCA ano passado adiantou dinheiro em janeiro e já fechou o hectolitro a R\$ 50,00 ... eu não tenho preço fixo. (grifo nosso)

Os pequenos patrões que são donos de colocações, dependendo do caso, costumam arrendar castanhais para terceiros recebendo um percentual da produção pelo arrendamento, geralmente 50%. No caso do informante acima, ele tem alguns arrendamentos nas condições citadas e ainda compra a produção do arrendatário. Como existem formas de adiantamento e outros financiamentos durante a entressafra, ao final se paga o saldo quando da prestação de contas. Um dos arrendatários entrevistado declarou que produziu 50 barricas (a produção total do castanhal foi de 100 medidas - 2007), vendeu a R\$ 30,00 e teve saldo de R\$ 480,00.

As principais características observadas no âmbito da dinâmica rede comercial do PFNM castanha-do-brasil na região dos castanhais do Estado do Amapá se revestem, na atualidade, de um processo que lembra o aviamento, mas com novos comportamentos inseridos nas relações: um conjunto de práticas sócio-culturais com prestações mercantis e não-mercantis, de natureza diversa e multidimensional. Entre os comerciantes e pequenos patrões e as unidades familiares, se estabelece um paradoxo entre a regra e a espontaneidade, entre a liberdade e a obrigação, fundado no conceito de “dívida agonística”, isto é, a relação comercial é também “um mundo de relações simbólicas”. (MAUSS, 2001).

A dívida agonística⁶³ é aquela que ocorre num ambiente onde a vida material e moral, e suas trocas, funciona sob uma forma desinteressada e obrigatória ao mesmo tempo. No sul do Amapá esse sistema parece estar bem configurado. Os patrões locais mantêm laços contratuais, econômicos e morais, com as unidades familiares. Os primeiros fazendo as doações, os adiantamentos e socorrendo “desinteressadamente” as emergências familiares, mas também comprando a produção da castanha-do-brasil. Os segundos, em muitos casos pedindo pequenos favores e, contando com o apoio certo do bom patrão, retribuindo com a fidelidade na venda da castanha-do-brasil. É intercâmbio e reciprocidade ao mesmo tempo. Os dois lados se comportam dialetizando a relação. Esta é por um

⁶³ Nos escritos de Mauss apresentam-se dois tipos de dívidas: a agonística e a de partilha. A primeira se refere a trocas masculinas enquanto a segunda se dá quando envolvem bens considerados femininos.

lado desinteressada, por outro obriga uma parte a outra. O contrato, informal, de natureza econômica e moral, numa troca de bens simbólicos, se constitui num dos principais pilares das atuais formas de *aviamento*. Bourdieu (1996, p. 09) sobre capital simbólico afirma

Em outros termos, no princípio da ação generosa, do dom inicial de uma série de trocas, não existe a intenção consciente (calculista ou não) de um indivíduo isolado, mas essa disposição do *habitus* que é a generosidade, é que tende, sem intenção explícita e expressa, a conservação ou ao aumento do capital simbólico. Para quem é dotado de disposições ajustadas à lógica da economia dos bens simbólicos, o comportamento generoso não é resultado de uma escolha ditada pela liberdade, de uma decisão livre efetuada após uma deliberação que contém a possibilidade de agir de outra forma; “ele aparece como “a única coisa a fazer”. (grifo nosso)

O sistema ainda pode ser explicado a partir das “estruturas elementares da reciprocidade” conforme Temple *apud* Sabourin (2008, p. 04)

As estruturas elementares de reciprocidade foram sistematizadas por Temple (1998), que identifica certos dos valores humanos que produzem ou reproduzem.

- As estruturas de reciprocidade binária correspondem às relações de aliança (matrimônio, compadrio, redes interpessoais, etc.) e de amizade que se estabelecem entre indivíduos, famílias e grupos. A reciprocidade binária simétrica (face to face [cara a cara]) produz a amizade. A reciprocidade binária assimétrica produz o prestígio do doador (dádiva agonística, potlach). (grifos nossos)

As relações de reciprocidade que ocorrem entre os padrões e as unidades agroextrativistas no sul do Estado do Amapá se sustentam, portanto, tanto em bases simétricas quando produz graus de amizade, bem como em bases assimétricas, quando o padrão adquire o prestígio pela doação que faz, por ter socorrido a unidade familiar no momento difícil, adiantando algum dinheiro para a compra do uniforme escolar e de outras demandas familiares. É um tipo de jogo cujo espectro vai da solidariedade ao auto-interesse. O padrão saberá diferenciar o momento exato entre a primeira e o segundo cobrando, se necessário, o compromisso do extrativista ou punindo-o e deixando-o sem a sua proteção.

A relação mercantil se baseia no “dá-se, recebe-se muitas vezes mais, mas a relação entre os dois é muito mais complexa e desmonta o modelo linear da racionalidade instrumental” (GODBOUT, 1998, p. 44). Nos sistemas econômicos de reciprocidade, a prodigalidade ou a generosidade confere prestígio e fama que se

tornam fontes de autoridade ou de poder, de acordo com a lógica agonística da dádiva (SABOURIN, 2002).

As observações nas comunidades das sub-regiões e as entrevistas realizadas permitem considerar que as relações econômicas entre padrões locais e as unidades familiares agroextrativistas, se constituem em fatos sociais totais.

Nestes fenômenos sociais “totais”, como propomos chamar-lhes, exprimem-se ao mesmo tempo, e de uma só vez, todas as espécies de instituições: religiosas, jurídicas e morais – e estas políticas e familiares ao mesmo tempo: econômicas – e estas supõem formas particulares da produção e do consumo, ou antes, da prestação e da distribuição; sem contar os fenômenos estéticos a que estes factos vão dar e os fenômenos morfológicos que manifestam estas instituições (MAUSS, 2001, p. 52).

Martins (2008, p. 31) resume a idéia de fato social total em Mauss da seguinte forma

(...) pressupõe a presença de sistemas de reciprocidades das atividades humanas, sustentados por um simbolismo generalizado em todos os planos da vida, começando com mais intensidade afetiva e menos regulação cognitiva no plano cotidiano (do indivíduo, da família, dos amigos, etc.) e se estendendo com menos intensidade afetiva e mais regulação cognitiva para as estruturas formais (da economia, da política, da religião, da ciência, etc.). (...) Mauss conseguiu demonstrar que as coisas materiais ofertadas, as hospitalidades dadas e os serviços prestados são plenos de significações que, num lado, favorecem a aliança e o vínculo e, no lado contrário, a inimizade.

As evidências empíricas, no atual contexto da região dos castanhais, levam ainda a inferências de que chefes de unidades familiares agroextrativistas presos a compradores locais pelos laços de compadrio e formas assistencialistas de financiamento têm dificuldades de sair dessa relação. Não se pode dizer que as pessoas não tenham consciência desses laços de dependência e subserviência. Contudo, é como se recebessem um benefício no momento que pedem o adiantamento para uma demanda familiar ou para o socorro inesperado. O bom padrão também é o compadre, parente, vizinho e amigo. Comportamentos econômicos maximizadores, mas também morais e emocionais estão compartilhados por laços de fidelidade.

O trabalho de Sousa (pesquisa em andamento) identificou três escalas de tempo entre compradores e castanheiros: 1) de 7 anos, fidelidade considerada

intensa, 2) de 3 a 5 anos, considerada mediana, e 3) relações de momento, sem amarras comerciais ou morais.

Embora os trabalhos de Sousa (2006) e de Sousa e Ferreira (2006) não tenham identificado quem seriam os principais “clientes” dos financiamentos e doações, as evidências apontam para o tipo 1, o extrativista, a unidade familiar principal pesquisada nesta tese.

O direito consuetudinário com base na palavra, “de boca” como disseram as pessoas entrevistadas, é que garante as transações. Existem, assim, três grandes fundamentos que podem explicar a eficiência desse sistema comercial de transação. O primeiro é econômico manifestado pela pobreza. O segundo é moral. Há certa ética entre os agroextrativistas. Quem não cumpre os acordos tende a ser excluído do sistema e lhe negado as regalias dos atendimentos aos pedidos de socorro de última hora. O terceiro fundamento é o sistema comunitário de parentesco, compadrio e vizinhança – uma das chaves para explicar a moral agroextrativista. É difícil quebrar regras comunitárias num contexto de relações binárias, face a face, simétricas e assimétricas, com forte controle social que produz, portanto, relações horizontais equilibradas, mas também horizontais-verticais desequilibradas. Os três fundamentos fazem parte de um mesmo contexto cultural e, dialeticamente, se misturando nas relações cotidianas vão amalgamando-se nas relações econômicas e sociais. É a existência simultânea de manifestações de capital social comunitário por um lado, e de um sistema comercial espoliador, por outro.

O sistema agroextrativista permite ao comprador, portanto, na maioria das vezes, lucrar na relação preço/início e preço/final onde este tende a subir, isto é, o comprador recebe no início da safra à parte contratada quando a castanha ainda está no ouriço e a revende por um preço muito melhor. Mas também lucra com a medida da castanha que compra em barrica e revende em hectolitro, às vezes dividindo com o comprador de Laranjal do Jarí a lata extra.

O exemplo do sistema comercial com o PFNM castanha-do-brasil é apenas um dentre vários outros que ocorrem na comunidade⁶⁴. As regras

⁶⁴ Por ocasião das entrevistas um chefe de unidade familiar declarou que já emprestou pequenas quantias em dinheiro a terceiros, mas nunca cobrou qualquer dívida. Explicou ele que um dia pode precisar e espera que a pessoa lhe atenda também.

contratuais de mercado, objetivas, lineares e utilitaristas, ainda não conseguiram romper completamente com a tradição cultural dessas populações.

Particularmente no caso da Vila São Francisco do Iratapurú e da COMARU existem outras singularidades. Diferentemente das comunidades que se localizam as margens da BR 156 o acesso a Vila São Francisco é mais difícil porque ela dista 45 km a montante do Rio Jarí. Ainda assim os comerciantes compradores de Laranjal do Jarí mantêm duas pessoas da comunidade adquirindo o produto das unidades familiares. Todavia, os contratos com as empresas de fora que adquirem o óleo, provavelmente afeta as relações com os agentes comerciais locais porque os compradores parecem não ter a mesma eficiência dos patrões localizados na Vila Maracá e na RESEX Cajari. Mas, a COMARU só adquire aproximadamente de 15% a 20% do total produzido na RDS – I ficando os demais 80% comercializados com os comerciantes.

O contrato com a NATURA, reiterado desde 2004, tem propiciado as unidades familiares da Vila São Francisco relações mais frequentes e consistentes com a cooperativa. Tais relações possibilitam aos chefes das unidades agroextrativistas, sendo ou não associados da COMARU, comercializarem uma parte da produção com a cooperativa a fim de garantir a entrega de óleo a empresa COGNIS. No ano de 2004, por exemplo, a COMARU contratou dezesseis toneladas de óleo com a empresa, mas só conseguiu entregar nove. De lá pra cá, tendo mudado a presidência da cooperativa e com ações mais cautelosas, as partes têm contratado duas toneladas de óleo da castanha-do-brasil por ano, com possibilidades de renovação do contrato na medida em que a COMARU demonstrar capacidade de produzir mais excedentes.

No ano de 2006 foram contratadas quatro toneladas e no ano de 2007 foram entregues seis toneladas do subproduto a COGNIS. Para 2008 o contrato inicial está fechado em duas toneladas com expectativa para mais duas, o que deve ocorrer considerando-se que no final de 2007 a COMARU adquiriu uma nova prensa de óleo com maior capacidade de extração. Na Vila do Iratapurú os chefes de unidades agroextrativistas têm percebido que vender o subproduto da castanha-do-brasil agrega valor ao produto porque os números mostram que, transformada em óleo, o hectolitro da castanha tem preço mais atrativo.

Alguns chefes das unidades familiares, contudo, acham que a COMARU deveria comprar mais castanha, pagar um preço melhor pelo óleo e a

vista. Muitos ainda têm dificuldades de entender que ao venderem óleo, só receberão quando a remessa feita pela COMARU chegar a COGNIS que, somente depois disso, fará o pagamento ao fornecimento da cooperativa.

As relações têm sido muito tensas porque os processos inovadores na Vila São Francisco do Iratapuru são mais intensos que no Assentamento Maracá e RESEX Cajarí. É o caso da certificação das colocações, em vigor desde 2004, com regras pré-estabelecidas e constante acompanhamento por parte da empresa certificadora.

Por outro lado, sobre as relações clientelistas e semiclientelistas elas existem nas três sub-regiões se manifestando de forma peculiar em cada uma delas. A presença de representantes de políticos (vereadores, deputados estaduais e de autoridades legislativas federais) é constante. Expressam-se, principalmente por meio de “ações sociais” e pelo fornecimento de serviços públicos, em regra de obrigação do poder público, como construção de escolas, designação de professores, viabilização de postos de saúde, abertura ou melhoramento de ramais, etc. Mas destacam-se nessas ações com o fim de captar votos, as doações de motores geradores de energia e o fornecimento mensal de cotas de óleo diesel para manutenção da rede elétrica local por algumas horas durante o dia, geralmente das 18h00 as 22h00min.

Nesse quadro, as várias lideranças das comunidades das três áreas, acabam acumulando capital social individualizado a partir das posições que ocupam, mas de maneira diferenciadas. No Maracá, no ano de 2007, não havia nenhuma ação no campo do empreendedorismo, salvo, tentativas realizadas por iniciativas (primeiros contatos) de empresas madeireiras, de fora do Estado, interessadas nos estoques de produtos florestais madeireiros existentes no assentamento. Como a área é extensa territorialmente e abarca vinte e oito comunidades há muitas dificuldades para se realizar o arranjo institucional adequado. Outro fator que dificulta é o índice de escolaridade das lideranças, sempre muito baixo. As ações implementadas pela ONGs Instituto de Estudos Amazônicos (IEA) e Fundação Konrad Adenauer (KAS) para o fortalecimento social e comunitário, não foram suficientes para estabelecer nas lideranças a independência necessária para enfrentar problemas mais complexos na co-gestão do Assentamento Maracá.

Na RESEX Cajarí as lideranças estão razoavelmente consolidadas, principalmente a liderança principal da ASTEX/CA que se encontra no terceiro

mandato consecutivo. A associação, muitas vezes vinculadas a políticos locais têm assumido práticas eleitoreiras com tendências ao “familismo”. O caso da ASTEX/CA tem no seu presidente algo que lembra a figura dos agentes políticos (*os brokers*). Quanto a COOPERALCA passou por denúncias na forma de gestão em 2003 tendo sido o presidente, a época, acusado de desvio de dinheiro da cooperativa e por isso foi destituído. As lideranças que mais se destacam já concluíram o Ensino Fundamental e nessa área os níveis de politização avançaram muito com as ações implementadas pelo Projeto RESEX.

Na RDS – I, as experiências comunitárias na Vila São Francisco se basearam em disputas de facções familiares de modo mais acintoso que nas demais sub-regiões. Essa parece ser uma marca da comunidade, contudo, as disputas entre famílias não têm sido suficientes para obstruir o projeto cooperativo, ainda que em muitos momentos sirvam para enterrar processos sociais inovadores.

Nas três sub-regiões as organizações agroextrativistas estão, ao final, em situação de desvantagens nas redes das quais fazem parte, apesar de duas delas gozarem de algum prestígio, como se mostrará em momento oportuno. As relações nas redes sociais são flagrantemente assimétricas e submetem as lideranças a muitas críticas internas por parte dos comunitários que os elegeram. Por outro lado, a complexidade das pretensões que muitas vezes pretendem atingir, na execução de projetos de desenvolvimento, sem as condições (competências) adequadas, sobretudo com estoques de capital humano insuficientes, os colocam numa posição de negociação completamente desfavorável.

Na RESEX Cajari, pelo seu melhor nível de organização interna e pela existência do conselho deliberativo da reserva, as organizações agroextrativistas existentes têm conseguido fazer pressão junto aos órgãos públicos com influência na área. Mas as conquistas que se destacam vêm do campo social. No Assentamento Maracá, apesar de um momento de revisão do formato interno de gestão com subdivisão jurisdicional da área para novas organizações formais, a situação é muito desfavorável. Na RDS – I, marcada pela tutela do PDSA, o que distanciou em muito os atuais gestores públicos estaduais da área, a comunidade do Iratapuru é talvez, curiosamente, a que apresenta maior nível de risco porque avançou muito e em pouco tempo, mas à custa de sérias rupturas comunitárias. Isto é, ao mesmo tempo em que a Vila São Francisco se revela no melhor caso de parcerias inovadoras também tem pouca tradição de viver comunitariamente o que

tem se traduzido nas fortes disputas internamente. Além disso, no momento, depende praticamente de um único parceiro comercial.

Nas sub-regiões, as relações com os órgãos públicos e com políticos passam, sobretudo, por três escalas, conforme indica o quadro 8.

Áreas / Tipo de relação	1. Clientelismo passivo: paternalista, tecnocrático, burocrático e/ou partidário: Transforma o capital social em receptividade passiva de produtos e cria dependência	2. Semiclientelismo: organismo incubador e capacitador: Fomenta a organização autônoma, capacita em gestão. Protege a organização no plano social, econômico e político local e regional	3. Organismo empoderador e apoiador: Segue desenvolvendo sistema de autogestão de organizações já constituídas e que funcionam com certa autonomia. Amplia o raio de ação territorial e fortalece os atores sociais débeis.
1. Assentamento Maracá;	Muito forte	Fraco	Inexistente
2. Resex Cajari;	Forte	Forte	Fraco – avanços no plano social.
3. RDS Iratapuru;	Forte	Forte	Fraco – avanços no plano produtivo.

Quadro 8 – Interações comunitárias e agentes políticos externos

Fonte: Adalberto C. Ribeiro (2008). Com base em Durston (1999)

Pelo quadro acima se pode afirmar que nas comunidades das três sub-regiões o clientelismo paternalista é muito presente. Ele gerou algum grau de comportamento passivo no caboclo. As unidades familiares, muitas vezes utilizam a identidade de “pobres” (LIMA, 1999), porque ligada a sua condição social, para justificar esses comportamentos. Os técnicos dos órgãos federais, estaduais e municipais, geralmente, exercem suas ações de assistências técnica e rural associadas a práticas de captação de votos para determinado candidato ou partido político.

Também é possível afirmar que em duas sub-regiões foram realizadas ações no sentido de dotar tais comunidades de certa autonomia e capacidade de gestão, principalmente na RESEX Cajari e na RDS – I. Nas duas áreas as ações não foram totalmente suficientes e duradouras para atingirem completamente os objetivos propostos, mas parece ter criado minimamente níveis de empoderamento:

na RESEX mais social que produtivo e na RDS-I, mais produtivo que social. No Assentamento Maracá apesar de ações de ONGs não se pode afirmar que se atingiu níveis de gestão autônoma. As dificuldades são muito maiores.

Em relação ao terceiro tipo de interação – organismos empoderador e apoiador, particularmente, há sinais de que a Vila São Francisco do Iratapurú esteja experimentando atualmente uma escala de melhor qualidade no plano produtivo, mesmo com dificuldades. Isso porque a intensidade de ações realizadas durante o Projeto Castanha, período 1996-2001, mesmo com muitos erros, permitiu as lideranças apreenderem o mínimo de processos sociais inovadores em relação às atividades econômicas da castanha-do-brasil e de seus subprodutos, principalmente do biscoito e do óleo. Por outro lado, como a RDS – I foi bastante utilizada como marketing político do PDSA, a COMARU ganhou certa visibilidade nacional participando de muitas feiras de produtos da biodiversidade. A parceria com a NATURA parece ser a grande inovação em todo o processo deflagrado no Iratapurú a partir de 1995, principalmente porque envolve uma recente engenharia jurídica em torno do acesso a recursos da biodiversidade.

Finalmente, deve-se considerar que as três escalas constantes do quadro 8 acima convivem simultaneamente num processo dialético de interação. Elas não podem ser vistas, portanto, de maneira isolada e fragmentada.

Manifestam-se, portanto, no plano comunitário formas de capital social comunitário juntamente com formas atuais de aviamento. Se por um lado, há relações generalizadas de confiança, cooperação e solidariedade em redes de parentesco, compadrio e vizinhança, por outro, há relações de espoliação entre os segmentos comercial e as unidades de produção. Se manifestando por intermédio dos agentes externos vinculados ao poder público, têm-se práticas clientelistas e semiclientelistas que se amalgamam no local. Ainda assim, é preciso considerar que formas de empoderamento também estão ocorrendo, pois o processo traz junto muito de aprendizagem para as comunidades.

Portanto, pode-se afirmar que as redes comunitárias existentes se encontram relacionadas com os demais fatores sócio-culturais agroextrativistas, isto é, com as variáveis contextuais. Quando ações consideradas simples são implementadas os estoques de capital social comunitário entram em ação e tendem a superar os problemas coletivos. Contudo, para desafios mais complexos se comprova que o capital social, sozinho, nada pode fazer. Muitas vezes, há muita

vontade e desejo de realizar projetos de desenvolvimento, com níveis potencialmente elevados de cooperação, contudo, com muitas dificuldades e sem grande ou nenhuma eficácia.

Em relação às ações coletivas, algo que deve ser considerado no campo do associativismo e do cooperativismo, estudos têm demonstrado que ao contrário das empresas, comunidades rurais não existem somente, ou principalmente, com o objetivo de otimizar a renda líquida de suas atividades.

Schmink (2005) sublinha que o uso dos recursos comunitários é governado por instituições complexas e por normas formais e informais que são parte essencial do capital social de comunidades rurais. O manejo florestal comunitário, por exemplo, está intrinsecamente ligado a uma comunidade social, e a seu contexto histórico e ecológico. Não é apenas um empreendimento florestal. A autora analisando as possíveis relações entre comunidades e mercados, vê em tais tentativas alternativas promissoras, contudo, destaca o papel das assimetrias existente nessas relações.

Amaral Neto (2004) estudou três casos de projetos pilotos de manejo florestal comunitário praticados por grupos locais: em Marabá-PA, Costa Marques-RO e em Acrelandia-AC. Ele verificou que os grupos distintos envolvidos têm formas próprias e eficazes de manejar os recursos florestais para diversos fins. Mas, identificou falta de democracia na “questão da participação” dos grupos locais para a definição dos modelos de manejo adotados pelos coordenadores do projeto.

Mcgrath et al (2003) estudando exatamente casos de manejo florestal comunitário relatam que a grande maioria dos projetos em andamento na Amazônia é uma adaptação do modelo empresarial de manejo florestal. Eles relatam que a abordagem já foi testada em outros países da Amazônia e que os resultados foram considerados um fracasso devido às dificuldades das organizações comunitárias administrarem empreendimentos de uma escala, complexidade e cultura organizacional tão diferente das experiências locais existentes. Sem uma avaliação crítica o mesmo modelo foi adotado no Brasil. No âmbito de seus estudos constataram que o projeto Cautário na Reserva Extrativista de Rondônia passava pelas mesmas dificuldades.

Contudo, noutro estudo sobre manejo florestal, este de pequena escala, Mcgrath et al (2005) observaram que, apesar das críticas, isso não significa que a extração florestal não tenha nenhum potencial de conciliar os objetivos do

desenvolvimento e da conservação. Eles mostram o caso das Oficinas Caboclas do Tapajós ressaltando várias preocupações como, por exemplo, limitação dos recursos madeireiros, retorno financeiro, capacidade organizacional e aplicabilidade, mas são otimistas na resolução de todos esses aspectos. Concluem que o principal problema em muitas instâncias tem sido a escolha de estratégias econômicas inapropriadas que não levam em consideração a capacidade organizacional das comunidades de pequenos proprietários.

Anderson (2002) estudou o caso da CAEX - Cooperativa Agroextrativista de Xapuri no período 1995-1996 e destaca vários pontos positivos como, por exemplo, o aumento da renda das unidades familiares extrativistas. Contudo, quando avaliou os custos da CAEX sublinhou “[...] Na realidade, a única razão pela qual a Caex não fechou as portas definitivamente foi a constante injeção de recursos externos por agências internacionais bem intencionadas” (ANDERSON, 2002, p. 135).

Os estudos acima sugerem que ações coletivas promovidas nas áreas rurais da Amazônia enfrentam problemas por um lado, mas por outro, apontam que soluções podem ser encontradas. Vai depender de cada caso, de como serão abordadas e implementadas as ações. Destacam-se abaixo alguns aspectos que podem ser considerados importantes.

Primeiramente é preciso levar em consideração que as populações rurais possuem uma tradição de trabalho familiar voltada para a empresa doméstica. Parece ocorrer a existência simultânea de uma lógica voltada para a empresa familiar, mas ao mesmo tempo com processos coletivos comunitários baseados nos laços de parentesco, vizinhança e compadrio.

Outro aspecto, um dos argumentos que tem sido utilizado ultimamente para a análise em comunidades rurais, é que em se tratando de contextos marcados por relações globais/locais, esses ambientes ficam repletos de situações de incertezas (MEHTA et al, 2002).

Outra situação é que a família camponesa, com suas atividades plurais, ao constatar sucessivos exemplos de fracassos em tentativas de projetos coletivos parece ter consciência do quanto é difícil concretizar determinada ação para a comunidade ou para um grupo. O que parece prevalecer em muitos casos, é que em ambientes tomados pela incerteza a unidade familiar adota uma postura conservadora, principalmente quando se encontra em posição de relativa

comodidade. A incerteza “freia” o raciocínio estratégico em relação àquela situação futura. Portanto, dependendo do tipo de ação coletiva e de sua natureza, das variáveis que estiverem em jogo, das circunstâncias e das motivações racionais e morais, a unidade familiar camponesa formula um raciocínio estratégico capaz de fazê-la cooperar nessas ações ou não.

Na região dos castanhais do Estado do Amapá ações coletivas têm sido instrumentos de vários grupos, comunidades e organizações rurais que recorrem a ela para enfrentar seus problemas do dia-a-dia. Desde os anos de 1980, por exemplo, com um maior protagonismo da sociedade civil, muitas esperanças e possibilidades têm sido depositadas nas ações coletivas realizadas na região.

Explicar ação coletiva na região dos castanhais do Estado do Amapá, contudo, sugere considerar o processo que vem ocorrendo desde a década de 1980 até os dias atuais. Dois momentos principais do comportamento coletivo das unidades agroextrativistas devem ser destacados: 1) quando se deflagrou as ações para a emancipação fundiária; e 2) as ações em curso atualmente, que se manifestam por meio de demandas de vários tipos e modalidades, destacando-se os projetos de desenvolvimento que se dão por meio das cooperativas e associações. O primeiro pode ser caracterizado tipicamente como parte do movimento sócio-ambiental que ocorreu na Amazônia e o segundo como ações que estão noutra conjuntura e processo social, mais complexas e desafiadoras. Portanto, poder-se-ia dizer que o processo no sul do Amapá é marcado por ações coletivas de naturezas diferentes.

Para o primeiro fenômeno a categoria “novos movimentos sociais” consegue explicar muitos dos aspectos que forjaram o comportamento coletivo das populações agroextrativistas na década de 1980. Para os fenômenos do segundo momento a categoria “ação coletiva” no seu sentido estrito é mais apropriada para dar conta do processo analítico.

A transformação que pode ser demonstrada por esses dois momentos tem a ver com mudanças de atitudes e das práticas dos vários atores sociais, sobretudo das populações agroextrativistas. Tais práticas são concomitantes aos processos de transição para a democracia do Estado brasileiro.

Do ponto de vista teórico, a década de 1960 significou um importante ponto de inflexão para os estudos dos movimentos sociais e da ação coletiva (ROBLES MORALES, 2007). Surgiu uma renovação nos movimentos como os

formados por organizações de jovens, de gênero ou de caráter étnico que respondiam a um padrão diferente dos movimentos até então verificados que estavam preocupados muito mais com as dinâmicas de classes.

As transformações nas formas de manifestação de segmentos da sociedade civil foram estudadas por diferentes estratégias promovendo-se assim uma revisão na categoria movimento sociais. Nos Estados Unidos surgiram três linhas principais de investigação: 1) a teoria do comportamento coletivo em sua versão interacionista e construtivista, 2) a teoria da mobilização de recursos, e 3) a teoria da oportunidade política. Na Europa surgiu a teoria dos novos movimentos sociais (ROBLES MORALES, 2007). É nesta categoria que se encontra o movimento sócio-ambiental dos seringueiros no Brasil.

Novos movimentos sociais se referem a um amplo conjunto de ações coletivas que não podem ser analisadas apenas pelas perspectivas teóricas anteriores. O movimento sócio-ambiental no Brasil é uma prova disso. Na base do arco de aliança que resultou no êxito do movimento com o advento de assentamentos agroextrativistas e de reservas extrativistas encontrava-se um fundamento de cunho moral: a preservação ambiental e a melhoria de vida de populações que estavam sendo expulsas de terras que historicamente habitavam sem causar grandes degradações naturais.

Melluci (1999) estudou a sociedade contemporânea procurando refletir sobre as ações coletivas que vêm sendo desenvolvidas pelos diferentes atores e sujeitos sociais. Segundo ele, por exemplo, os movimentos de mulheres, jovens, direito humanos, ecológicos e as mobilizações pacifistas, são ações que alteram a lógica dominante no terreno simbólico, questiona a definição dos códigos existentes, a leitura da realidade e anunciam que uma outra realidade é possível.

Mellucci apresenta uma definição analítica de movimento social como uma forma de ação coletiva que abraça três dimensões: 1) a solidariedade, 2) o conflito e 3) a ruptura com os limites em que ocorre a ação. Neste sentido, fica claro que o processo de ação coletiva dos seringueiros do Brasil pode ser considerado como um movimento social da categoria dos novos movimentos sociais denominado movimento sócio-ambiental.

O padrão organizacional da ação coletiva contemporânea é a rede de movimentos, uma rede de grupos compartilhando uma cultura de movimento e uma identidade coletiva. Como os atores coletivos são “temporários”, essas redes fazem

e desfazem seus nós, tornando problemática a definição de movimentos sociais como sistemas fechados. Em outros termos, o campo de ação permanece, mas seus atores não necessariamente (MELUCCI, 1999).

O fragmento acima é muito pertinente se se considerar a dinâmica atual. No caso do movimento sócio-ambiental, antes de se concretizar a demanda pelas reservas extrativistas, se formou uma ampla rede de parceiros em torno das reivindicações dos seringueiros. Com o advento das áreas protegidas, muitos atores foram embora surgindo outros e novas parcerias foram estabelecidas. Os objetivos, pelo menos em grande parte, continuam sendo a melhoria da qualidade de vida das populações rurais residentes nas áreas recém criadas.

Contudo, quando se inaugurou o segundo momento de ação coletiva, do associativismo e cooperativismo, o sucesso não tem se repetido da mesma forma da fase anterior. Ao contrário, muitos fracassos e problemas têm sido registrados com as tentativas de projetos coletivos, principalmente aqueles vinculados à forma de empreendimentos alternativos, apesar de que não se pode falar de inviabilidade deste tipo de ação.

As populações agroextrativistas do sul do Estado do Amapá têm esse histórico quanto as suas ações coletivas: experimentaram no primeiro momento uma ação coletiva, onde a função do bem produtivo era muito clara para os participantes da ação. A reivindicação por terra não reclamava grandes ações de complexidade (ações deste tipo não requerem elevados índices de capital humano, nem tantas habilidades profissionalizantes). Por outro lado, o inimigo estava ali do outro lado muito visível e muitos atores externos se tornaram parceiros. Os custos para que os participantes continuassem a colaborar com a ação era muito pequeno se comparado com o benefício a ser conseguido. Conforme as entrevistas realizadas as reuniões eram repletas de participantes. Havia muita pressão social sobre as autoridades públicas locais e sobre os dirigentes da Empresa Jarí. Grosso modo, a simples participação da maioria nas assembléias dos agroextrativistas, e a possibilidade concreta de receber um lote de terra, ou de ter reconhecido a posse da colocação mostrava que o bem público em questão tinha uma valiosa função produtiva e patrimonial, ainda que a propriedade não se tornasse totalmente privada.

Para o momento segundo, as ações associativistas e cooperativistas são típicas de ação coletiva *stricto sensu* onde os resultados, de forma geral, nos casos aqui estudados, podem ser tidos como pouco expressivos: por exemplo,

comercializar e exportar a castanha-do-brasil, processada, agregando valor, melhorando o preço e gerando renda para a comunidade ainda é muito custoso para as populações investigadas na presente tese.

Não obstante, quando as comunidades e suas organizações agroextrativistas se envolvem em demandas coletivas de caráter eminentemente público, e de menor complexidade para a execução da ação, na maioria dos casos, têm obtido sucesso: por exemplo, a abertura de ramais para escoamento da produção, a construção de escolas e postos de saúde, a contratação de professores para as áreas rurais, a instalação de energia elétrica e de água encanada e tratada.

Há, portanto, uma espécie de grau de dificuldade para acessar bens públicos por parte das comunidades agroextrativistas da região dos castanhais amapaenses. À medida que cresce o grau de complexidade da demanda ou do projeto a ser executado em relação aos padrões culturais e econômicos locais, mais fica longe a compreensão e a capacidade de execução por parte das unidades familiares. Isso não significa que as unidades familiares não tenham colaborado nos projetos já realizados ou não queiram cooperar mais. Os registros de campo, os relatórios analisados e a bibliografia local informam sobre os amplos processos cooperativos já realizados mesmo em condições consideráveis de dificuldades. Ocorre que reiteradas tentativas de melhoria de renda pela agregação de valor aos produtos agroextrativistas, em especial ao PFM castanha-do-brasil, tem se constituído em processos muito complicados e de difícil execução. Para o bem ou para o mal essas experiências resultam num processo pedagógico, deixando algum tipo de aprendizagem. É possível que muitas unidades agroextrativistas estejam descrentes de ações que exijam a participação coletiva para comercialização dos seus produtos, o que acaba reforçando o eficaz sistema dos comerciantes locais.

Por outro lado é preciso considerar que as unidades familiares, envolvidas numa flagrante situação de incerteza, têm imediatas necessidades de prover o sustento e as necessidades da família. No ambiente de extrema pobreza material as necessidades cotidianas geralmente não têm como esperar a realização de arranjos sociais coletivos complexos. Contudo, não se pode negar a importância que ganhou o associativismo e cooperativismo nas áreas rurais nos últimos anos. Na região dos castanhais do Estado do Amapá muitas tentativas de melhoria da qualidade de vida das populações locais têm sido feitas por intermédio das organizações sociais agroextrativistas.

Friedberg (1992) estudando a categoria organização lembra que, por um lado, ela pode ser um objeto social, por outro, está vinculada a um processo social que está no cerne da ação humana. As organizações, diz ele, são conjuntos humanos formalizados e hierarquizados com vistas a assegurar a cooperação e a coordenação de seus membros no cumprimento de determinados fins.

Um problema comum a qualquer organização é que elas precisam resolver enquanto estruturas de ação coletiva, ainda que dentro de contextos e graus de pressão diferentes, como sobreviverem como conjuntos organizados. Nestes termos uma pergunta se impõe: como manter condições de emergência e de manutenção de mecanismos que assegurem a cooperação e a ação coletiva dos membros? Friedberg remete o problema para quatro situações: 1) o *status* do ator e de sua ação, 2) a integração organizacional, 3) as fronteiras da organização e 4) os efeitos organizacionais. A reflexão dele é muito pertinente e pode ser utilizada numa adaptação para o caso aqui estudado, o que se faz abaixo.

Primeiramente, o *status* e as ações da unidade familiar camponesa do sul do Amapá, associada ou cooperada das organizações agroextrativistas, estão diretamente vinculados as suas concepções motivacionais. Isto significa que se trata de agentes complexos e relativamente imprevisíveis. Por conseqüência, a noção de racionalidade que impera no ambiente agroextrativista está mais próxima dos estudos encaminhados por Costa (1994; 1995), isto é, a racionalidade camponesa se ajusta melhor à lógica do campesinato caboclo. O postulado do *homo economicus* não supre completamente o ambiente agroextrativista sul amapaense, o que não significa que as pessoas não possam agir com base no auto-interesse.

Friedberg põe em evidência que o indivíduo não é somente movido pelo ganho. É igualmente motivado por sua afetividade e por suas necessidades psicológicas mais ou menos conscientes. Segundo ele, nenhum agente está apto a otimizar suas soluções, uma vez que a complexidade dos processos mentais para uma verdadeira otimização implica superar as capacidades de tratamento da informação e de raciocínio do ser humano. O que o agente põe em prática é um raciocínio seqüencial no qual, a partir de uma idéia mais ou menos precisa do aceitável, examina uma a uma as opções que se lhe oferecem e dirige sua escolha a primeira que corresponde essa idéia. Não otimiza, contenta-se com uma solução satisfatória. As evidências encontradas neste trabalho levam a afirmação de que

esta assertiva teórica cabe bem para o caso das unidades agroextrativistas membros das organizações sul amapaense.

Em segundo lugar: o problema da integração dentro das organizações estudadas. Devem-se levar em consideração as limitações da racionalidade de cada um de seus membros, assim como o caráter elaborado e contingente tanto das preferências como das opções de cada um deles para tomada de decisão.

As organizações agroextrativistas do sul amapaense devem ser vistas como espaços onde se tomam decisões, como instrumentos de cooperação entre interesses conflituais, situadas em contextos onde se entrecrocamos, se confrontamos e se ajustamos racionalidades e comportamentos múltiplos e eventualmente contraditórios. Existe um entrelaçamento de contratos, uma estrutura de jogos cujas características e regras formais e informais canalizam e regularizam simultaneamente as estratégias de poder dos diferentes participantes.

Sendo assim, as organizações agroextrativistas, portanto, estão muito vulneráveis as tendências de seus membros, em especial dos da diretoria. Estes podem tirar proveitos das assimetrias de informação e de poder existentes. Mesmo assim, é da estabilidade das opções feitas e do equilíbrio que pode existir no conjunto dessas opções que depende a continuidade do jogo, isto é, a sobrevivência das próprias organizações. Ao final, mesmo considerando as disputas entre os membros, a estabilidade das organizações tem sido respeitada nos casos aqui estudados.

Em terceiro lugar, para se compreender as possibilidades de êxito de ações coletivas é preciso considerar que existe uma relação fundamental entre as 1) variáveis externas (a incerteza, a diversidade e a natureza das pressões do ambiente), 2) as circunstâncias internas de diferenciação e de integração, e 3) os processos de resolução de conflitos. Todavia, é impossível definir em abstrato qual é a dose exata de integração e de diferenciação para uma melhor estrutura organizacional. As organizações pesquisadas no sul do Amapá estão se processando em meio aos três fatores citados. A influência do contexto não se exerce nem de maneira unívoca, nem de forma mecânica. As pressões e as exigências do contexto têm caráter flutuante, muitas vezes, ambíguos e contraditórios.

As organizações, mas também os seus membros, não interagem em um contexto abstrato, mas com certo número de interlocutores concretos com os quais se estabelecem relações mais pertinentes de trocas e de poder.

Uma questão importante que se coloca para a compreensão de ações coletivas das organizações agroextrativistas é quanto a sua “esfera de competência” (FRIEDBERG, 1992) e elasticidade: os mecanismos e os processos existentes que podem permitir mobilizar os membros da organização e solucionar os dilemas existentes. É que as fronteiras de uma organização não são estáveis, variam segundo suas circunstâncias em função dos problemas existentes em dado momento, bem como variam conforme a capacidade de seus diferentes membros. Isso fica muito claro quando se verifica as circunstâncias presentes nas três sub-regiões e principalmente quando se observa a capacidade de cada um dos diretores-presidente das organizações agroextrativistas investigadas.

Por último, em quarto lugar, é preciso considerar o grau de autonomia das organizações. Friedberg (1992, p. 401), sublinha que a natureza cultural da elaboração organizacional está na base de sua autonomia.

Uma organização, sua estrutura, seu modo de funcionamento, ou seja, em última análise, o conjunto de mecanismos através dos quais são articulados e integrados os comportamentos divergentes dos participantes, não constituem simplesmente uma resposta técnica a problemas técnico-econômicos. Constituem também um instrumento cultural para tratar um problema humano, que é o da estruturação e regularização da cooperação conflitual dos participantes. Nessa medida, remetem as capacidades pessoais distintas de que dispõem os participantes para se confrontarem e conviverem com essa cooperação conflitual.

Obviamente, que não se deve por a natureza cultural ao lado ou acima das contingências estruturais das organizações. Mas, as características culturais de uma sociedade e seu conjunto de valores e traços sociais básicos, recebidos e interiorizados pelos processos de socialização familiar, escolar e profissional, tendem a limitar o funcionamento de qualquer organização na medida em que estruturam percepções, reações afetivas e opções de seus membros. As organizações agroextrativistas sul amapaenses registram bem esse aspecto. Entretanto, não é só para isso que se deve voltar a análise sobre a autonomia delas. A dimensão cultural do fenômeno organizacional não deve, portanto, substituir o

determinismo do técnico-científico transformando-se em novo determinismo ou em novos reducionismos.

O entendimento do fenômeno organizacional como tendo um caráter relativamente indeterminado e aberto enquanto processo de integração (e de interação) de comportamentos humanos e enquanto fenômeno de ordem local pode ser uma melhor alternativa para sua explicação.

Como tudo o que é humano, as capacidades das organizações não são estáticas, mas podem modificar-se, transformar-se e enriquecer-se. A transformação não é resultado de uma fatalidade exterior e sim produto de um processo ativo, de uma aprendizagem ou de uma criação coletiva.

As organizações agroextrativistas do sul amapaense devem ser analisadas, portanto, na perspectiva acima. Em sendo assim, há um longo caminho a percorrer para que elas possam atingir seus objetivos. Por outro lado, as possibilidades delas se transformarem para algo melhor são concretas (aliás, ainda com dificuldades isso tem ocorrido) porque o aprendizado de seus membros encontra-se em pleno curso.

Porque, então, em determinadas comunidades rurais ações coletivas alcançam seus objetivos e noutras comunidades fracassam? Primeiramente, para o caso da região aqui estudada, há necessidade de se superar a visão de ação coletiva como uma expressão da utopia comunitária, de uma visão idílica de comunidade rural. Uma imagem mais realista da ação coletiva deve considerá-la como uma ação instrumental, com uma atividade voltada para alcançar objetivos. Isso não exclui as motivações morais que os indivíduos possam ter. Com efeito, três elementos podem ser destacados: 1) a ação coletiva não se justifica por si só, 2) não substitui a ação individual, mas precisa dela e a potência, 3) não é permanente nem ubíqua (não está ao mesmo tempo e nem toda à parte).

Uma comunidade rural com grau incipiente de desenvolvimento das suas capacidade de capital humano e financeiro, sobretudo, tem muitas dificuldades de realizar objetivos para atingir bens públicos, salvo se os objetivos se referirem a escalas menores e se estiverem adaptados às condições reais da comunidade.

O alcance de objetivos complexos requer uma importante acumulação de capital humano e social. Isso explica, no caso das comunidades rurais do sul do Amapá, os êxitos em ações coletivas para o fortalecimento organizacional, de ações como limpeza de varadouros por meio de mutirões públicos, conquistas coletivas

com o advento de escolas e implantação de fábricas (do prédio físico) para processamento da castanha-do-brasil. Porém, explica também as dificuldades que essas comunidades enfrentam com a comercialização de seus produtos agroextrativistas, com as tentativas de agregar valor a eles, e principalmente exportar diretamente a castanha-do-brasil para mercados regionais e nacionais.

As reflexões realizadas sobre as três sub-regiões estudadas permitem afirmar que o fortalecimento do capital social e das ações coletivas nem sempre ocorrem de forma pacífica. O empoderamento de grupos e as disputas entre lideranças podem levar a situações conflitantes. Mas, se as instituições locais estiverem bem fundamentadas por laços de confiança e reciprocidade, e com redes sociais dinâmicas e de longo alcance é possível apontar para o caminho de um desenvolvimento local mais eficiente e promissor.

Abaixo se demonstram mais algumas características do processo organizacional das comunidades estudadas percorrendo-se, desta feita, um caminho descritivo-histórico.

5.1 ORGANIZAÇÃO SOCIAL E PROCESSOS COMUNITÁRIOS NO ASSENTAMENTO AGROEXTRATIVISTA MARACÁ

A organização das comunidades agroextrativistas do Assentamento Maracá remonta a época da proposta de criação dos três PAEs no contexto do movimento sócio-ambiental que se dava principalmente no Acre e no Amapá a partir de meados dos anos 1980.

A participação das comunidades do vale do Maracá e de suas lideranças no processo de criação dos três PAEs teve papel um tanto secundário (uma vez que a condução do processo por lideranças externas pertencentes ao SINTRA/AP, técnicos do INCRA/AP e ASTER/AP, e lideranças da região do Jarí foi de um protagonismo maior), porém muitas lideranças do vale do Maracá foram fundamentais para a criação do assentamento.

Com o advento dos PAEs em 1988, é criada a ASTEX/MA no dia 28 de outubro de 1991, com sede na Vila Maracá. No início, várias parcerias foram firmadas e da aliança com o CNS/AP (este criado em 1990) e com o IEA, veio o apoio financeiro da Word Wildlife Fund (WWF) e posteriormente da KAS.

Com o auxílio dos parceiros CNS e IEA o plano de utilização do assentamento foi elaborado para ser aprovado em agosto de 1995 em assembléia geral. No ano de 1997, em ato solene com a presença do Ministro Raul Jugmman e do Governador do Estado é assinado o contrato de Concessão de Direito Real de Uso do Assentamento Maracá, já unificados, por um período de 10 anos⁶⁵.

O mandato de Manoel da Silva, o terceiro Diretor-Presidente foi o mais longo e o mais controvertido. Em 09 anos de gestão, benefícios públicos chegaram ao Assentamento Maracá, mas a partir de 2004 a ASTEX/MA passa a enfrentar dificuldades e seu presidente se envolve com processos fraudulentos destacando-se o caso da venda ilegal de Autorizações para Transporte de Produtos Florestais (ATPFs) negociadas com madeireiros de Belém-PA⁶⁶. Em 2006, desvios de recursos financeiros pelo Presidente Manoel da Silva foram comprovados e sua destituição realizada.

A série de tentativas de melhoria de renda, com projetos realizados pela Rede Brasileira Agroflorestal (REBRAF) e por último com o projeto de extração de madeira na área, todos fracassados, parece ter criado no imaginário da família agroextrativista do Maracá desconfianças para com ações externas que prometem muito e, concretamente, pouco realizam. Pode-se afirmar isso porque os dados de campo vão revelar que nas comunidades do Assentamento Maracá, as manifestações de capital social comunitários são diferentes quando comparados com as comunidades do alto Cajarí e com a Vila São Francisco do Iratapuru. As manifestações no assentamento se revelam mais debilitadas e isso reflete na rede social ego-centrada da ASTEX/MA.

Com a autonomia financeira que ASTEX/MA havia adquirido e com as parcerias implantadas para extração de recursos madeireiros do assentamento, a gestão de Manoel “Duca” foi pouco a pouco se afastando de seus antigos aliados – SINTRA/AP, CNS, ASTEX/CA. Já nos últimos anos de mandato, sem recursos, e acumulando dívidas à associação se distanciou também dos associados. Segundo Filocreão (2007) teria havido um retrocesso na organização política da população do Assentamento Maracá.

⁶⁵ Expirado o prazo em abril de 2007, a ASTEX/MA solicitou ao INCRA/AP uma nova concessão por um prazo de 40 anos. No dia 07.10.2007 é assinado o termo na Vila Maracá por um período de 30 anos.

⁶⁶ Com a participação do CNS/AP foram realizadas três assembléias gerais no Assentamento Maracá e deliberado pela destituição do Presidente que se encontrava foragido e procurado pela Justiça.

Contudo, informações prestadas pelo Sr. Jesus de Nazaré Videira da Trindade⁶⁷, que foi membro da diretoria da ASTEX/MA no período 1997-2006, revelam vários dos benefícios públicos implantados no assentamento nesse período:

1. Visitas às comunidades e discussão sobre o Plano de Uso a ser aprovado em assembléia geral. Em cada comunidade, em média, com a presença de 30 a 40 pessoas⁶⁸;
2. Convênio com o governo do Estado do Amapá - GEA para aumentar a cozinha e construção de novos alojamentos na sede da ASTEX/MA;
3. Em convênio com o Ministério do Meio Ambiente – MMA foi possível construir os galpões do Caraná e Varadouro para depósito da produção de castanha-do-brasil no alto Maracá;
4. Construção de posto de saúde e de centro de formação na comunidade São José;
5. Construção de centro de formação na comunidade Curuçá;
6. Construção de dois “batelões” para escoamento da castanha-do-brasil pelos produtores;
7. Criação e implantação da Escola Família Agroextrativista do Maracá – EFAEX/MA, no ano de 2000, tida como a principal conquista da ASTEX/MA;
8. Projeto de manejo florestal sustentável em convênio com o GEA numa área de 500 hectares.
9. A ASTEX/MA ainda realizou o reordenamento territorial dos castanhais estabelecendo posses tradicionais e autorizando novas explorações em castanhais sem dono.

O INCRA, por seu turno, como o co-gestor oficial, parece ter muitas dificuldades em entender a natureza e a filosofia de um assentamento agroextrativista, devido a sua cultura institucional agrarista. Contudo o INCRA tem realizado um importante papel liberando créditos do PNRA como o auxílio moradia⁶⁹

⁶⁷ Juntamente com outros membros da diretoria da ASTEX/MA denunciou o Presidente Manoel da Silva no Ministério Público Federal.

⁶⁸ Os recursos externos financiavam todas as atividades. A ASTEX/MA já possuía sede própria e meios de transporte fluvial.

⁶⁹ Modalidade de crédito que autoriza o assentado a construir ou reformar sua casa adquirindo o material de construção e contratando terceiros realizar o trabalho. Com os problemas de inadimplência que ASTEX/MA passou a ter foram composta comissões de três pessoas para receberem, cada, o valor de R\$ 7.000,00. Conforme informações de técnico do MDA/AP esse valor é financiado em 20 anos.

e o crédito fomento⁷⁰. Conforme Filocreão (2007) em dez anos pode-se contabilizar algo em torno de R\$ 1.394.410,00 em créditos, o que melhorou, em boa parte, as condições de moradia dos assentados. Desse montante, foram liberados também valores para investimentos agrícolas. Uma parte dos assentados não conseguiu honrar os compromissos dos investimentos e encontram-se inadimplentes. Mas as lideranças costumam criticar o órgão oficial. Segundo a avaliação de Jesus Trindade “O INCRA largou o filho, nunca tirou os latifundiários da área. Saúde, educação, ficou alheio” (informação verbal).

Em 2007, o INCRA responsabilizou única e exclusivamente, por ineficiência administrativa, a atual gestão da ASTEX/MA

que durante sua administração não realizou nenhum controle e não detém conhecimento dos agricultores que estão cadastrados legalmente junto ao INCRA e não mais exploram suas áreas (Relatório de Levantamento Ocupacional das Atividades Socioeconômicas dos Agricultores Agroextrativistas do Projeto de Assentamento Extrativista Maracá, 2007, p. 34).

O que não ficou revelado no relatório acima é que o INCRA cadastrou no Sistema de Inclusão do Programa de Reforma Agrária (SIPRA), várias famílias sem o conhecimento e anuência da ASTEX/MA.

Com a Prefeitura Municipal de Mazagão os assentados e as associações têm reivindicado a instalação e melhoria das escolas, postos de saúde e transporte da produção agrícola para as feiras de Macapá e Santana. O assentamento conta com escritório do RURAP que funciona na Vila Maracá. A relação com órgãos públicos se dá com base em comportamentos clientelistas e, muitas vezes, troca de favores políticos. No geral, lideranças fazem parcerias com vereadores, deputados, prefeitos, técnicos de governos, na esperança de conseguir algum resultado para a comunidade ou para si próprio. No espectro da relação, as comunidades agroextrativistas e lideranças, quase sempre, estão em posição de submissão.

No desenho comunitário também existem disputas internas entre unidades familiares e lideranças por melhores posições que lhes dêem melhor *status* ou maior renda.

⁷⁰ Crédito de natureza nao-reembolsável, no valor de R\$ 2.400,00 que se destina à compra de machados, facões, enxadas, motores tipo rabetá, enfim, um conjunto de objetos que possam facilitar os meios produtivos do assentado.

A partir de 2006 foi empossada uma nova gestão. Mas com a organização envolvida em dívidas, inclusive trabalhistas, as relações com os assentados se enfraqueceram e com os órgãos públicos piorou ainda mais. Contudo, as lideranças não estão passivas diante do quadro desfavorável. Com o apoio do CNS/AP, as avaliações feitas por elas levaram para um novo desenho de gestão territorial do assentamento e a partir de 2007 foram criadas novas áreas jurisdicionais submetidas a novas associações criadas para tal fim. Dessa maneira o novo modelo de gestão ficou assim: a ASTEX/MA continua como a gestora principal do assentamento e inclusive detém a Concessão Real de Uso. Porém, criou-se:

1. Jurisdição específica para a área situada na orla do Amazonas cuja Presidência está com a Senhora Angélica;
2. Outra para a sub-região do rio Ajuruxi cujo Presidente é o Senhor Dantas;
3. Para a sub-região do médio Maracá e áreas de castanhais a jurisdição fica com a ASTEX/MA; e
4. Outra para a sub-região do rio Preto que tem como Presidenta a Senhora Roberta.

A participação em assembléias e reuniões tem sido uma marca dessas comunidades. Interesse nas questões públicas para suas áreas, ao que parece, não falta aos moradores, até porque eles têm interesse que suas vidas pessoais também melhorem. Os indicadores de participação de pessoas em reuniões das mais variadas não podem ser considerados baixos, ainda que a participação, por si só, não resolva as mazelas sociais dessas áreas.

Segundo informações da Senhora Irene Borges Gonçalves, representante local da prefeitura, em entrevista no dia 27.06.2007, eleita presidente da comissão eleitoral para as escolhas das novas diretorias, na sub-região do rio Preto estiveram presentes entre adultos, idosos e crianças mais de 100 pessoas, sendo que desses 43 votantes escolheram a diretora-presidente.

Na comunidade de Conceição do Maracá que votou na sub-região do rio Ajuruxi foram mais de 150 presentes com 111 votantes a escolherem o diretor-presidente⁷¹. Em todo o assentamento, hoje, existem 11 associações (informação verbal)⁷².

⁷¹ Não se conseguiu saber como se deu o processo na sub-região da orla do Amazonas – baixo Maracá porque ainda não havia ocorrido. Mas esteve presente na reunião promovida pelo INCRA e ASTEX/MA na ocasião em que o relatório ocupacional foi apresentado à comunidade do Curuçá e

Apesar de todos os problemas pelos quais passou a organização social do Assentamento Maracá parece está havendo um movimento de reorganização comunitária.

Quanto às relações comunitárias dentro das comunidades, são similares a outras áreas da região amazônica. A família extensa⁷³ continua sendo a base da estrutura social sendo a primeira fonte de identidade entre os vizinhos.

No Assentamento Maracá revela-se a força dos laços de parentesco e vizinhança e o controle social que é exercido, às vezes veladamente, às vezes abertamente, por meio de códigos de conduta moral sobre os membros da comunidade. O forte componente de parentesco, vizinhança e compadrio se constitui para essas comunidades numa parte do conjunto de suas estratégias de sobrevivência. Ele também é um componente poderoso para a formação de facções familiares e para o surgimento de rivalidades dentro das comunidades.

Mesmo com a relativa quebra do isolamento geográfico, com a passagem da BR – 156 ligando Macapá a Laranjal do Jarí em 1992, vínculos mais freqüentes com a cidade⁷⁴, principalmente Mazagão, ainda assim, a força de trabalho (atividades no roçado, coleta, pesca, caça, tarefas domésticas, comercialização em feiras) continua quase exclusivamente de origem familiar.

Excetuando-se a Vila Maruin que tem uma estrutura social de unidades familiares ribeirinhas, a Vila Maracá encontra-se concentrada em terra firme com casas dispostas lado a lado.

No alto Maracá onde ficam as colocações, as invasões de áreas são raras ou inexistentes. Os castanheiros têm respeitado o direito de posse dos demais.

adjacências, momento em que um deputado estadual se fazia presente acompanhado de empresários madeireiros. Em discurso estes falavam em contratos com a ASTEX/MA por 35 anos para o manejo florestal madeireiro. De fato, observa-se no Assentamento Maracá interesses de madeiras quanto aos recursos locais. Atualmente está em andamento a constituição de uma dessas parcerias. Reuniões com técnicos do INCRA e do IBAMA já foram realizadas no início de 2008, na Vila Maracá. A ASTEX/MA passou a contar com uma assessoria técnica externa a fim de encaminhar o assunto.

⁷² Informação de Joaquim de Souza Belo, Coordenador local do CNS em entrevista no dia 02.02.2008.

⁷³ Família extensa, segundo Little e Filocreão (1994) refere-se a uma estrutura parental que é mais ampla que a família nuclear (avós, pais e filhos), já que também inclui os tios, tio-avós, primos, sogros e cunhados.

⁷⁴ Com a passagem da BR -156 muitas famílias que viviam as margens do rio Maracá ou noutras localidades se mudaram para a atual Vila Maracá. A Vila Maruim, a outra comunidade pesquisada, situa-se a beira do rio Maracá e dista pouco mais de uma hora da Vila Maracá, tendo-se também quebrado relativamente a sua condição de isolamento.

Como eles exercem várias atividades que podem lhes garantir a reprodução social é comum à prática da caça e pesca em grupos, troca de dias nas tarefas de roçados, mutirões públicos (quando é o caso de fazer limpeza de ramais ou varadouros, construção de escolas, postos de saúde) ou privados (construir a casa de um vizinho) e coleta de pequenas cotas em dinheiro para resolver problemas comunitários (a compra de combustível para o motor gerador de energia). As pessoas conhecem umas às outras muito bem e o bate papo na porta das casas é uma constante. Existe, portanto, um conjunto de relações que, até certo ponto, se baseia na ajuda mútua.

5.2 ORGANIZAÇÃO SOCIAL E PROCESSOS COMUNITÁRIOS NA RESEX CAJARÍ

A organização política dos moradores da RESEX Cajarí tem início nos anos de 1980 com denúncias de agricultores contra a empresa Jarí (INFORMAÇÃO VERBAL)⁷⁵. Em 1983 havia sido criada no então distrito de Laranjal do Jarí, ainda município de Mazagão, a Associação Mista Extrativista Vegetal dos Agricultores de Laranjal do Jarí – AMAJA. O processo de criação de uma cooperativa com finalidade comercial fazia parte das discussões, mas os entraves burocráticos fizeram surgir, em caráter provisório a associação.

Em 1984 é criada a Associação Agrícola e Extrativista dos Trabalhadores Rurais do Cajarí que incluía agroextrativistas de Água Branca, Boca do Braço, Itaboca, Acampamento, Santarém, Marinho e Dona Maria, todas, comunidades da região do alto Cajarí.

Nos anos 1980 a questão agrária era o principal problema na região sul do Estado do Amapá. A Jarí policiava a área não deixando que as pessoas construíssem novas casas nem fizessem reforma nas moradias. Na zona rural essa

⁷⁵ A primeira pessoa a enfrentar o poder da Jarí foi José Vieira que, armado, dentro de sua casa, resistiu e impediu que a segurança da Jarí a derrubasse, em 1974. Em 1977, uma pessoa chamada Salustriano também morador da vila Beiradão se levantou contra a Jarí. Denunciou em Macapá um segurança da empresa cujo apelido era “Zero Sete” (porque o mesmo havia derrubado uma casa com uma mulher gestante dentro), bem como denunciou o Comissário de Polícia do Território Federal, Sr. Mário, pela convivência com o ato violento. Chamado o Sr. Mário pelas autoridades em Macapá lhe foi determinado que retornasse a vila do Beiradão e prendesse “Zero Sete”, o que foi feito. Contudo, o comissário chamou várias pessoas e disse que o homem estava preso, mas não havia cadeia. Orlando Barreto, Chico Beira Rio, Domingos Trindade e Chico Orelhinha pediram duas horas de tempo ao comissário e providenciaram juntamente com populares, em mutirão, a construção da cadeia. Zero Sete ficou três dias preso. José Vieira era o responsável pela sua alimentação. O preso recusava-se a comer. O advogado da Jarí, Dr. Moura, alegando razões de saúde do preso, conseguiu libertá-lo. Informações de Sebastião Araújo Castelo, o Braz, em 09.03.2007.

preocupação tinha se tornado muito mais forte. Por outro lado, com o desemprego e o inchaço populacional do distrito a pressão por terras era muito grande. Os conflitos entre a segurança particular armada da Jarí e os desempregados agricultores eram iminentes.

Nos anos 1984/1985 um grupo de agricultores abriu a revelia da empresa 22 km de pique estabelecendo para si lotes de 100 hectares. Manoel Conceição foi a liderança que conduziu o processo de ocupação da localidade denominada “Tira Couro”, primeiramente, de forma espontânea, depois o movimento foi se organizando e se transformou numa reivindicação das famílias desempregadas do Beiradão.

Com os conflitos iminentes e a pressão social advinda inicialmente dos agricultores e logo depois dos extrativistas ribeirinhos, com a AMAJA já constituída, vários benefícios foram conseguidos junto ao governo do então Território Federal do Amapá. Foram doados, em regime de comodato, 1 caminhão, tratores, 1 barco, máquina de beneficiar arroz e 1 galpão para armazenar a produção.

O movimento que se dava por intermédio da AMAJA agrupava segmentos diversos, desde agricultores, e extrativistas, até madeireiros, comerciantes e garimpeiros. Foi uma grande aliança local, temporária, contra o inimigo comum.

Em 1985, ocorre a regularização jurídica da COMAJA e o movimento inicial se divide ficando os agricultores e extrativistas na cooperativa e as demais categorias permanecendo na associação que com o tempo se extinguiu. Nesse mesmo ano Manoel Conceição é nomeado subprefeito no distrito, representante, portanto, da prefeitura de Mazagão.

A COMAJA, representada pelos agroextrativistas se constitui numa organização de forte poder político na medida em que passa a ter uma grande capacidade de mobilização de seus associados. Seu caráter inicialmente misturava tanto o aspecto comercial como sindical.

As cantinas instaladas na época da AMAJA foram mantidas e durante dois anos a COMAJA intermediou a venda de castanha-do-brasil de seus cooperados a comerciantes da região, bem como atuou no beneficiamento e comercialização do arroz.

Como se tratava de forte movimento reivindicatório o poder público vai apoiar a organização com recursos creditícios. Nas reuniões da COMAJA cujo

primeiro Presidente foi Sebastião Araújo Castelo, o “Braz”, os trabalhadores passaram a reivindicar a presença de técnico do governo para orientar os agroextrativistas em suas práticas. Sergio Paulo de Souza Jorge, a época engenheiro agrônomo recém-formado foi o técnico encaminhado para região. Ele disse

[...] o movimento queria também a presença do Estado para lhes dar mais segurança na relação com a Jarí⁷⁶ e nós implantamos o escritório de assistência técnica e rural para a região sul do Instituto de Terras do Amapá ASTER/AP (informação verbal).

Em 1987, ocorre em Macapá no Ginásio Paulo Conrado o I Congresso de Trabalhadores Rurais do Estado do Amapá, evento que durou três dias, cuja principal pauta tratava de

1. Reforma agrária;
2. Financiamentos;
3. Questão fundiária no sul do Estado;
4. Assistência técnica;
5. Previdência social;
6. O papel do extrativismo.

O evento reuniu todas as organizações sociais rurais do Amapá e o CNS – Coordenação Amapá começava a se desenhar. Segundo Pedro Ramos, a partir daí o movimento inclui o tema “meio ambiente” no seu discurso, o que lhe deu mais identidade (informação verbal).

Nos dias 28 e 29 de janeiro de 1989 ocorreu o I Encontro de Castanheiros da região do Jarí na comunidade de Cachoeira de Santo Antônio organizado pela COMAJA e ASTER/AP. No evento estiveram presentes o então governador do Território Jorge Nova da Costa e diretores da Jarí, na presença de 77 castanheiros. Como a pauta principal era a questão fundiária o mal-estar entre autoridades amapaenses e diretores da Jarí foi notável⁷⁷. Mas também se discutiram escoamento da produção, condições sociais, política de preços e alternativas de exploração. Buscavam-se alternativas econômicas para os agroextrativistas: o preço da barrica era de NCZ\$ 6,00 (novos cruzeiros reais). Os castanheiros reivindicaram ao governo acompanhamento e fiscalização para um preço de NCZ\$ 45,00.

⁷⁶ Entrevista em 03.02.2007.

⁷⁷ Informações de Sergio Paulo de Souza Jorge, presente no evento.

O contexto, à época, portanto, apontava para um inimigo muito visível e tinha claro um objeto de disputa. O inimigo era a Jarí e o objeto era a terra. A ação mais importante para atingir o objetivo foi à proposta de criação de áreas ambientais no vale do Maracá, Cajarí e Jarí. O componente ambiental foi, portanto, um argumento poderoso capaz de anular a força da Jarí. Em março de 1990 era criada a Reserva Extrativista do Rio Cajarí. As propostas se concretizaram para o Maracá e Cajarí, mas restou frustrada para o vale do Jarí.

A partir desse momento o movimento sócio-ambiental no sul do Amapá ganhou novos rumos e sofreu reveses, afinal, o Assentamento e a RESEX estavam criados, a segurança fundiária havia chegado para as unidades familiares e outras demandas precisavam ser encaminhadas.

Em julho de 1990 ocorreu o II Encontro dos Castanheiros organizado pela COMAJA novamente na localidade de Santo Antônio da Cachoeira com a participação de 114 agroextrativistas. Um dos objetivos do encontro era buscar a reorganização das classes como o CNS/AP, SINTRA/LJ e COMAJA visando maior apoio às comunidades da região do vale do Jarí.

Em 1991 é criada a ASTEX/CA para fazer a co-gestão da RESEX juntamente com o IBAMA. Para a criação desta associação o papel de técnicos externos e de ONGs foi relevante como forma de estimular essas populações a se organizarem. Segundo Pedro Ramos, “por um lado isso foi bom, mas por outro as organizações tendem a ficar dependente dessa assistência”. Até a criação da ASTEX/CA era o CNS/AP quem acumulava as ações para a RESEX.

Com essa perspectiva inicial, o Conselho Nacional dos Seringueiros – CNS, assessorado pelo Instituto de Estudo Amazônicos – IEA e apoiado financeiramente pela WWF e Konrad Aeadnuer Stiftung – KAS, realizou uma série de discussões com as comunidades, resultando na criação da Associação dos Trabalhadores Extrativistas do Rio Cajarí – ASTEX-CA, em setembro de 1991, com a finalidade de garantir a auto-sustentabilidade dos recursos naturais, aliada a exploração racional de seu potencial (PICANÇO, 2005, p. 118).

A ASTEX/CA teve até o momento três presidentes: Manoel Domingos, Calixto Pinto de Souza e Raimundo Rodrigues de Lima, o “Ray”, que está em seu terceiro mandato consecutivo. Dez diretores compõem a diretoria sendo 04 diretores executivos e 6 do conselho fiscal. Segundo informações de seu presidente atual são, ao todo, 814 sócios no alto Cajarí. Uma das formas de controle é o cadastro de sócio que a associação mantém e a expedição da carteira do agroextrativista.

A associação tem sede própria onde costumam ocorrer às reuniões. Não há remuneração paga aos diretores, mas na época do Projeto RESEX houve. A associação também já contou com assessoria técnica, atualmente não mais. Uma das formas de arrecadação é a mensalidade no valor de R\$ 1,00 mais R\$ 2,00 fixos pela confecção da “carteirinha” de agroextrativista da RESEX. O presidente estima em 40% a inadimplência.

O processo de comunicação interno se dá via radiofonia para as comunidades e quando tem atos para eleição publica-se também o edital. As assembleias gerais mais importantes costumam reunir 600 pessoas. A ASTEX/CA costuma intervir em conflitos de posse de castanha, quando existem. Os casos são muito poucos. Na época natalina algumas lideranças se reúnem e a ASTEX/CA realiza confraternizações. Sobre dificuldades, o Presidente aponta como principal, atualmente, a falta de parcerias.

Como conquistas da ASTEX/CA são apontadas: 1) a garantia da terra por meio da Concessão Real de Uso por prazo indeterminado, 2) a criação da COOPERALCA como o braço comercial do alto Cajari, 3) melhoria da qualidade de vida de todas as comunidades com unidade de saúde em Água Branca, módulos sanitários em Água Branca, Marinho e Martins, água encanada em todas as vilas, melhoria nas habitações com o auxílio moradia do PNRA e iluminação elétrica de todas as comunidades.

A ASTEX/CA funciona com o apoio político de um conselho comunitário instalado em Água Branca. Participam dele a própria ASTEX/CA, o diretor da unidade escolar, o representante do RURAP, representante da prefeitura, representante da feira do produtor rural, da igreja católica e da igreja assembleia de Deus.

Em 1995 foi aprovado o Plano de Uso (que nem sempre é cumprido e tem sido muito criticado por algumas unidades familiares) da reserva estabelecendo comportamentos e condutas para os moradores e competências para a ASTEX/CA podendo-se destacar:

1. Indicar técnico habilitado para elaborar plano de manejo florestal;
2. Promover o reordenamento de ocupação e uso dos castanhais;
3. Resolver juntamente com o IBAMA/CNPT, problemas que possam existir entre os moradores, no que se refere às áreas de uso comum: terra, rios, lagos, praias, barrancos e outros;

4. Aprovar a entrada de novas famílias;
5. Aprovar a transferência do morador de uma colocação para outra.

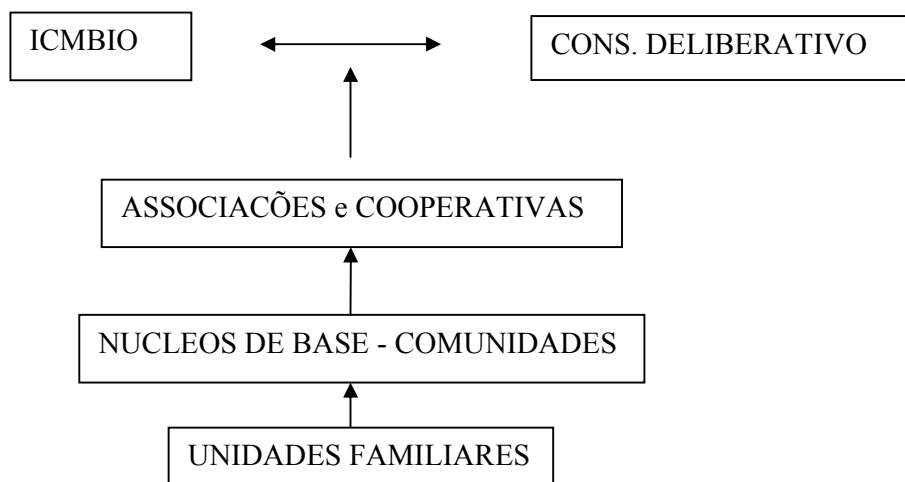
Em 1999 foram criadas duas novas associações na reserva para descentralizar e flexibilizar as ações que ficavam somente sobre ASTEX/CA. A Associação dos Produtores Agroextrativistas do Médio e Baixo Rio Cajarí (ASSCAJARÍ) e Associação dos Moradores Agroextrativistas do Cajarí (AMAEXCA). Dentro de suas jurisdições as associações passam a ter as mesmas competências que a ASTEX/CA tem no alto Cajarí, contidas no plano de uso.

A organização social na RESEX Cajarí, no alto Cajarí, é controversa. Obviamente que nem todos têm como participar, ou não podem, ou não querem, ou lhes são dificultadas as formas de participação por meio de vários mecanismos implementados pelo grupo que se encontra no comando das associações. É comum ouvir críticas negativas aos presidentes. Isso foi constatado por ocasião da pesquisa empírica. Constataram-se disputas entre grupos pelo controle da ASTEX/CA.

Inicialmente a ASTEX/CA gerenciou cantinas comunitárias e comprou castanha pagando um preço mais elevado do que os compradores locais. Bens foram doados, em regime de comodato como trator, voadeiras e caminhão. Lima (2000) registrou denúncias de restrição de uso de veículos porque seriam “presidenciais”.

Os agroextrativistas disputam as poucas oportunidades de melhoria de renda, temporária ou permanente, de *status*, que lhes possam trazer melhor qualidade de vida. E o fazem, muitas vezes, de forma categórica a excluir os outros. Sendo as ofertas altamente escassas prevalecem algumas leis gerais da sociedade humana. Neste sentido, os que têm melhores relações sociais (capital social individual), podem levar vantagem.

Todavia, não se pode negar a existência de um modelo organizativo potencialmente fomentador de práticas comunitárias. O fluxograma 3 demonstra como pode se dá essa organização.



Fluxograma 3 – Modelo de organização social RESEX Cajarí
 Fonte: Adalberto C. Ribeiro (2008)

Na prática, o desenho comunitário acima apresenta algumas dificuldades. Os núcleos de base, por exemplo, deveriam ser representados por três moradores das vilas que ficariam responsáveis pelas reuniões, discussões e resoluções dos problemas comunitários específicos. Mas eles estão desativados. Todavia, cada comunidade tem, ao menos, uma liderança que tenta articular os problemas comunitários com as instâncias superiores. As associações e cooperativas apresentam muitas deficiências gerenciais, cartoriais, além das disputas entre lideranças para se manterem nas diretorias, ou mesmo disputas internas entre os diretores.

Por outro lado, a instância do conselho deliberativo da RESEX Cajarí tem sido muito reveladora na medida em que, no geral, as diferenças entre as lideranças agroextrativistas se dissolvem e as pressões sobre o presidente do conselho – O chefe da unidade local do atual Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBIO), são muito fortes. As lideranças pressionam por melhorias nos serviços públicos na RESEX Cajarí e principalmente por projetos produtivos de geração de emprego e renda⁷⁸. O Conselho Deliberativo é formado por 23 assentos sendo os participantes: 1) 03 associações 2) 02 cooperativas 3) 02 associações de mulheres, 4) CNS/AP, 5) FETAGRI, 6) GTA, 7) Associação da Escola Família do Carvão, 8) UNIFAP, 9) INCRA, 10) EMBRAPA, 11) três vereadores, um de cada município, 12) os três prefeitos, 13) RURAP, e 14) IEPA.

⁷⁸ Durante o ano de 2007, das cinco reuniões ocorridas o autor esteve presente em quatro. Numa delas, apresentando o projeto e requerendo permissão para realizar a pesquisa na área.

Na RESEX Cajarí existem, ao todo, 07 organizações agroextrativistas (entre associações e cooperativas) e somente na sub-região do alto Cajarí são três. Atualmente, ao contrário do início da criação da reserva, as ONGs não têm realizado projetos na área. O principal desafio para o ano de 2008, conforme informações de Francisco Edemburgo Ribeiro de Almeida - Chefe da RESEX no ICMBIO/AP - é a elaboração do plano de manejo.

Em 2001 foi criada a COOPERALCA. Segundo Natanael Vicente, atual presidente, os motivos que levaram a criação da cooperativa foi o movimento sócio-ambiental, a iniciativa das unidades familiares, principalmente dos castanheiros.

A cooperativa é filiada a Organização das Cooperativas do Brasil – seção Amapá (OCB/AP). Ela tem aproximadamente 86 cooperados, com idade média de 45 anos e com formação escolar até a 4ª série do Ensino Fundamental. As formas de controle são os cadastros e atas feitas por ocasião das reuniões. Estas são realizadas na própria sede da cooperativa e, em média, a fábrica funciona durante dois ou três meses por ano sendo preciso contratar pessoal⁷⁹.

A diretoria não é remunerada, mas para participar de eventos fora do Estado tem ajuda de custo. Com relação à assessoria técnica ou jurídica a cooperativa procura seus parceiros como CNS/AP, ICMBIO e EMBRAPA/AP. Existe uma cota financeira mensal que deveria ser recolhida junto aos cooperados, mas não tem havido esse pagamento. Nos acordos feitos com os cooperados para a entrega da produção uma parte deles não tem cumprido, preferindo vender ao comprador local. As reuniões para as assembleias se dão por meio de carta/convocação.

Apesar das dificuldades, formas de mutirão são comuns, como por exemplo, a abertura de mais de 50 km em ramais realizada nos castanhais da localidade denominada Centro Novo. Não são feitas confraternizações natalinas e a principal necessidade da organização é capital de giro (informação verbal)⁸⁰ e formas de escoamento da produção da castanha.

⁷⁹ As atividades da COOPERALCA são também sazonais. A cooperativa trabalha com a castanha dry (desidratada com casca) com maior comercialização para o período do Natal. Após coleta da produção é no verão que a fábrica entra em funcionamento. Nesse período é preciso contratar algumas pessoas. No ano de 2007, pelo menos dois contratados trabalharam de agosto a dezembro.

⁸⁰ A entrevista com Natanael Vicente em 20.09.2007 revela um elevado valor em dinheiro para que qualquer cooperativa possa concorrer no mercado local. Segundo ele, menos de 1 milhão de reais não causa impacto junto à concorrência. Os estudos de 2007 de SEBRAE/AP, EMBRAPA/AP, UNIFAP e NAEA/UFGA apontam para 70.000 hectolitros a produção desse ano. Multiplicando, em

Como conquistas principais o presidente aponta a melhoria do preço da castanha-do-brasil, a compra pela medida em hectolitro, a aquisição do trator, a construção dos depósitos nas localidades denominadas “criminoso” e “retiro” e as pontes construídas no Centro Novo. Segundo ele a vida dos castanheiros melhorou com o advento da COOPERALCA.

O processo organizacional com base nos laços de consangüinidade, parentesco, compadrio e vizinhança, mas também em comportamentos individualistas de facções de grupos baseados em laços familiares, em muitos momentos, fazem prevalecer valores simbólicos sobre quaisquer outros, inclusive sobre os de cunho econômico. Por outro lado, o apego da unidade familiar à empresa doméstica, pode impedir a realização de projetos produtivos de cunho coletivo.

A rede comunitária é complexa e seu raio pode atingir várias comunidades e várias famílias formando um grande e intricado jogo de interesses (inclusive entre comunidades), de natureza divergente, mas que tem na cultura, nas normas e instituições locais, a base que fundamenta muitos comportamentos e decisões. Da entrevista realizada com um informante e com a ajuda do programa UCINET obteve-se um quadro simplório de como podem se configurar essas relações conforme o diagrama 2.

média, por R\$ 50,00 reais têm-se R\$ 3.500.000,00 que circulam diretamente para as relações de coleta e comercialização, fora às ocupações que são geradas indiretamente por causa dessa atividade. A falta de capital de giro seria a grande razão da COOPERALCA não conseguir arregimentar seus cooperados. Por outro lado, como já se disse, as cooperativas locais são vistas apenas como um patrão a mais e entende-se que sua única função é elevar o preço pagando melhor ao castanheiro. Este ao coletar seu produto quer entregar e receber, imediatamente, o dinheiro. Além disso, compreende que a cooperativa deve lhe financiar objeto, mercadorias e despesas decorrentes do tempo em que precisa ficar nos castanhais, geralmente com a família. Muitos ainda acham que a cooperativa deve lhes financiar durante o verão. Ou seja, a “cultura dos patrões” está consolidada em toda a região. Os princípios filosóficos do cooperativismo passam longe dessas organizações. Aliás, nem se faz tanta questão deles.

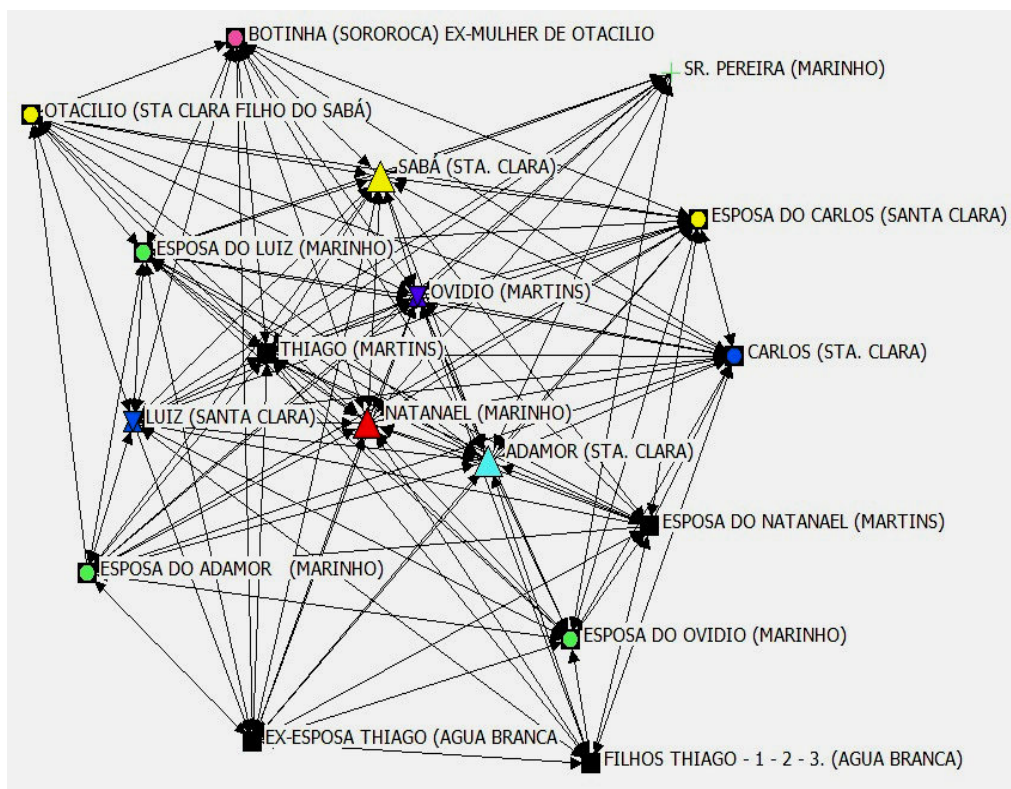


Diagrama 2 – Sociograma - Exemplo de rede de parentesco na RESEX Cajari.
 Fonte: Adalberto C Ribeiro (2008)

O sociograma acima que conta apenas com 17 membros informa a existência de 213 relações, razão pela qual se pode considerar essa rede como altamente densa (não excluindo a possibilidade de grupos de famílias e parentes fechados entre si), o que significa muitas relações. Excetuando um ator apenas todos os demais membros estão com “grau de entrada” e “grau de saída” acima da média.

A complexidade da rede pode ser comprovada porque ela se insere no universo em que ocorrem relações cooperativistas misturadas com aviamento, ao mesmo tempo. Pode-se assim afirmar porque, por exemplo:

1. Natanael, Adamor e Sabá são os três diretores executivos da COOPERALCA. O primeiro é Diretor Presidente, o segundo Diretor Financeiro e o terceiro Diretor de Produção; no sociograma acima aparecem em forma de triângulo. Sabá é liderança remanescente do movimento sócio-ambiental de meados dos anos de 1980. Natanael e Adamor moram na comunidade do Marinho enquanto Sabá mora em Santa Clara;

2. Sr. Pereira é pai das esposas (estão em cor verde) de Adamor, Luiz e Ovídio. Sr. Pereira é uma antiga liderança da reserva e fez parte do movimento sócio-ambiental. Luiz da comunidade de Santa Clara e Ovídio da comunidade do Martins são castanheiros e compradores locais de castanha, e são também cunhados de Adamor da COOPERALCA. Este ainda é primo de Luiz (os pais deles são irmãos);
3. Sabá é pai da esposa de Carlos (estão destacados na cor amarela). Este é irmão de Luiz e primo de Adamor;
4. Sabá é pai de Otacílio que foi casado com “Botinha”. Esta é da comunidade de Sororoca;
5. Natanael da comunidade do Marinho é casado com a sobrinha de Thiago que antes morava na comunidade do Martins;
6. Thiago mora na comunidade do Martins, mas tem ex-mulher e filhos na comunidade de Água Branca.

No diagrama acima, a trama social chama atenção para uma situação peculiar que envolve todos os agentes indiscriminadamente, seja ele apenas castanheiro, diretor de cooperativa, liderança comunitária, comprador local, filho ou esposa. Todos estão interligados pelos laços de parentesco, compadrio ou vizinhança. Nesse universo é que circulam valores simbólicos, culturais e valores econômicos fazendo o amálgama do agrário da região dos castanhais no Estado do Amapá.

5.3 ORGANIZAÇÃO SOCIAL E PROCESSOS COMUNITÁRIOS NA VILA SÃO FRANCISCO DO IRATAPURÚ – RDS - I

A organização social na sub-região do Iratapurú também foi influenciada pelo movimento sócio-ambiental. Os chefes de unidades familiares agroextrativistas participavam das assembléias e reuniões realizadas a época pela AMAJA e depois pela COMAJA. Unidades familiares do Iratapurú forneceram castanha-do-brasil para a COMAJA como parte do projeto coletivo e do movimento empreendedor de geração e melhoria de renda no preço do PFNM. Contudo, deve-se ressaltar, no geral, a pouca tradição das unidades familiares do Iratapurú na participação política de movimentos sindicais. Tanto foi assim que a liderança extrativista mais visível à época, de fora do Iratapurú, é que estimulou o processo de

agrupamento de pessoas na foz do rio Iratapuru criando-se, assim, a vila São Francisco. É preciso considerar também, no conjunto de mudanças ocorridas nessa comunidade, a forte participação de agentes públicos estaduais, por intermédio do Projeto Castanha, uma das ancoras do PDSA.

A reunião de pessoas formando a vila, portanto, é uma demanda induzida. Sebastião Araújo Castelo, o Braz, em conjunto com alguns chefes de unidades familiares do Iratapuru conduziram o processo. Na base das motivações, está a constituição de uma cooperativa extrativista para geração de emprego, renda e melhoria da qualidade de vida das pessoas do Iratapuru. A COMAJA era um exemplo dessa possibilidade.

As famílias do Iratapuru, reunidas, se dispuseram na criação de um projeto coletivo que se manifestaria concretamente a partir de 1992 por intermédio da COMARU. Até 2001 prevaleceu na cooperativa a gestão Braz que, a rigor, não era vinculado às famílias do Iratapuru. Na COMARU, inicialmente, boa parte dos sócios eram familiares de Braz, alguns nem residiam propriamente na vila São Francisco.

Somente recentemente, em dezembro de 2007, após um jogo interno de disputas e de controle pelos espaços de influências dentro da vila São Francisco do Iratapuru é que foi eleito o Sr. Mauro Barbosa como representante comunitário⁸¹. Parte da comunidade entende que a representação comunitária pode confrontar alguns atos da COMARU quanto à falta de informações e de transparência na gestão. Essa parece ser a principal queixa motivadora da insatisfação de alguns cooperados e comunitários, para com o presidente da cooperativa.

As primeiras experiências empreendedoras e profissionais da COMARU se dão ainda no período 1991/1993. Conforme Dantas (2003, p. 51) “Sua infra-estrutura se resumia numa construção rústica coberta de palha e chão batido com uso de fogo a lenha e utensílios improvisados”.

Em 1994, com recursos do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária e da Prefeitura de Laranjal do Jarí, foi construída por meio de mutirão a fábrica

⁸¹ A representação comunitária está se formando com um grupo de pessoas que o Sr. Mauro vem chamando de diretoria. Não há por enquanto disposição em se criar uma nova organização jurídica. A representação é informal. Contudo nas reuniões com outras comunidades o representante eleito tem participado em nome da vila São Francisco. Ele também já havia feito alguns pleitos junto a Prefeitura de Laranjal do Jarí. Requereu a visita do Conselho Tutelar da Vara da Infância e Juventude para que realizasse um cadastramento das famílias da vila São Francisco, bem como palestras com esclarecimentos quanto aos deveres e direitos de jovens e adolescentes.

artesanal de processamento de castanha para óleo, doce, paçoca, e farinha de castanha. Produtos foram testados para a merenda escolar na rede municipal de Macapá, com sucesso (FILOCREÃO, 2007). Constituiu-se, assim, uma parceria entre a COMARU e a Prefeitura de Macapá.

Foram construídos dois prédios e uma estufa para secagem de castanha. Em 1995 a cooperativa passou a receber apoio do GEA: capital de giro, um trator, e investimentos em instalações. Durante cerca de dois anos a COMARU produziu aproximadamente 2.000 kg/mês de biscoito de castanha, envolvendo em média 18 pessoas, vendidos para a merenda escolar, desta feita para a rede estadual de ensino (AMAPAZDS, 2004).

Com o fornecimento de subprodutos da castanha-do-brasil para a rede escolar estadual a “COMARU notabiliza-se no Amapá e fora do Estado como produtora de biscoitos de castanha no meio da floresta tornando-se um dos principais ícones do [...] PDSA” (FILOCREÃO, 2007, p. 300).

A COMARU era tanto a empresa econômica das unidades familiares como à porta voz dos problemas comunitários. Demandas relacionadas à educação e saúde foram conquistadas ainda no decorrer da década de 1990. Mas a demanda principal era a busca de garantia fundiária, a exemplo do que tinha ocorrido no PAE Maracá e na RESEX Cajarí.

O GEA implementando o PDSA viu uma excelente oportunidade para que se criasse uma área protegida de uso sustentável. Nos “considerandos” do projeto de lei encaminhado pelo GEA a Assembléia Legislativa lê-se “o interesse das populações tradicionais extrativistas que ocupam a área e que já vem manejando de forma organizada e ambientalmente sustentável espécies da flora local, em especial a castanha-do-brasil” (BARBOSA, 2001, p. 44).

Segundo Abrantes (2003), entre 1995 a 2002 o volume de recursos aportado na COMARU para funcionamento de uma indústria de beneficiamento de castanha-do-brasil gerando subprodutos derivados foi na ordem de R\$ 1.428,280,64. Se por um lado, a capacidade técnica e gerencial da COMARU apresentava dificuldades, por outro sua capacidade organizacional e principalmente à vontade dos cooperados davam demonstração de força e a vila passou a ser vista como local de empreendimento coletivo.

Atualmente, as lideranças da vila São Francisco avaliam que no “tempo do Braz” não havia processo democrático. Não se discutia nem se sabia o que

acontecida. “O pessoal não tinha direito de reclamar, não!”, afirma Sebastião Freitas. Os conflitos, portanto existiam. Mauro Barbosa (informação verbal)⁸² sobre as gestões na COMARU diz

O primeiro presidente foi o Mariolando, ele tirou seis anos. O segundo foi o Josué que era vice, tirou dois anos. O terceiro era pra ser eu, mas o Sebastião [se referindo a Braz] manipulou. Ele foi eleito, mas não exerceu, a comunidade emperrou. Aí veio a eleição do Luiz, do Luiz Laranja que ficou cinco anos e agora é o Nego.

Os dois primeiros presidentes citados eram vinculados a Braz, este acusado de concentrar poder e de tomar decisões sem a participação do conjunto da comunidade. Segundo Barbosa (2001), faltaram estudos prévios consistentes e, sem a ampliação das discussões das ações, gerou uma situação de crise na comunidade do Iratapuru.

Com a eleição para o governo estadual e nova equipe assumindo a gestão em 2003, o forte apoio que a vila São Francisco encontrou no PDSA será diminuído significativamente no âmbito do programa denominado Amapá Produtivo⁸³.

Contudo, testes com o óleo bruto da castanha-do-brasil, com o breu e a copaíba vinham sendo feitos desde o ano 2000 pela empresa COGNIS do Brasil que atua no mercado de óleos e essências (VILHENA, 2004). A COGNIS comprava da COMARU o subproduto para fornecimento a NATURA Cosméticos que lançava uma linha específica, chamada *Ekos*, com produtos da floresta. Os laços comerciais entre essas três empresas permitiram a reconstrução da fábrica da COMARU em 2004, desta feita para trabalhar apenas com a extração do óleo da castanha-do-brasil. Em 2006 foi eleito Eudimar Viana, o “Nego”, como novo Diretor Presidente da COMARU. Atualmente a cooperativa tem na NATURA a sua grande parceria e parece ter inaugurado uma fase mais independente da influência dos agentes externos de governos.

A fase 2004 até os dias atuais já acumula, num curto espaço de tempo, um profundo processo de mudança. Os moradores da vila São Francisco parecem ter plena consciência da importância dos seus únicos parceiros comerciais do

⁸² Entrevista em 22.01.2008.

⁸³ Em 2003, assume o GEA Waldez Goes que passa a implementar programa intitulado Amapá Produtivo. Neste programa o grande espaço que o extrativismo teve durante o PDSA perde força.

momento: a NATURA e os compradores comerciantes de castanha-do-brasil *in natura* de Laranjal do Jarí.

Atualmente, um dos pontos mais controversos na comunidade é quanto à utilização dos valores existentes na conta do fundo comunitário da vila São Francisco. São valores depositados no Fundo NATURA para o Desenvolvimento Sustentável de Comunidades Tradicionais Fornecedoras de Insumos da Biodiversidade, criado pela NATURA, decorrentes de percentuais da receita líquida da venda de produtos NATURA, cuja formulação contenha insumos da biodiversidade brasileira, no caso, fornecido, pela comunidade do Iratapuru.

O Fundo NATURA foi criado porque a legislação nacional passou a regulamentar, de forma mais específica a partir de 2005, o acesso ao patrimônio genético para fins de bioprospeção⁸⁴ e desenvolvimento tecnológico⁸⁵.

Os recursos têm origem no direcionamento de 0,5% (meio por cento) do valor obtido da receita bruta pela venda do produto, diminuída das vendas canceladas, dos descontos concedidos incondicionalmente e dos impostos incidentes sobre as vendas (AMAPAZDS, 2004). No caso do Iratapuru o recurso do patrimônio genético acessado foi à espécie *Protium pallidum* conhecida popularmente como “breu branco”: é uma planta resinosa e aromática da família botânica *Burseraceae*, com ocorrência na Amazônia (FERRAZ, 2006).

Até em 2007, os valores chegavam a aproximadamente R\$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais) acumulados desde o início do acesso ao breu branco que ocorreu mesmo antes da autorização legal em 2005⁸⁶. Além de recursos advindo pela venda do breu branco, no fundo comunitário da vila São Francisco ainda existem recursos da venda de produtos pela NATURA que contém o óleo da castanha-do-brasil⁸⁷.

⁸⁴ Atividade exploratória que visa identificar componente do patrimônio genético e informação sobre o conhecimento tradicional associado, com potencial de uso comercial. Artigo 7º, VII, da Medida Provisória 2.186-16/2001 (FERRAZ, 2006).

⁸⁵ Trabalho sistemático, decorrente do conhecimento existente, que visa à produção de inovações específicas, a elaboração ou a modificação de produtos ou processo existentes, com aplicação econômica. Artigo 1º da Orientação Técnica n. 4 do Conselho de Gestão e Patrimônio Genético, de 27 de maio de 2004 (FERRAZ, 2006).

⁸⁶ A legislação que define as formas de acesso é posterior a contratos firmados entre a Natura e comunidades tradicionais da Amazônia. Em 2000 a empresa decidiu lançar uma linha de produtos que tem como plataforma tecnológica o uso da biodiversidade brasileira.

⁸⁷ É preciso deixar claro que existem duas fontes de recursos nos contatos entre COMARU e NATURA. Uma delas são recursos que estão no fundo e que podem ser acessados pela comunidade mediante algumas regras; a outra são recursos provenientes da venda do óleo bruto de castanha-do-brasil que em 2007 eram negociados a R\$ 32,00 o litro. Neste ano a cooperativa

Após o incêndio, para reconstrução da fábrica, a comunidade autorizou a NATURA repassar para a COMARU, dos valores existentes no fundo comunitário a quantia de R\$ 71.000,00⁸⁸. A COMARU renasce das cinzas a partir dessa decisão.

Outro ponto controverso é que unidades familiares com pouca capacidade de entender o processo tendem a pensar que podem sacar uma quantia em dinheiro para si. ONGs locais se propuseram a fazer as intermediações financeiras quando da realização dos projetos, assessorias técnicas vinculadas à comunidade opinam no formato de utilização desses recursos. Enfim, a utilização do fundo comunitário desafiará mais uma vez a capacidade da comunidade do Iratapuru em resolver seus próprios dilemas.

A COMARU atualmente conta com 44 cooperados com idade variando entre 18 a 60 anos, homens e mulheres. São 3 os cargos executivos: o Presidente, Vice e Secretaria Geral além de um Conselho Fiscal. Os cargos executivos são remunerados. Em 2007 o valor era de R\$ 400,00 mensais. A cooperativa tem sede própria, é nesse espaço que ocorrem às reuniões.

As formas de controle quanto aos cooperados é cadastral. Existe ficha de produção e processamento quanto às quantidades de hectolitros entregues pelo cooperado. Nas fichas são registrados os nomes das pessoas, a data, a quantidade de castanha secada, a quantidade tirada do secador e extraídas as estragadas (podres), a quantidade descascada, a quantidade em óleo, em massa, e em pó (a farinha).

A COMARU não tem pessoal empregado. Ela contrata temporariamente⁸⁹ pessoas da comunidade (cooperados e não-cooperados) para as ocupações na fábrica. Algumas são remuneradas por produção como é o caso da quebra ou secagem da castanha, ou por diárias quando se trata de serviços de vigilância ou limpeza. Em 2007 foram contratadas 47 pessoas entre homens e mulheres, jovens e adultos. Existem casos de pessoas que entregam a castanha *in*

fechou dois contratos com a empresa num total de 6 toneladas de óleos. As últimas remessas foram feitas no início de janeiro de 2008.

⁸⁸ Este ponto chama atenção. No contexto do empreendedorismo, a comunidade diante de uma tragédia ocorrida (o incêndio), pela primeira vez tenha de forma completamente independente e com recursos próprios, resolvido um problema que atingia o projeto cooperativo.

⁸⁹ No inverno quase toda a população economicamente ativa da comunidade se envolve com o extrativismo da castanha-do-brasil indo para os castanhais, inclusive muitas mulheres. No verão, a cooperativa entra em funcionamento, geralmente a partir do mês de agosto.

natura para a cooperativa⁹⁰, trabalham nas atividades de quebra da castanha e algumas ainda acumulam funções noutras ocupações como, por exemplo, na prensa de óleo, onde se recebem diárias. Ao final, algumas unidades familiares podem ter um significativo rendimento se comparado com alguns padrões urbanos.

A cooperativa contratou assessoria técnica para o ano de 2007. O serviço principal da empresa contratada era encontrar novos mercados e intermediar as transações econômicas e comerciais da COMARU. Ainda em 2007 foi adquirida uma nova prensa de óleo⁹¹.

Quanto ao processo de tomada de decisões este se dá por meio de reuniões e assembléias. Formas de mutirão são comuns seja para resolver situações específicas da cooperativa, seja da vila. Não há um fundo de assistência à comunidade pela cooperativa. Confraternizações natalinas costumam ser realizadas as expensas da COMARU. Como principais conquistas da organização agroextrativista o presidente Eudimar Viana cita a reconstrução da fábrica após o incêndio, a aquisição de equipamentos, a geração e o aumento da renda na comunidade e a existência do fundo comunitário.

Em 2007, das 35 colocações exploradas 24 entregou algum percentual para a cooperativa.

A vila é formada por três grandes famílias extensas que agrega a grande maioria das unidades familiares: 1) a família Freitas, de Dalvina Herculano Freitas; 2) Silva, de Benedito Rodrigues da Silva; e 3) Rodrigues, de Mateus Fonseca Rodrigues. Seus descendentes casaram entre si. Os que haviam saído da região, agora estão voltando (AMAPAZDS, 2004). O quadro 9 abaixo mostra as famílias originais que chegaram à região e que até hoje formam a rede comunitária da vila São Francisco.

⁹⁰ A COMARU contrata o recebimento de castanha-do-brasil *in natura* com qualquer unidade familiar da vila podendo ser ou não associado à cooperativa. O pagamento ao fornecedor do produto só é realizado após a NATURA receber o óleo contratado com a cooperativa pela Cognis. Muitas vezes, o recurso só chega à mão do chefe da unidade familiar que forneceu o PFNM 5 ou 6 meses depois.

⁹¹ A metalúrgica ACOTEC contratada é de Macapá. Ela cobrou R\$ 18.000,00 pela fabricação do equipamento que foi pago de duas vezes. Recursos próprios da COMARU custearam o investimento.

Ano	Nome	Membros família	Motivo da migração
1947	Mateus Fonseca Rodrigues	Sozinho	Nasceu em 1935 em Breves-PA, e chegou com 12 anos trabalhando como cozinheiro para um seringueiro.
1951	Basílio de Freitas (falecido)	Sozinho	Nasceu em Gurupá-PA e veio a primeira vez para acompanhar um irmão que foi trabalhar na Cachoeira. Voltou nos anos seguintes trazendo filhos.
1954	José Pinheiro de Freitas	Filho	Filho do Basílio, nasceu no rio Baquiá, Gurupá-PA. Chegou com 6 meses de idade.
1958	Maria Leitão (Gita)	Filha	Filha do Basílio, nasceu no rio Baquiá, Gurupá-PA. Tinha 22 anos quando chegou, em 1959 casou-se com José Marques Neves (Zé Laranja)
1958	Dalvina Herculano Freitas	Filha	Filha do Basílio, nasceu no rio Baquiá, Gurupá-PA. Tinha 12 anos quando chegou e casou-se com Armando Leite de Souza aos 17.
1958	José M Neves (Zé Laranja)	Sozinho	Nasceu em 1930, em Breves-PA, tinha 23 anos quando chegou, casou-se em 1959 com Maria Leitão.
1960	Batista Monteiro (falecido)	Pai	Veio de Breves-PA com a esposa e três filhos, um casado.
1960	Ma. Helena Monteiro	Filha	Nasceu em Breves-PA. Chegou com 19 anos e casou-se com Luis Ferreira Pantoja.
1960	Francisco Nicassio Sales	Sozinho	Nasceu em Patos, na Paraíba, em 1935 e casou-se com Isolina, irmã de José Marques Neves.
1961	Benedito Rodrigues da Silva (Biló)	Pai	Nasceu em Breves-PA em 1930 e chegou com 31anos, viúvo, com uma irmã e uma filha de 2 anos. Trouxe ainda como agregados dois irmãos pequenos, Toneco e Benedito Baia Nascimento, com 4 e 7 anos de idade.

Quadro 9 – Famílias originais por data chegada/migração

Fonte: AMAPAZDS (2004)

Claramente, há disputas entre parentes e comunitários. Em períodos que deve ocorrer pagamento pela COMARU nota-se um clima de apreensão e expectativa. Aos visitantes são feitas reclamações das mais variadas. Em reuniões comunitárias fica evidenciada a importância que a maioria dá à cooperativa. A partir

da gestão de Luis Freitas em 2002, na vila São Francisco tem sido comum reunir⁹² a comunidade e discutir seus problemas, muitas vezes com constrangimentos para alguns moradores, noutras com decisões que arrancam aplausos. As observações e conversas informais mantidas com vários informantes da comunidade e com outros observadores externos permitem inferir haver na Vila São Francisco do Iratapuru dificuldades das lideranças em realizar a prestação de contas. Talvez porque os afazeres do Presidente da COMARU fazem com que ele permaneça muito pouco tempo na comunidade, talvez porque sendo os processos muito complexos isso complique ainda mais os mecanismos para a prestação das contas. Mas, parece haver, por alguma razão, resistência dos líderes da cooperativa em trabalhar numa perspectiva transparente e isto tem conduzido na maioria das vezes ao desgaste do Presidente da COMARU junto às unidades familiares.

⁹² Em todas as ocasiões que o autor esteve na vila presenciou várias reuniões, muitas delas extremamente longas, principalmente quando envolvia planejamento da COMARU ou cobranças da comunidade ao presidente Eudimar Viana.

6 REDES SOCIAIS: SINGULARIDADES E CONEXÕES DAS ORGANIZAÇÕES AGROEXTRATIVISTAS E DAS COMUNIDADES DA REGIÃO DOS CASTANHAIS AMAPAENSES

Inicialmente é importante lembrar as duas ferramentas trabalhadas: 1) o formulário de Análise de Rede Social – ARS, aplicado junto às organizações agroextrativistas; e 2) o Questionário para Medir Capital Social Comunitário – QM-CSC aplicado junto às unidades familiares, domicílios, nas comunidades agroextrativistas.

A primeira ferramenta verificou o capital social estrutural das organizações agroextrativistas em suas respectivas redes: diversidade dos participantes, tamanho e área geográfica, institucionalização de normas de decisão, e buscou capturar o nível de confiança e expectativa entre as organizações participantes para avaliar se pode influenciar a ação coletiva da rede ou da organização agroextrativista específica. Aqui fica claro o alcance das ações das 4 (quatro) organizações pesquisadas e será possível mostrar o:

1. Capital social de ligação - os laços entre os membros da rede que podem ser considerados pares ou iguais – rede interna (laços fortes);
2. Capital social de ponte - os laços com representantes ou órgãos de governos ou de outras organizações locais – rede externa, mas no âmbito do Estado (laços fortes e fracos); e
3. Capital social de conexão - laços com organizações externas – de fora do Estado, que são contatos que podem abrir novas possibilidades de outros contatos para alavancar os objetivos principais das organizações agroextrativistas – rede externa (laços fracos). A formulação de uma quinta rede, reunindo as quatro, permitiu que esses três tipos de capital social ficassem mais bem evidenciados.

A segunda ferramenta contém cinco dimensões (seções). Aplicada em nível domiciliar buscou, sobretudo, extrair aspectos importantes do capital social comunitário existente nas comunidades agroextrativistas.

A análise dos dados do QM-CSC passou pela tabulação por meio do programa Excel Windows. As seções 1, 2, e 3 provêm informações para calcular as três medidas básicas de capital social: i) grupos e redes, ii) confiança e solidariedade

e iii) ação coletiva e cooperação. Grupos e redes permite fazer as distinções entre capital social de ligação, de ponte e de conexão referentes às unidades familiares.

A participação em associações e redes é claramente um indicador de entrada (de capital social), uma vez que as associações e redes são meios através dos quais o capital social pode ser acumulado. [...] A confiança pode ser vista como um indicador de entrada ou de produção. [...] A ação coletiva é um indicador de produção (GROOTAERT et al, 2003, p. 15).

As seções 4 e 5 (informação e comunicação, coesão e inclusão social) coletam dados que tornam possível examinar com mais detalhes certos aspectos ou manifestações do capital social (GROOTAERT et al, 2003).

6.1 AS REDES SOCIAIS DAS ORGANIZAÇÕES AGROEXTRATIVISTAS LOCALIZADAS NA REGIÃO DOS CASTANHAIS DO SUL DO AMAPÁ

6.1.1 A rede social da ASTEX/MA e suas conexões

Como se disse no capítulo 2 foi uma lista previamente organizada contendo 44 (quarenta e quatro) organizações classificadas entre internas e externas, que fez gerar as redes específicas das 4 organizações agroextrativistas aqui estudadas. Elaborou-se, portanto, após se apresentar à lista ao Diretor Presidente da ASTEX/MA e lançar suas informações no *software* UCINET, a rede ego-centrada da organização que ele representa. E assim foi feito para com as outras três organizações. O diagrama 3 é o sociograma da rede social da ASTEX/MA.

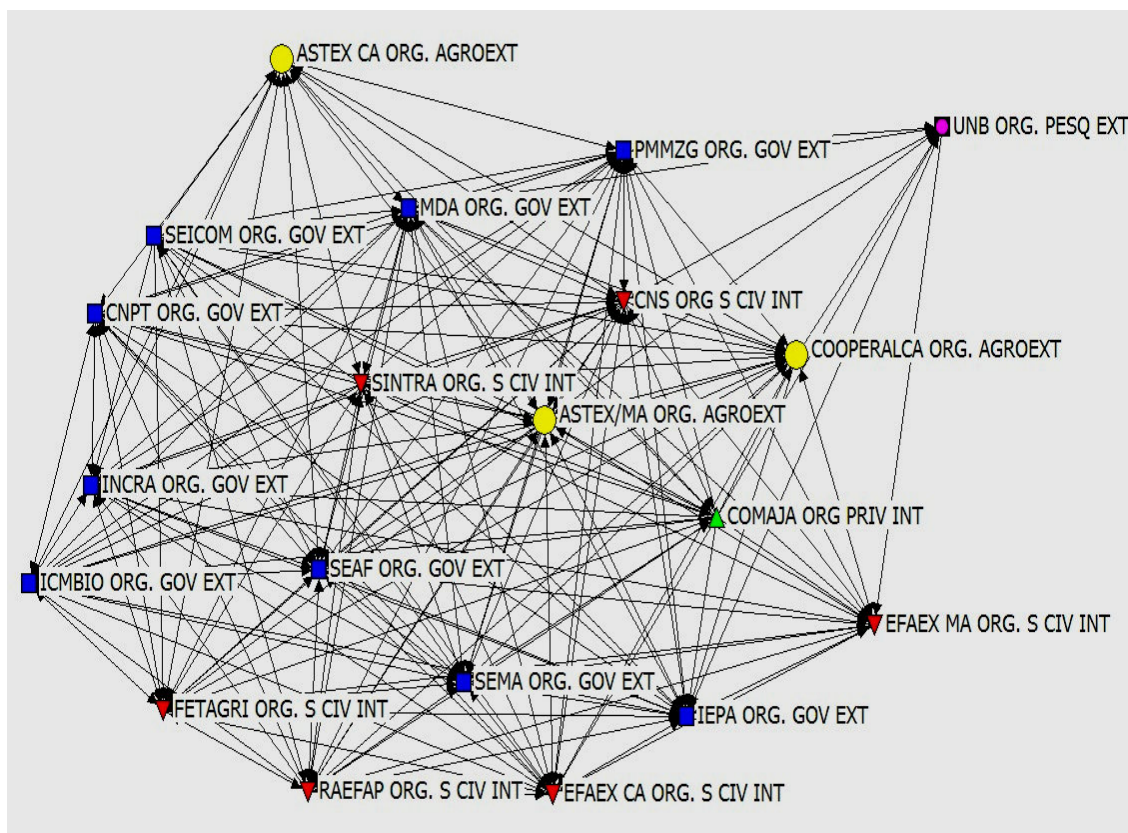


Diagrama 3 – Sociograma - Rede Social da ASTEX/MA

Fonte: Adalberto C. Ribeiro (2008)

No sociograma, a rede da ASTEX/MA contém 20 membros e 274 (duzentas e setenta e quatro) relações estabelecidas: um número considerado significativo para um total de 380 (trezentos e oitenta)⁹³ relações possíveis, demonstrando um percentual de 72.10%, entre vínculos unilaterais e bilaterais. Dos 44 nomes apresentados, a ASTEX/MA relacionou 19 como sendo de suas relações, portanto, relações de saída que se materializam na sua rede ego-centrada. Em princípio, pode-se dizer que há uma boa conectividade na rede da ASTEX/MA.

Na rede, duas das outras três organizações agroextrativistas investigadas constam como parte das relações da ASTEX/MA. São a ASTEX/CA e COOPERALCA. As organizações agroextrativistas estão em cor amarela. Em cores azuis estão os órgãos de governo considerados como organizações externas do âmbito estadual. Em vermelho, estão as organizações representantes da sociedade civil que, pelo perfil, são consideradas organizações internas locais. Em verde se

⁹³ O cálculo do número de relações possíveis é realizado a partir de $20 \times (20-1)$. O número de membros da rede menos o participante a quem é apresentado o formulário, o que eleva o máximo de relações dessa rede específica para 380.

encontra a COMAJA, considerada como interna, mas desenvolve atividades no campo da iniciativa privada por se tratar de uma cooperativa. E, ainda em cor lilás encontra-se a Universidade de Brasília (UnB), no canto superior direito, como organização externa de pesquisa, de fora do Estado do Amapá.

É importante lembrar que o movimento comercial do PFNM castanha-do-brasil do alto Maracá se dá no sentido Vila Maracá para Laranjal do Jarí, onde se localiza a COMAJA e os principais compradores da região que revendem a produção para os Mutrans e para outras empresas de Belém e São Paulo, principalmente. Os dois comerciantes estabelecidos na Vila Maracá, compradores da produção, têm negócios com os comerciantes de Laranjal do Jarí. A COMAJA, a partir de 2007 vem tentando comprar parte da produção do alto Maracá, mas enfrenta dificuldades por falta de capital de giro. Em 2007, ela conseguiu adquirir somente 600 (seiscentos) hectolitros do PFNM.

Verificando-se a rede da ASTEX/MA denota-se logo que das organizações sociais vinculadas à sociedade civil, somente a COMAJA e COOPERALCA poderiam contribuir para a organização produtiva das famílias coletoras da castanha. Entretanto, as duas enfrentam fortes problemas de falta de capital de giro, sobretudo a COOPERALCA. A COMAJA encontra-se distante geograficamente e tem muitas dificuldades de competir com os dois compradores locais. Estes se consolidaram não só pelas relações comerciais que mantêm com as unidades familiares agroextrativistas, bem como pelas relações comunitárias e culturais (são compadres, por exemplo) praticando com relativa tranquilidade o aviamento.

A rede da ASTEX/MA, portanto, se configura em dois grandes blocos quando se excetua COMAJA e UnB. De um lado, as organizações que representam a sociedade civil, todas em vermelho, consideradas de caráter interno. Do outro lado, as organizações de governo, todas na cor azul, consideradas de caráter externo, mas pertencentes ao âmbito estadual.

A qualidade mais notada na rede social da ASTEX/MA é o grupo vinculado a Escola Família Agroextrativista do Assentamento Maracá (EFAEX/MA). Juntam-se o Conselho Nacional dos Seringueiros CNS/AP, a Rede de Associações das Escolas Famílias do Amapá (RAEFAP), Escola Família Agroextrativista do Carvão (EFAEX-CA), e a própria EFAEX/MA formando um subgrupo de pressão importante junto aos governos que não permite a interrupção das atividades letivas

da Escola Família, uma que vez que esta é mantida com recursos públicos estaduais.

A rede tem um conjunto interessante de relações, mas de um modo geral com pouca capacidade de realizar ações para o desenvolvimento do Assentamento Maracá. A ASTEX/MA não tem natureza comercial e no alto Maracá não existe nenhuma organização agroextrativista com essa finalidade. Em 2007, a Associação dos Moradores da Vila foi transformada em associação agroextrativista dos castanheiros, contudo, não houve algum tipo de resultado que possa ter melhorado as condições das unidades familiares coletoras da castanha-do-brasil.

Um dos principais membros da rede da ASTEX/MA é sem dúvida o INCRA/AP, mas suas ações têm se restringido aos créditos existentes no PNRA, sobretudo para construção ou reformas das habitações, o que por si só não configura um projeto de desenvolvimento para o alto Maracá.

A rede da ASTEX/MA demonstra a existência de 09 (nove) organizações vinculados a governos, 03 (três) organizações agroextrativistas e 06 (seis) vinculadas com a sociedade civil. Este desenho corrobora a relação de dependência e passividade, além de clientelista, que a associação mantém com os órgãos públicos.

Dos órgãos estaduais mais afeitos a programas de desenvolvimento rural estão a Secretaria de Indústria e Comércio (SEICOM) e a Secretaria de Agricultura (SEAF). O primeiro com o advento do programa de governo Amapá Produtivo não tem tido como prioridade o agroextrativismo, tanto que declarou não se relacionar com a ASTEX/MA. O segundo não consegue elaborar uma política agrícola para o Estado. O IEPA é outro ator importante, mas só pode contribuir quando os órgãos executivos de desenvolvimento o chamam para realizar tarefas específicas. Ainda assim, o IEPA tem feito colaborações importantes junto a ASTEX/MA e a EFAEX/MA, bem como realizados estudos técnico-científicos no Assentamento Maracá para o INCRA/AP.

O que se verifica na rede social da ASTEX/MA é sua pouca capacidade estrutural, uma vez que mesmo os atores externos, de governo, que estão no âmbito estadual, tem tido baixas condições efetivas de contribuir para projetos produtivos no assentamento. Também não há, na rede, atores da iniciativa privada com capacidade empreendedora que possa somar neste sentido.

Em relação à diversidade dos participantes nota-se pouco dinamismo, pois a rede está composta por dois grupos de atores apenas. O raio de ação está circunscrito ao Estado do Amapá.

As possibilidades de a rede contribuir com as unidades familiares coletoras da castanha-do-brasil são pequenas. Devido à posição geográfica da Vila Maracá mais distante do maior dinamismo do mercado de Laranjal do Jarí, bem como as precárias condições de organização social para o empreendedorismo da ASTEX/MA ou das unidades familiares do médio e alto Maracá, a rede revela-se com pouco potencial. O INCRA/AP, por exemplo, não tendo relevante tradição no campo para a assistência rural empreendedora, de um modo geral, tem agido com motivações assistencialistas e/ou clientelistas.

Contudo, o tamanho da rede não pode ser considerado pequeno. É a maior rede social das quatro organizações agroextrativistas com 20 atores. Ela atinge os principais órgãos de governo que trabalham com o campo. Entretanto, como a ASTEX/MA enfrenta problemas internos e externos de credibilidade, as relações têm se dado num formato em que as autoridades públicas tratam as comunidades e a própria associação como agentes passivos do processo.

Por outro lado, com os níveis de capital humano sendo muito baixos e com as implicações jurídicas pelas quais passa a ASTEX/MA, a tendência são as unidades familiares esperarem, de bom grado, por quaisquer ações de governo. No plano das relações com agentes externos, no Assentamento Maracá e na rede da ASTEX/MA, a principal institucionalidade parece ser o clientelismo. Ele conduz as principais normas de decisão. Verifica-se também que não há nenhuma ONG, nem interna nem externa, presente na rede.

Além dos sociogramas, como se disse anteriormente, o *soft* pode gerar várias tabelas. Para atender aos objetivos desta pesquisa optou-se pelas tabelas que informam sobre as medidas de centralidade – dos atores das redes. São elas: 1) centralidade do grau, 2) de intermediação, e 3) de proximidade.

A tabela 3 abaixo mostra o grau de centralidade das organizações presentes na rede da ASTEX/MA que é a quantidade de conexões que cada ator possui. A coluna 1⁹⁴ classifica por ordem decrescente de conexões, de relações estabelecidas, todas as organizações. *OutDegree* na coluna 3 são as conexões de

⁹⁴ A ordem numérica mostra 20 números que foram ordenados quando lançados no programa.

saída, enquanto *InDegree* na coluna 4 são as relações de entrada. *NrmOutDeg* e *NrmInDeg*, colunas 5 e 6, são os valores em percentuais. Um pouco abaixo se mostram as estatísticas descritivas e os principais indicadores: 1) média do número de relações, 2) soma, 3) mínimo, e 4) máximo de relações.

Tabela 3 - Grau de Centralização dos atores da Rede da ASTEX/MA

1 Posição	2 Organização	3 OutDegree	4 InDegree	5 NrmOutDeg %	6 NrmInDeg %
1	ASTEX MA	19.000	12.000	100.000	63.158
5	COMAJA	19.000	7.000	100.000	36.842
14	MDA	18.000	18.000	94.737	94.737
3	CNS	18.000	19.000	94.737	100.000
19	SINTRA	18.000	10.000	94.737	52.632
15	PMMZG	16.000	16.000	84.211	84.211
9	SEAF	16.000	17.000	84.211	89.474
8	FETAGRI	15.000	15.000	78.947	78.947
7	EFAEX CA	14.000	13.000	73.684	68.421
12	IEPA	14.000	18.000	73.684	94.737
4	COOPERALCA	14.000	13.000	73.684	68.421
16	RAEFAP	14.000	13.000	73.684	68.421
2	ASTEX CA	12.000	13.000	63.158	68.421
6	EFAEX MA	11.000	13.000	57.895	68.421
13	INCRA	11.000	17.000	57.895	89.474
17	SEICOM	11.000	9.000	57.895	47.368
11	CNPT	10.000	15.000	52.632	78.947
10	ICMBIO	10.000	15.000	52.632	78.947
18	SEMA	9.000	14.000	47.368	73.684
20	UNB	5.000	7.000	26.316	36.842
ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS					
1	Média	13.700	13.700	72.105%	72.105%
2	Soma	274.000	274.000	1442.105	1442.105
3	Mínimo	5.000	7.000	26.316	36.842
4	Máximo	19.000	19.000	100.000	100.000

Fonte: Adalberto C. Riberiro (2008)

Têm-se pela tabela acima revelações interessantes. A primeira diz respeito à própria ASTEX/MA. Enquanto a associação se relaciona com 19 outras organizações sociais – atores – (coluna 3), deste total apenas 12 responderam que se relacionam com a ASTEX/MA (coluna 4). Isso revela que um ator procura mais os outros do que é procurado. Por isso os números mostram que no percentual de saída à associação tem 100%, mas o seu percentual de entrada é de 63.158% (colunas 5 e 6 respectivamente). Sendo a rede, no geral, bem conectada apresentando média nas relações de entrada de 72.105% (primeira linha das estatísticas descritivas), chama atenção o grau de entrada da associação. Isso

comprova que embora seja a ASTEX/MA uma organização relevante na rede (afinal, é a sua rede ego-centrada), para os demais membros ela não é a mais importante, nem a mais prestigiada.

Ressalte-se que a alta conectividade que a rede da ASTEX/MA apresenta pode estar assim configurada porque os órgãos governamentais costumam se relacionar com todas as organizações agroextrativistas do sul do Estado. Nos últimos anos, a exemplo do que tem ocorrido em toda a Amazônia muitos são os conselhos, ou outras instâncias participativas similares, que juntam tais organizações em espaços públicos.

Por outro lado, houve uma tendência de alguns representantes das organizações de governo, ao responderem o formulário⁹⁵, em afirmar que se relacionavam com todos, ou com quase todos os demais atores presentes na rede. Além disso, quando se indagou sobre a qualidade da relação, o grau de confiabilidade, a tendência desses atores dos órgãos públicos foi afirmar que consideravam “boas” (confiáveis) as relações. A Delegacia do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA/AP), por exemplo, respondeu que se relaciona com 18 (dezoito) dos 19 (dezenove) atores do formulário lhe apresentado e com todos tinha boas relações, inclusive com a ASTEX/MA.

Chama atenção o papel do CNS/AP. Ele respondeu que a relação com a ASTEX/MA é razoável e semanal, enquanto que com o INCRA/AP é quinzenal e razoável. O Conselho Nacional dos Seringueiros do Amapá, na rede ora analisada, se reveste numa das organizações sociais que mais pressionam os órgãos públicos locais para o atendimento de demandas agroextrativistas. É ele quem tem, em toda a rede, a melhor conexão, tanto nas relações de saída como de entrada. No que diz respeito as suas relações *InDegree* todos os demais membros da rede da ASTEX/MA afirmaram se relacionar com o CNS/AP.

Por outro lado, a SEICOM, órgão público responsável por políticas públicas vinculadas ao agroextrativismo apresenta apenas a 16ª posição na rede, bem abaixo da média.

Fica revelada, assim, a característica principal da rede social da ASTEX/MA: formada por dois grupos, um vinculado aos governos locais e outro a sociedade civil organizada. Existe um jogo de pressão do segundo em relação ao

⁹⁵ O formulário foi aplicado pessoalmente nas organizações públicas e privadas, salvo raras exceções quando técnicos o fizeram para o autor ou quando o formulário foi respondido via email.

primeiro. Dependendo do bem público em jogo, há possibilidades de se reunir sinergias no segundo grupo para garantir algumas funcionalidades no Assentamento Maracá. O exemplo é o funcionamento da EFAEX/MA.

O segundo indicador relevante referente à rede da ASTEX/MA é quanto ao grau de intermediação que os atores possuem. É a possibilidade que alguns atores podem ter de controlar processos de comunicação e de intermediar relações. Alguns atores podem ser considerados “pontes” para se chegar aos demais porque eles estão nos caminhos geodésicos⁹⁶ entre os membros. A tabela 4 abaixo revela os índices.

⁹⁶ São rotas mais curtas que um ator deve seguir para chegar a outros membros da rede.

Tabela 4 - Grau de Intermediação dos atores na rede da ASTEX/MA

1	2	3	4
Posição	Org.	Betweenness	nBetweenness
3	CNS	16.017	4.683
14	MDA	11.267	3.294
12	IEPA	10.933	3.197
1	ASTEX MA	10.102	2.954
15	PMMZG	9.758	2.853
9	SEAF	6.715	1.964
8	FETAGRI	6.335	1.852
4	COOPERALCA	5.298	1.549
5	COMAJA	4.326	1.265
2	ASTEX CA	4.012	1.173
18	SEMA	3.576	1.046
13	INCRA	3.217	0.941
19	SINTRA	3.144	0.919
6	EFAEX MA	2.302	0.673
16	RAEFAP	2.194	0.642
7	EFAEX CA	2.194	0.642
17	SEICOM	1.972	0.577
11	CNPT	1.263	0.369
10	ICMBIO	1.263	0.369
20	UNB	0.111	0.032
ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS			
1	Média	5.300	1.550
2	Mínimo	0.111	0.032
3	Máximo	16.017	4.683

Fonte: Adalberto C. Ribeiro (2008)

Pela tabela acima a coluna 3 mostra o quantitativo de membros que um ator pode intermediar e na coluna 4 tem-se esse número em pontuação. Confirma-se o CNS/AP como sendo o principal ator da rede com 16.017. A ASTEX/MA ocupa a 4ª posição de intermediação enquanto o INCRA/AP a 12ª e a SEICOM a 17ª posição, comprovando que o caminho mais curto para um ator chegar aos demais passa pelo Conselho Nacional dos Seringueiros. Ele detém informações importantes a respeito do Assentamento Maracá, bem como sobre os demais atores que fazem parte da rede social da ASTEX/MA.

O terceiro e último indicador importante para análise da estrutura da rede da ASTEX/MA é o grau de proximidade. Ele mostra a capacidade que um ator tem de chegar aos demais. É calculado a partir da soma de todas as distâncias geodésicas de um ator para outro. O grau de proximidade de entrada (coluna 5) é a principal medida desse indicador, que se encontra em percentual.

Tabela 5 - Grau de Proximidade dos atores da Rede Social da ASTEX/MA

1	2	3	4	5	6
Num.	Org.	inFarness	outFarness	inCloseness (percent.) %	OutCloseness (percent.) %
3	CNS	19.000	20.000	100.000	95.000
12	IEPA	20.000	24.000	95.000	79.167
14	MDA	20.000	20.000	95.000	95.000
9	SEAF	21.000	22.000	90.476	86.364
13	INCRA	21.000	27.000	90.476	70.370
15	PMMZG	22.000	22.000	86.364	86.364
11	CNPT	23.000	28.000	82.609	67.857
10	ICMBIO	23.000	28.000	82.609	67.857
8	FETAGRI	23.000	23.000	82.609	82.609
18	SEMA	24.000	29.000	79.167	65.517
7	EFAEX CA	25.000	24.000	76.000	79.167
6	EFAEX MA	25.000	27.000	76.000	70.370
16	RAEFAP	25.000	24.000	76.000	79.167
2	ASTEX CA	25.000	26.000	76.000	73.077
4	COOPERALCA	25.000	24.000	76.000	73.077
1	ASTEX MA	26.000	19.000	73.077	100.000
19	SINTRA LJ	28.000	20.000	67.857	95.000
17	SEICOM	29.000	27.000	65.517	70.370
5	COMAJA	31.000	19.000	61.290	100.000
20	UNB	31.000	33.000	61.290	57.576
ESTATISTICAS					
1	Média	24.300	24.300	79.667	80.000
2	Mínimo	19.000	19.000	61.290	57.576
3	Máximo	31.000	33.000	100.000	1000.000

Fonte: Adalberto C. Ribeiro (2008)

A tabela acima indica que o CNS/AP é o ator melhor situado por esse indicador, isto é, ele pode chegar a todos os demais 19 atores sem depender de nenhum intermediário e por isso registra o índice de 100%. Por esse indicador, o INCRA/AP com 90.476% fica em 5ª posição. A ASTEX/MA apenas em 16º lugar com 73.077%, abaixo da média que é de 79.667%. A posição da ASTEX/MA revela novamente, que apesar de se tratar da sua rede ego-centrada ela não é, de fato, um ator de prestígio.

Finalmente, a análise da rede social da ASTEX/MA demonstra que das quatro organizações agroextrativistas investigadas, como se verá, a que tem maior quantidade de atores em sua rede e com maior quantidade de vínculos, somados em 274, é essa própria associação, contudo, mais atores e mais vínculos por si só,

não têm revestido em mais possibilidades de conquistas coletivas para a ASTEX/MA.

A rede social da ASTEX/MA está articulada de modo que ela procura vários atores, sobretudo os vinculados aos governos locais, a fim de solucionar seus dilemas. Entretanto, a associação não é procurada com a mesma intensidade pelos atores da rede. Ela não detém o prestígio necessário para, de alguma forma, ser atendida nas suas reivindicações ou petições. Os dados corroboram a posição de submissão da ASTEX/MA frente aos demais, caracterizada exatamente pelo clientelismo.

6.1.2 A rede social da ASTEX/CA e suas conexões

A rede social da ASTEX/CA está configurada conforme o sociograma abaixo.

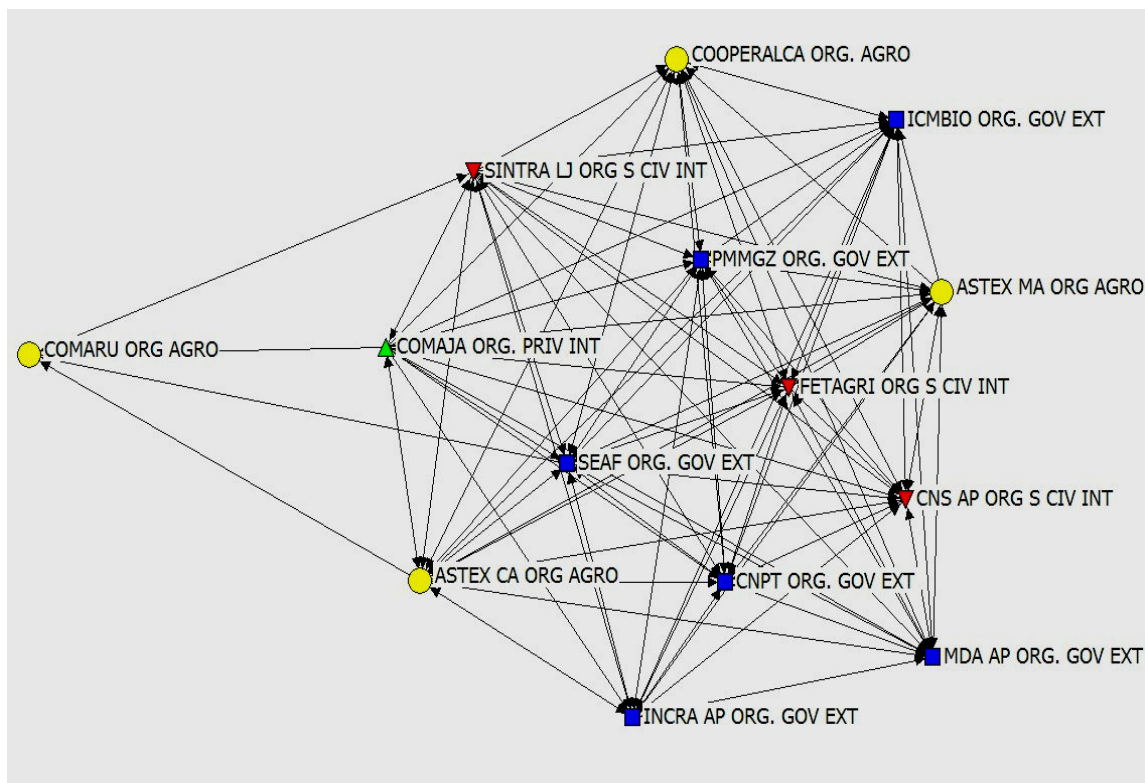


Diagrama 4 - Sociograma – Rede Social da ASTEX/CA

Fonte: Adalberto C. Ribeiro (2008)

A figura 13 confirma que a rede da ASTEX/CA pode ser considerada com significativa conectividade. São 14 membros e 141 (cento e quarenta e uma) relações, entre unilaterais e bilaterais, de um total possível de 182 (cento e oitenta e duas), o que representa 77.47%. É a rede social com o menor número de atores, dentre as quatro. Apesar de ser a organização que indicou somente 13 (treze) membros da lista de 44, a ASTEX/CA relacionou as outras 3 organizações agroextrativistas investigadas, todas em amarelo. Existem 06 atores vinculados a órgãos de governos, considerados externos, mas do âmbito estadual, das três esferas, que estão na cor azul. Três organizações vinculadas à sociedade civil coloridas na cor vermelha. Ainda tem uma organização vinculada a iniciativa privada – a COMAJA, na cor verde.

Trata-se de uma rede menor, mas, compacta, com mais vínculos quando comparada com as outras três. A ASTEX/CA parece ter como estratégia centrar forças em menos atores, porém com mais intensidade e poder de pressão. Por exemplo, os estudos de campo revelaram que a ASTEX/CA tem relações muito fortes, inclusive de caráter semiclientelista, com a Secretaria de Estado da Agricultura – SEAF, e com a Prefeitura Municipal de Mazagão – PMMZG, e assim consegue executar ações de interesses das comunidades do alto Cajari. Com o INCRA/AP a ASTEX/CA desde 2007 vem implementando o crédito habitação com recursos do PNRA e com isso o quadro habitacional está mudando visivelmente no alto Cajari.

Quando as relações são com o CNPT/AP e o ICMBIO/AP, muitas vezes elas se revestem de tensão. No âmbito do conselho deliberativo da RESEX Cajari a tensão, muitas vezes implícita, se revela de maneira muito clara. Quando existem temáticas que ferem os interesses de várias organizações agroextrativistas, a ASTEX/CA se torna um forte ator no âmbito de sua rede.

Chama atenção nessa rede social a presença da COMARU. Como se vê na figura acima essa cooperativa está mais à parte do círculo de relações de toda a rede. É que a COMARU foi relacionada na rede ego-centrada da ASTEX/CA, mas de sua parte só reconheceu o SINTRALJ, entre os membros, como parte de sua própria rede, o que será mostrado adiante.

A presença das quatro organizações pesquisadas ocorre porque do ponto de vista da formação política e organizacional a ASTEX/CA pode ser considerada uma associação relativamente engajada. Participa de muitos conselhos,

reuniões, eventos e principalmente de arranjos sociais que dizem respeito ao agroextrativismo da região dos castanhais amapaenses, de um modo geral.

A rede da ASTEX/CA revela que a associação se relaciona com poucos atores vinculados à sociedade civil. São somente 3 (três). Mesmo com atores vinculados a governos o número pode ser considerado pequeno, apenas 6 (seis). Contudo, as relações com os governos são mais densas. Por exemplo, as relações da associação com INCRA/AP, SEAF/AP e Ministério do Desenvolvimento Agrário – Delegacia Regional – MDA/AP são semanais e consideradas como “boas”. Já com a PMMZ são mensais, porém consideradas boas. Por outro lado, as relações com o CNS/AP são para mais de 2 meses e consideradas razoáveis, o que revela níveis de tensão, devidamente corroborado quando foi à vez do Conselho dos Seringueiros se manifestar. Revela-se na tensão dessa relação às disputas políticas entre lideranças rurais locais. ASTEX/CA e CNS/AP são duas organizações agroextrativistas locais que podem ser consideradas fortes politicamente na região sul do Estado do Amapá.

A característica principal da rede da ASTEX/CA é realizar muitos contatos com poucos órgãos de governo e pouco contato com os atores vinculados à sociedade civil, o que revela um traço singular: há muitas relações clientelistas e semiclientelistas entre os atores de governo e a ASTEX/CA. Não se encontra a presença de ONGs na rede.

A estrutura social da rede ora analisada revela pouca diversidade de atores. Não há nenhum ator de fora do Estado do Amapá, por exemplo. Apesar de ser a rede social com maior índice de conectividade com 77.47%, o tamanho dela não pode ser considerado significativo. Seu raio de ação está circunscrito ao Estado do Amapá e a institucionalização das normas de decisão passa por ações de natureza clientelista e semiclientelista.

Talvez por isso, um aspecto interessante se revelou nas respostas dessa rede. A ASTEX/CA afirmou que as relações com SEAF/AP, INCRA/AP, PMMZ e MDA/AP são “boas”, isto é, o grau de confiabilidade é bom. Perguntado aos mesmos atores sobre o inverso, SEAF/AP e PMMZ responderam “razoável” e INCRA/AP e MDA/AP responderam “boa”. Parece existir relação de confiança entre esses atores, ainda que baseados no semiclientelismo. Talvez seja por essa razão que a ASTEX/CA consiga mais conquistas coletivas para as comunidades do alto Cajarí se comparada, por exemplo, com a ASTEX/MA.

Em relação às medidas de centralidade, verificando-se o indicador grau de centralidade a tabela 6 abaixo mostra a quantidade de conexões que cada ator possui.

Tabela 6 - Grau de centralidade dos atores da rede da ASTEX/CA

1	2	3	4	5	6
Num.	Org.	OutDegree	InDegree	NrmOutDeg	NrmInDeg
1	ASTEX/CA	13.000	12.000	100.000	92.308
13	SINTRA LJ	13.000	8.000	100.000	61.538
14	COMAJA	13.000	4.000	100.000	30.769
12	SEAF	12.000	12.000	92.308	92.308
3	CNS AP	12.000	12.000	92.308	92.308
2	ASTEX MA	11.000	8.000	84.615	61.538
10	MDA AP	11.000	12.000	84.615	92.308
6	FETAGRI	11.000	11.000	84.615	84.615
8	ICMBIO	9.000	12.000	69.231	92.308
9	INCRA AP	9.000	11.000	69.231	84.615
7	CNPT	9.000	12.000	69.231	92.308
11	PMMGZ	9.000	12.000	69.231	92.308
5	COOPERALCA	8.000	11.000	61.538	84.615
4	COMARU	1.000	4.000	7.692	30.769
ESTATISTICAS					
1	Média	10.071	10.071	77.473	77.473
2	Soma	141.000	141.000	1084.615	1084.615
3	Mínimo	1.000	4.000	7.692	30.769
4	Máximo	13.000	12.000	100.000	92.308

Fonte: Adalberto C. Ribeiro (2008)

A tabela mostra um grau de centralidade elevado da associação. A rede ego-centrada da ASTEX/CA composta de 13 atores tem um retorno de 12 relações caracterizando na coluna 6 – *NrmIndeg*, o índice de 92.308%, a maior de toda a rede. A associação, juntando todos os índices, é o ator mais central de sua própria rede, o que revela que a ASTEX/CA tem algum nível de prestígio.

O CNS/AP mais uma vez está muito bem posicionado em 5º lugar com média de entrada e saída registrando índices de 92.308%. Aliás, os cinco primeiros posicionados – ASTEX/CA, SINTRA/LJ, COMAJA, SEAF e CNS/AP registram índices elevados nas relações de saída (coluna 3). Chama atenção o caso da COMAJA que afirma se relacionar com todos os membros da rede da ASTEX/CA, mas somente 04 responderam que se relacionam com a cooperativa, o que fez cair seu índice de entrada para 30.769%.

Fica evidenciado o caso da COMARU mantendo relação apenas com um ator, o SINTRALJ, mas com quatro atores declarando que mantêm vínculos com a cooperativa da Vila São Francisco do Iratapuru. Isso explica a sua última posição.

Pode-se dizer que a rede da ASTEX/CA tem muitas relações uma vez que a média de conectividade, tanto de entrada como de saída, registra o número de 77.473% e a associação registra índices bem acima delas. A COMARU registra médias de 7.692% para relações de saída, e 30.769 para as relações de entrada. Isso confirma dois fatos: 1) que a ASTEX/CA, enquanto associação rural tem conseguido cumprir, ainda que parcialmente, com as suas finalidades estatutárias de acordo com as estratégias que estabeleceu para sua rede ego-centrada, e 2) que a COMARU está distante das três outras organizações agroextrativistas pesquisadas.

Tem-se, portanto, na rede da ASTEX/CA uma quantidade reduzida de participantes, que se baseia ora em relações tensas com pressões sobre as organizações externas, principalmente as públicas, ora com relações semiclientelistas onde o principal bem em jogo se manifesta em períodos de eleição. Estes podem se referir tanto às eleições para a diretoria da ASTEX/CA, como para a escolha de vereadores, prefeitos, deputados, senadores ou governadores. As relações de confiança são instrumentais, porém o suficiente para o atendimento de demandas sociais das comunidades do alto Cajarí, via associação.

Em relação ao segundo indicador, o grau de intermediação da rede da ASTEX/CA registra os seguintes índices conforme a tabela 7 abaixo.

Tabela 7 - Grau de Intermediação dos atores da Rede da ASTEX/CA

1	2	3	4
Num.	Org.	Betweenness	NBetweenness
13	SINTRA LJ	14.042	9.001
1	ASTEX/CA	8222	5.271
12	SEAF	5.369	3.615
3	CNS AP	4.556	2.920
6	FETAGRI	3.086	1.978
10	MDA AP	1.972	1.264
11	PMMGZ	0.894	0.573
14	COMAJA	0.625	0.401
2	ASTEX/MA	0.589	0.377
9	INCRA AP	0.569	0.365
8	ICMBIO	0.347	0.223
7	CNPT	0.347	0.223
5	COOPERALCA	0.111	0.071
4	COMARU	0.000	0.000
ESTATISTICAS DESCRITIVAS			
1	Média	2.929	1.877
2	Mínimo	0.000	0.000
3	Máximo	14.042	9.001

Fonte: Adalberto C. Ribeiro (2008)

Conforme a tabela acima o ator “ponte” mais interessante nessa rede é o SINTRA/LJ. A coluna 3 – *Betweenness* mostra que a ASTEX/CA registra a pontuação de 8.222 com o percentual de 5.271%. Dessa forma, a segunda melhor organização na rede da ASTEX/CA que tem o caminho mais curto para se chegar aos demais atores é a própria associação. Há possibilidades de por seu intermédio passar muitas informações da rede, e assim há possibilidade da ASTEX/CA controlar tais informações. Sua capacidade de intermediação é muito boa. A Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Amapá –FETAGRI, SEAF/AP e CNS/AP aparecem em terceiro, quarto e quinto lugar, respectivamente.

Chama atenção o caso da COOPERALCA que mesmo sendo uma organização agroextrativista vinculada ao alto Cajarí registra apenas o 13º lugar estando inclusive bem abaixo da média que é de 1.877%. Ocorre, que cooperativa e associação não costumam trabalhar juntas ficando a primeira tentando cumprir com os objetivos comerciais e a segunda com os sociais.

Abaixo, com a tabela 8, demonstra-se o terceiro indicador para análise da estrutura da rede da ASTEX/CA, o grau de proximidade.

Tabela 8 - Grau de proximidade dos atores da Rede Social da ASTEX/CA

1	2	3	4	5	6
Posição	Org.	inFarness	outFarness	InCloseness	OutCloseness
1	ASTEX CA	14.000	13.000	92.857	100.000
12	SEAF	14.000	14.000	92.857	92.857
3	CNS AP	14.000	14.000	92.857	92.857
11	PMMGZ	14.000	17.000	92.857	76.471
8	ICMBIO	14.000	17.000	92.857	76.471
7	CNPT	14.000	17.000	92.857	76.471
10	MDA AP	14.000	15.000	92.857	86.667
6	FETAGRI	15.000	15.000	86.667	86.667
9	INCRA AP	15.000	17.000	86.667	76.471
5	COOPERALCA	15.000	18.000	86.667	72.222
2	ASTEX MA	18.000	15.000	72.222	86.667
13	SINTRA LJ	18.000	13.000	72.222	100.000
4	COMARU	22.000	25.000	59.091	52.000
14	COMAJA	22.000	13.000	59.091	100.000
ESTATISTICAS DESCRITIVAS					
1	Média	15.929	15.929	83.759	83.987
2	Mínimo	14.000	13.000	59.091	52.000
3	Máximo	22.000	25.000	92.857	100.000

Fonte: Adalberto C. Ribeiro (2008)

A tabela acima revela 7 dos 14 atores presentes na rede da ASTEX/CA com índices iguais (coluna 5), sendo o melhor posicionado a própria associação do alto Cajarí. Isso configura uma rede bem conectada e demonstra que a informação pode está disseminada em metade dos atores, o que indica que para se acessar alguma informação privilegiada qualquer ator constante da primeira metade da tabela acima pode dispor dessa informação. A ASTEX/CA é o ator com melhor capacidade para chegar a todos os outros sem depender de intermediários. Isto revela a objetividade da associação quando estabelece suas relações sociais.

Confirma-se novamente a relevante posição do CNS/AP, mas surge um ator que, de fato, tem peso na rede ora analisada que é o Instituto Chico Mendes da Biodiversidade – ICMBIO/AP, em 5º lugar. Nem poderia ser diferente em razão de que o ICMBIO/AP é o responsável técnico pelo gerenciamento da RESEX Cajarí.

Finalmente, a rede social ego-centrada da ASTEX/CA demonstra que, nem sempre, uma quantidade maior de contato com outros atores leva ao cumprimento das finalidades de determinada organização. Muitas vezes, estreitar laços com poucos atores, com perfil adequado para atender demandas sociais da região, pode ser mais eficiente que estabelecer relações com um conjunto maior. Contudo, para o bem ou para o mal, no caso da rede da ASTEX/CA ficaram

evidenciadas relações de carácter semiclientelista, com troca de favores políticos, de um lado e de outro. Não obstante, foi detectado, nos aspectos sociais, um conjunto de conquistas coletivas já ocorridas e outras em andamento, em particular, atualmente, para o quadro habitacional.

A rede social da ASTEX/CA, apesar de ser uma rede densa com 77.47% de grau de centralidade, é a menor das 4 organizações agroextrativistas pesquisadas, registrando poucos atores e, no geral, poucos vínculos, apenas 141. Todavia, nem por isso, as possibilidades de conquistas coletivas ficaram subtraídas ou diminuídas. A ASTEX/CA se articula muito bem, principalmente com poucos atores governamentais, e se relaciona menos e com menos intensidade com atores vinculados à sociedade civil.

6.1.3 A rede social da COOPERALCA e suas conexões

A terceira rede social a ser analisada é da organização agroextrativista COOPERALCA. Sua rede social ego-centrada está estruturada conforme o diagrama 5.

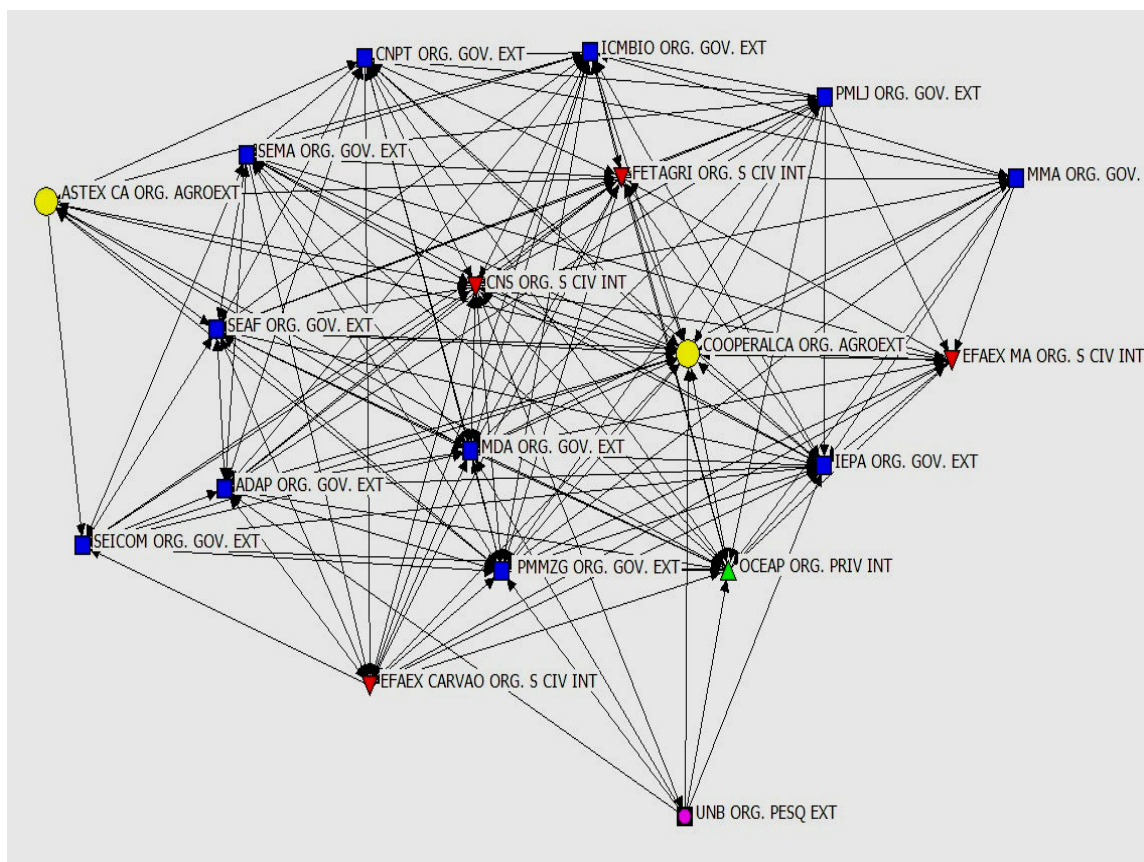


Diagrama 5 - Sociograma - Rede Social da COOPERALCA

Fonte: UCINET Analytic Technologies (2005). Adaptado pelo autor

O sociograma acima indica a existência de 19 (dezenove) atores na rede com 226 (duzentos e vinte e seis) relações estabelecidas, entre unilaterais e bilaterais, de 342 possíveis. Pode-se dizer que se trata de uma rede com boa conectividade, pois ela se constitui em 66,08% do total. Verifica-se a presença de 2 organizações agroextrativistas, na cor amarela; 1 da iniciativa privada – Organização das Cooperativas do Brasil - OCEAP, na cor verde; 1 organização de pesquisa – UnB, na cor vinho; 4 organizações consideradas da sociedade civil, em vermelho; e chama atenção o número expressivo de 11 organizações vinculadas a governos, na cor azul, destacando-se a presença do Ministério do Meio Ambiente – MMA. As demais estão no âmbito estadual.

A rede social da COOPERALCA mostra a ausência das outras cooperativas da região – COMAJA e COMARU, bem como sua completa dependência dos organismos governamentais das três esferas públicas, que representam 57,89% do conjunto de atores. Por outro lado, estão presentes

organizações da sociedade civil, mas ausente o SINTRA/LJ (uma das organizações centrais das outras redes).

A única organização vinculada à iniciativa privada – OCEAP, não tem caráter empresarial senão de assessoria para matérias de natureza cooperativista. A Universidade de Brasília – UnB, consta da rede porque tem realizado pesquisas sobre cooperativismo no sul do Estado do Amapá, portanto, não se trata de um ator que contribua significativamente com a rede ego-centrada da COOPERALCA.

Fica claro para o caso da cooperativa do alto Cajarí que sua estratégia por meio das relações, é buscar no poder público todas saídas possíveis para cumprir com as finalidades da organização, o que parece ser mais difícil porque a COOPERALCA tem obrigações muito mais de caráter comercial e empreendedor do que social. Os dois órgãos públicos mais afeitos aos objetivos da cooperativa são a Agência de Desenvolvimento do Amapá – ADAP, com quem tem realizado pequenas parcerias⁹⁷ e a SEICOM, mas esta tem se mantido distante nas relações com a cooperativa porque tem outras prioridades.

Também chama atenção o distanciamento com a ASTEX/CA que mesmo sendo uma importante organização agroextrativista do alto Cajarí não tem grande participação na rede da COOPERALCA. Aqui, se revelam possivelmente as disputas e rivalidades entre lideranças rurais, o que ocasiona algo do tipo “cada um cuida do que é seu”.

A rede social da COOPERALCA tem uma diversidade de participantes pouco relevantes aparentemente, mas que poderiam ajudar a incrementar a cooperativa. Além da presença do MMA, tem duas instituições de pesquisa, uma Secretaria de Estado da Indústria e Comércio e uma organização da iniciativa privada que lida com assessorias e consultorias para o cooperativismo.

Em relação ao tamanho, trata-se de uma rede social com 19 atores, abarcando organizações locais estaduais, tanto públicas quanto representantes da sociedade civil, mas com a presença de um ator externo que é o MMA. A institucionalização de normas de decisão para esta rede praticamente inexistente devido todas as dificuldades que a COOPERALCA atravessa desde a sua fundação em 2001. Por causa disso, os níveis de confiança na cooperativa, para as transações comerciais, ficam completamente afetados pelas dificuldades que ela

⁹⁷ No ano de 2008 a única injeção de capital realizada na COOPERALCA adveio de projeto realizado junto a ADAP para a aquisição de processamento de 300 hectolitros de castanha-do-brasil.

tem de arremeter a produção de castanha-do-brasil dos seus próprios cooperados. Estes têm preferido comercializar com os pequenos patrões⁹⁸ reforçando o sistema local das atuais formas de aviação.

Verificando-se as medidas de centralidade tem-se, quanto ao grau de centralidade dos atores da rede social da COOPERALCA, a tabela 9.

Tabela 9 - Grau de centralidade dos atores da Rede Social da COOPERALCA

1	2	3	4	5	6
Posição	Org.	OutDegree	InDegree	NrmOutDeg	NrmInDeg
1	COOPERALCA	18.000	12.000	100.000	66.667
5	OCEAP	18.000	5.000	100.000	27.778
13	PMMZG	17.000	12.000	94.444	66.667
17	MDA	17.000	15.000	94.444	83.333
18	CNS	17.000	17.000	94.444	94.444
9	IEPA	16.000	14.000	88.889	77.778
10	SEAF	15.000	15.000	83.333	83.333
7	FETAGRI	14.000	14.000	77.778	77.778
6	ADAP	13.000	13.000	72.222	72.222
15	ICMBIO	12.000	14.000	66.667	77.778
14	CNPT	12.000	14.000	66.667	77.778
12	EFAEX CARV	10.000	11.000	55.556	44.444
8	SEICOM	10.000	8.000	55.556	44.444
19	EFAEX MA	10.000	9.000	55.556	50.000
16	SEMA	9.000	13.000	50.000	72.222
4	ASTEX CA	8.000	10.000	44.444	55.556
11	PMLJ	5.000	13.000	27.778	72.222
2	MMA	4.000	10.000	22.222	55.556
3	UNB	1.000	7.000	5.556	38.889
ESTATISTICAS DESCRITIVAS					
1	Média	11.895	11.895	66.082	66.082
2	Soma	226.000	226.000	1255.556	1255.556
3	Mínimo	1.000	5.000	5.556	27.778
4	Máximo	18.000	17.000	100.000	94.444

Fonte: Adalberto C. Ribeiro (2008)

A tabela acima demonstra que a COOPERALCA apresenta relações de saída com os demais 18 atores (coluna 3). Contudo, somente 12 disseram (coluna 4) que tem relações com a cooperativa, o que lhe tira prestígio. Neste caso, se verifica que a cooperativa está buscando relações, sobretudo com os atores governamentais, mas não encontra da parte destes a mesma intensidade ou a devida atenção.

⁹⁸ Não sem razão. Sem capital de giro a COOPERALCA depende de agentes externos para funcionar. Os chefes das unidades familiares não têm a mínima certeza se a cooperativa vai operar ou não. Isto é, a COOPERALCA ainda não se estabeleceu enquanto empreendimento.

Fica evidente o distanciamento da ASTEX/CA porque esta se relaciona com bem menos atores do que a COOPERALCA. Também se nota a distância da SEICOM e novamente o papel relevante do CNS/AP. Devido à natureza do Conselho dos Seringueiros no Amapá e suas relações com o restante do país, ele é constantemente procurado pelas organizações de caráter agroextrativista do Estado. No caso das relações com a COOPERALCA foi o ator fundamental para estabelecer a “ponte” entre a cooperativa e o Ministério do Meio Ambiente – MMA, o que resultou em parceria concretizada por meio de convênio para a aquisição de um novo trator para a COOPERALCA no ano de 2005.

A rede acima confirma as sérias dificuldades que tem a cooperativa para cumprir com as suas finalidades estatutárias revelando a ausência de organizações externas vinculadas à iniciativa privada. Resta-lhe, assim, buscar soluções no poder público local que, no final das contas, também não tem demonstrado capacidade para alavancar a representativa economia da castanha-do-brasil no sul do Estado do Amapá. Nem mesmo nos tempos do PDSA.

O segundo indicador, o grau de intermediação, confirma as posições privilegiadas de alguns atores presentes também nas redes anteriormente analisadas. De acordo com a tabela 10, abaixo fica demonstrado a possibilidade que cada ator tem de intermediar outras relações ou de controlar processos de comunicação.

Tabela 10 - Grau de Intermediação dos atores da Rede Social da COOPERALCA

1	2	3	4
Posição	Org.	Betwenness	nBetwenness
18	CNS	32.344	4.397
1	COOPERALCA	13.455	4.397
17	MDA	11.409	3.728
9	IEPA	8.898	2.908
13	PMMZG	8.879	2.902
10	SEAF	7.839	2.562
7	FETAGRI	6.278	2.052
16	SEMA	5.539	1.810
14	CNPT	4.800	1.569
15	ICMBIO	4.800	1.569
6	ADAP	4.212	1.376
5	OCEAP	3.087	1.009
8	SEICOM	1.592	0.520
12	EFAEX CARV	1.303	0.426
11	PMLJ	0.914	0.299
19	EFAEX MA	0.761	0.249
4	ASTEX CA	0.577	0.188
2	MMA	0.313	0.102
3	UNB	0.000	0.000
ESTATISTICAS DESCRITIVAS			
1	Média	6.158	2.012
2	Mínimo	0.000	0.000
3	Máximo	32.344	10.570

Fonte: Adalberto C. Ribeiro (2008)

Os índices acima demonstram que o CNS/AP se apresenta mais uma vez como o ator ponte mais importante. Depois dele a própria cooperativa exerce uma posição relevante, o que significa que as informações têm circulado pela COOPERALCA. Mas, estas informações não têm sido suficientes para fazer a cooperativa sequer funcionar a contento.

Por outro lado, na outra ponta, ASTEX/CA, MMA e UnB são as últimas colocadas, o que significa dois fatos: 1) a ASTEX/CA não tem se interessado por assuntos que digam respeito a processos cooperativos. Ela é importante na sua própria rede, mas não repete os mesmo índices aqui. Provavelmente porque a associação tem suas próprias demandas para encaminhar; e 2) as duas instituições externas e de fora da região são as que menos tem possibilidades de intermediar processos locais.

Quanto ao grau de proximidade, o terceiro indicador analisado, revela-se conforme a tabela 11.

Tabela 11 - Grau de proximidade dos atores da Rede Social da COOPERALCA

1	2	3	4	5	6
Posição	Org.	inFarness	outFarness	InCloseness	outCloseness
18	CNS	19.000	19.000	94.737	94.737
17	MDA	21.000	19.000	85.714	94.737
10	SEAF	21.000	21.000	85.714	94.737
15	ICMBIO	22.000	24.000	81.818	75.000
7	FETAGRI	22.000	22.000	81.818	81.818
9	IEPA	22.000	20.000	81.818	90.000
14	CNPT	22.000	24.000	81.818	75.000
16	SEMA	23.000	27.000	78.261	66.667
6	ADAP	23.000	23.000	78.261	78.261
11	PMLJ	23.000	31.000	78.261	58.065
13	PMMZG	24.000	19.000	75.000	94.737
1	COOPERALC	24.000	18.000	75.000	100.000
12	EFAEX CARV	25.000	26.000	72.000	100.000
4	ASTEX CA	26.000	28.000	69.231	64.286
2	MMA	26.000	32.000	69.231	56.250
19	EFAEX MA	27.000	26.000	66.667	69.231
3	UNB	29.000	36.000	62.069	50.000
8	SEICOM	29.000	26.000	62.069	69.231
5	OCEAP	31.000	18.000	58.065	100.000
ESTADÍSTICAS DESCRITIVAS					
1	Média	24.158	24.158	75.661	77.524
2	Mínimo	19.000	18.000	58.065	50.000
3	Máximo	31.000	36.000	94.737	100.000

Fonte: Adalberto C. Ribeiro (2008)

A tabela revela por ordem de importância os atores quem tem maior proximidade para chegar aos outros. Na rede da COOPERALCA o CNS/AP é o melhor posicionado com 94.737%. Lembre-se que o indicador mais importante se refere aos números normalizados, em percentuais, identificados na coluna 5. A cooperativa é apenas a 12ª colocada. Dependendo da posição de um ator que pretenda chegar a ela será preciso utilizar intermediários, ou seja, os atores pontes. Comprovam-se, por este indicador as dificuldades que a COOPERALCA tem em sua rede social. Seus índices estão inclusive, abaixo da média. Ela está em busca de vários relacionamentos, dos “parceiros”, mas a parceria não tem sido do interesse dos demais atores, ou pelo menos, o tipo de parceria proposta.

Também chama atenção o caso da única instituição vinculada à iniciativa privada, a OCEAP, porque ela é a organização com maior dificuldade de se acessar ocupando a 19ª posição. Embora a OCEAP declare se relacionar com todos na rede, isto é, o grau de saída das suas relações tem o número máximo com 18 atores, o inverso não ocorreu, o que dificulta muito o acesso a ela.

O caso da Prefeitura Municipal de Laranjal do Jarí é no mínimo curioso porque se trata de uma organização pública importante para a região sul do Estado do Amapá. Mas, das 4 redes das organizações agroextrativistas pesquisadas, ela só consta na rede da COOPERALCA e ainda assim, de um modo geral, com pouca expressão, talvez porque a cooperativa fique localizada na comunidade de Santa Clara que pertence ao município de Mazagão. Por outro lado, talvez por que a PMLJ não tem se ocupado das causas cooperativistas dos castanheiros.

Finalmente, pode-se dizer que a rede social da COOPERALCA demonstra que ela está configurada sobre organizações públicas externas do âmbito estadual. Conta com menos participação de organizações da sociedade civil, mas tem no CNS/AP um importante parceiro. Devido ao perfil das organizações públicas com as quais busca se relacionar tentando cumprir com os objetivos empreendedores, tem tido quase nenhum sucesso, até porque a SEICOM, por exemplo, não tem se interessado pelo agroextrativismo. Por outro lado, a COOPERALCA se localiza dentro de uma reserva federal. É possível que isto seja um fator limitante para o apoio de atores públicos locais. Seu produto, a castanha seca com casca, modalidade *dry*, também parece ter muitas peculiaridades para entrar no mercado. Por tudo isso, a cooperativa tem muitas dificuldades de acessar mercados e desde a sua fundação, em 2001, tem sido completamente dependente de recursos externos para poder entrar em funcionamento.

6.1.4 A rede social da COMARU e suas conexões

A rede social da COMARU revela aspectos completamente diferentes das demais organizações agroextrativistas analisadas até o momento. São 15 atores ao todo com 122 relações estabelecidas de um total possível de 210. O percentual das relações estabelecidas representa 58,09% do universo máximo, o menor índice se comparado com as demais redes.

Nesta rede, são 7 (sete) organizações sociais vinculadas a iniciativa privada – em cor verde, todas externas, sendo 2 de âmbito estadual – a agência do Banco da Amazônia do município de Santana/AP e o SEBRAE/AP, e 5 de fora do Estado do Amapá – IMAFLORA, FSC BRASIL, COGNIS, NATURA e COOP, esta última empresa de consultoria contratada pela COMARU para a procura de novos mercados e para assistência a cooperativa. Este grupo representa 46,66% das

relações de toda a rede, sem contar com a Fundação ORSA. O diagrama 6 mostra uma rede social muito peculiar em relação ao quadro geral constante da região sul do Estado do Amapá.

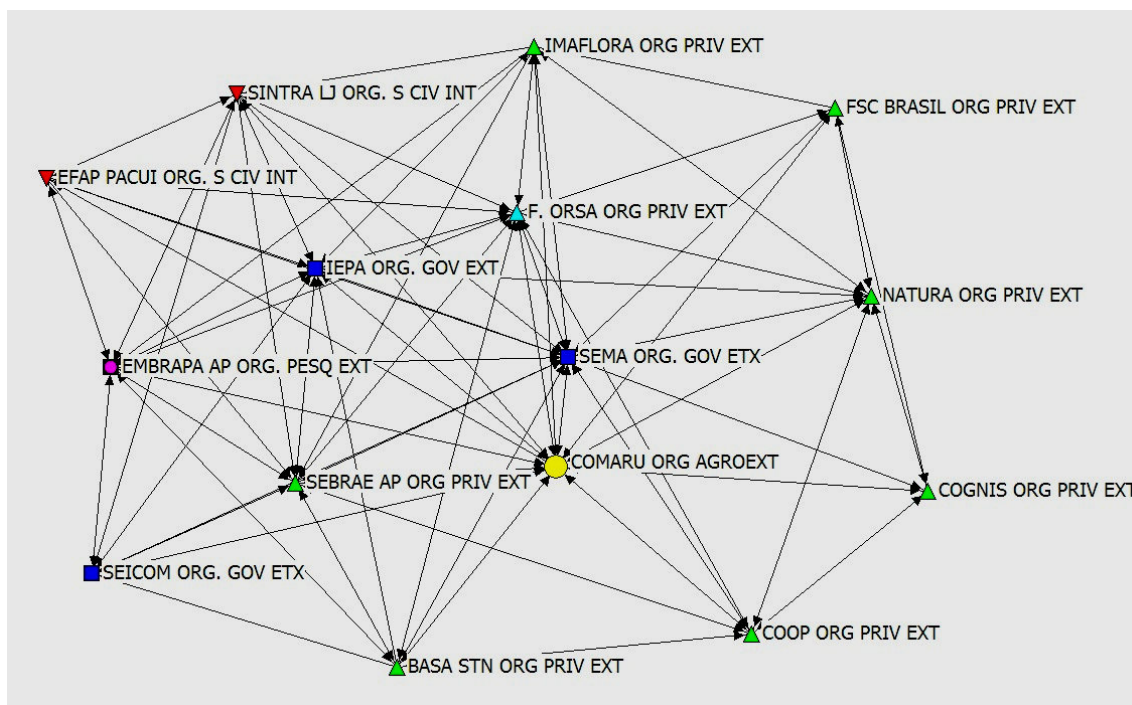


Diagrama 6 - Sociograma – Rede Social da COMARU

Fonte: Adalberto C. Ribeiro (2008)

O sociograma mostra a presença de apenas 2 organizações da sociedade civil com destaque para o SINTRA/LJ. Nota-se um ator vinculado ao terceiro setor – Fundação ORSA, em cor azul celeste. O CNS/AP está fora da rede da COMARU. Não há na rede nenhuma outra organização agroextrativista além da própria COMARU. Além disso, a presença de organizações vinculadas a governo pode ser considerada modesta com apenas 3 atores vinculados a órgãos públicos, todos estaduais: SEMA, SEICOM e IEPA.

A presença de atores públicos representa apenas 20% do total de atores da rede, enquanto que a presença de atores vinculados à iniciativa privada é 53.33% se for considerada a presença da Fundação ORSA.

A grande qualidade dessa rede é que ela está vinculada a muitos atores da iniciativa privada, sendo a maioria de fora do Estado do Amapá. Não obstante, esses atores fazem parte de um mesmo grupo e objetivo. Eles se vinculam a COMARU por causa do contrato de fornecimento de óleo de castanha entre a

cooperativa e a empresa de cosmético. Todo o agrupamento fica condensado em ações voltadas para atender os requisitos da relação comercial entre COMARU e NATURA, fazendo a rede perder a aparente força que tem. Noutras palavras, se a empresa de cosméticos sair da rede, sérias dificuldades passará a ter o empreendimento da Vila São Francisco do Iratapuru.

Contudo, a estratégia da COMARU se revela importante para um empreendimento com as suas características: contratou empresa de consultoria e assessoria – COOP, conta com a ajuda e apoio de uma fundação sem fins lucrativos – Fundação ORSA, realizou contratos com agência bancária – BASA/STN, tem relações com a EMBRAPA/AP, e principalmente se escora no grupo de atores privados garantidores da compra do óleo da castanha-do-brasil. O foco da cooperativa está realmente no quesito relações comerciais.

O sociograma da rede social ora analisada mostra COMARU e SEMA como sendo os atores mais bem posicionados. Assim é porque em se tratando de uma RDS o papel da Secretaria de Meio Ambiente se torna muito importante. Por outro lado, ao contrário das duas áreas protegidas vinculadas as organizações anteriores e localizadas as margens da BR-156, a RDS dista 45 km do município de Laranjal do Jarí. Geralmente, a entrada na comunidade carece de autorização prévia emitida pela SEMA em Macapá ou por seu técnico residente em Laranjal do Jarí e responsável por ações referentes a reserva. Esse “isolamento” geográfico da RDS permite a SEMA controlar e saber quem visita a Vila São Francisco do Iratapuru, porta de entrada da RDS.

A rede, embora em tamanho não seja tão grande, se apresenta com uma diversidade de participante maior que as anteriores. Ela contém a presença de agência bancária e organização do terceiro setor, além do SEBRAE, de empresa de cosméticos, empresa de certificação florestal, organização de pesquisa e desenvolvimento – EMBRAPA/AP, representantes da sociedade civil e atores vinculados a órgãos públicos estaduais.

Em tamanho é a terceira rede social, menor que as redes da ASTEX/MA e COOPERALCA sendo maior apenas que a rede da ASTEX/CA. Mas seu raio geográfico é significativo. É a única que atinge atores externos e mercados de subprodutos do PFMN castanha.

Desde 2004 reiterados contratos para entrega do subproduto óleo têm sido assinados com a NATURA. Isto dá a rede, e a COMARU, a capacidade de

institucionalizar normas de decisão, formais, por meio de termos cartoriais e contratuais com a entrega das quantidades comercializadas. As próprias unidades familiares associadas à cooperativa precisam cumprir regras decorrentes da certificação dos castanhais advindas das relações com o IMAFLORA. Por exemplo: pessoas de fora da comunidade do Iratapuru contratadas para a coleta da castanha-do-brasil devem necessariamente assinar contratos no âmbito do SINTRA/LJ com as unidades familiares contratantes. A rede, portanto, tem um arranjo muito mais complexo que as outras.

Os três indicadores de centralidade confirmam que na rede ego-centrada da COMARU ela exerce de fato uma posição central. O indicador grau de centralidade revelado pela tabela 12 abaixo mostra a situação.

Tabela 12 - Grau de centralidade dos atores da Rede Social da COMARU

1	2	3	4	5	6
Posição	Org.	OutDegree	InDegree	NrmOutDeg	NrmInDeg
1	COMARU	14.000	13.000	100.000	92.857
13	F. ORSA	12.000	12.000	85.714	85.714
8	SEMA	11.000	13.000	78.571	92.857
4	IEPA	10.000	11.000	71.429	78.571
10	EMBRAPA	9.000	9.000	64.286	64.286
9	SINTRA LJ	8.000	6.000	57.143	42.857
6	NATURA	8.000	8.000	57.143	57.143
5	IMAFLORA	8.000	6.000	57.143	42.857
11	BASA STN	8.000	5.000	57.143	35.714
12	SEBRAE AP	7.000	7.000	50.000	50.000
15	COOP	7.000	7.000	50.000	50.000
14	FSC BRASIL	6.000	4.000	42.857	28.571
3	EFAP PACUI	6.000	5.000	42.857	35.714
7	SEICOM	5.000	7.000	35.714	50.000
2	COGNIS	3.000	5.000	21.429	35.714
ESTATISTICAS DESCRITIVAS					
1	Média	8.133	8.133	58.095	58.095
2	Soma	122.000	122.000	871.429	871.429
3	Mínimo	3.000	4.000	21.429	28.571
4	Máximo	14.000	13.000	100.000	92.857

Fonte: Adalberto C. Ribeiro (2008)

Pela tabela acima a COMARU é o principal ator tanto em relações de saída como em relações de entrada (colunas 5 e 6), com índices em 100% e 92.857%, respectivamente, estando bem acima da média que é de 58.095%.

Chama atenção à posição da Fundação ORSA em 2º lugar, muito bem relacionada. Em seguida vem a SEMA, IEPA e EMBRAPA, o que significa que a RDS – I e a COMARU tem interessado aos órgãos de pesquisa do Estado do Amapá. Por outro lado, a posição da SEICOM em 14º lugar, abaixo da média, corrobora que a Secretaria de Indústria e Comércio do Estado do Amapá tem realmente estado longe das ações empreendedoras referentes ao agroextrativismo, mesmo sendo a RDS – I de jurisdição estadual. O SINTRA/LJ exerce apenas a 6ª posição, o que revela que a rede não se utiliza de pressões de atores vinculados à sociedade civil.

Com relação ao segundo indicador, a COMARU continua sendo a primeira colocada na rede com pontuação de 14.969 (coluna 4). A SEMA vem em seguida com 8.751 e logo depois a Fundação ORSA. A SEICOM aparece em 14º lugar. Isso significa que COMARU e SEMA têm acesso às informações que circulam na rede, bem como elas são os melhores atores ponte para se chegar a todos os demais. Por outro lado, quem tem menos informações sobre o que ocorre com as ações empreendedoras da cooperativa é a SEICOM, assim como a Escola Família Agrícola do Pacui – EFAP/PACUI. Mas, este último ator foi o único citado pela COMARU que declarou não se relacionar com a cooperativa. A tabela 13 abaixo explicita melhor os índices de intermediação de todos os atores.

Tabela 13 - Grau de Intermediação dos atores da Rede Social da COMARU

1	2	3	4
Posição	Org.	Betweenness	nBetweenness
1	COMARU	27.243	14.969
8	SEMA	15.926	8.751
13	F. ORSA	14.950	8.214
4	IEPA	8.043	4.419
6	NATURA	5.000	2.747
12	SEBRAE AP	4.426	2.432
10	EMBRAPA AP	4.310	2.368
15	COOP	3.633	1.996
5	IMAFLOA	1.850	1.016
11	BASA STN	1.176	0.646
9	SINTRA LJ	0.876	0.481
14	FSC BRASIL	0.200	0.110
2	COGNIS	0.200	0.110
7	SEICOM	0.167	0.092
3	EFAP PACUI	0.000	0.000
ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS			
1	Média	5.867	3.223
2	Mínimo	0.000	0.000
3	Máximo	27.243	14.969

Fonte: Adalberto C. Ribeiro (2008)

Na tabela acima também chama atenção a posição do SINTRA/LJ em 11º lugar. O fato pode ser explicado porque nesta rede específica o papel do SINTRA/LJ não é de representar os agricultores da Vila São Francisco do Iratapuru. Ele é um órgão fiscalizador e garantidor de relações contratuais entre peões contratados em Laranjal do Jarí para trabalhos temporários nos castanhais do alto Iratapuru em épocas de coletas. Também fica evidente a distância da COMARU de atores vinculados à sociedade civil e a movimentos sociais.

Quanto ao grau de proximidade, isto é, a capacidade dos atores da rede social da COMARU chegar aos demais, a tabela 14 abaixo mostra.

Tabela 14 - Grau de proximidade dos atores da Rede Social da COMARU

1	2	3	4	5	6
Posição	Org.	inFarness	outFarness	inClosene%	outClosen%
1	COMARU	15.000	14.000	93.333	100.000
8	SEMA	15.000	17.000	93.333	82.353
13	F. ORSA	16.000	16.000	87.500	87.500
4	IEPA	17.000	18.000	82.353	77.778
12	SEBRAE AP	17.000	18.000	82.353	77.778
10	EMBRAPA AP	19.000	19.000	73.684	73.684
6	NATURA	20.000	20.000	70.000	70.000
15	COOP	21.000	21.000	66.667	66.667
7	SEICOM	21.000	23.000	66.667	60.870
9	SINTRA LJ	22.000	20.000	63.636	70.000
5	IMAFLOA	22.000	20.000	63.636	70.000
11	BASA STN	23.000	20.000	60.870	70.000
3	EFAP PACUI	23.000	22.000	60.870	63.636
2	COGNIS	23.000	25.000	60.870	56.000
14	FSC BRASIL	24.000	22.000	58.333	63.636
ESTATISTICAS DESCRITIVAS					
1	Média	19.867	19.867	72.274	71.919
2	Mínimo	15.000	14.000	58.333	56.000
3	Máximo	24.000	25.000	93.333	100.000

Fonte: Adalberto C. Ribeiro (2008)

COMARU e SEMA são novamente as duas organizações melhores situadas em 1º e 2º lugares, respectivamente, com média de 93.333% no grau de proximidade de entrada de acordo com a coluna 5. Ficam bem acima da média que é de 72.274%. Elas não dependem de nenhum dos outros atores para chegar aos demais exatamente porque estão mais próximas de todos eles, considerando-se o conjunto da rede.

Deve-se notar que o papel do SINTRA/LJ na rede da COMARU é mais de um prestador de serviço do que necessariamente de uma organização sindical. Isso ocorre principalmente pelo fato de que as unidades familiares vinculadas a Vila São Francisco do Iratapuru se especializaram no extrativismo da castanha-do-brasil e suas ocupações na agricultura são mínimas. Até mesmo a produção para a subsistência da própria unidade familiar tem sido deixada de lado ultimamente. Uma das explicações é a própria existência da COMARU que ocupa no verão boa parte do tempo das famílias quando gera ocupações econômicas e renda, ainda que temporárias, por causa do processamento e transformação da castanha-do-brasil em óleo.

Finalizando a análise da rede social da COMARU, pode-se afirmar que a cooperativa tem traçado estratégias com o foco para fora do Estado do Amapá. Como a cooperativa passou a ter, a partir de 2003, cada vez menos apoio financeiro do governo do Estado do Amapá, a mesma encontrou na relação com a NATURA a sua principal parceria. Se por um lado, a rede social da COMARU se conecta para fora do Estado, com base em “laços fracos” que podem dinamizar cada vez mais sua rede possibilitando saltos e acesso para outros atores ligados ao mercado de subprodutos da castanha-do-brasil, por outro, no momento, a cooperativa é completamente dependente dessa relação. Em outras palavras, ainda não se pode afirmar categoricamente que a COMARU esteja completamente estabelecida no mercado da castanha-do-brasil. Faltam-lhe, sobretudo, novos e outros compradores.

Sendo assim, a rede social da COMARU é a que contém menos atores, menos quantidade de vínculos, mas nem por isso a COMARU deixou de realizar várias conquistas coletivas. Ela se articula preferencialmente com atores da iniciativa privada, de fora do Estado do Amapá. Suas relações com atores vinculados à sociedade civil são de natureza secundária e com os atores vinculados ao governo estadual se dá no sentido da viabilização das relações comerciais que mantém com a NATURA.

6.1.5 Comparando as redes sociais das organizações agroextrativistas

Diante do exposto é possível comparar as 4 redes sociais analisadas. Utilizar-se-á como critério, comparações entre as duas associações pela suas naturezas estatutárias, bem como entre as cooperativas pela mesma razão, isto é, as primeiras investidas de causas sociais e as segundas de causas comerciais.

Além das razões estruturais, razões de trajetória histórica podem explicar as diferenças marcantes entre as configurações de cada rede social das 4 organizações agroextrativistas pesquisadas.

ASTEX/MA e ASTEX/CA

Tanto a ASTEX/MA quanto a ASTEX/CA foram criadas no ano de 1991 com o estímulo de agentes externos, em especial das ONGs ambientalistas, no bojo das demandas socioambientais que se espalhavam pela Amazônia. Contudo, a

ASTEX/CA se estabeleceu como a associação que mais se fortaleceu politicamente e que tem até hoje, na sua memória histórica, de modo muito presente a “luta pela terra” contra a inimiga Jarí. No Assentamento Maracá, apesar da participação de lideranças e comunidades para a criação da área, não existiu a mesma intensidade que ocorreu no alto Cajari de tal modo que é possível afirmar que a memória da ASTEX/MA é mais fraca.

A ASTEX/MA tem como co-gestor público responsável pela área o INCRA, órgão com pouca tradição em soluções fundiárias com preocupações ambientais. Por outro lado, o CNS/AP, talvez por se tratar de assentamento, ficou algumas vezes, distante da associação, ao mesmo tempo em que foi pouco acionado por ela.

A ASTEX/CA tem como co-gestor o IBAMA e hoje, especificamente, o recém-criado Instituto Chico Mendes para a Biodiversidade - ICMBIO, o que demonstra que houve paulatinamente uma preocupação do Ministério do Meio Ambiente em considerar os problemas socioambientais das reservas extrativistas. Por outro lado, o CNS/AP, até pelo *status* de reserva extrativista que a área adquiriu, sempre deu grande atenção a ela e aos seus problemas, de tal modo, que influenciou sobremaneira na formação e organização política das comunidades.

Nas duas áreas, as associações são objetos de disputas pelas lideranças. No Assentamento Maracá houve desvios de recursos públicos devidamente comprovados, bem como assinaturas de contratos com madeireiros externos, o que levou a expulsão do diretor presidente que se encontrava no exercício da terceira legislatura consecutiva. De 2006 para cá uma nova diretoria foi eleita, mas com o diretor presidente enfrentando todas as dificuldades deixadas. Ele tem mais de cinquenta anos de idade e níveis mínimos de escolaridade. Não há conselho deliberativo no âmbito do INCRA/AP para discutir os problemas do Assentamento Maracá.

Na Reserva Cajari, o atual diretor presidente exerce o terceiro mandato consecutivo, concluiu o nível médio e tem menos de 40 anos de idade. Essa liderança acompanhou todas as fases de execução do Projeto RESEX. Como o processo se deu marcado por discussões no âmbito do conselho deliberativo da RESEX, com o CNS/AP intermediando muitas ações, a diretoria da ASTEX/CA, como um todo, acumulou muitas experiências e processos de aprendizagens.

As diferenças de formação das lideranças, bem como de modelos de parcerias implementados nas duas áreas (com a ASTEX/MA a tendência das ONGs e governos foi sempre tratar a associação como uma organização passiva e de forma paternalista; com a ASTEX/CA, existiram processos paternalistas, mas as lideranças das comunidades procuravam exercer papel pró-ativo para os interesses da RESEX Cajari) fez desenhar posturas diferentes que explicam o formato e a estrutura das redes sociais dessas associações analisadas nas páginas anteriores.

A rede social da ASTEX/MA com mais atores, entretanto, que a prestigiam menos, com relações clientelistas, demonstra que o capital social existente nessa rede não tem sido suficiente para proporcionar melhores condições de vida nas comunidades, muito menos das unidades familiares coletoras de castanha-do-brasil residentes na Vila Maracá e Maruin. Não há arranjo social suficiente para estimular as unidades familiares a saírem das relações de aviamento com os comerciantes estabelecidos na Vila Maracá.

A tentativa recente por meio da criação de associação de castanheiros, fundada em meados de 2007, enfrenta todas as dificuldades e não realizou nenhuma ação concreta ainda, salvo fazer parte de comissões que organizam o Festival da Castanha. Na rede ego-centrada da ASTEX/MA, ela se debate a procura de muitos atores públicos, com pouca eficácia e postura passiva. O evento da expulsão do diretor presidente anterior afetou os níveis de confiança na associação, dentro do assentamento, bem como para fora dele. Ademais, os problemas que ficaram, inclusive dívidas financeiras elevadas, com processos correndo na esfera judicial têm desestimulado, em parte, as unidades familiares e comunidades a participarem ativamente de novos projetos comunitários que tenham como liderança a associação.

O capital social de ligação da ASTEX/MA é pouco significativo uma vez que ela está distante da ASTEX/CA e de outras organizações iguais. Não participa das demais discussões do mundo rural do Estado, embora tenha se reaproximado, ultimamente, do CNS/AP. Sofre com a falta de reconhecimento e prestígio dos atores governamentais públicos o que demonstra seu baixo capital social de ponte. Seu capital social de conexão é inexistente porque não há nenhuma relação com atores externos com características de inovar o comportamento da ASTEX/MA.

Ressalte-se que no capital social de ligação a tendência é haver laços fortes entre iguais, mas que pouco pode inovar no comportamento dos atores

porque a tendência é, com o tempo, os laços ficarem ossificados. No capital social de ponte os laços podem ser fortes ou fracos podendo ou não haver inovação, mas na estrutura da rede da ASTEX/MA isso não tem ocorrido. Já o capital social de conexão tende a realizar relações por meio de laços fracos geralmente inovando o comportamento dos atores, mas a ASTEX/MA não mantém vínculos com atores de fora do Estado do Amapá. Não obstante, a pesquisa empírica identificou muitos interesses de madeireiras de fora do Estado do Amapá sobre o Assentamento Maracá, principalmente depois que o governo federal assinou a nova concessão de uso da área pelo prazo de 30 (trinta) anos.

Por outro lado, a rede social da ASTEX/CA, com menos atores, entretanto que dão mais atenção à associação, apresenta resultados mais concretos que no Assentamento Maracá. A começar pelas relações entre INCRA/AP e ASTEX/CA que correm de maneira mais fluente na RESEX Cajarí e está, no âmbito desta, sob a administração da associação. Também as demandas por limpezas de ramais, construção de pontes, ou por motores de energia elétrica são mais rapidamente atendidas no caso das ações desta associação.

A presença do representante da Secretaria de Estado da Agricultura é muito mais notada em Água Branca do Cajarí, local sede da ASTEX/CA do que na Vila Maracá, onde também há escritório da SEAF. A presença dos agentes do ICMBIO na RESEX/CA também é mais forte que a presença do INCRA no assentamento. Por outro lado, as visitas das lideranças da ASTEX/CA aos órgãos públicos da capital, em especial de seu diretor presidente, são mais contundentes no sentido de resolver os problemas comunitários.

A participação em instâncias deliberativas de poder como no Conselho Deliberativo da RESEX e no Conselho de Desenvolvimento Rural do Estado do Amapá dá a ASTEX/CA maior peso e maior visibilidade política, além de haver uma postura mais crítica de seus diretores em relação aos problemas socioambientais.

A postura pró-ativa da ASTEX/CA no alto Cajarí rende relações mais fortes com órgãos públicos e tendem a criar laços clientelistas e semiclientelistas, uma vez que a liderança da associação no alto Cajarí influencia no processo político partidário em épocas de eleição.

O capital social de ligação da ASTEX/CA parece ser baixo, mas plenamente potenciador de realizar relações freqüentes com as 3 outras organizações agroextrativistas pesquisadas devido sua participação em várias

instâncias deliberativas, o que lhe confere visibilidade. O capital social de ponte da associação é significativo na medida em que a ASTEX/CA consegue acessar o CNS/AP facilmente tendo-o como parceiro na maioria dos casos. Estabelece relações com órgãos públicos do âmbito estadual acessando serviços sociais. Contudo, quanto ao capital social de conexão, para fora da região, mas com poder, dependendo do caso, de impactar as ações estruturais da associação, não se tem nenhuma relação estabelecida. Por exemplo, não há nenhuma ONG realizando parcerias de impactos com a ASTEX/CA no alto Cajari. Isto, aliás, foi apontado pelo diretor presidente como a principal dificuldade.

A comparação acima comprova 1) que as relações na estrutura da rede social da ASTEX/MA se mostram muito limitadas, com pouca cooperação e dificuldades de gestão, e 2) que a ASTEX/CA se estrutura numa rede mais cooperativa e de mais fácil gestão. Como tais redes são do tipo ego-centrada, as associações têm influência direta nos moldes de como tais estruturas se apresentam. O capital social da ASTEX/CA rende mais ao alto Cajari do que o capital social da ASTEX/MA ao Assentamento Maracá.

COOPERALCA e COMARU

Também as redes sociais das cooperativas se apresentam diferentes porque suas histórias são marcadas por trajetórias diferentes. A COMARU foi fundada em 1992 enquanto a COOPERALCA em 2001. A primeira recebeu apoio decisivo do governo do PDSA no período 1995-2002. A segunda recebe pouco apoio financeiro local, mas o Projeto RESEX garantiu a construção do prédio e a aquisição da estrutura de maquinários. As duas passaram por gestões que tiveram suas lideranças afastadas por acusações de desvios de recursos.

Na COMARU a castanha-do-brasil transformou-se em subproduto como biscoito, óleo, torta e paçoca. Na COOPERALCA a castanha é apenas secada transformando-se na modalidade *dry*. Na primeira todos os cooperados moram na Vila São Francisco do Iratapuru. Na segunda, os cooperados estão distribuídos por aproximadamente 12 comunidades do alto Cajari. As duas dependem de motores geradores de energia para funcionarem seus maquinários e cumprirem seus contratos.

Nas duas regiões existe a presença dos patrões locais que praticam as diversas formas de aviação, mas na COMARU a parceria permanente com a NATURA consegue estimular as unidades familiares a contratar com a cooperativa parte da produção da castanha-do-brasil. A COOPERALCA não tem compradores permanentes para sua produção porque não tem como garantir se vai entregar a quantidade do produto contratado. No alto Cajarí as unidades familiares, geralmente, estão com boa parte da produção vindoura já contratada com os patrões e a outra parte que sobra não pode ir para um negócio duvidoso e continua nas mãos dos mesmos compradores.

No alto Cajarí os patrões locais se profissionalizaram e as unidades familiares sentem o “ataque” deles mais de perto. Na Vila São Francisco do Itatapuru o comerciante de Laranjal do Jarí não está presente com a mesma intensidade e não houve o mesmo nível de profissionalização com intermediários.

As redes sociais dessas cooperativas têm, portanto, traços singulares. Enquanto que a COOPERALCA continua se relacionando exclusivamente com órgão de governos locais, exceção feita à ação pontual com o MMA, a COMARU de 2004 para cá se apegou à parceria com a NATURA e conectou sua rede com atores da iniciativa privada, externos, de fora do Estado do Amapá. A COOPERALCA tende a buscar o apoio das organizações sociais, em especial do CNS/AP para conseguir suprir com suas dificuldades reivindicatórias. A COMARU está afastada de organizações com este tipo de caráter e busca apoio em organização do terceiro setor, na Fundação ORSA.

A COOPERALCA participa do Conselho Deliberativo da RESEX Cajarí o que lhe proporciona relações com a ASTEX/CA, por exemplo. A COMARU, não participa do Conselho da RDS – I porque este só existe formalmente, o que faz esta cooperativa ficar ainda mais isolada das discussões regionais sobre agroextrativismo. A rede social da COOPERALCA, a exemplo das duas associações, é para dentro do Estado do Amapá. A rede social da COMARU é para fora, mas limitada à relação com um ator ou com um grupo de atores vinculados à iniciativa privada.

Evidencia-se, assim, que o capital social de ligação da COOPERALCA é limitado, porque ela é a única instituição de caráter empresarial na rede. A presença da OCEAP não tem lhe trazido grande apoio, excetuando-se a participação do CNS/AP. O capital social de ponte tem tido pouco impacto porque os

atores governamentais locais têm dificuldades para atender demandas comerciais da cooperativa, exceção feita para a ADAP. Este ator vem realizando contratos com a cooperativa, mas sem grandes efeitos para os objetivos da COOPERALCA. Já o capital social de conexão é praticamente inexistente porque não aparece nenhum ator externo, de fora do Estado do Amapá, que possa inovar os aspectos estruturantes da cooperativa. A relação com a Confederação Nacional de Abastecimento – CONAB não é permanente.

Quanto a COMARU, sua trajetória histórica lhe projetou nacionalmente ainda que como objeto de *marketing* do PDSA. Contudo, essa trajetória lhe rendeu muitos processos inovadores. O capital social de ligação desta cooperativa é praticamente inexistente uma vez que ela não se relaciona com organizações tidas como suas iguais. O capital social de ponte tem se revelado interessante e se realiza por meio dos atores governamentais locais, em especial com a SEMA e em menor termo com o SEBRAE e de maneira específica com a Fundação ORSA, em ações de apoio empresarial. O destaque da rede social da COMARU é para o capital social de conexão, significativo, onde mantém laços fracos capazes de inovar a estrutura da cooperativa. São essas relações que podem proporcionar inovações que garantam mudanças estruturais para a COMARU. Não obstante, o capital social de conexão é limitado porque se restringe ao atores que estão gravitando em torno da NATURA.

A comparação acima comprova, para as finalidades destas organizações agroextrativistas que 1) as relações na estrutura da rede social da COOPERALCA se mostram muito limitadas, com pouca cooperação e dificuldades de gestão, e 2) que a COMARU se estrutura numa rede mais cooperativa e de mais fácil gestão. Como tais redes são do tipo ego-centrada, as cooperativas têm influência direta nos moldes de como tais estruturas se apresentam. O capital social da COMARU rende mais na Vila São Francisco do Iratapuru do que o capital social da COOPERALCA no alto Cajari.

6.1.6 A rede social das 4 organizações agroextrativistas e suas conexões no âmbito da região sul do Estado do Amapá

Com base no cruzamento das informações das 4 redes ego-centradas e com outras informações complementares sobre a região foi possível elaborar o

sociograma de uma rede social geral que permitisse a presença de todos os atores anteriores verificando-se quem se relaciona com quem.

A quinta rede social, exposta no diagrama 7, revela a existência de 35 atores (da lista preliminar de 44 nomes) com 513 relações estabelecidas entre unilaterais e bilaterais, para um conjunto de 1.190 relações possíveis. Isto significa 43,10%, o que leva a considerá-la com baixa conectividade.

Na rede tem-se a presença de 1 ator do terceiro setor – a Fundação ORSA, 2 atores órgãos de pesquisa – EMBRAPA/AP e UnB, as 4 organizações agroextrativistas, 7 atores da sociedade civil, 9 vinculados à iniciativa privada e 12 atores de governos, das três esferas. Pesa, portanto, a conectividade com órgãos públicos.

O diagrama mostra uma rede social distribuída em dois grupos principais. De um lado, à direita, têm-se as 3 organizações agroextrativistas localizadas as margens da BR-156 – ASTEX/MA, COOPERALCA e ASTEX/CA. O comportamento da rede que conecta esses 3 atores é caracterizado pela forte presença de órgãos de governo e de organizações representantes da sociedade civil. Do outro lado, à esquerda, tem-se a COMARU e a rede se comportando predominantemente com a presença de atores vinculados à iniciativa privada. Para o lado direito há a participação da sociedade civil pressionando os governos pelas demandas sociais e produtivas a fim de melhorar a condição de vida das comunidades agroextrativas. Para o lado esquerdo, o papel de atores da sociedade civil é nulo, o de governos se restringe praticamente às ações da SEMA, e a participação da iniciativa privada é quem vem garantindo a existência da COMARU.

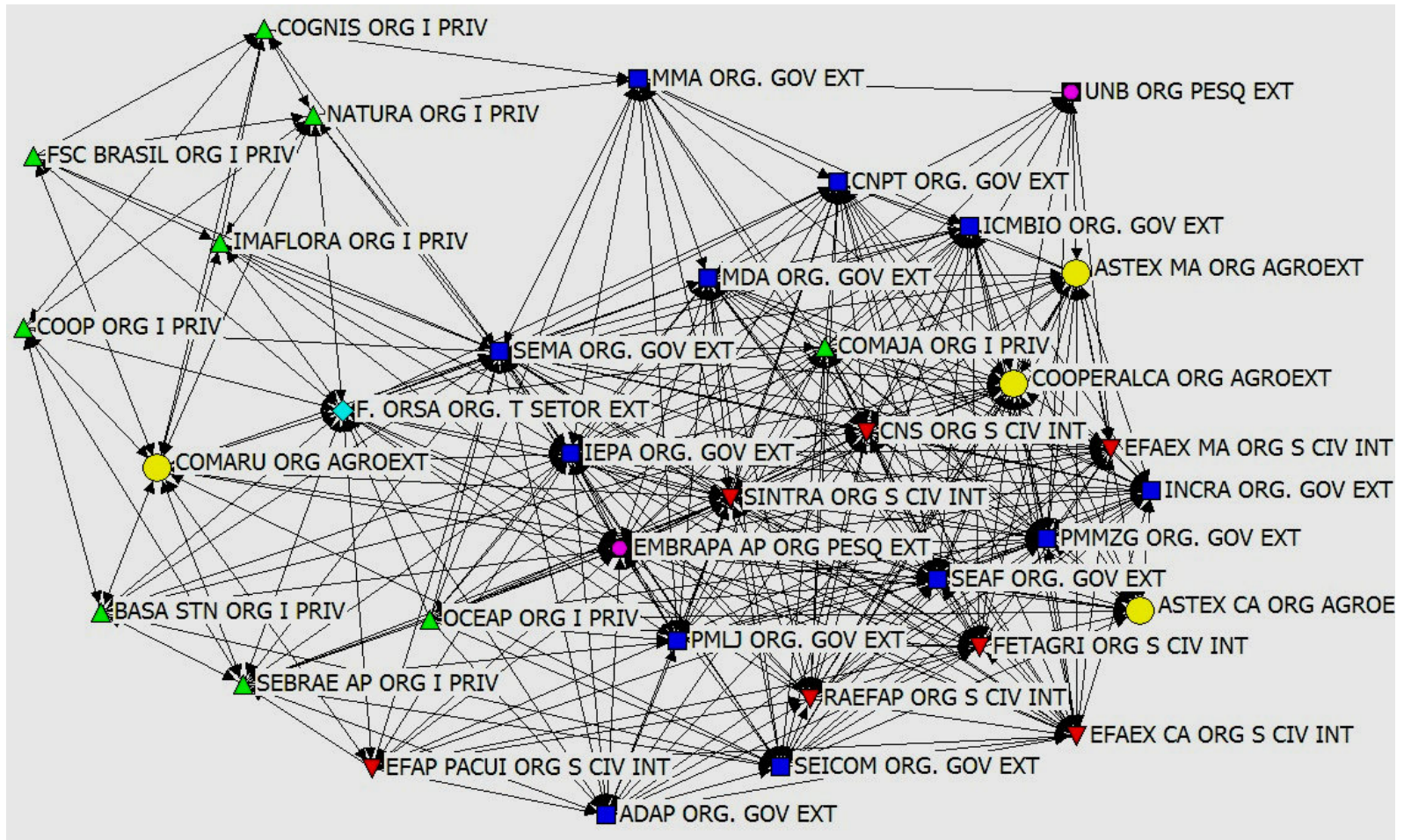


Diagrama 7 - Sociograma – Rede social das 4 organizações pesquisadas agroextrativistas do sul do Amapá

Fonte: Adalberto C. Ribeiro (2008)

O sociograma é claro ao mostrar como a COMARU está fora das discussões que ocorrem entre as demais organizações agroextrativistas, com os atores vinculados à sociedade civil e órgãos de governos. Por outro lado, esclarece que o contrário também ocorre. A COOPERALCA, por exemplo, não conecta com os atores da iniciativa privada.

As medidas de centralidade demonstram índices interessantes. O grau de centralidade, de conectividade entre os atores, está disposto conforme a tabela 15.

Tabela 15 - Rede social geral do sul do Estado do Amapá

1	2	3	4	5	6
Posição	Org.	OutDegree	InDegree	NrmOutDeg	NrmInDeg
34	SINTRA LJ	24.000	19.000	70.588	55.882
20	COMAJA	24.000	8.0000	70.588	23.529
27	IEPA	23.000	30.000	67.647	88.235
29	MDA	23.000	22.000	67.647	88.235
18	CNS	22.000	23.000	64.706	67.647
33	SEMA	21.000	27.000	61.765	79.412
10	EMBRAPA AP	20.000	24.000	58.824	70.588
30	PMMZG	19.000	18.000	55.882	52.941
24	SEAF	19.000	20.000	55.882	58.824
16	ASTEX MA	19.000	12.000	55.882	35.294
23	FETAGRI	18.000	18.000	52.941	52.941
19	COOPERALC	18.000	18.000	52.941	52.941
31	RAEFAP	17.000	15.000	50.000	44.118
2	OCEAP	17.000	2.000	50.000	5.882
22	EFAEX CARV	17.000	15.000	50.000	44.118
4	ADAP	14.000	10.000	41.176	29.412
25	ICMBIO	14.000	18.000	41.176	52.941
13	COMARU	14.000	15.000	41.176	44.118
32	SEICOM	14.000	15.000	41.176	44.118
7	F ORSA	14.000	21.000	41.176	61.765
26	CNPT	14.000	18.000	41.176	52.941
17	ASTEX CA	13.000	15.000	38.235	44.118
28	INCRA	13.000	17.000	38.235	50.000
21	EFAEX MA	13.000	14.000	38.235	50.000
3	MMA	11.000	12.000	32.235	41.176
14	EFAP PACUI	11.000	10.000	32.353	29.412
1	PMLJ	9.000	18.000	26.471	52.941
11	NATURA	9.000	9.000	26.471	26.471
8	SEBRAE AP	9.000	12.000	26.471	35.294
9	BASA STN	9.000	6.000	26.471	17.647
15	IMAFLOA	9.000	6.000	26.471	17.647
6	FSC BRASIL	6.000	5.000	17.647	20.588
35	UNB	6.000	7.000	17.647	20.588
5	COOP	6.000	7.000	17.647	20.588
12	COGNIS	4.000	7.000	11.765	20.588
ESTATISTICAS DESCRITIVAS					
1	Média	14.657	14.657	43.109	43.109
2	Soma	513.000	513.000	1508.823	1.508.823
3	Mínimo	4.000	2.000	11.765	5.882
4	Máximo	24.000	30.000	70.588	88.235

Fonte: Adalberto C. Ribeiro (2008)

Pela tabela acima é o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Laranjal do Jarí – SINTRA/LJ o melhor ator conectado apresentando relações de saída com 24 atores e de entrada com 19, do total de 35 existentes em toda a rede. A COMAJA

que se relaciona ou procura se relacionar com muitos atores apresenta grau de saída também de 24, mas apenas 8 de entrada ocupando a segunda posição. Na verdade, isto comprova que a COMAJA tem importância relevante em toda a rede, sobretudo se, se considerar especificamente relações comerciais em torno da castanha-do-brasil na região sul do Estado do Amapá.

As posições de IEPA, MDA, CNS, SEMA e EMBRAPA chamam atenção porque esses atores têm excelentes índices de grau de entrada, o que significa que eles são muito procurados. Das organizações agroextrativistas pesquisadas, a que melhor apresenta grau de conectividade é a ASTEX/MA, seguida da COOPERALCA, COMARU e ASTEX/CA. O grupo de atores vinculados à iniciativa privada, sobretudo os de fora do Estado, ocupam as últimas posições o que demonstra que suas relações são restritas a poucos atores específicos, no caso a SEMA e a COMARU. A rede social da região sul do Estado do Amapá encontra-se desequilibrada, porque os comportamentos e estratégias de relacionamentos cumprem funções muito diferentes.

Os índices de intermediação, a possibilidade de um ator intermediar relações com outros podendo servir como ponte, são mostrados na tabela 16 abaixo.

Tabela 16 - Grau de intermediação da rede social geral do sul do Estado do Amapá

1	2	3	4
Posição	Org.	Betweenness	nBetweenness
33	SEMA	115.173	10.265
27	IEPA	107.243	9.558
7	F. ORSA	51.292	4.571
10	EMBRAPA AP	46.755	4.167
29	MDA	46.509	4.011
13	COMARU	45.006	4.011
34	SINTRA	43.224	3.852
3	MMA	30.530	2.721
18	CNS	29.888	2.664
19	COOPERALCA	27.457	2.447
32	SEICOM	19.225	1.713
30	PMMZG	16.259	1.449
20	COMAJA	15.257	1.360
11	NATURA	11.455	1.021
24	SEAF	11.219	1.000
23	FETAGRI	10.492	0.935
8	SEBRAE AP	10.277	0.916
16	ASTEX MA	9.620	0.857
9	BASA STN	8.594	0.766
4	ADAP	8.416	0.750
25	ICMBIO	6.985	0.623
26	CNPT	6.985	0.623
14	EFAP PACUI	6.820	0.608
1	PMLJ	6.814	0.607
31	RAEFAP	6.656	0.593
22	EFAEX CARV	6.656	0.593
17	ASTEX CA	6.607	0.589
21	EFAEX MA	5.296	0.472
28	INCRA	4.047	0.361
5	COOP	3.421	0.305
15	IMAFLORA	3.173	0.283
12	COGNIS	2.598	0.232
2	OCEAP	0.536	0.048
35	UNB	0.347	0.031
6	FSC BRASIL	0.167	0.015
ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS			
1	Média	20.886	1.861
2	Mínimo	0.167	0.015
3	Máximo	115.173	10.265

Fonte: Adalberto C. Ribeiro (2008)

A tabela acima mostra que a SEMA é o principal ator de toda a rede, seguida pelo IEPA, Fundação ORSA e EMBRAPA/AP. Das organizações agroextrativistas destaca-se a posição da COMARU em 6º lugar. Dos atores

vinculados à sociedade civil, novamente o destaque é para o SINTRA/LJ e CNS/AP. A ASTEX/CA ocupa apenas a 27ª posição.

A tabela confirma que a ASTEX/CA interage com um grupo menor e que a COMARU, apesar de isolada do grupo relacionado a governos, mas mantendo algumas relações com atores governamentais e com muitos atores da iniciativa privada poderia ser, das 4 organizações agroextrativistas, um importante agente de conexão entre os dois lados diferentes. Também a SEICOM surge com relativo destaque ocupando o 11º lugar. A capacidade de intermediação da Secretaria de Estado da Indústria e Comércio é boa e ela teria todas as condições de facilitar se quisesse, relações comerciais e industriais para as cooperativas, por exemplo. A SEICOM se constitui num importante ator ponte para essa rede, o que demonstra que os demais atores reconhecem na SEICOM sua importância para a economia do agroextrativismo na região sul do Estado do Amapá.

O terceiro e último indicador, o grau de proximidade, encontra-se abaixo na tabela 17. Ressalte-se que o grau de proximidade se refere à capacidade de um ator chegar aos outros sem depender dos demais. Neste caso, o IEPA é o ator que melhor cumpre essa função, seguido de SEMA e EMBRAPA/AP. Das organizações sociais representantes da sociedade civil o CNS/AP é o que mais se destaca porque se encontra em 4º lugar. Por outro lado, chama atenção a posição da Fundação ORSA em 5º lugar registrando muito boa capacidade de chegar aos demais atores.

A COOPERALCA é a organização agroextrativista melhor situada com esse indicador registrando 68% e ocupando o 8º lugar. Depois é a COMARU em 14º, seguida da ASTEX/CA em 23º e por último a ASTEX/MA na 27ª posição. Isto revela que as duas cooperativas não teriam tanto trabalho para chegar aos demais atores da rede e que a ASTEX/MA teria muitas dificuldades para acessar a todos os demais.

SEICOM encontra-se em 15º lugar, mais uma vez bem posicionada, o que significa que ela não teria tantas dificuldades de chegar aos demais atores da rede.

Tabela 17 - Grau de proximidade da rede social do sul do Estado do Amapá

1	2	3	4	5	6
Posição	Org.	inFarness	outFarness	inCloseness	outCloseness
27	IEPA	38.000	45.000	89.474	75.556
33	SEMA	41.000	47.000	82.927	72.340
10	EMBRAPA AP	44.000	48.000	77.273	70.833
18	CNS	46.000	46.000	73.913	73.913
7	F. ORSA	47.000	55.000	72.340	61.818
29	MDA	47.000	45.000	72.340	75.556
34	SINTRA	49.000	44.000	69.388	77.273
19	COOPERALCA	50.000	51.000	68.000	66.667
1	PMLJ	50.000	59.000	68.000	57.627
26	CNPT	51.000	54.000	66.667	62.963
25	ICMBIO	51.000	54.000	66.667	62.963
24	SEAF	51.000	49.000	66.667	69.388
28	INCRA	53.000	55.000	64.151	61.818
13	COMARU	53.000	55.000	64.151	61.818
32	SEICOM	53.000	54.000	64.151	62.963
23	FETAGRI	53.000	50.000	64.151	68.000
30	PMMZG	53.000	49.000	64.151	69.388
22	EFAEX CA	56.000	51.000	60.714	66.667
3	MMA	56.000	57.000	60.714	59.649
31	RAEFAP	56.000	51.000	60.714	66.667
8	SEBRAE AP	56.000	60.000	60.714	66.667
21	EFAEX MA	57.000	55.000	59.649	61.818
17	ASTEX CA	57.000	55.000	59.649	61.818
14	EFAP PACUI	58.000	58.000	58.621	58.621
4	ADAP	59.000	55.000	57.627	61.818
11	NATURA	59.000	61.000	57.627	61.818
16	ASTEX MA	59.000	49.000	57.627	69.388
12	COGNIS	61.000	77.000	55.738	44.156
20	COMAJA	62.000	44.000	54.839	77.273
5	COOP	62.000	79.000	54.839	43.038
15	IMAFLOA	62.000	60.000	54.839	56.667
9	BASA STN	63.000	60.000	53.968	56.667
35	UNB	64.000	66.000	53.125	51.515
6	FSC BRASIL	65.000	72.000	52.308	47.222
2	OCEAP	79.000	51.000	43.038	66.667
ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS					
1	Média	54.886	54.886	63.165	63.227
2	Mínimo	38.000	44.000	43.038	43.038
3	Máximo	79.000	79.000	89.474	77.273

Fonte: Adalberto C. Ribeiro (2008)

Finalmente, a rede geral mostra que há um desequilíbrio na participação de atores: de um lado pesa mais as participações de atores de governo e da sociedade civil num jogo de pressão para atendimento de demandas comunitárias agroextrativistas, e de outro se encontra predominantemente à

participação de atores da iniciativa privada, mas vinculado a apenas um grupo específico. No final das contas, os dois lados se revelam frágeis porque o primeiro sofre pela ausência de atores da iniciativa privada que pudessem realizar as parcerias com ASTEX/MA, ASTEX/CA e principalmente com a COOPERALCA. O segundo sofre com a ausência principalmente de organizações da sociedade civil e dos próprios órgãos de governo para o apoio a ações da COMARU e das unidades familiares da Vila São Francisco do Iratapurú.

A rede pode ser considerada de tamanho relativamente significativo, pois atingiu 35 atores de uma lista de 44. A diversidade de atores chama atenção: governos, iniciativa privada, organizações de pesquisa, da sociedade civil, terceiro setor, além das organizações agroextrativistas. Seu raio geográfico não pode ser considerado desprezível porque atinge atores locais e de fora do Estado do Amapá, público e privados. Também, não se pode esquecer, que todos eles têm, de um modo ou de outro, interesses que dizem respeito às três áreas protegidas do sul do Estado do Amapá. Mas, o grau de conectividade é baixo: apenas 43,10%.

O capital social de ligação, entre iguais, se encontra do lado direito da rede, no conjunto de atores da sociedade civil, com destaque para o CNS/AP e SINTRALJ. O capital social de ponte encontra-se principalmente nas relações entre os agentes governamentais locais com destaque para IEPA, SEMA, SEAF, INCRA e SEICOM, mas também com atores da iniciativa privada como o SEBRAE/AP, BASA/STN, F. ORSA, e EMBRAPA/AP. O capital social de conexão encontra-se com a COMARU e SEMA.

A rede acima deixa claro como cada organização agroextrativista pesquisada tem caminhado, com suas estratégias específicas. Algumas são reconhecidas mais que outras pelos demais atores. Ela demonstra que as 4 organizações agroextrativistas têm se movimentado a fim de atingir os seus objetivos estatutários. As dificuldades são enormes, contudo, há vinte anos atrás a região sul do Estado do Amapá estava completamente fora da visão e das ações da grande maioria dos atores presentes hoje na região dos castanhais e especificados no sociograma anterior.

A rede geral do sul do Estado do Amapá possibilita inferir que 1) vários esforços, inclusive governamentais, mas principalmente do movimento sócio-ambiental proporcionado pelas organizações sociais vinculadas à sociedade civil e pelas comunidades agroextrativistas foram feitos nos últimos vinte anos, e 2) que

esses esforços induziram, sem sombra de dúvidas, o desenvolvimento da região, ainda que sem causar grandes impactos para geração de emprego e renda das famílias agroextrativistas.

6.2 O CAPITAL SOCIAL COMUNITÁRIO DAS COMUNIDADES AGROEXTRATIVISTAS LOCALIZADAS NA REGIÃO DOS CASTANHAIS DO SUL DO AMAPÁ

A análise abaixo se baseia nos dados advindos do QM-CSC que permite verificar se as relações comunitárias ajudam as organizações agroextrativistas ASTEX/MA, ASTEX/CA, COOPERALCA e COMARU a cumprir com seus objetivos coletivos. O sucesso ou fracasso de ações promovidas pelas organizações agroextrativistas estão relacionados ao comportamento das comunidades as quais representam. Como o QM-CSC é longo e muitas perguntas constam de pelo menos 5 opções, apenas as respostas e opções consideradas mais importantes para a análise aqui, serão reveladas.

6.2.1 Grupos e redes

Para atender a finalidade da primeira pergunta da seção grupos e redes foi necessário saber quantas organizações sociais existia na Vila Maracá, no alto Cajarí e na Vila São Francisco.

Existem no Assentamento Agroextrativista Maracá, especificamente na região dos castanhais 05 organizações sociais: a ASTEX/MA, SINTRA/AP, Associação da Escola Família Agroextrativista do Assentamento Maracá – EFAEX/MA, Associação dos Castanheiros do Assentamento Maracá e Associação de Mulheres do Assentamento Maracá (as duas últimas criadas recentemente), além de grupos de pessoas vinculados as Igrejas Católica e Protestante.

A primeira pergunta (anexo B) indagou em quantos grupos o chefe da unidade familiar pertencia da lista de 5 organizações que lhe foi apresentada. As respostas podem ser divididas em grupos: 1) Todos as 14 (quatorze) unidades familiares pesquisadas apontaram que são associadas a ASTEX/MA, 2) Todos pertencem a um ou outro grupo religioso local, 3) Dos quatorze, oito ainda fazem

parte da nova associação dos castanheiros, 4) 2 ainda pertencem a EFAEX/MA, 5) e outras duas também pertencem ao SINTRA/AP.

Não obstante, não há na Vila Maracá filial ou posto do SINTRA/AP. Ficam sediadas no local 4 organizações sociais, excluindo-se os grupos religiosos, a que as unidades agroextrativistas podem pertencer. Não é um número que pode ser considerado inexpressivo se comparado com o tamanho da Vila Maracá, com aproximadamente 156 famílias. De todas elas, destaca-se a ASTEX/MA com todos os entrevistados associados a ela.

Na RESEX Cajarí, no alto Cajarí, destaca-se em primeiro lugar a figura da ASTEX/CA e logo depois da COOPERALCA. Dos 21 questionários aplicados nas comunidades 20 unidades familiares disseram ser associadas a ASTEX/CA e 13 disseram ser da COOPERALCA. Do total, 07 ainda disseram ser filiados ao SINTRA/LJ. A existência das duas Igrejas citadas acima também faz parte das formas associativas das unidades familiares desta sub-região.

Na RDS do Iratapurú dos 6 QM-CSC aplicados apenas uma unidade agroextrativista não era cooperada na COMARU. Esta a única organização formal existente, bem como somente a Igreja católica mantém atividades na comunidade.

Os dados acima revelam que a filiação em organizações sociais locais, de caráter agroextrativista, é uma prática muito comum das unidades familiares da região dos castanhais amapaenses, além da participação em grupos religiosos. Filocreão (2007) mostrou que a participação em organizações comunitárias cresceu bastante no período 1993-2006, conforme o gráfico 2 abaixo. Percebe-se que as cooperativas registram números próximos de 40%, as associações com mais de 80% e sindicatos com aproximadamente 45%.



Gráfico 2 - Participação das famílias nas organizações comunitárias

Fonte: Filocreão (2007)

Portanto, se a análise para manifestações de capital social, nas sub-regiões estudadas, considerar somente os números acima, estes apontam no sentido da existência significativa do ativo social em todas as comunidades porque as pessoas fazem parte de formas associativistas, cooperativistas e sindicais.

No que se refere à participação, por ocasião da pesquisa empírica o presente estudo pode constatar o esforço que as pessoas fazem para estarem presentes nos eventos mais importantes chamados que são por suas representações comunitárias. Em outras palavras, as bases comunitárias participam e dão apoio às organizações agroextrativistas, mesmo em meio a um conjunto de disputas.

Contudo, sendo as unidades familiares caboclos da Amazônia elas têm pouco poder de verticalização em suas relações sociais. Acabam formando um segmento social relativamente homogêneo e que lhes dá um sentimento de pertencimento à região bastante singular. As respostas advindas das questões 3 e 4 levam a essa afirmação: ocupações e grau de escolaridade muito parecidos. Trata-se de comunidades que a rigor têm redes de relações voltadas para dentro das sub-regiões e quando elas acessam vários serviços extracomunitários, muitas vezes, o fazem por meios de suas organizações representantes. Por isso, as lideranças rurais instadas nas diretorias das organizações agroextrativistas passam a acumular capital social individual, uma vez que suas próprias funções de diretores proporcionam essa capitalização relacional.

Apesar de as comunidades manterem fortes laços comunitários, “para dentro”, elas mantêm interações ou trabalham com grupos de fora da comunidade. Isso ocorre com as comunidades vizinhas quando existem os momentos festivos nas sub-regiões e são realizadas festas religiosas ou profanas. Por outro lado, também ocorrem interações entre as comunidades com grupos de fora quando reuniões são designadas pelas organizações agroextrativistas, geralmente com agentes de governos para realização de projetos específicos. Nas Vilas Maracá e Maruin 50% das unidades familiares respondeu que o grupo ao qual pertenciam trabalhava ou interagia com grupos de fora da comunidade. Nas comunidades da RESEX Cajarí foram 57.14% e na Vila São Francisco do Iratapuru o número é de 66,66%. Esses números confirmam que as comunidades não estão mais isoladas como no passado. A BR-156 foi um dos fatores que contribuiu para isso na região de terra firme. Já para o caso da Vila São Francisco a conexão com o município de Laranjal do Jarí ou com Monte Dourado é mais demorada. Contudo, a RDS-I tem sido objeto de interesse constante de pesquisadores e de outros agentes externos.

O comportamento das unidades familiares, apesar das mudanças intensas que sofreram nos últimos 25 anos, ainda revela traços típicos da família camponesa voltada para a empresa doméstica. Quando perguntados sobre a quantidade de amigos próximos⁹⁹ que tinham atualmente na comunidade, os números médios para as Vilas do Maracá e Maruin são de 5.41 pessoas, para as comunidades da RESEX Cajarí é de 4.75 e na Vila São Francisco do Iratapuru de 3.3 pessoas. Ressalte-se que na Vila Maracá habita 156 domicílios, nas comunidades do alto Cajarí, na média, a quantidade é de 27 casas, enquanto que na Vila São Francisco mora 181 pessoas em 41 domicílios.

A pergunta número 7 revela que as unidades familiares estão acostumadas a participar de atividades coletivas ou reuniões. Os números tabulados dizem que “nos últimos 12 meses” para as comunidades do Assentamento Maracá foram 4.41 vezes em participação, para o alto Cajarí 4.75 e para a Vila São Francisco do Iratapuru de 24 vezes. Nesta última comunidade as ações de planejamento no início da safra da castanha-do-brasil, bem como para o início de funcionamento da fábrica, além de prestações de conta levam a COMARU a reunir frequentemente com as unidades familiares cooperadas e não-cooperadas.

⁹⁹ Pessoas com quem se sentia à vontade para conversar a respeito de assuntos particulares ou chamar em caso de ajuda.

Nas comunidades das três sub-regiões as pessoas passam a ser consideradas como membro da comunidade quando são filhos natos ou quando passam a morar nas áreas com a autorização delas. Em alguns casos, quando a pessoas não têm vínculo parental com ninguém são feitas reuniões no âmbito das organizações agroextrativistas que avaliam e aprovam a entrada da nova família ou não. Em relação ao tamanho, as unidades agroextrativistas, unanimemente responderam que as comunidades aumentaram nos últimos cinco anos.

As informações acima apontam para formas de controle de entrada de novas famílias nas sub-regiões (não tem havido êxodo intenso nos últimos tempos). Parece, por um lado, ser um sintoma de coesão social, mas por outro, que se comportam como grupos fechados preocupados que estão com a pressão demográfica sobre as sub-regiões. Não obstante, considerando que se trata de áreas protegidas a preocupação parece ser válida.

Contudo, mesmo com a preocupação acima não há um sistema eficiente que garanta o cumprimento da medida. No Assentamento Maracá o INCRA tem cadastrado famílias sem a anuência da ASTEX/MA. Famílias têm se fixado na área, estimuladas muitas vezes por outras, sem autorização da associação ou do INCRA. É que a área do assentamento é muito grande e há o problema do enfraquecimento da organização agroextrativista ASTEX/MA. Na RESEX Cajarí também tem ocorrido esses fatos, porém em menor número. Já na Vila São Francisco do Iratapurú a grande maioria dos casos são de “retornados” – pessoas vinculadas à comunidade que tinham se mudado para Laranjal do Jarí e agora resolveram voltar.

A seqüência dos gráficos 3, 4 e 5 abaixo demonstra outros aspectos da seção grupos e redes referentes às sub-regiões.

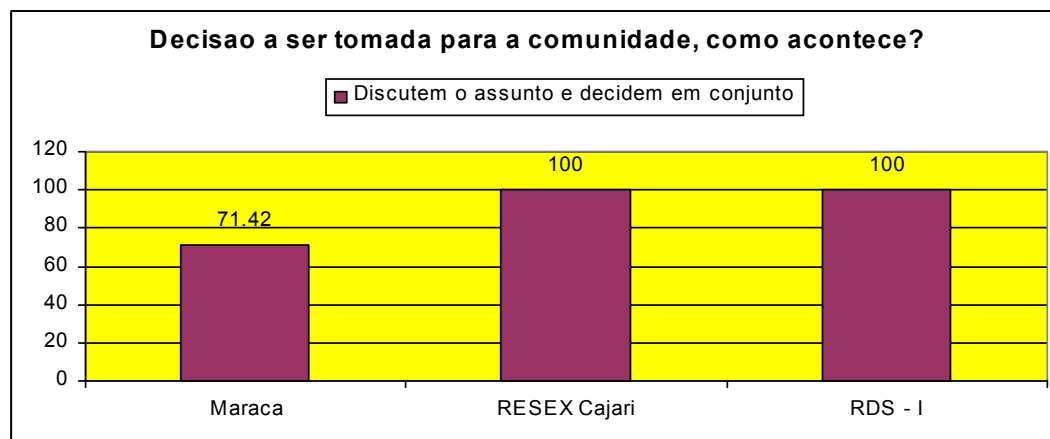


Gráfico 3 - Forma principal de decisão tomada nas comunidades

Fonte: Adalberto C. Ribeiro (2008)

O gráfico acima corresponde à pergunta de número 10 do QM-CSC que continha cinco opções. A pergunta foi: Como acontecem as decisões tomadas para a comunidade? Para a grande maioria das unidades familiares do Assentamento Maracá (apenas nas comunidades do Assentamento Maracá é que 14.28% disseram que a decisão é imposta de fora e os outros 14.28% responderam que o líder decide e informa a todos), e completamente para as comunidades do alto Cajari e RDS – I, as respostas foram para a opção de número 4: a comunidade discute o assunto e decide em conjunto quando uma decisão tem que ser tomada.

Os percentuais são altamente significativos. Os assuntos discutidos podem ser com a liderança da organização agroextrativista representante, ou apenas com a liderança (em caso de comunidades que não são sede da organização) de uma comunidade específica. Com esses números, pode-se dizer que as comunidades do Assentamento Maracá revelam mais dificuldades para reunir as pessoas e tomar decisões democráticas se comparada com os habitantes da RESEX Cajari e RDS do Iratapuru.

Quanto à escolha dos líderes têm-se os índices conforme o gráfico 4 abaixo. Mais uma vez são as comunidades do Assentamento Maracá que revelam números abaixo das demais. 64.28% das unidades familiares disseram que “os líderes são escolhidos pelo voto, por decisão de todos os moradores” (35.71% responderam “por decisão de alguns moradores”, contudo, ninguém respondeu que seria por uma pessoa ou entidade de fora). Nas áreas do alto Cajari e RDS – I as respostas foram 100% por decisão de todos.

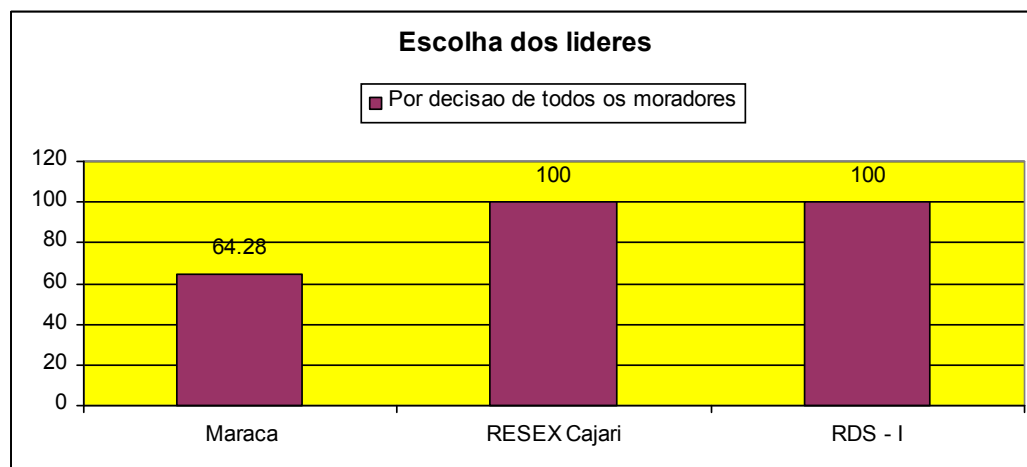


Gráfico 4 - Forma de escolha dos líderes comunitários

Fonte: Adalberto C. Ribeiro (2008)

Os números acima podem ser atribuídos a vários fatores, mas, sobretudo ao passado histórico, quando a formação das comunidades foi influenciada pelas Igrejas. Recentemente uma série de ações de cunho organizacional comunitário foram realizadas principalmente por ONGs ambientalistas quando estiveram nas sub-regiões durante os anos 1990.

Quanto a principal fonte de financiamento mais importante para as melhorias das comunidades, o ponto diferencial é marcado pela Vila São Francisco do Iratapuru que respondeu que os governos têm sido importantes em 50%, mas os recursos advindos do contrato com a NATURA respondem pelos outros 50%. As comunidades do Assentamento Maracá e Reserva Extrativista do Cajari, responderam unanimemente que a principal fonte são os governos. O gráfico 5 é exemplificativo.

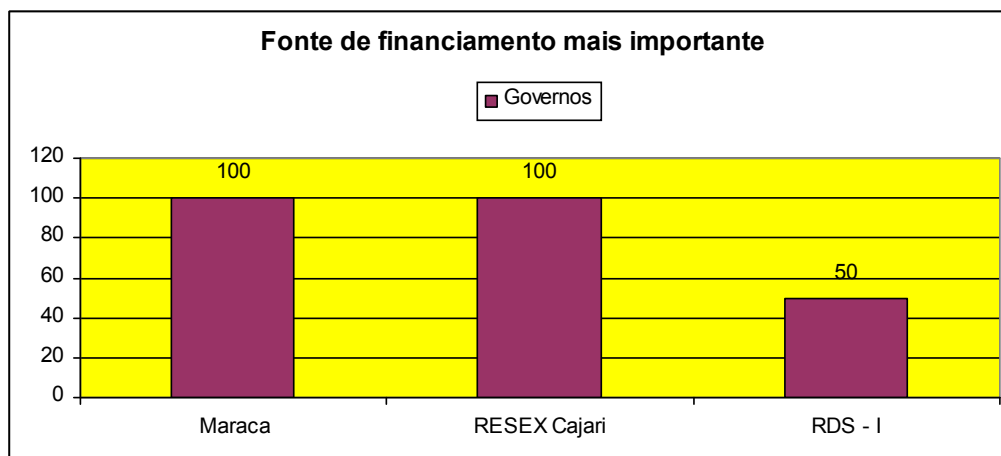


Gráfico 5 - Fonte financeira mais importante para as melhorias nas comunidades
 Fonte: Adalberto C. Ribeiro (2008)

As perguntas de números 13 e 14 indagaram quem são as pessoas mais importantes que aconselham ou orientam as ações nas comunidades e quem originalmente fundou a organização agroextrativista. As respostas estão tabuladas em conjunto de forma que as unidades agroextrativistas responderam, em 100%, que tanto as pessoas que pertencem à comunidade têm essa atribuição, assim como pessoas de fora, isto é, os parceiros, que não pertencem à localidade também podem exercer essa atribuição. Esses foram os casos das comunidades do Assentamento Maracá e a da RDS do Iratapuru. Já as unidades da RESEX Cajari responderam que são as pessoas da comunidade que aconselham ou orientam, mas também pessoas de fora da comunidade desde que pertençam à localidade. Talvez, no caso da RESEX Cajari a presença do CNS/AP e do conselho deliberativo da reserva possa ter influenciado nas respostas.

Quando perguntadas sobre o quesito 15 em que, repentinamente, se a unidade familiar precisasse de uma pequena quantia em dinheiro, quantas pessoas de dentro da comunidade estariam dispostas a fornecê-lo, as respostas se revelaram conforme o gráfico 6 abaixo.

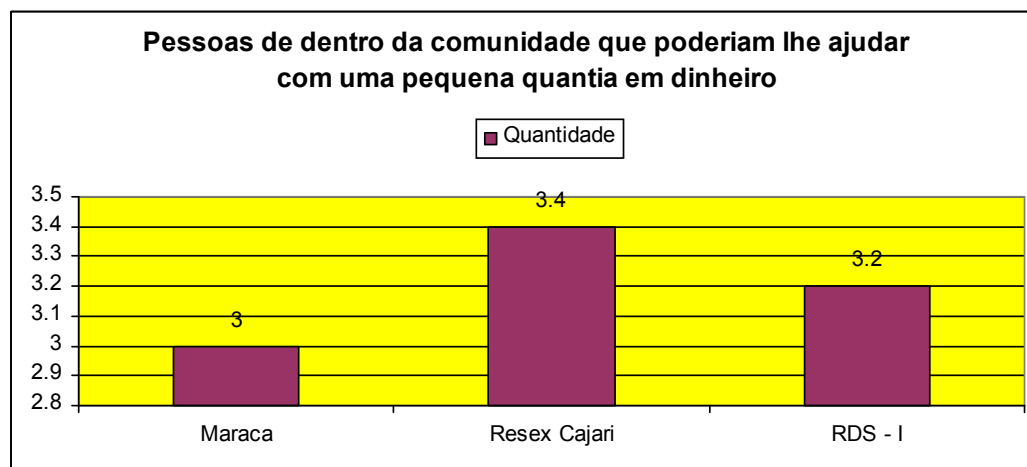


Gráfico 6 - Pessoas de dentro da comunidade que poderiam ajudar a unidade familiar com pequena quantia em dinheiro

Fonte: Adalberto C. Ribeiro (2008)

As respostas do gráfico acima mostram que nas comunidades do Assentamento Maracá apenas 3 pessoas poderiam ajudar a unidade familiar em caso de uma necessidade repentina. Nas comunidades da RESEX Cajari o número sobe para 3.4 e na Vila de São Francisco é de 3.2. Os dados podem revelar pelo menos um aspecto dos traços culturais das comunidades: a pobreza material é muito alta, muitas unidades não têm dinheiro para emprestar as outras reduzindo o raio de “socorro”, pelo menos no campo financeiro, da unidade familiar às voltas com um problema repentino de necessidade. Pode revelar também o individualismo familiar voltado para a empresa doméstica.

Entretanto quando a pergunta se volta para a possibilidade de contar com os vizinhos para ficar com as crianças em caso dos adultos da unidade familiar ter que passar alguns dias fora da comunidade às respostas são significativas. O gráfico 7 abaixo mostra.

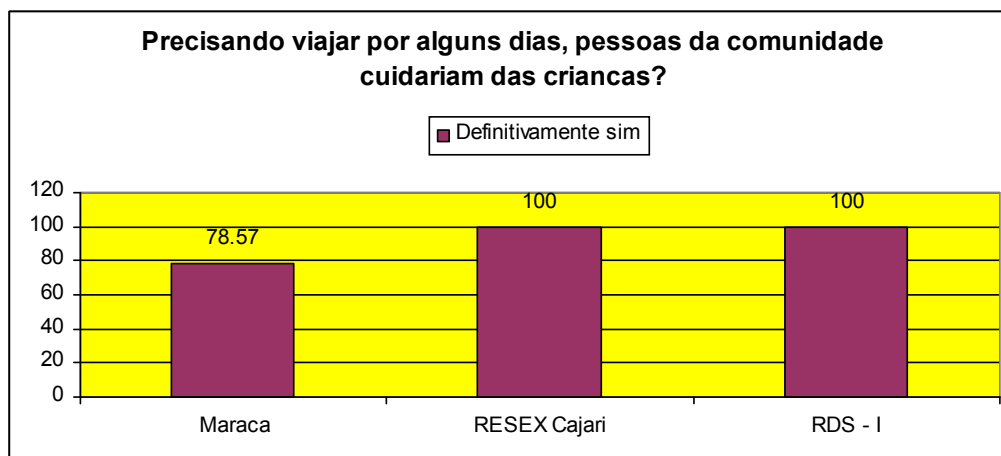


Gráfico 7 - Possibilidade, em caso de pequena viagem dos adultos da unidade familiar, de vizinhos cuidarem das crianças.

Fonte: Adalberto C. Ribeiro (2008)

Para as respostas referentes ao quesito acima as unidades familiares tinham quatro alternativas. Somente nas comunidades do Assentamento Maracá as respostas ficaram fragmentadas com 78.57% em “definitivamente sim” (14.28% com “provavelmente sim” e apenas 7.14% respondeu “provavelmente não”). Não obstante, fica evidente que a rede de parentesco e vizinhança garante boas relações de confiabilidade porque se presume que ninguém deixa suas crianças com quem não se tenha confiança.

Quando perguntadas sobre a quantidade de pessoas, com um problema pessoal, que nos últimos 12 meses pediram alguma ajuda a unidade familiar os números podem ser considerados baixos. Nas comunidades do Assentamento Maracá a média é de 3.4 pessoas, no alto Cajari a média é 3.2 e na Vila São Francisco do Iratapuru é de 2 (duas) pessoas. Esses números podem revelar novamente 1) o traço familiar do campesinato voltado para a empresa doméstica, 2) a pobreza material existente nas áreas. Contudo, quando se estratificou as respostas, a pesquisa revelou que se tratando de pedidos aos líderes comunitários, eles aumentam exponencialmente.

Finalizando esta primeira seção é possível fazer inferências sobre o capital social estrutural das comunidades. Ele pode ajudar a disseminar informações, reduzir o comportamento oportunista e facilitar a tomada de decisões coletivas. A eficácia com que o capital social estrutural cumpre esse papel depende de vários aspectos das comunidades e de suas representações sociais. Neste caso, podem-se

descrever os requisitos de capital social comunitário em quatro aspectos importantes: 1) densidade de associação, 2) diversidade de associação, 3) nível de funcionamento democrático e 4) extensão das conexões com outros grupos.

Para o primeiro aspecto se constata que somente na Vila Maracá existe atualmente 4 (quatro) organizações sociais para 156 domicílios e mais 19 na Vila Maruim. No alto Cajarí são 3 (três) organizações sociais porque existe uma associação de mulheres em Água Branca do Cajarí para as 7 (sete) comunidades com 171 domicílios. Na RDS – I, Vila São Francisco do Iratapuru, apenas a COMARU para 41 unidades familiares. Na média, tem-se 43,75 unidades familiares por organização social na região do médio e alto Maracá, 57 para o alto Cajarí e 41 na Vila São Francisco do Iratapuru. São números que não podem ser considerados pequenos quanto ao quesito densidade.

Para o segundo aspecto, percebe-se que as organizações não são diversas entre si e muito menos os seus associados. Etnia/grupo lingüístico, ocupação, educação, nível de renda, idade, são critérios que horizontalizam quase todos os membros participantes das associações.

O terceiro aspecto chama atenção porque são comuns ações democráticas para eleições, bem como discussões de caráter comunitário o que torna o nível de funcionamento democrático um aspecto relevante. Contudo, é preciso considerar que informações privilegiadas tendem a permanecer no âmbito das diretorias das associações, fazendo acumular capital social individual com as lideranças. É como se dois níveis ficassem bem marcados: 1) discussões na base comunitária, democráticas porque há mecanismos de participação (pelo menos para as pautas mais importantes que exigem a realização de assembléias), 2) para encaminhar as discussões da base os diretores, ou o diretor-presidente da organização agroextrativista pode se comportar visando seus próprios interesses.

O quarto aspecto é que os grupos e redes das comunidades têm tido pouca capacidade de conexão com grupos de fora que possam inovar a estrutura comunitária. Como se viu nas páginas anteriores, nem mesmos as organizações agroextrativistas têm tido essa capacidade, exceção com dificuldades para o caso da COMARU.

Em razão disso, se confirma no capital social estrutural das comunidades agroextrativistas estudadas que

- 1) Estão bem preservados os traços culturais da empresa familiar camponesa amazônica;
- 2) As redes e grupos dentro das comunidades se sustentam nas relações com parentes, vizinhos, compadres e lideranças das organizações agroextrativistas. Neste nível, há relações com laços fortes e forma-se uma espécie de rede social de seguridade que implementa um processo de ajuda mutua para solução de problemas do cotidiano ao alcance das unidades familiares; e
- 3) A base comunitária demonstra dá o apoio necessário as suas organizações agroextrativistas, mesmo com as disputas internas, e vê nelas esperanças para o futuro das sub-regiões.

Contudo, trata-se de um capital social estrutural com muitas limitações. São duas situações gerais: ao mesmo tempo, 1) as unidades familiares demonstram estarem se movimentando e buscando se organizar para a melhoria da qualidade de vida para suas comunidades e conquistando demandas de cunho social; 2) para situações de cunho empreendedor elas, com muitas dificuldades conseguem êxito, mas contabilizam fracassos, com mais frequência.

É possível afirmar que as manifestações de capital social são capazes de superar problemas de ação coletiva nas comunidades agroextrativistas da região sul do Estado do Amapá, desde que essa ação esteja no “domínio” das comunidades. Noutras palavras, para ações coletivas consideradas complexas, de escalas maiores, que exigem maiores níveis de qualificação humana as dificuldades são grandes. Para ações simples, de menor escala, com menos exigências de qualificação as possibilidades de superação de dilemas coletivos são completamente viáveis. As comunidades agroextrativistas do sul do Amapá enfrentam, portanto, os mesmos desafios de outras áreas rurais da Amazônia. O caso da COMARU, mesmo com muitas inovações sociais, mas também tecnológicas, é um exemplo disso. O processamento da castanha-do-brasil para óleo bruto, sua embalagem em tonéis e a exportação para Belém/PA com a emissão das notas fiscais são procedimentos relativamente simples. Ainda assim, a COMARU conta com o escritório da Fundação ORSA para resolver e encaminhar, se o caso, problemas mais difíceis.

6.2.2 Confiança e solidariedade

Nesta seção busca-se capturar medidas do capital social cognitivo das comunidades. Como confiança é um conceito abstrato, difícil de mensurar, a abordagem é centrada na confiança geral (GROOTAERT et al, 2003).

O quesito número 19 do anexo 2 perguntou para uma escala de 1 a 5 se “a maioria das pessoas da comunidade estava disposta a ajudar” caso a unidade familiar precisasse. Também quis saber se “é preciso estar atento ou alguém pode tirar vantagem de você”. As respostas estão conforme o gráfico 8.

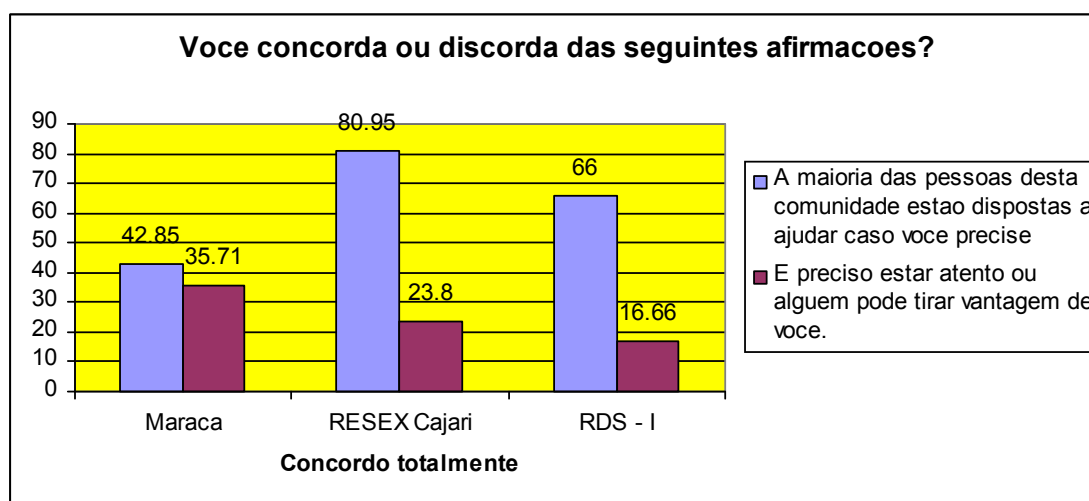


Gráfico 8 - Confiança generalizada das unidades familiares para com suas comunidades
Fonte: Adalberto C. Ribeiro (2008)

O gráfico acima mostra dois parâmetros bem distintos. Percebe-se que para as comunidades do Assentamento Maracá os níveis de confiança generalizada estão com 42.85% (cor azul) e com 35.71% (cor vinho). Para a primeira afirmação está abaixo das comunidades do alto Cajari que registra índice de 80.95%, bem como abaixo da Vila São Francisco do Iratapuru com 66%. Para a segunda afirmação, registra índices acima da comunidade do alto Cajari que tem 23.8% e acima da Vila do Iratapuru que tem 16.66%. Portanto, no geral, os índices de confiança generalizada do Assentamento Maracá, estão mais baixos do que na RESEX Cajari e na RDS – I.

Quando perguntados sobre os níveis de confiança nos governos nenhuma das unidades agroextrativistas respondeu “confio totalmente”. A esfera

municipal é o nível de governo com menos confiança das unidades familiares das três sub-regiões. Certamente, porque em época de eleição é a que se faz mais presente (está mais próxima) e provavelmente onde é mais sentido o “promete muito e cumpre pouco”. Culturalmente, esse é o parâmetro de confiança das unidades familiares: quem não cumpre com a palavra não é confiável. O quesito 20, sobre a confiança em membros do governo municipal aponta que nas comunidades do Assentamento Maracá o índice é de 57.14% para a opção “confia pouco”, na RESEX Cajari de 85.71% e de 83.33% na Vila São Francisco do Iratapuru.

Quando a pergunta se volta para membros do governo estadual há outras variações: nas comunidades do Assentamento Maracá a opção “confia pouco” registra 42.85%, na RESEX Cajari também 42.85% e na RDS – I o percentual é de 33.33%.

O que é preciso considerar nesses números são os laços muitas vezes clientelistas que se mantém entre comunidades e agentes de governos. Por exemplo, se a cota de óleo subir, o que muitas vezes é feito em épocas de eleição, há tendências de aumento dos níveis de satisfação das pessoas. O governo estadual é o maior fornecedor de óleo diesel na região dos castanhais. Talvez isso explique seus melhores índices quando comparado com os agentes municipais. O gráfico 9 abaixo ilustra os números.

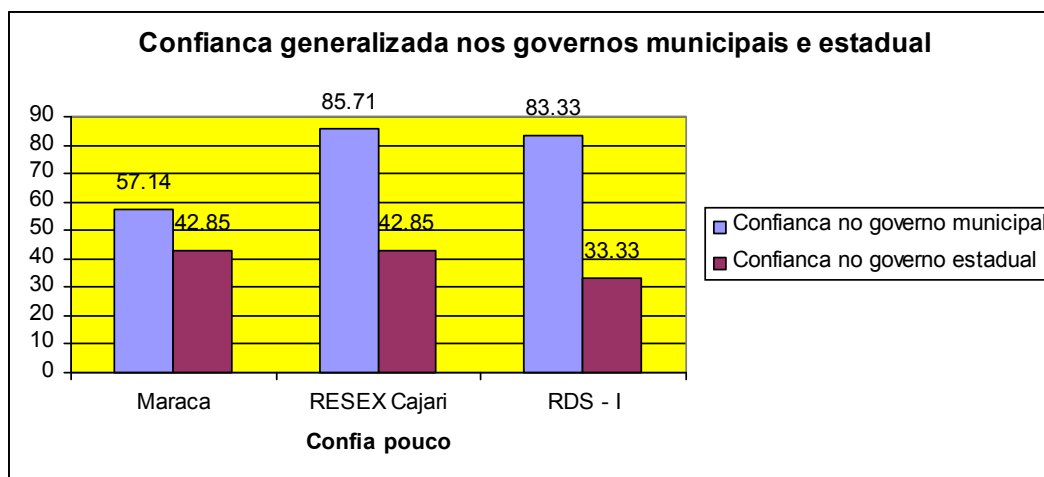


Gráfico 9 – Confia pouco. Confiança generalizada nos governos

Fonte: Adalberto C. Ribeiro (2008)

Uma das perguntas importantes é quanto à frequência com que as pessoas podem estar dispostas a ajudar umas as outras. Talvez seja um parâmetro

que possa revelar e reiterar o que está se chamando nesta tese de “rede de seguridade básica” ou de ajuda mútua referida nos capítulos anteriores. Quando perguntadas, o quesito 21 dava as seguintes opções: 1. sempre ajudam, 2. quase sempre ajudam, 3. algumas vezes ajudam, 4. raramente ajudam e 5. nunca ajudam. As respostas estão no gráfico 10 abaixo. Nenhuma unidade familiar respondeu a opção de número 5 (cinco).

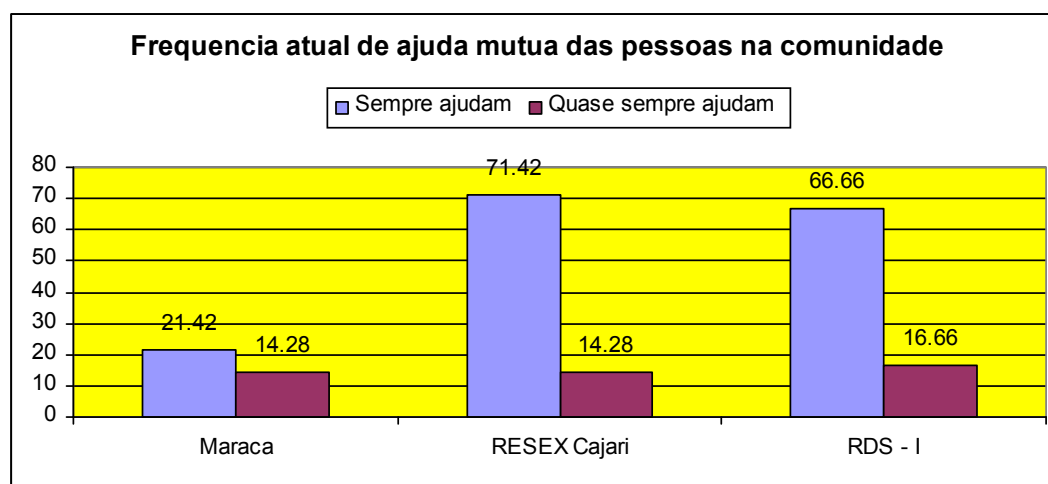


Gráfico 10 - Frequência com que as pessoas ajudam umas as outras

Fonte: Adalberto C. Ribeiro (2008)

O gráfico acima revela que nas comunidades do Assentamento Maracá existem menos processos de ajuda mútua que nas demais sub-regiões: apenas 21.42% das unidades familiares responderam que sempre há ajuda mútua na comunidade enquanto que 14.28% responderam que quase sempre há ajuda mútua. No alto Cajari os índices são de 71,42% e de 14.28%, respectivamente e na Vila São Francisco registrou-se 66.66% e 16.66%, respectivamente.

Na seção ora em análise, das comunidades estudadas são as pertencentes ao Assentamento Maracá que se revelam com estoques de capital social comunitário mais baixos pondo em risco as possibilidades de se minimizar os problemas sociais comunitários.

Contudo, de acordo com os índices revelados, no geral, é possível afirmar que a confiança generalizada das pessoas umas nas outras é significativa. Mesmo no Assentamento Maracá os números não podem ser considerados desprezíveis.

6.2.3 Ação Coletiva e cooperação

Ação coletiva é o terceiro tipo básico de indicador para medir capital social. A utilidade desse indicador vem do fato de que na vasta maioria das localidades, a ação coletiva somente é possível quando há um nível significativo de capital social a disposição da comunidade (GROOTAERT et al, 2003). É um aspecto importante da vida de uma comunidade embora os objetivos da ação possam diferir bastante.

Perguntadas sobre a probabilidade das pessoas cooperarem na eventualidade de um problema de abastecimento de energia elétrica na comunidade (aliás, o que não é incomum ocorrer na região dos castanhais) as respostas se deram conforme o gráfico 11 abaixo.

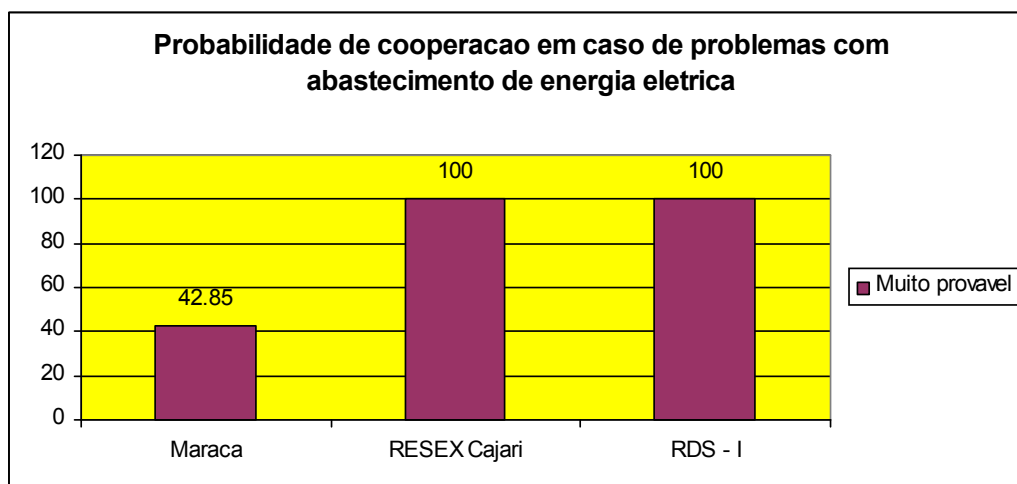


Gráfico 11 - Cooperação em problemas na estrutura comunitária

Fonte: Adalberto C. Ribeiro (2008)

O gráfico mostra que nas comunidades da Vila Maracá e Maruin somente 42.85% das unidades familiares consideram que muito provavelmente as pessoas da comunidade se juntariam em cooperação para buscar a solução para problemas de energia elétrica (28.57% responderam que seria “relativamente provável”; 21.42% responderam “nem provável, nem improvável” e 7.14% disseram “relativamente improvável”). Em nenhuma das comunidades obteve-se a resposta “muito improvável”. Nas comunidades da RESEX Cajari e da Vila São Francisco do

Iratapuru as respostas foram 100% de que muito provavelmente as pessoas cooperam nestes casos.

As diferenças acima entre as sub-regiões talvez se dêem porque o Assentamento Maracá encontra-se mais próximo da cidade de Macapá. A existência de comunicação por telefone pode facilitar o contato da Vila Maracá com os órgãos responsáveis pelo provimento da energia. Em relação às comunidades da RESEX Cajari, a maioria não conta com rede de telefonia. Somente em Água Branca do Cajari existe o serviço que raramente funciona. Na Vila São Francisco do Iratapuru não há telefones. Para as comunidades das sub-regiões que responderam em 100% foram relatados casos de se fazer recolhimento em dinheiro para compra de óleo diesel ou para o pagamento de concerto do motor gerador de energia. De todo modo, os números continuam mostrando que as manifestações de capital social no Assentamento Maracá são menos fluidas que nas outras sub-regiões.

Quando perguntadas sobre a probabilidade de alguém ser criticado ou punido por não participar de alguma atividade comunitária as respostas também variam de uma sub-região para outra. O gráfico 12 abaixo mostra os índices.

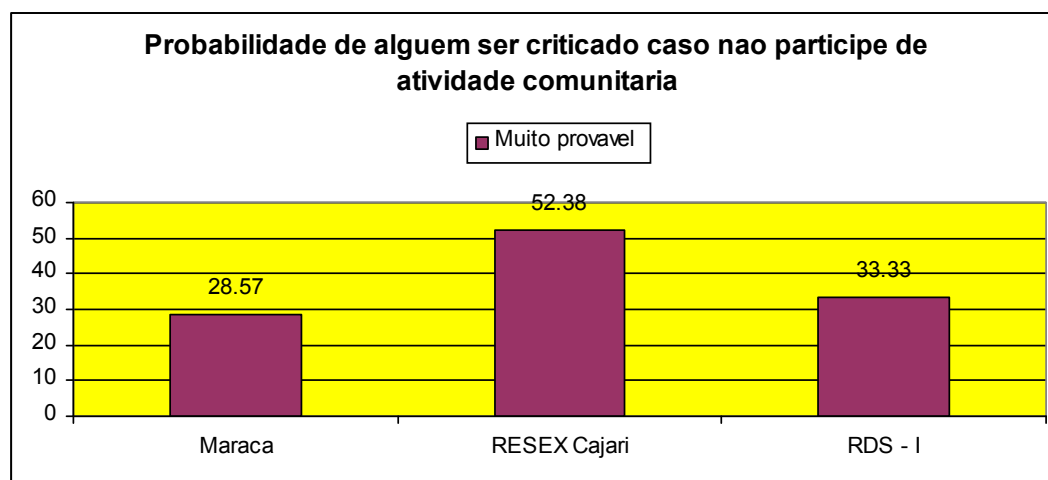


Gráfico 12 - Crítica as pessoas que não participam de atividades comunitárias
Fonte: Adalberto C. Ribeiro (2008)

Os dados parecem reforçar a trajetória histórica de cada sub-região. É no alto Cajari, que os índices de reprovação para pessoas que não colaboram com atividades comunitárias são mais altos com percentuais de 52.38% como “muito provável” de ocorrer à crítica. Na Vila São Francisco o percentual é de 33.33% e nas comunidades do Assentamento Maracá é de 28.57%. Quando as unidades

familiares foram perguntadas sobre como ocorre a crítica àquela pessoa que não participa, responderam que “elas são colocadas de lado”, “ninguém chama mais”. Nas oportunidades em que os participantes tiram proveito do bem produzido coletivamente, a pessoa que não participou não tem direito ao uso ou usufruto do mesmo, quando assim o caso permite.

O quesito de número 24 fez a seguinte pergunta: quantas pessoas contribuem com tempo ou dinheiro para objetivos de desenvolvimento comuns, tais como mutirão ou com a manutenção da sede da associação? E como exemplo foi citado o caso de um “mutirão público” (construir uma escola ou posto de saúde, limpeza de varadouro ou abertura de ramal). As respostas se apresentaram conforme o gráfico 13 abaixo. As opções de respostas eram: 1. todas, 2. mais da metade, 3. cerca de metade, 4. menos da metade e 5. ninguém.

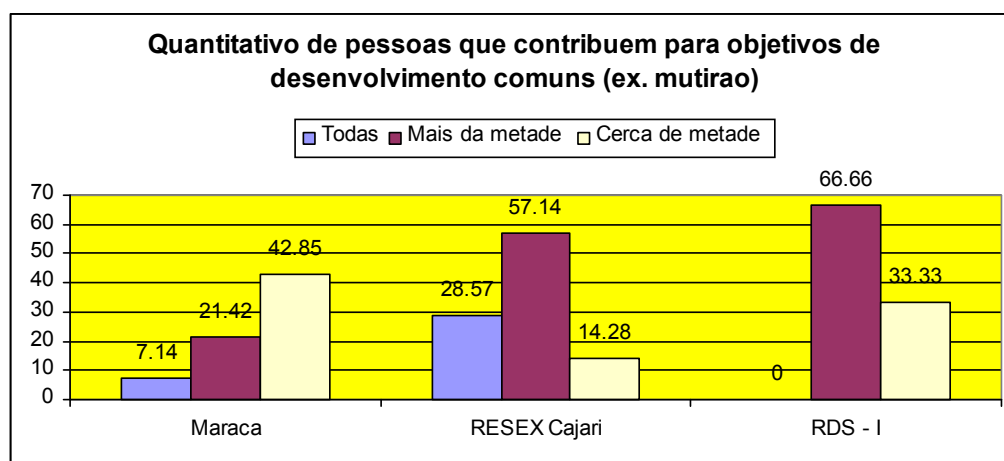


Gráfico 13 - Contribuição das pessoas para objetivos comuns

Fonte: Adalberto C. Ribeiro (2008)

O gráfico acima mostra que na Vila São Francisco do Iratapuru as unidades familiares consideram que nem “todas” contribuem para objetivos comuns comunitários. Mas, 66.66% disseram que “mais da metade” contribuem e os outros 33.33% responderam que “cerca da metade” colabora.

O Assentamento Maracá, novamente, registra os índices mais baixos, contudo, não houve opção pelo item de número 5. Nas comunidades da RESEX Cajari os índices, se combinados, registram os melhores percentuais uma vez que 28.57% responderam que “todas” as pessoas contribuem para objetivos de desenvolvimento comuns para os exemplos citados.

Esta seção sobre ação coletiva teve o objetivo de coletar duas informações: o grau de participação em ação coletiva e o tipo de atividades desenvolvidas coletivamente. Quanto à participação, ela pode ser considerada significativa. Quanto ao tipo de atividades coletivas desenvolvidas elas são simples.

Revela-se, portanto, no geral, números muito favoráveis nas três sub-regiões. Contudo, as ações e os objetivos comuns são praticados e realizados com mais eficácia quando se trata de ações coletivas que estejam ao alcance das condições sócio-culturais das unidades familiares.

6.2.4 Informação e comunicação

Esta seção trata de uma lista simples de fontes de informação e meios de comunicação com 5 (cinco) quesitos.

Na pesquisa empírica pode-se observar que as sub-regiões são lugares onde há ocorrências de muitos recados entre pessoas de comunidades diferentes. Contudo, constatou-se que as lideranças comunitárias são as que recebem mais recados ou algum tipo de correspondência, como bilhetes. Isso se justifica porque o sistema de radiofonia comunitário fica centralizado na casa do líder local onde está instalado o rádio transmissor. No alto Cajarí, as duas lideranças entrevistadas responderam que no “último mês” receberam 30 e 10 recados, respectivamente, enquanto que várias unidades familiares não haviam recebido nenhum ou apenas 1 recado no mesmo período. Isto é, as unidades familiares que não são líderes recebem um número reduzido de recados.

Os números referentes ao quesito de número 26 demonstram que nas comunidades do Assentamento Maracá a média de recados recebidos por pessoa/mês foi de 2.35. Aqui, o diretor-presidente da ASTEX/MA não foi entrevistado porque sua unidade familiar não lida com a castanha-do-brasil, o que pode ter influenciado no índice. Nas comunidades do alto Cajarí, a média é 6.57 pessoa/mês e na Vila São Francisco do Iratapurú registrou-se o índice de 5.8. De todo modo, podem-se considerar números muito baixos quando se exclui a participação das lideranças.

As três fontes de informação principais para saber de assuntos gerais são coincidentes nas comunidades do Maracá e alto Cajarí, conforme o gráfico 14. Na RDS – I, Vila São Francisco do Iratapurú é que as respostas foram diferentes.

Mostraram que Televisão com 100%, parentes amigos e vizinhos com 66.66% e o sistema de radiofonia comunitário com 33.33% são, respectivamente, as fontes principais com as quais as unidades familiares encontram informações gerais.

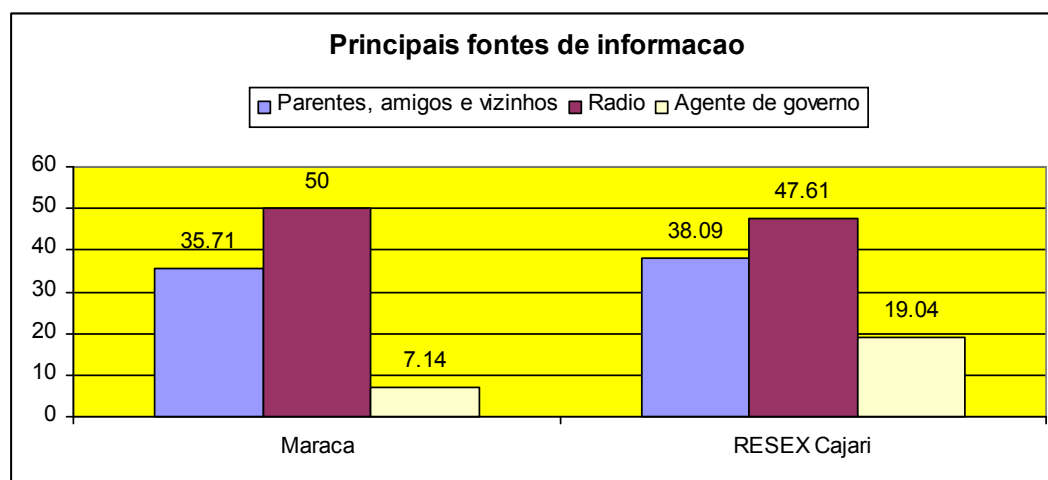


Gráfico 14 - Principais fontes de acesso a informações gerais

Fonte: Adalberto C. Ribeiro (2008)

Nos índices do gráfico acima chama atenção o caso das comunidades da RESEX Cajari que acessam informações por meio de agente de governo em 19.04%, enquanto que no Assentamento Maracá o índice é de 7.14%. Verifica-se que a rede de parentes, amigos e vizinhos é uma fonte de informação muito utilizada.

Nas duas sub-regiões existem escritórios locais do Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá – RURAP e percebeu-se durante a pesquisa empírica, de fato, um maior dinamismo no escritório localizado em Água Branca do Cajari, inclusive nas relações entre o representante do órgão público e o diretor-presidente da ASTEX/CA se comparado com as relações entre os mesmos atores na Vila Maracá. Nestas duas sub-regiões embora se assista televisão todos os dias elas não foram consideradas as fontes mais importantes.

O acesso à informação por rádio refere-se ao hábito de ouvir rádio, principalmente aos programas regionais vinculados pela Rádio Difusora pertencente ao governo do Estado. Ela divulga várias informações para a região sul do Estado do Amapá, seja sobre a escala de transporte dos caminhões que levam os agricultores para as feiras de Macapá e Santana, divulgação de festas comunitárias ou recados que são transmitidos por parentes às unidades familiares.

De um modo geral, as unidades familiares costumam ouvir os programas de rádio, principalmente aqueles que circulam informações sobre a região, mas a televisão é ligada imediatamente após o funcionamento do motor gerador de energia. É preciso ressaltar que as unidades familiares não pagam energia elétrica porque a cota de óleo diesel para funcionamento do motor gerador é doada pelos governos. O kit antena parabólica/TV está presente na grande maioria das casas da região dos castanhais independente, muitas vezes, do padrão, isto é, há casas cuja edificação é muito humilde feitas em madeira, já bastante deterioradas, mas o kit encontra-se lá para que a unidade familiar acesse aos canais disponíveis.

Quando perguntadas sobre o acesso a informação, em comparação a 5 (cinco) anos atrás, todas as unidades familiares das três sub-regiões foram unânimes (100%) ao afirmar que “melhorou”.

As informações advindas da seção acima foram importantes para detectar como informações referentes a mercados e governos podem ser acessadas. Às unidades familiares da Vila do Maracá, por exemplo, mais distante de Laranjal do Jarí, o mercado mais dinâmico da castanha-do-brasil, têm dificuldades de saber sobre o preço do PFM. Os agentes de governos locais são pouco procurados para repassar informações para a comunidade sobre mercados e muitas vezes eles também não sabem delas.

6.2.5 Coesão e inclusão social

Nesta última seção procura-se destacar três tópicos: inclusão, sociabilidade, conflito e violência. Assim, pode-se capturar a existência de divisão interna nas comunidades e suas características, bem como sobre freqüentes interações que podem ocorrer. A presença de conflito numa comunidade pode ser, dependendo do caso, um indicador da falta de confiança ou de capital social estrutural apropriado para resolver conflitos.

O quesito de número 31 do QM-CSC perguntou sobre as diferentes características das unidades familiares. As repostas se deram conforme o gráfico 15 abaixo.

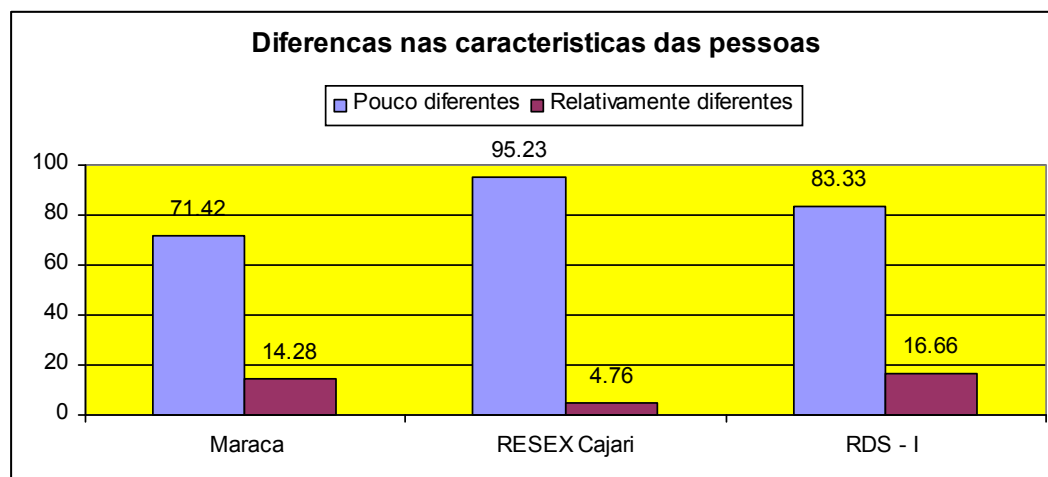


Gráfico 15 - Diferenças nas características das pessoas

Fonte: Adalberto C. Ribeiro (2008)

Os dados corroboram outros resultados já identificados. As unidades familiares são, no geral, pouco diferentes. As opções de respostas variavam numa escala de 5 opções: 1. extremamente diferentes; 2. muito diferentes; 3. relativamente diferentes; 4, pouco diferentes; e 5. muito pouco diferentes. Nenhuma unidade agroextrativista respondeu as opções 1 e 2. São nas comunidades da RESEX Cajari, que as unidades familiares se consideraram menos diferentes com 95.23% respondendo à opção “pouco diferentes”.

Quando perguntadas se as diferenças causavam problemas (pergunta 32), no sentido de perturbar a comunidade ou vizinhos 71.42% das unidades familiares das comunidades do Maracá responderam que “sim” e 28.57% responderam que “não”. Na RESEX Cajari as unidades familiares responderam positivamente em apenas 9.52% e disseram “não” em 90.47%. Já na Vila São Francisco do Iratapuru 66.66 responderam que as diferenças não causam problemas, enquanto 33.33% responderam afirmativamente. A coesão social no Assentamento Maracá pode estar fragmentada, principalmente na Vila Maracá.

No âmbito das diferenças existentes nas comunidades foi perguntado (pergunta 33), apresentando-se um rol de 11 opções, quais eram as duas que causavam mais problemas e se tais problemas levavam a algum tipo de violência. As respostas foram variadas mais se destacaram as seguintes situações:

- 1) Nas comunidades do Assentamento Maracá – diferenças entre homens e mulheres, entre as gerações mais jovens e as gerações mais velhas;

- 2) Nas da RESEX Cajari – diferenças de posse de terra e entre homens e mulheres;
- 3) Na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru – diferenças de entre homens e mulheres e de posse de terra. Foi a única comunidade que teve uma unidade familiar que citou diferença de filiação política.

Quando perguntadas se as diferenças acima levam a violência com opções para “sim” ou “não”, no Assentamento Maracá registrou-se 21.43% de respostas afirmativas, na RESEX Cajari todas as respostas foram negativas e na Vila São Francisco do Iratapuru 16.66% foram de respostas afirmativas.

Esses dados corroboram o caráter muito peculiar das comunidades rurais estudadas com forte traço patriarcal e conservador. As mulheres, geralmente, não são reconhecidas pelos homens e são tratadas como submissas embora à pesquisa empírica tenha constatado a sua importância para a reprodução econômica da unidade familiar. Não é tão incomum saber de casos em que maridos agredem fisicamente suas esposas.

Nas comunidades das três sub-regiões é do cotidiano das pessoas se encontrarem, “parar” por alguns minutos ou até horas nas casas dos outros para conversas diversas. O cafezinho estar sempre à disposição do grupo. Essa característica foi muito notada na casa do líder religioso na Vila São Francisco do Iratapuru, mas também em comunidades como Sororoca, Marinho, Santa Clara, Água Branca do Cajari. Na Vila Maracá, a maior de todas elas, também foi notado essa característica de sociabilidade, em menor escala.

Sobre ocasiões em que se entregaram abaixo assinados a membros do governo, nos últimos 12 meses, as unidades familiares responderam conforme o gráfico 16 abaixo.

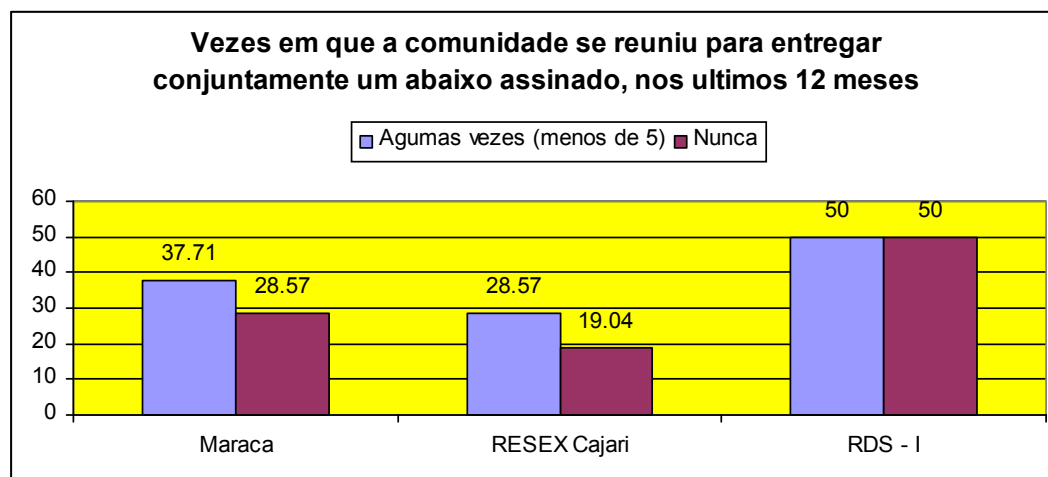


Gráfico 16 - Veze em que as comunidades se reuniram para entrega de abaixo assinado
 Fonte: Adalberto C. Ribeiro (2008)

O gráfico mostra apenas as duas opções mais incidentes nas respostas: “algumas vezes” e “nunca”. A comunidade da Vila São Francisco do Iratapuru tem índices bem divididos e definidos. Talvez, por se tratar de uma comunidade onde toda e qualquer ação comunitária executada é do conhecimento de todos em virtude do “isolamento” geográfico da Vila e da permanência cotidiana da grande maioria das pessoas no lugar.

Nas três sub-regiões, de um modo geral, as unidades familiares responderam que a maioria dos abaixo assinados entregues a membros de governos não foi atendida. As petições geralmente dizem respeito, pela ordem, à construção de pontes, aluguel de caminhão, limpeza de ramais, construção de escolas.

Em relação ao sentimento de segurança quando se encontram sozinhos nas suas casas, ou à noite ao deitar, os números revelam que as unidades agroextrativistas se sentem, no geral, muito seguras, o que indica, de alguma forma, que a vida nas três sub-regiões ainda pode ser considerada tranqüila. Na Vila Maracá cortada pela BR-156 e com movimento de linha de ônibus estadual cotidianamente o índice de resposta para a opção “muito seguro” foi de 57.14% e “moderadamente seguro” foi de 28.57%. Na RESEX Cajari 61.90% e 19.04% das unidades familiares se sentem muito seguras e relativamente seguras, respectivamente. Na Vila São Francisco do Iratapuru o índice é de 100% para a o sentimento de total segurança. Contudo, esta comunidade sofreu o trauma referente

ao incêndio da fábrica da COMARU em 2003 e esse fato é, algumas vezes, fonte de preocupação das famílias.

Os dados revelados nesta última seção indicam que os tópicos relacionados à inclusão, por exemplo, devem ser cruzados com outras respostas o que resulta em duas situações: 1) as comunidades agroextrativistas do sul do Estado do Amapá estão longe de serem consideradas como incluídas pelas políticas públicas de governo, pela própria condição estrutural dessas regiões, 2) não obstante, elas se organizam como podem e buscam vários tipos de estratégias para conseguir benefícios públicos.

Por outro lado, pode-se dizer que os níveis de sociabilidade parecem ser suficientes para garantir coesão interna comunitária, o que dá as unidades familiares certo grau de segurança pública interna porque os conflitos são pontuais. Eles são mais de caráter geracional e/ou de gênero, podendo levar, em alguns casos, a violência física.

De todo modo, esta seção reforça muitos aspectos das seções anteriores. Sendo os níveis de sociabilidade suficientes para garantir coesão interna comunitária as possibilidades de o capital social superar problemas de ação coletiva são significativas, desde que tal ação faça parte do universo agroextrativista, ou em caso de inovação tecnológica ela esteja dentro de parâmetros e escala relativamente simples.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As evidências encontradas oferecem elementos para a confirmação da hipótese formulada na introdução da tese. Ficou evidenciado, por exemplo, que no Assentamento Agroextrativista Maracá onde existem maiores dificuldades organizacionais que na RESEX Cajari e Vila de São Francisco do Iratapurú, tanto no campo produtivo, como no campo social, os laços de solidariedade, de confiança e reciprocidade estão mais debilitados o que afeta a eficiência da rede social da ASTEX/MA.

Curiosamente, a Vila Maracá é a que se encontra mais próxima da capital Macapá e não se sabe ao certo até que ponto essa proximidade e o maior dinamismo que vem ocorrendo desde a abertura da BR-156 podem estar afetando os valores culturais e tradicionais dessa comunidade campesina cabocla.

Isso confirma que em comunidades rurais onde há estoques de capital social mais significativo as redes sociais tendem a se caracterizar apoiada por **laços fortes** o que facilita a superação de problemas de ação coletiva, bem como se verifica melhores possibilidades para enfrentar as dificuldades do cotidiano porque passam essas comunidades. São os casos verificados na RESEX Cajari e em menor grau na Vila São Francisco do Iratapurú. Contudo, deve-se lembrar que essa facilidade diz respeito apenas à superação de determinadas ações: aquelas que estão no domínio cultural das comunidades que mantêm em grau ainda relevante processos de ajuda mútua e solidariedade.

Essa é a explicação para as dinâmicas diferentes que ocorrem nas manifestações de capital social comunitário das três sub-regiões estudadas. Também explica, em parte, as razões dos diferentes desempenhos de capital social individual das organizações sociais agroextrativistas investigadas em suas respectivas redes sociais.

As evidências mostraram que as possibilidades para inovações ficam mais facilmente acessíveis quando o capital social comunitário está mais sólido porque passa a existir condições mais concretas de se construir redes de longa distância com o estabelecimento de parcerias, em laços fracos, que podem contribuir para o desenvolvimento local da comunidade ou região. Mas, se observou que não basta apenas a existência de laços de confiança, solidariedade e ajuda mútua. É

preciso que existam também outros componentes que possam juntamente com o capital social comunitário alavancar formas de desenvolvimento. Capital humano é fundamental para somar-se a tradição cultural agroextrativista estudada. Os camponeses agroextrativista do Amapá, de um modo geral, ainda não têm as habilidades e competências específicas para estabelecerem relações de longa distância e consolidar por meio de **laços fracos** parcerias que possam inovar processos comunitários e de desenvolvimento local. É certo que isso tem sido feito, mas muito mais por processos eminentemente exógenos do que por demandas originais dos camponeses sul amapaenses. As demandas originais tem ocorrido mas para demandas simples como, por exemplo, as parcerias estabelecidas com órgãos governamentais ou não-governamentais para escoamento da produção, por exemplo. Para demandas complexas como a comercialização de produtos agroextrativistas em mercados regionais, as dificuldades são grandes.

Em meio aos comunitários um segmento social tem conseguido estabelecer relações de longa distância com laços fracos: trata-se das principais lideranças comunitárias, geralmente presidentes de associações ou cooperativas. Mas existem dois problemas: 1) a base comunitária não ajuda porque está distante de compreender os processos complexos e acaba imobilizando a organização social e a própria liderança; 2) muitas vezes, algumas lideranças tiram total proveito particular das posições que ocupam na organização agroextrativista e tendem a permanecerem como lideranças mais tempo que o previsto. Não é hábito dessas lideranças tradicionais inovar estimulando a participação dos mais jovens nos processos decisórios no âmbito das diretorias, embora tenha se observado um bom arranjo comunitário que propicia a participação dos cooperativados e associados nas matérias pertinentes as organizações sociais.

As perguntas formuladas na introdução deste trabalho podem agora ser respondidas. Porque, então, em determinadas comunidades rurais ações coletivas alcançam seus objetivos e noutras comunidades fracassam? As respostas, fundadas no conceito de capital social comunitário, se encaminham para algumas considerações.

- Primeiramente, para o caso da região aqui estudada, há necessidade de se superar a visão de ação coletiva como uma expressão da utopia comunitária, de uma visão idílica de comunidade rural. Uma imagem mais realista da ação coletiva deve considerá-la como uma ação instrumental, com uma atividade

voltada para alcançar objetivos. Isso não exclui as motivações morais que os indivíduos possam ter. Com efeito, três elementos podem ser destacados: 1) a ação coletiva não se justifica por si só, 2) não substitui a ação individual, mas precisa dela e a potência, 3) não é permanente nem ubíqua (não está ao mesmo tempo e nem toda à parte). Essas considerações teóricas devem ser sempre lembradas para o caso da região sul do Amapá. As ações coletivas praticadas pelas comunidades e movimentos sócio-ambientais na região sul do Estado do Amapá estão misturadas a práticas que envolve ao mesmo tempo valores de solidariedade e confiança com disputas entre lideranças pelo poder e interesses individuais diversos.

- Comunidades rurais com grau incipiente de desenvolvimento das suas capacidade de capital humano e financeiro, sobretudo, terão sempre muitas dificuldades de realizar objetivos complexos para atingir bens públicos. A exceção se dará quando se tratar de objetivos com escalas menores e se estiverem adaptados às condições reais da comunidade. Essas circunstâncias foram encontradas na região de estudo. No caso das comunidades rurais do sul do Amapá, os êxitos em ações coletivas para o fortalecimento organizacional, de ações como limpeza de varadouros por meio de mutirões públicos, conquistas coletivas com o advento de escolas e implantação de fábricas (do prédio físico) para processamento da castanha-do-brasil tem sido uma constante. Porém, as dificuldades que essas comunidades enfrentam com a comercialização de seus produtos agroextrativistas, com as tentativas de agregar valor a eles, e principalmente exportar diretamente a castanha-do-brasil para mercados regionais e nacionais são consideráveis, apesar dos estudos terem demonstrado a existência de níveis elevados de confiança generalizada, um bom arranjo comunitário para formas de participação e prática da democracia e também que a participação das pessoas em grupos e redes não pode ser considerada pequena, ainda que pouco diversa.

É preciso, portanto, considerar esse conjunto complexo de variáveis para que se possa entender como se articulam as quatro organizações sociais agroextrativistas nas suas redes ego-centradas nas diferentes áreas. As evidências revelaram o seguinte com fundamento no conceito de capital social individual.

- A ASTEX/MA está articulada com vários atores e privilegia aqueles vinculados aos governos no âmbito estadual. Ela procura esses atores, mas não é

procurada por todos eles. Na procura há diferenças de intensidade. A ASTEX/MA procura mais vezes os atores, mas os atores que a procuram o fazem em número menor. Isto pode ser um sintoma de que a posição atual da associação do Assentamento Maracá revela-se com pouco prestígio em relação aos demais atores de sua rede. O resultado de uma rede assim são relacionamentos com base em critérios clientelistas que transforma o capital social em receptividade passiva de produtos e cria dependência, como parece ser o caso.

- Ficou evidenciado no sociograma da ASTEX/MA que ela é a organização agroextrativista com maior número de atores e com mais vínculos sociais, dentre as quatro. São 20 atores e 274 relações estabelecidas, o que representa 72.10% do total possível de 100%. Mesmo com a associação procurando muitos atores essa estratégia não tem sido suficiente para fazer com que a ASTEX/MA supere seus dilemas e realize conquistas sociais.
- Com a ASTEX/CA é diferente. É a rede social com menor quantidade de atores e com menos vínculos (14 atores e 141 relações) se comparada às demais. Sua densidade de 77.47% no grau de centralidade é a maior de todas. A associação estabelece laços estreitos com poucos atores, principalmente do setor público governamental de âmbito estadual com perfil mais afeito aos objetivos da organização. Assim, a ASTEX/CA tem conseguido obter um conjunto de conquistas coletivas para as comunidades do alto Cajarí. Aqui, a rede é menor, porém, mais eficiente.
- A estratégia da ASTEX/CA parece ser valorizar relações que produzem resultados concretos, uma postura bastante instrumental. Os dados advindos das tabelas que informaram sua posição de centralidade, proximidade e de intermediação revelam que a associação do alto Cajarí detém algum tipo de prestígio. A ASTEX/CA é procurada pelos atores que procura, isto é, os atores governamentais que fazem parte dessa rede, principalmente SEAF e INCRA, respondem na maioria dos casos aos chamados da associação.
- Em relação à COOPERALCA, ainda que em menor grau, sofre do mesmo mal da ASTEX/MA. Procura muitos atores, mas parece ter pouco prestígio na sua rede ego-centrada. Talvez, por se tratar de uma cooperativa, localizada numa reserva ambiental federal e com objetivos comerciais restritos ao processamento de castanha *in natura* para a modalidade *dry*, suas

dificuldades se tornem ainda maiores. O IBAMA não tem muita tradição no apoio a ações de natureza cooperativista e de empreendedorismo. Depois do Projeto RESEX, mesmo com a criação do ICMBIO, nenhuma ação de apoio ao cooperativismo da castanha-do-brasil foi praticada por órgãos federais, salvo ações pontuais da EMBRAPA/AP. A cooperativa tem a segunda maior rede social e centra suas estratégias nas parcerias com as organizações públicas governamentais de âmbito estadual. São 19 atores para 226 relações. Sua densidade é de 66,08% em relação ao total possível não podendo ser considerada baixa. Contudo, não registra conquistas coletivas significativas. Excetuando a construção do prédio físico, a aquisição dos maquinários para o processamento da castanha, em relação à capacidade gerencial e administrativa de fazer o empreendimento caminhar as dificuldades são muito grandes. Até mesmo para reunir os cooperados em torno da organização tem sido muito difícil. Noutras palavras, apesar de uma rede social com muitos atores e com 226 vínculos, isto não tem se traduzido em conquistas coletivas para a cooperativa. Além disso, no alto Cajari as formas atuais de aviação estão muito bem estabelecidas.

- Por sua vez, a COMARU registra 15 atores na rede com 122 relações, o que representa 58,09% do universo possível. É a menor densidade de todas as quatro redes. Ao contrário das outras, a COMARU centrou suas estratégias em relacionar-se com organizações da iniciativa privada e de fora do Estado do Amapá. A rede da cooperativa é a terceira em tamanho e com menor densidade, contudo, registra conquistas coletivas importantes para a comunidade que representa.
- A COMARU a partir de 2003 e das relações com a NATURA, vem se articulando com um grupo de atores constituído pelas relações com a empresa de cosméticos. Trata-se de uma experiência inovadora e potencialmente relevante para melhorar as condições de vida de comunidade rurais agroextrativistas da Amazônia. Contudo, a COMARU depende apenas desse parceiro comercial, o que evidencia o risco da relação por se tratar de uma espécie de exclusividade.

Fica evidente, assim, que nas redes sociais ego-centradas da ASTEX/MA, ASTEX/CA, COOPERALCA e COMARU, por onde circula o capital social individual destas organizações, existem diferentes desempenhos. As

considerações de Coleman (1988) ajudam na explicação desses fenômenos: diferenças de estruturas sociais, necessidades concretas que levam a interação social, existência de fontes alternativas de recursos, grau de afluência dos recursos, capacidade de gestão que pessoas têm para obter ajuda, redes sociais coesas, e logística dinamizadora dos contatos sociais. Todos esses fatores influenciam no ganho de recursos das associações e cooperativas pesquisadas e eles ficaram relativamente esclarecidos durante a caracterização dos processos organizacionais que se deram e se dão nas três sub-regiões.

Por outro lado, lembrando Bourdieu (2004) as relações sociais são possibilidades de indivíduos ou grupos obterem recursos. Para ele, as relações podem contribuir mais ou menos dependendo da qualidade e da quantidade desses recursos que portam os atores pertencentes a uma dada rede social. Não obstante, é preciso não esquecer que os recursos da rede estão nos outros, e não no próprio ator, e precisam estar disponíveis.

De um modo geral, as estruturas sociais das 4 organizações demonstraram que elas estão em posição de desvantagem para o atendimento de suas demandas sociais, mas principalmente das produtivas porque nem sempre, apesar de relações estabelecidas (e, às vezes, com muitos contatos), o recurso está disponível. O ator procurado não disponibiliza o ativo que dispõe porque não tem interesse, não confia ou não pode.

Por isso, provavelmente, mecanismos vinculados a práticas clientelistas e semiclientelistas sejam tão comuns e aceitos. Parece que tais mecanismos acabam sendo em muitos casos, instrumentos em que se apegam as lideranças rurais para fazer valer a execução de projetos comunitários. No caso da ASTEX/CA isso ficou bastante evidenciado. As tabelas que evidenciaram as medidas de centralidade mostraram que ASTEX/CA e COMARU podem ser consideradas organizações com algum tipo de prestígio em suas redes.

Em relação à ASTEX/MA e COOPERLCA a explicação para procurarem mais atores parece ser exatamente as dificuldades pelas quais passam. Parece haver relação entre pouco desempenho e a procura por muitos atores, por mais parceiros, por soluções.

Ficou evidenciado o quanto às organizações agroextrativistas tem se movimentado, e quando reunidas condições específicas de forma sinérgica há boas

possibilidades para o fortalecimento do associativismo e do cooperativismo da região dos castanhais do Estado do Amapá.

Chamou atenção a presença das organizações da sociedade civil nas redes. Mostra que há um jogo de forças se manifestando quando necessário e pressionando os governos a cumprir com os objetivos institucionais para os quais as áreas foram criadas. O CNS/AP tem se destacado como representante das comunidades, estando ausente somente da rede social da COMARU, provavelmente porque a Vila São Francisco do Iratapurú tem ficado distante das discussões sobre o agroextrativismo da região ocupada que está com os problemas derivados de suas próprias relações comunitárias.

Atualmente, o jogo de forças se dá no sentido de criação e execução de projetos de geração de emprego e renda para as comunidades. Nesse sentido, pode-se afirmar que as “parcerias” acontecem revelando quase sempre um estado de conflitos, ainda que implícito que se manifesta quando as ações coletivas tendem a se configurar num movimento social.

No caso da comunidade do Iratapurú ficou caracterizado o quanto às mudanças, rápidas demais, podem ter influenciado nos processos de disputas internas pelo poder em torno da cooperativa. O projeto coletivo da Vila São Francisco do Iratapurú está constantemente sendo posto à prova. Até o presente momento, as disputas entre as famílias e as rivalidades existentes, não foram capazes de obstruir as formas cooperativistas que se manifestam nas práticas comunitárias.

De um modo geral, verificou-se que as comunidades têm seus dramas muitas vezes amenizados, porque a malha de assistência dos governos resolve parcialmente algumas questões mais urgentes e porque os processos de ajuda mútua, na base comunitária, que formam um tipo de rede de segurança funcionam muito bem. Mas, quando se trata de possibilidades de garantir recursos produtivos elas têm sido pequenas porque os órgãos estaduais de governo, inclusive, têm muitas dificuldades para entender o mercado complexo da castanha-do-brasil. Isto afeta diretamente qualquer tentativa de assessoria ou de extensão rural para as organizações tipo cooperativas. O PDSA, por exemplo, apesar de significativo apoio prestado a comunidade da Vila São Francisco do Iratapurú, durante 7 anos, ao final, não logrou êxito completo. Na experiência do PDSA com a COMARU, o próprio Estado do Amapá tinha poucos relacionamentos com empresas e com o mercado da

castanha-do-brasil o que prejudicou em muito a assistência realizada as unidades familiares. As dificuldades, apesar dos avanços, ainda são significativas.

Devido à assimétrica distribuição e reprodução do poder e das desigualdades sociais na região sul do Estado do Amapá, as unidades familiares detêm muito pouco da riqueza produzida e comercializada com a castanha-do-brasil. Uma parte fica com os patrões locais e outra com os compradores de fora da região, em especial com os compradores de Belém e São Paulo. Além disso, a pesquisa constatou também assimetrias entre as unidades familiares, sobretudo entre as lideranças e as demais famílias, porque as primeiras acumulam mais capital social individual a partir das posições sociais que ocupam.

Mesmo com as formas variadas de manifestação de capital social comunitário, notou-se que o máximo que as comunidades agroextrativistas têm conseguido é minimizar a dura vida do campo realizando conjuntamente ações coletivas. Fazer manutenção de ramais ou varadouros para facilitar o acesso a áreas de castanhais é uma prática muito comum até os dias de hoje. Neste aspecto, revela-se um significativo ativo de capital social comunitário porque a ação coletiva é praticada com pleno êxito. Sendo assim, pode-se afirmar que dentro de uma escala eminentemente comunitária os estoques de capital social podem ser considerados relevantes.

Contudo, ainda que tenha se verificado uma forte rede de seguridade comunitária baseada nos laços fortes com parentes, compadres e vizinhos, o que gera um processo de ajuda mútua, solidariedade e certa coesão social, a pesquisa revelou o apego existente da unidade familiar à empresa doméstica. Isto também influencia nos projetos cooperativistas apesar de não estar sendo capaz de obstá-los. Deduz-se, portanto, na prática, que está havendo um forte aprendizado nessas comunidades com as recentes práticas associativistas e cooperativistas iniciadas a partir da década de 1990.

Como ficou evidenciado as comunidades estão se articulando em meio a fatos sociais totais. Os recursos simbólicos, por exemplo, influenciam sobremaneira no potencial cooperativista das comunidades porque elas agem também com base em recursos morais e emocionais. O apego ao patrão local (às figuras do comerciante e do pequeno patrão), existe e, pelo menos, por dois motivos: 1) o negócio com eles é garantia de certeza; 2) a relação é cercada de um endividamento moral, de fidelidade, e de laços que “amarram” um ao outro. Os

recursos simbólicos que atravessam as relações entre as unidades familiares com esses agentes tem sido fator limitante para a concretização de um sistema cooperativista local forte. Tanto é assim que as cooperativas costumam ser vistas pelos próprios cooperados como um padrão a mais. A solidez da relação entre unidades familiares e padrão local se sustenta sobre a forte pobreza material das primeiras, o que justifica as formas atuais de aviamento.

O capital social, portanto, circula num universo em que as assimetrias estão espalhadas por todos os lados. O que parece ser interessante, é que tanto as ações de reciprocidade e ajuda mútua (estas, uma parte dos requisitos que compõem o capital social comunitário agroextrativista), quanto às formas variadas de aviamento (processos de exploração) decorrem do alto índice de pobreza existente. Isto significa que as condições materiais de existência, pelo menos nessas áreas, geram ao mesmo tempo formas de espoliação e formas de solidariedade. Isto é, onde há relações comerciais se destacam formas de exploração econômica; onde há relações comunitárias se destacam manifestações de capital social, sobretudo, de confiança e solidariedade.

Apesar das dificuldades, pode-se dizer no caso das áreas ambientais aqui investigadas, que o processo organizacional das comunidades agroextrativistas tem avançado nos últimos 20 anos. As redes sociais, ainda que flutuantes, com mudanças de atores, tem contribuído para a melhoria de vida das unidades familiares.

Nas áreas estudadas, o capital social comunitário existente se traduz em processos de cooperação voluntária baseados na organização comunitária com laços de confiança generalizada, normas e sistemas que contribuem para a eficiência de cada comunidade e que facilita ações coordenadas e espontâneas. Pelo menos, tem facilitado determinadas ações. A eficiência comunitária referida deve ser compreendida, portanto, dentro dos limites do contexto agroextrativista.

O capital social, portanto, manifesta-se favorecendo a construção de alternativas de modo diferente nas duas instâncias: 1) na comunitária, pode ser considerado significativo e capaz de resolver problemas coletivos solucionando demandas do dia-a-dia das unidades familiares – capital social comunitário; 2) na individual, das redes ego-centradas, pode ser considerado um recurso reduzido, por não possuir a capacidade necessária para solução de problemas complexos – capital social individual.

O capital social comunitário, em si, preserva muito das instituições tradicionais do campesinato caboclo da Amazônia, apesar das mudanças e das relações cada vez mais próximas com o mercado. As redes sociais comunitárias continuam pouco diversas, mesmo com o aumento de associações e cooperativas. Finalmente, as evidências decorrentes da presente pesquisa mostram que há conquistas, mas também muitas dificuldades no processo organizacional das comunidades agroextrativistas localizadas na região sul do Estado do Amapá. O que parece não deixar margem pra dúvidas, é que as experiências dessas comunidades demonstram que elas vêm passando por um forte processo de aprendizagem social e que tais experiências vêm influenciando o desenvolvimento local da região. As configurações atuais das redes sociais das organizações agroextrativistas, por exemplo, comprovam essa possibilidade.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC/ANPOCS/Editora da UNICAMP. 1992. 276 p.
- ABRANTES, Joselito Santos. **Diagnostico preliminar para subsidiar o grupo de trabalho da castanha no sul do Amapá**. Macapá: 2003. p. 38. Mimeografado.
- ACSELRAD, Henri. Território e poder – a política de escalas. In: FISCHER, Tânia (Org). **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação**. Salvador: Casa da Qualidade. 2002. 344 p.
- ALBAGLI, Sara; MACIEL, Maria Lucia. **Proposição de políticas para a promoção de sistemas produtivos locais de micro, pequenas e médias empresas**. Capital Social e Empreendedorismo Local. 2002. Disponível em: < <http://www.ie.ufrj.br/redesist> >. Acesso em: dez 2006
- VELAZQUES ALVAREZ, Alejandro O; GALLEGOS NORNAN, Aguilar. **Manual introductorio al análisis de redes sociales**. Ejemplos prácticos com UCINET 6.85 y Netdraw 1.48. Junio 2005.
- ALLEGRETTI, Mary Helena. **A construção social de políticas ambientais: Chico Mendes e os movimentos seringueiros**. 2002. 700f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável). Brasília, DF. 2002.
- _____. Reservas Extrativistas: parâmetros para uma política de desenvolvimento sustentável na Amazônia. In: ARNT, Ricardo. **O destino da floresta: reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia**. Rio de Janeiro: Relume - Dumará; Curitiba: Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais; Fundação Konrader Adenauer, 1994, p. 49-68.
- ALMEIDA, Ana Maria Andrade Lima de. **Cidadania e sustentabilidade: o caso da Reserva Extrativista do Médio Juruá – AM**. 2003. 138f. Dissertação. (Mestrado em Ciências Ambientais e Sustentabilidade na Amazônia) - Centro de Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus.2003.
- ALMEIDA, Mauro Willian Barbosa de. **Redescobrimdo a família rural**. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicações/rbcs_00_01/rbcs01_06.htm>. Acesso em: mar 2007.
- AMAPAZds, Arquitetura, Meio Ambiente, Planejamento Urbano e Desenvolvimento Sustentável. **Plano Comunitário de Desenvolvimento Iratapuru Sustentável**. v. I e II. 2004. Digitado.
- AMARAL NETO, Manuel; MUCHATA, Márcia. Tem Barulho na Mata: perspectivas para o manejo comunitário de florestas em uma região de fronteira. In. SIMÕES et al

(Org). **Agricultura familiar**: métodos e experiências de pesquisa-desenvolvimento. Belém: NEAF. 2001. 358 p.

AMARAL NETO, Manuel. **Manejo florestal comunitário na Amazônia brasileira**: análise da participação e valorização de saberes de grupos locais na implementação de três projetos pilotos. 2004. 99 f. Dissertação. (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável). Núcleo de Estudos de Agricultura Familiar, Universidade Federal do Pará, Belém. 2004.

ANDERSON, Anthony; CLAY, Jason (Org). **Esverdeando a Amazônia**: comunidades e empresas em busca de práticas para negócios sustentáveis. São Paulo: IIEB, 2002. 202 p.

ANDRE, Isabel; REGO, Patrícia. Redes y Desarrollo Local: la importancia del capital social y de la innovación. **Boletín de la A. G. E.** n. 36. p. 117-127. 2003.

ANTONIO NOGUERA, José. **Racionalidad y deliberación en la acción colectiva**. **Revista Internacional de Sociología**. v. 65, n. 46, p. 107-129, Enero-Abril. 2007.

ASSIS, Willian Santos de. Redes sociais locais para o processo de inovação em comunidades rurais. In. SIMÕES et al (Org). **Agricultura familiar**: métodos e experiências de pesquisa-desenvolvimento. Belém: NEAF. 2001. 358 p.

AYOUB PÉREZ, José Luis. Una aproximación a la lógica de la acción colectiva de Mancur Olson. **Revista Ciencias Jurídicas y Sociales**. n. 4. out. 2007.

BAQUERO, Marcello; CREMONESE, Dejalma (Org). **Capital social**. Teoria e Prática. Ijuí: Unijuí, 2006. 328 p.

BARBOSA, Larissa Ribeiro. **Conservação da biodiversidade e gestão participativa na Amazônia**: o caso da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru (Amapá-Brasil). Paris: HOLOS, 2001, 88 p. Mimeografado.

BECKER, Dizimar F. A Contradição em processo: o local e o global na dinâmica do desenvolvimento regional. In Becker, Dizimar et al (Org). **Desenvolvimento regional**: abordagens interdisciplinares. Santa Clara do Sul: Edunisc, 2003. 395 p.

BENJAMIN, Aldrin Mario da Silva. **Agroextrativismo**: sustentabilidade e estratégias produtivas na reserva extrativista do Rio Cajarí, Sul do Amapá. 2004. 96f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável). Núcleo de Estudo em Agricultura Familiar, Universidade Federal do Amapá, Belém. 2004.

BORGATTI, S. P; EVERETT, M; FREEMAN, L. UCINET 6 for Windows **software for social networks analysis** – USER'S GUIDE. 2002.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 11 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2007. 311 p.

_____, **A economia das trocas simbólicas**. 6 ed. São Paulo: Perspectiva. 2005. 361 p.

_____, O capital social: notas provisórias. *In*: NOGUEIRA, Maria Alice.; CATANI, Afrânio. **Pierre Bourdieu**. Escritos de Educação. 6 ed. Petrópolis: Vozes. 2004. 247 p.

_____, Os três estados do capital cultural. *In*: NOGUEIRA, Maria Alice.; CATANI, Afrânio. **Pierre Bourdieu**. Escritos de Educação. 6 ed. Petrópolis: Vozes. 2004. 247 p.

BOISIER, Sergio. Hay espacio para el desarrollo local en la globalizacion? **Revista de La Cepal**, n. 86. Ago 2005.

BOURDIN, Alain. **A questão local**. Rio de Janeiro: DP & A. 2001. 237 p.

BRASIL. **Constituição da República do Brasil**: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988 – Brasília: Senado Federal. 2007. 88 p.

_____. Presidência da República. Conselho da Comunidade Solidária. **Desenvolvimento local integrado e sustentável**. XIX Reunião do Conselho da Comunidade Solidária. Brasília. Março. 1998.

BREIGER, Ronald L (traducción Narciso Pizarro). Control social y redes sociales: Um modelo a partir de Georg Simmel. **Política y Sociedad**, n. 33. p. 57-72. 2000.

BUARQUE, Sergio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Metodologia de planejamento. 4 ed. Rio de Janeiro: Garamond. 2008. 180 p.

CAILLÉ, Alain. Nem holismo, nem individualismo metodológicos: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 13, n. 38, p. 5-37. 1998.

CAMPANHOLA, Clayton; SILVA, José Graziano da. Desenvolvimento local e a democratização dos espaços rurais. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**. Brasília, v. 17, n. 1, p. 11-40, jan/abr. 2000.

CAMPOS, Índio. **A sustentabilidade da agricultura na Amazônia**. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE. São Paulo, 2002. Anais... São Paulo; ANPPAS. 2002. Disponível em :< <http://www.anppas.org.br>>. Acesso em: jan 2007.

CANTE, Freddy. Acción colectiva, metapreferências y emociones. **Cuadernos de Economía**, n. 47, 2007.

CARNEIRO, Maria José. **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro, Contra Capa Livraria. 1998. 228 p.

_____. Ruralidade: novas identidades em construção. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**. São Paulo, n.11, p. 53-75, out, 1988.

CARPIO MARTIN, José. Desarrollo local para um nuevo desarrollo rural. **Anales de Geografía de la Universidad Complutense**. p. 85-100. 2000.

CARVALHO, Horácio Martins. **Formas de associativismo vivenciadas pelos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil**. Disponível em: < [http://: www.dataterra.org.br](http://www.dataterra.org.br) >. Acesso em: fev 2007.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra. 2007. 698 p.

CASTRO, Isabel. Problemática qualitativa e quantitativa do 'capital social': uma exploração. **SOCIUS** – Centro de Investigação em Sociologia Econômica e das Organizações. Instituto Superior de Economia e Gestão. Universidade Técnica de Lisboa. Jan 2006.

CASTRO, Manoel Cabral de. **Desenvolvimento sustentável e gestão ambiental na formulação de políticas públicas**: a experiência do Estado do Amapá. Macapá: CEFHOR/SEMA. 1998. 114 p.

CHAGAS, Marco Antonio Augusto. **Gestão ambiental no Amapá**. Evolução e contribuição do subprograma de política de recursos naturais do PPG7. 2003. Dissertação. (Mestrado). Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável. 2003.

CHAZEL, Francois. Movimentos sociais. In: BOUDON, Raymond (Org). **Tratado de sociologia**. Trad. T. Curvelo. Rio de Janeiro: Zahar. 1995, p. 283-335.

CNS-RA. **Relatório de atividades**: convênio firmado entre o CNS-AP e o IBAMA para a implantação de infra-estruturas na Reserva Extrativista do Rio Cajari. Macapá: 1992. 9 p.

COLEMAM, James. Social capital in the creation of human capital. **American Journal of Sociology**, v. 94, p. 95-120, 1988. Suplemento.

CONTRERAS O. Rodrigo. Empoderamiento campesino y desarrollo local. **Revista Austral de Ciencias Sociales**. Chile, n. 4, p. 55-68. 2000.

CORREA, Silvio Marcus de Souza. **Capital social e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: Edunisc. 2003. 336p.

COSTA, Francisco de Assis. **Formação agropecuária da Amazônia**. Os desafios do desenvolvimento sustentável. Belém. UFPA.NAEA. 2000. 355 p.

_____. Racionalidade camponesa e sustentabilidade: elementos teórico para um programa de pesquisa sobre a agricultura familiar na Amazônia. In: **Cadernos do NAEA**, n. 12. Belém. NAEA. p. 5-48. 1994

_____. O investimento camponês: considerações teóricas. **Revista de Economia Política**, v. 15, n. 1. jan/mar. p. 83-100. 1995.

_____. **Ecologismo e questão agrária na Amazônia**. Belém:

SEPEQ/NAEA/UFPA, 1992, p. 81.

CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. Confiança, capital social e desenvolvimento territorial. **R. RA'EGA**. Curitiba, n. 4, p. 49-60. 2000.

CUNHA, Luis Henrique. **Manejo comunitário de recursos naturais na Amazônia: arranjos institucionais e mediação externa**. 2002. (Tese). Doutorado em Ciências – Desenvolvimento Sócio-ambiental. Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. 2002.

DAOU, Ana Maria. **A belle époque amazônica**. Rio de Janeiro: Zahar. 2000.

DANTAS, Fátima Carrera Guedes. **Empreendedorismo ou subsistência na floresta? O Caso do Iratapuru / COMARU no Amapá**. 2003. 172 f. (Dissertação). Mestrado em Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável. 2003.

DE LA ROSA Tryano, et al. Análisis de redes sociales mediante diagramas estratégicos y diagramas estructurales. **Revista hispana para el analisis de redes sociales**, v. 8, ago 2005.

DEL MORAL, Julio Baca. **La acción colectiva: base del desarrollo sustentable**. Disponível em: < [http://: www.idl-bnc.idrc.ca/dspace/handle/123456789/28458](http://www.idl-bnc.idrc.ca/dspace/handle/123456789/28458) > Acesso em: fev 2006.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **O mito moderno da natureza intocada**. 4 ed. São Paulo: Hucitec; Núcleo de Apoio a Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras. Universidade de São Paulo. 2004. 169 p.

DIEGUES, A.; MOREIRA, A. C. (orgs). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: Universidade de São Paulo. NUPAUB. 2001.

DINIZ, Janaina Deane de Abreu Sá. **Estudo exploratório da cadeia produtiva da castanha do Brasil no Amapá**. Brasília: 2003, p. 59. Mimeografado.

DURKHEIM, Emile. **Da divisão social do trabalho**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes. 1999. 483 p.

DURSTON, John. Qué es el capital social comunitário? **Revista Políticas Sociales**. n. 38, p. 1-41. CEPAL. Santiago. Jul 2000.

_____, El capital social campesino en la gestión del desarrollo rural. Diadas, equipos, puentes y escala. **Revista Políticas Sociales**, n. 69, p. 1-168. Santiago. 1999.

ELIAS, Norbert. **Introdução a sociologia**. Lisboa: Ed. 70. 2005. 202 p.

_____, **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar. 1994. 201 p.

ESLTER, John. **Racionalidade e normas sociais**. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 13, . Caxambú. 1989. Anais...Caxambú. ANPOCS, 1989.

EMMI, Marília. **A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**. 2 ed. Belém: UFPA.NAEA. 1999. 174 p.

EMPERAIRE, Laure. Extrativismo e o desenvolvimento sustentável na Amazônia. In CASTRO, Edna; PINTON, Florence (Org). **Faces do trópico úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente**. Belém. CEJUP. UFPA/NAEA. 1997.

ESPINOZA, Vicente. Redes sociales no manejo de situaciones de crisis familiar. In: SIMPÓSIO SOBRE CAPITAL SOCIAL. Tercer Congreso Chileno de Antropologia. Santiago. 1998

FERNANDES, Aristóteles Viana. **Qualidade de vida rural com sustentabilidade na Amazônia: o caso da Reserva Extrativista do Rio Cajarí no Estado do Amapá**. 1997. 93f. (Dissertação) . Mestrado em Economia Rural. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza. 1997.

FERREIRA PENA, Domingos Soares. **Obras completas**. v. 2. Belém: Conselho Estadual de Cultura. 1971.

FERRAZ, Fernanda Pompeo de Camargo. A velocidade da inovação e o tempo da floresta: uma experiência. *In*: BENSUSAN, Nurit et al. **Biodiversidade: para comer, vestir ou passar no cabelo?** São Paulo: Peirópolis. 2006. 418 p.

FILOCREÃO, Antonio Sérgio Monteiro. **Extrativismo e capitalismo: a manutenção, funcionamento e reprodução da economia extrativista do Sul do Amapá**. Macapá: Secretaria de Estado do Meio Ambiente. 2002. 169 p.

_____. (Coord.). **Relatório de pesquisa: A sócio-economia da Reserva Extrativista do Rio Cajarí**. Macapá: CNPT-IBAMA, 205 p. 1993. Mimeografado.

_____. **Agroextrativismo e capitalismo na Amazônia: as transformações recentes no agroextrativismo do sul do Amapá**. Tese. 534 f. (Doutorado em Ciências – Desenvolvimento Socioambiental). Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Belém. 2007.

FISCHER, Tânia (Org). **Gestão do desenvolvimento local e poderes locais: marcos teóricos e avaliação**. Salvador: Casa da Qualidade. 2002. 344 p.

FONTES, Breno Augusto Souto-Maior.; EICHNER, Klaus. A formação de capital social numa comunidade de baixa renda. **Revista hispana para el análisis de redes sociales**, v. 7, n. 2, p. 14-29. 2004.

FORNI, Pablo.; LONGO, Maria Eugenia. Las respuestas de los pobres a la crisis: las redes de organizaciones comunitarias y la busqueda de soluciones a los problemas

de las áreas periféricas de Bueno Aires. Redes. **Revista Hispana para el Analisis de Redes Sociales**, v. 6, n. 6, jun/jul 2004. Disponível em: < <http://revista-redes.rediris.es>>. Acesso em: maio 2006.

FRAGOSO, António. Desenvolvimento participativo: uma sugestão de reformulação conceptual. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 18, n. 1. p. 23-51. Braga. 2005.

FRANCISCO, Andrés de. Modelos de acción colectiva: modelos de cambio social. **Revista Papers**, n 4. p 77-85. 1994.

FRANCO, Augusto de. **Capital social**. Leituras de Tocqueville, Jacobs, Putnam, Fukuyama, Maturana, Castells e Levy. Brasília: Millenium. 2001. 320 p.

_____. **O Desenvolvimento local e o governo atual**. Carta Capital social. Disponível em: < http://www.augustodefranco.locaweb.com.br/cartas_comments.php?id=32_0_2_0_C > Acesso em: out.2008.

FRIEDBERG, E. Organização. In: BOUDON, R. (Org). **Tratado de sociologia**. Trad. T. Curvelo. Rio de Janeiro: Zahar.1995, p. 375-412.

FUKUYAMA, Francis. **Confiança**: as virtudes sociais e a criação da prosperidade. Rio de Janeiro: Rocco.1996. 455 p.

_____. **What is social capital**. Disponível em: < www.ifm.org>. Acesso em jul 2007.

GARRIDO FILHA, Irene. **O Projeto Jari e os capitais estrangeiros na Amazônia**. Rio de Janeiro: Vozes. 1980. 196 p.

GEMAQUE, Rubens (Coord.). **Plano preliminar**: Projetos de Assentamento Extrativista Rio Maracá I, II e III. Macapá: MIRAD/INCRA, 1988. Mimeografado.

GODBOUD, J. T. Introdução à dádiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 13, n. 38, p. 39-51. 1998.

GOSS, Karine Pereira.; PRUDENCIO, Kelly. O Conceito de movimentos sociais revisitado. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v. 2, n. 1, p. 75-91, jan-jul 2004.

GRAEBER, David.; LANNA, Marcos. Comunismo ou comunalismo? A política e o “Ensaio sobre o dom”. **Revista de Antropologia**, v. 48. Sao Paulo, n. 2. 2005.

GRANOVETTER, M. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. **American Journal of Sociology**, n. 91, p. 481-510. 1995.

GROOTAERT, Christian.; VAN BASTELARES, Thierry. **Understanding and measuring social capital**. A sinthesis of findings and recommendations from the social capital initiative. Forum Series on the role of institutions in promoting economic growth. World Bank. Disponível em: <www.worldbank.org>. Acesso em: abr 2006.

GROOTAERT, Christian et al. Questionário integrado para medir capital social. QI-MCS. **Grupo Temático sobre Capital Social**. Junho. 2003. Disponível em: <http://poverty2.forumone.com/files/14753_qi-mcs.pdf>. Acesso em: fev 2006.

GROOTAERT, Christian; VAN BASTELAERT, T. **The role of social capital in development: an empirical assessment**. Cambridge University Press. New York. 2002.

GUTIERREZ MANSILA, Liliana. El capital social campesino y la logica de la acción colectiva. **Revista de Antropologia Rural**. Santiago, n. 1. 2006.

HARDIN, Garret. La tragédia dos bienes comunes. In: SMITH, Richard C. et al. **El cuidado de los bienes communes: gobierno y manejo de los lagos y bosques en la Amazonia**. Lima: IEP; Instituto del Bien Común, 2002. (Estudios de la Sociedad Rural, 21), p. 33-48.

HANNEMAN, Robert A. **Introducion a los métodos del analisis de redes sociales**. Disponível em: <<http://wizard.ucr.edu/~rhannema/networks/text/textindex.html>>. Acesso em: abr 2006.

HERREROS VÁZQUEZ, Francisco. Confianza y cooperación em ausência del Estado. **Revista Internacional de Sociologia**. v. 65, n. 46, p. 87-105, jan-abr 2007.

HIGGINS, Silvio Salej. **Fundamentos teóricos do capital social**. Chapecó: Argos. 2005. 263 p.

_____, Precisamos de capital social? Sim, mas socializando o capital. **Revista Eletrônica dos Pós-graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v. 2, n. 1, p. 1-21. jan-jul 2005.

IBAMA. **Projeto Reservas Extrativistas**. Relatório final da 1ª fase 1995-1999. Brasília. CNPT.IBAMA. 200-?

_____, **Reserva Extrativista do Rio Cajarí-AP**. Disponível em <<http://www.ibama.gov.br/resex/Cajarí/Cajarí.htm>>. Acesso em jan 2007.

IBGE. **Censo de 2007**. Rio de Janeiro. 2007.

_____, **Pesquisa nacional por amostra domiciliar. PNAD 2006**. Rio de Janeiro. 2007.

INCRA, Superintendência Regional do Amapá. **Sistema de informações de projetos de reforma agrária**: Plano de Desenvolvimento P.A.E. Maracá – Mazagão-AP. Macapá: INCRA, FUNDAP, 2004.

_____. **Projetos de Assentamento Extrativista Maracá I, II e III**. Proposta do Grupo de Trabalho interinstitucional constituído e coordenado no âmbito do INCRA - Amapá. Macapá: 1993 p. 10. Mimeografado.

_____. Superintendência Regional do Amapá. **Relatório de levantamento ocupacional e levantamento de dados socioeconômico do projeto de Assentamento Extrativista Maracá**. Macapá: 2007, p. 63. Mimeografado.

_____. Superintendência Regional do Amapá. **Relatório de apresentação: Projetos de Assentamento Extrativista Rio Maracá I,II,III**. Macapá: 1996, p. 15. Mimeografado.

Instituto de Desenvolvimento Rural: **Relatório do diagnóstico no projeto de Assentamento Extrativista – PAE Maracá**. Macapá: 2005.

JPG, Consultoria e Participação Ltda. **Diagnostico de sustentabilidade do processo de produção de óleo extraído da castanha-do-Brasil (Bertholletia excelsa)**: Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru-Amapá. São Paulo: 2000, 36 p.

_____. **Plano de manejo florestal para exploração sustentável dos frutos da castanha-do-brasil (Bertholletia excelsa) na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru na região Sul do Amapá, com vistas à produção de óleo de castanha**. São Paulo: 2002. 46 p.

KAHWAGE, Claudia. Campesinato e capital social comunitário em Igarapé-Açu. *In*: _____ et al (Org). **Inovação e difusão tecnológica para sustentabilidade da agricultura familiar na Amazonia**: resultados e implicações do projeto SHIFT socioeconomia. Belém: NAEA. UFPA. 2006. 276 p.

KLIKSBERG, G. B.; TOMASSINI, L. **Capital social y cultura**: claves estratégicas para el desarrollo. BID. 2000.

LANDINI, Tatiana Savoia. **A sociologia processual de Nobeit Elias**. *In*: SIMPÓSIO INTERNACIONAL PROCESSO CIVILIZADOR – TECNOLOGIA E CIVILIZAÇÃO, 9. Ponta Grossa. 2005, Anais... Ponta Grossa. 2005.

LAZZARINI, Sergio Z. et al. O conceito de capital social e aplicações para desenvolvimento e estratégia sustentável. **Revista Preços Agrícolas**, n. 36. Maio 2000.

LEONELLI, Domingues. **Uma sustentável revolução na floresta**: notas sobre a governabilidade e Agenda 21 no Amapá. São Paulo: Vira Mundo. 2000. 310 p.

LIMA, Débora de Magalhães. A construção histórica do termo caboclo. Sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico. **Novos Cadernos NAEA**. Belém, v.2, n.2, p.5-32. 1999.

_____. Equidade, desenvolvimento sustentável e preservação da biodiversidade: algumas questões sobre a parceria ecológica na Amazônia. *In*: CASTRO, Edna e PINTON, Florence (Org). **Faces do trópico úmido**: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente. Belém: Cejup. 1997, p. 285-314.

- LIMA, Tatiana Lobato de. Populações tradicionais e Estado: interesses e disposições normativas na RESEX Cajarí/AP. In COELHO, Maria Célia N. et al. (Org). **Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão de Recursos Naturais**. Belém. Cejup. 2000. p. 185-198.
- LIN, Nan. **Social capital**. A theory of social structure and action. Cambridge University Press. 2001. 278 p.
- LIN, Nan et al. Social recourses and strength of ties: structural factors in occupational attainment. **American Sociology Revista**, n.46. p. 393-405.
- LINS, Cristóvão. **Jari 70 anos de história**. Rio de Janeiro: DATAFORMA, 1991, 236 p.
- LITTLE, Paul E.; FILOCREÃO, Antonio Sérgio. **Relatório Sócio-econômico: Projetos de Assentamento Extrativista Maracá I, II, III**. Macapá: IEA, 1994, p. 131. Mimeografado.
- LOUREIRO, João de Jesus Paes. **Cultura Amazônica: uma poética do imaginário**. São Paulo: Escrituras. 2001. 437 p.
- McGRATH, David. Parceiros do Crime: o regatão e a resistência cabocla na Amazônia tradicional. **Novos Cadernos do NAEA**, v. 2. n. 2. dez 1999.
- McGRATH David et al. Manejo florestal comunitário para a produção de móveis em pequena escala na Amazônia brasileira. In: ZARIN et al. **As florestas produtivas nos neotrópicos**. Conservação por meio do manejo sustentável. São Paulo: Peiropolis. IEB Instituto Internacional de Educação do Brasil. 2005.
- McGRATH, David et al. Manejo comunitário de lagos de várzea e o desenvolvimento sustentável da pesca na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**. v. 1, n.2, dez 1998.
- McGRATH, David et al. Políticas públicas e manejo comunitário de recursos naturais na Amazonia. **Revista Ambiente & Sociedade**, v VI, n. 2, jul-dez 2003.
- MANESCHY, Maria Cristina.; KLOVDAHL, Alden. Redes de associações de grupos camponeses na Amazônia Oriental (Brasil):fontes de capital social? **Revista hispana para el análisis de redes sociales**, v. 12, n. 4, jun 2007.
- MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva**: introdução de Claude Levi-Strauss. Lisboa: Edições 70. 2001. 199 p.
- MARTINELLO, Pedro. **A batalha da borracha na segunda guerra mundial e suas consequências para o Vale Amazônico**. Tese. 368 f. (Doutorado História Econômica). Universidade de São Paulo. 1988
- MARTINS, Paulo Henrique. De Lévi-Strauss a M.A.U.S.S. (Movimento antiUtilitarista nas Ciências Sociais): itinerários do dom. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 23, n. 66. p. 105-130. fev 2008.

MARTELETO, Regina Maria. Análises de redes sociais – aplicação nos estudos de transferência de informação. **Revista Ciência da Informação**. Brasília, v. 30, n. 1. p. 71-81, jan-abr 2001.

MARTELETO, Regina Maria.; SILVA, Antonio Braz de Oliveira. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. **Revista Ciência da Informação**. Brasília, v. 33, n. 3, p. 41-49, set-dez 2004.

MCKEAN, Margaret E.; OSTROM, Elinor. Regimes de propriedade comum em florestas: somente uma relíquia do passado? *In*: DIEGUES, Antonio Carlos.; MOREIRA, André de Castro C. (Org). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB/LASTROP-USP. 2001. p. 79-95

MEHTA, L. et al. **El cuidado de los bienes comunes**: gobierno y manejo de los lagos y bosques en la Amazonia. Lima: IEP; Instituto del Bien Común, 2002. (Estudios de la Sociedad Rural, 21), p. 33-48.

MELUCCI, Alberto. **Acción colectiva, vida cotidiana y democracia**. El Colégio de México. México. 1999.

MILANI, Carlos. **Teorias do capital social e desenvolvimento local**: lições a partir de Pintadas (Bahia, Brasil). Disponível em: <http://: www.adm.ufba.br/> . Acesso em: maio 2006.

MILLER MOYA, Luis Miguel. Acción colectiva y modelos de racionalidad. *Estúdios Fronterizosi*. **Revista de Ciencias Sociales y Humanidades**. v. 5, n. 09. p. 107-130, jan-jun 2004.

MIRANDA, Francisca e MONZÓ, Evelyn. Capital social, estratégias individuais y colectivas: el impacto de programas públicos em tres comunidades campesinas de Chile. **Revista Políticas Sociales**. n. 67. CEPAL. Santiago. 2003.

MOLENARES, Nadia. Vida asociativa y desarrollo local em dos pueblos nicaragüenses. **Revista Políticas Sociales**. n. 90. CEPAL. Santiago. 2006.

MOULIN, Nilson (org.). **Amapá um norte para o Brasil**: diálogo com o governador João Alberto Capiberibe. São Paulo: Cortez. 2000. 125 p.

NADEL, Siegfried F. Compreendo os povos primitivos. *In*: FELDMAN-BIANCO, Bela (org). **Antropologia das sociedades contemporaneas** : Métodos. São Paulo: Ed. Global. 1987.

NASCIMENTO, Elimar. Os conflitos na sociedade moderna: uma introdução conceitual. *In*: BURSZTYN, Marcel (org). **A difícil sustentabilidade**. Política energética e conflitos ambientais. 2 ed. Rio de Janeiro: Garamond. 2001. p. 85-105.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. **O caboclo e o brabo**. *In* Encontros com a Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, v 11, p.101-140. 1979.

OLIVEIRA, Francisco de. **Aproximações ao enigma**: que quer dizer desenvolvimento local? São Paulo: Polis. Programa Gestão Pública e Cidadania. EAESP.Fundacao Getulio Vargas. 2001. 40 p.

OLSON, Mancur. **A lógica da ação coletiva**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999, 205 p.

OSTROM, Elinor. **Acción colectiva y derechos de propiedad para el desarrollo sostenible**. Comprender la acción colectiva. Punto de Enfoque II. Resumen 2 de 16. Fev 2004.

_____, Reformulando los bienes comunes. *In*: SMITH, R. C.; PINEDO, D. **El cuidado de los bienes communes**: gobierno y manejo de los lagos y bosques en la Amazonia. Lima: IEP. Instituto do Bien Común. 2002. p. 49-77. (Estúdios de la Sociedad Rural, 21).

OSTROM, Elinor.; AHN, T. K. Una perspectiva del capital social desde las ciências sociales: capital social y acción colectiva. **Revista Mexicana de Sociologia**. v. 65, n. 1, p. 155-233. 2003.

PARAMIO, Ludolfo. Decisión racional y acción coletctiva. **Revista Leviatán**. n. 79. p. 65-83. 2000.

PATINO PASCUMAL, Lourdes Isabel. Población y manejo comunitário de los recursos naturales: el caso del município de Nuevo Zoquiapam. **Premio Estúdios Agrários**. 2002.

PERES, Fernando Curi. Capital social: a nova estrela do crescimento econômico. **Revista Preços Agrícolas**. n. 36. Maio 2000. p. 08-12.

PICANÇO, José Reinaldo Alves. **Reserva Extrativista do Rio Cajari**: verso e reverso da territorialização no sul do Amapá. Dissertacao. 158 f. (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2005.

PINTO, Lucio Flavio. **Jari, toda a verdade sobre o projeto de Ludwig**. São Paulo: Marco Zero. 1986, 219 p.

PORTES, Alejandro. Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea. **Revista Sociologia Problemas e Práticas**. n. 33. p 133-138. 2000.

PORTO, Jadson. **Amapá**: principais transformações econômicas e institucionais - 1943 a 2000. Macapá: GEA/SETEC. 2003, 198 p.

PORTUGUAL, Sílvia. **Quanto vale o capital social?** O papel das redes informais na provisão de recursos. CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. Coimbra, 8. 2003. Anais... 2003.

Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá. **Programa de governo**. Amapá: SEPLAN, 1995, 42 p.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas. 2002. 257 p.

QUEIROZ, Imar Domingos. As ações coletivas na sociedade contemporânea. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. v. 1, n. 1, ago-dez. 2003.

RABELO, Benedito et al. **Macrodiagnostico do Estado do Amapá**. Primeira Aproximação do ZEE. Equipe Técnica do ZEE/AP. Macapá: IEPA, 2002, 140 p.

_____. Laranjal do Jarí: **Realidades que devem ser conhecidas**. Macapá: IEPA, 2004. 114 p.

RAIOL, Osvaldino. **A Utopia da terra**. Na fronteira da Amazonia. A geopolítica e o conflito pela posse da terra no Amapá. Macapá: Gráfica O Dia. 1992. 240 p.

RAMIREZ, Eduardo e BERDEGUÉ. **Acción colectivas e mejoras em las condiciones de vida de las poblaciones rurales**. Disponível em: <http://www.fondomikachorlavi.org/ac/documentos_pdf/accion_es.pdf> Acesso em: mar 2007.

REGO, José Fernandes do. Amazônia: do extrativismo ao neoextrativismo. **Revista Ciência Hoje**, n. 147. 1999. Disponível em: <www.cienciahoje/ch/ch147/html>. Acesso em: jan 2006.

REIS, Bruno Pinheiro. Capital social e confiança: questões de teoria e método. **Revista Sociologia Política**. Curitiba. n. 21. p. 35-49, nov 2003.

RIBEIRO, Gustavo Lins; FELDMAN-BIANCO, Bela. **Antropologia e poder**: contribuições de Eric Wolf. Brasília. UnB. 2003.

ROBLES MORALES, José Manuel. Bajo el signo de la moral. Son útiles los incentivos morales para explicar la acción colectiva? **Revista Internacional de Sociología**. v. 65, n. 46, p 185-204, jan-abr 2007.

RUEDA, Rafael Pinzón. **Relatório consolidado de avaliação**. Avaliação do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil. Secretaria de Coordenação da Amazônia. Brasília. MMA. 2006. 157 p. Mimeografado.

RUELLAN, Alain et al (Org). **Desenvolvimento sustentável no Amapá**: uma visão crítica. Brasília: Fundação João Mangabeira. 2007. 290 p.

SABOURIN, Eric. **Práticas de reciprocidade e economia de dádiva em comunidades rurais do Nordeste Brasileiro**. 200?. Disponível em: <<http://www.afm.cirad.fr/documents/1>>. Acesso em: jun 2008

_____. **Educação, dádiva e reciprocidade**: reflexões preliminares. Disponível em: <<http://www.jornaldomauss.org/extra/2008>>. Acesso em: jun 2008.

SAMPAIO, Aldo César Figueira. Controle da Terra, Capital e Trabalho no sul do

Amapá. In COELHO, Maria Célia N. et al. (org). **Estado e políticas públicas na Amazônia**: gestão de Recursos Naturais. Belém: Cejup. UFPA.NAEA. 2000. 289 p.

SANCHEZ-CUENCA, Ignacio. Cooperar por principio. **Revista Internacional de Sociologia**. v. 65, n. 46. p. 11-35, jan-abr 2007.

SANCHIS PALACIO, Joan Ramon. Las estrategias de desarrollo local: aproximacion metodológica desde uma perspectiva sócio-economica e integral. **Revista de direccion, organizacion y administracion de empresas**. n. 21. p 147-160. 1999.

SARNEY, José.; COSTA, Pedro. **Amapá**: a terra onde o Brasil começa. Coleção Brasil 500 anos. Brasília: Senado Federal. 1999. 269 p.

SARTRE, Xavier Arnaud de.; BERDOULAY, Vincent. Teoria do sujeito, geografia e desenvolvimento local. **Novos Cadernos NAEA**. Belém, v. 8, n. 2, p.109-124. 2005.

SCHERR, Sara J. et al. Fazer os mercados funcionarem para as comunidades das florestas. In ZARIN et al. **As florestas produtivas nos neotrópicos**. Conservação por meio do manejo sustentável. São Paulo: Peiropolis. IEB Instituto Internacional de Educação do Brasil. 2005.

SCHMINK, Marianne. Comunidades, florestas, mercados e conservação. In: ZARIN et al. **As florestas produtivas nos neotrópicos**. Conservação por meio do manejo sustentável. São Paulo: Peiropolis. IEB Instituto Internacional de Educação do Brasil. 2005.

SEVILLA GUZMÁN, E. e GONZALEZ DE MOLINA, Manuel. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular. 2005. 96 p.

SILVEIRA, Caio Marcio. **Desenvolvimento local**: concepções, estratégias e elementos para avaliação de processo. In: FISCHER, Tânia (Org). Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação. Casa da Qualidade. Salvador, p. 239-244. 2002.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar. 2006. 119 p.

SILVA, José Bittencourt da. **Sustentabilidade institucional e participação comunitária na Reserva Extrativista do Rio Cajari**. 2003. 149f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Universidade Federal do Pará. 2003.

_____. **Unidades de conservação e organizações de populações tradicionais sul-amapaenses**: problemas, tendências e perspectivas. 2007. 374f. Tese (Doutorado em Ciências – Desenvolvimento Sócio Ambiental). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Universidade Federal do Pará-NAEA. 2007.

SOUZA, Josiane do Socorro Aguiar de. Percepção de condições de vida da população urbana em várzea: Laranjal do Jarí. In CHAGAS, Marco Antonio.

Sustentabilidade e gestão ambiental no Amapá. Saberes Tucujus. Macapá: SEMA. 2002.

SOUZA, Márcio. **Breve história da Amazônia.** Rio de Janeiro: Agir. 2001. 240 p.

SOUSA, Walter Paixão de. **A dinâmica dos sistemas de produção praticados em uma unidade de conservação de uso direto na Amazônia - a Reserva Extrativista do Rio Cajari.** 2005. 167f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Amazônicas). Universidade Federal do Pará. Oriental. 2005.

_____. **Inovações técnicas e sociais nos sistemas de produção com castanha-do-brasil (bertholletia excelsa HBK) no Estado do Amapá.** Projeto NHÁ-RIN. Pesquisa em andamento. 37 p. Mimeografado.

SOUSA, Walter Paixão de.; FERREIRA, Laura Angélica. Os sistemas agrários com a castanha-do-brasil (*Bertholletia Excelsa H.B.K.*) na região sul do Estado do Amapá. **Revista Amazônia: Ci & Desenvolvimento.** Belém. v. 2, n. 3, jul-dez. 2006.

TOMAEL, Maria Inês.; MARTELETO. Redes sociais: posições dos atores no fluxo de informação. **Revista Ciência da Informação.** Florianópolis. n. especial. 2006.

TEIXEIRA, Elenaldo. **O local e o global.** Limites e desafios da participação cidadã. 3 ed. São Paulo: Cortez. 2002. 224 p.

TUBINO, Denise et al. **A Castanha-da-Amazônia e a Reserva Extrativista de Maracá- Amapá.** Monografia. 35f. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília. 2005.

VAZQUEZ BARQUERO, Antonio. El desarrollo local: uma estratégia para el nuevo milênio. **Revista de Estudos Cooperativos.** n. 68, p. 13-19. 1999

_____, **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização.** Porto Alegre: Editora UFRGS. 2001. 280 p.

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato:** um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. 2 ed. São Paulo: Difel. 1979. 260 p.

VEIGA, José Eli. **Desenvolvimento sustentável:** o desafio do século XXI. 3ª ed. Rio de Janeiro: Garamond. 2008. 220 p.

_____, **Do global ao local.** Campinas: Autores Associados. 2005. 120 p.

VILHENA, Manoel Ricardo. **Ciência, tecnologia e desenvolvimento na economia da Castanha-do-Brasil:** a transformação industrial da Castanha -do-brasil na COMARU - região Sul do Amapá. 2004. 149f. Dissertação (Mestrado em Política Científica e Tecnológica). Universidade de Campinas. 2004.

XIMENES, Tereza. Capital social, redes sociais e inovações produtivas. **Revista Ambiente & Sociedade.** ISSN 1414-753X. No prelo. Texto aceito para publicação.

Junho 2008. 23 p.

_____, **A Gestão de recursos naturais de uso comum e tipos de conflitos**. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 3. Anais... Brasília. ANPPAS, 2006.

ZARIN, D. J. et al. **As florestas produtivas nos neotrópicos: conservação por meio do manejo sustentável?** São Paulo: Peirópolis. IEB, 2005, 511 p.

ZAPATA, Tânia. Desenvolvimento econômico local: desafios, limites e possibilidades. In: PARENTE, Silvana. **Desenvolvimento local: trajetórias e desafios**. Recife: Gráfica Nacional. 2006.

ZAULI, Eduardo Meira. Grupos de interesse e ação coletiva: uma crítica formal a Mancur Olson. **Revista Vanguarda Econômica**. Ano 3, n. 3. p. 11-17. 1995.

WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia: Expansão e Decadência 1850-1920**. São Paulo: Hucitec. 1993. 371 p.

WITKOSKI, Antonio Carlos. **Florestas de trabalho: os camponeses amazônicos de várzea e as formas de uso de seus recursos naturais**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 8, Indaiatuba, 2004. Anais... Indaiatuba, ANPPAS, 2004.

WITTMANN, Milton Luiz.; RAMOS, Marília Patta (Org.). **Desenvolvimento regional: capital social, redes e planejamento**. Santa Cruz do Sul: Edunisc. 2004. 215 p.

WOOLCOCK, Michael; NARAYAN, Deepa. **Capital social: implicaciones para la teoria, la investigación y las políticas sobre desarrollo**. Development Reseach Group The World Bank. Disponível em: < www.worldbank.org >. 1998. Acesso em: mar 2006.

WOLF, Eric R. **Sociedades camponesas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar. 1976. 150 p.

ANEXOS

ANEXO A

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
 NUCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS – NAEA
 PROGRAMA DE DOUTORADO DO TRÓPICO ÚMIDO - PDTU

Esta pesquisa refere-se à tese de doutorado do **Prof. Adalberto Ribeiro / UNIFAP**, aluno do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA, da UFPA. Gostaríamos que respondesse as perguntas da forma mais objetiva possível. Sua colaboração será de muita importância para os nossos resultados. Grato

ANEXO A – QUESTIONÁRIO ARS - Diretores organizações

Análise do grau de relacionamento entre as organizações sociais.

NOME _____

Função _____

Tempo em que é membro da organização _____

Tempo em que exerce função de Direção _____

Das organizações sociais existentes na lista anexa com quais delas a sua organização social se relaciona? Com que frequência? Como é a qualidade da relação?

	ORGANIZAÇÃO	RELAÇÃO	1. Semanalmente; 2. 1 vez p/quinze; 3. 1 vez p/mês; 4. 1 em 2 meses; 5. Mais 2 meses	1.Boa; 2.Razoável; 3.Ruim; 4.Nenhuma das respostas acima;
Nº	NOME / TIPO (1. Sindicato, 2. cooperativa, 3. associação, 4. órgão público; 5; órgão privado; 6. ONG's;	Me relaciono 1.Sim; 2.Não	Comunicação com esta org. para assuntos de trabalho e outros assuntos.	Grau de confiabilidade.
1				
2				
3				
4				
5				
6				
7				
8				
9				
10				
11				
12				
13				
14				
15				

LISTA PREVIA DAS ORGANIZAÇÕES – internas (i) e externas (e)

1. ADAP - Agência de Desenvolvimento do Amapá – e
2. AFAP - Agência de Fomento do Amapá – e
3. AMIGOS DA TERRA - Ong – e
4. ASTEX/CA - Associação dos trabalhadores da reserva extrativista do Cajarí – i
5. ASTEX/MA - Associação dos trabalhadores do assentamento agro-extrativista do Maracá – i
6. BASA/ STN - Banco da Amazônia S/A – Ag. De Santana – e
7. CI - Conservação Internacional – e
8. CGEN - Conselho de Gestão do Patrimônio Genético – e
9. COGNIS - Empresa privada – e
10. CNPT - Conselho Nacional das Populações Tradicionais – e
11. CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – e
12. CNS - Conselho Nacional dos Seringueiros – i
13. COMARU - Cooperativa mista dos produtores e extrativistas do Rio Iratapuru –i
14. COOPERALCA - Cooperativa dos produtores de castanha do alto Cajarí – i
15. COMAJA - Cooperativa mista de agro-extrativistas de Laranjal do Jarí – i
16. EFAEX – MA Escola Família Agro-extrativista do Maracá – i
17. EFAEX – CARVÃO Escola Família Agro-extrativista do Carvão –i
18. FFEM - Fundo Francês do Meio Ambiente –e
19. FETAGRI - Federação dos Trabalhadores Agrícolas do Estado do Amapá –i
20. ICM-BIO Instituto Chico Mendes para a Biodiversidade –e
21. IEPA - Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Amapá –e
22. IESA - Instituto de Estudos Socioambientais –e
23. IMAFLORA - Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola –e
24. INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária –e
25. MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário –e
26. MMA - Ministério do Meio Ambiente –e
27. NATURA - Empresa privada – e
28. OCEAP - Organização das Cooperativas do Estado do Amapá – i
29. PMLJ - Prefeitura Municipal de Laranjal do Jarí – e
30. PMMz - Prefeitura Municipal de Mazagão – e
31. PMVJ - Prefeitura Municipal de Vitória do Jarí –e
32. PMM - Prefeitura Municipal de Macapá –e
33. RAEFAP - Rede de Escolas Familiares Rurais do Estado do Amapá –i
34. SEAF - Secretaria de Estado da Agricultura –e
35. SEICOM - Secretaria de Indústria e Comércio do Estado do Amapá –e
36. SEMA - Secretaria Estadual de Meio Ambiente –e

37. SETEC - Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Amapá –e
38. SINTRA/LJ - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Laranjal do Jari – i
39. UnB - Universidade de Brasília –e
40. WWF - Worldwide Fund for Nature –e
41. EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
42. COOP - Empresa de Assessoria e Consultoria
43. BASA/ STN - Banco da Amazônia S/A – Ag. De Santana
44. SEBRAE Serviço Brasileiro de Apoio a Pequena e Média Empresa - e

ANEXO B

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
 NUCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS – NAEA
 PROGRAMA DE DOUTORADO DO TRÓPICO ÚMIDO

Esta pesquisa refere-se à tese de doutorado do **Prof. Adalberto Ribeiro - UNIFAP**, aluno do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA, da UFPA. Gostaríamos que respondesse as perguntas da forma mais objetiva possível. Sua colaboração será de muita importância para os nossos resultados. Grato

ANEXO B – QUESTIONÁRIO QM-CSC - Domicílios

Grupos e Redes

1. Eu gostaria de começar perguntando a você sobre os grupos ou organizações, redes, associações a que você pertence. Esses grupos podem ser formalmente organizados ou apenas grupos de pessoas que se reúnem regularmente, para praticar alguma atividade, ou apenas conversar. De quantos grupos você faz parte? (apresentar uma lista das organizações consideradas internas)

_____ (quantidade)

2. De todos os grupos de que você faz parte qual é o mais importante?

_____ [Nome do grupo]

3. Pensando nos membros deste grupo (da organização social), a maioria deles é do (a) mesmo(a):

	1. Sim	2. Não
A. Religião		
B. Sexo		
C. Grupo étnico ou lingüístico/raça/casta/tribo		

4. Os membros do grupo têm, em sua maioria, a mesma:

	1. Sim	2. Não
A. Ocupação		
B. Formação educacional ou grau de escolaridade		

5. Esse grupo trabalha ou interage com grupos fora da comunidade?

1. Não
2. Sim, ocasionalmente.
3. Sim, freqüentemente.

6. Quantos amigos próximos você diria que tem hoje na comunidade? Essas pessoas são aquelas com quem se sente à vontade, para conversar a respeito de assuntos particulares, ou chamar quando precisa de ajuda.

_____ (quantidade)

7. Quantas vezes, nos últimos 12 meses, alguém desta comunidade participou de atividades coletivas, por exemplo, participando de reuniões ou realizando algum trabalho coletivo?

_____ (quantidade) _____ (razão)

8. Como uma pessoa passa a ser um membro desta comunidade?

1. Sua participação é solicitada
2. É convidada

3. Por escolha voluntária
4. Outros (especifique) _____

9. Nos últimos cinco anos*, o tamanho da comunidade diminuiu, permaneceu o mesmo ou aumentou?
[* ENTREVISTADOR: O PERÍODO DE TEMPO PODE SER ESCLARECIDO SITUANDO-O EM RELAÇÃO À ANTES/DEPOIS DE ALGUM EVENTO IMPORTANTE]

1. Diminuiu
2. Permaneceu o mesmo
3. Aumentou

10. Quando há uma decisão a ser tomada para a comunidade, geralmente, como isso acontece?

1. A decisão é imposta de fora
2. O líder decide e informa os outros membros;
3. O líder pergunta aos outros membros o que eles acham e então decide
4. Os membros da comunidade discutem o assunto e decidem em conjunto
5. Outros (especifique _____)

11. Como são escolhidos os líderes desta comunidade?

1. Por uma pessoa ou entidade de fora
2. Cada líder escolhe o(a) seu/sua sucessor(a)
3. Por decisão de alguns moradores
4. Por decisão/voto de todos os moradores
5. Outros (especifique _____)

12. Qual é a fonte de financiamento mais importante para as melhorias na comunidade?

1. Os próprios moradores financiam
2. Outras fontes dentro da comunidade
3. O governo
3. Outras fontes de fora da comunidade

13. A(s) pessoa(s) mais importante(s) que aconselha(m) ou orientam as ações para a comunidade:

1. Pertence(m) a comunidade
2. É (são) de fora da comunidade, mas pertence(m) à localidade
3. É (são) de fora da comunidade e não pertence(m) à localidade

14. Quem originalmente fundou a associação que esta comunidade está vinculada?

1. O governo central
2. O governo local
3. Um líder local
4. Membros da comunidade

15. Se de repente você precisasse de uma pequena quantia em dinheiro (o que você ganharia, digamos, em uma semana de trabalho), quantas pessoas, de dentro da comunidade, estariam dispostas a lhe fornecer este dinheiro, se você pedisse a elas?

1. Ninguém
2. Uma ou duas pessoas
3. Três ou quatro pessoas
4. Cinco ou mais pessoas

16. Se de repente você precisasse viajar por um ou dois dias, você poderia contar com seus vizinhos para tomarem conta das suas crianças?

1. Definitivamente sim
2. Provavelmente
3. Provavelmente não
4. Definitivamente não

17. Se de repente você se deparasse com uma situação de emergência mais grave, tal como a morte de um dos moradores da sua comunidade quantas pessoas de fora, estariam dispostas a lhe ajudar?

1. Ninguém
2. Uma ou duas pessoas

3. Três ou quatro pessoas
4. Cinco ou mais pessoas

18. Nos últimos 12 meses, quantas pessoas com um problema pessoal lhe pediram ajuda?

_____ (quantidade)

Confiança e Solidariedade

19. Em geral, você concorda ou discorda das seguintes afirmações?

	<ol style="list-style-type: none"> 1. Concordo totalmente 2. Concordo em parte 3. Nem concordo, nem discordo. 4. Discordo em parte. 5. Discordo totalmente.
A. A maioria das pessoas desta comunidade estão dispostas a ajudar caso você precise.	
B. É preciso estar atento ou alguém pode tirar vantagem de você.	

20. Quanto você confia em:

	<ol style="list-style-type: none"> 1. Confio totalmente 2. Confio muito 3. Nem muito, nem pouco 4. Confio pouco 5. Confio muito pouco
A. Membros do governo municipal	
B. Membros do governo estadual	

21. Hoje em dia, com que frequência você diria que as pessoas desta comunidade ajudam umas às outras? Utilize a escala abaixo.

1. Sempre ajudam
2. Quase sempre ajudam
3. Algumas vezes ajudam
4. Raramente ajudam
5. Nunca ajudam

Ação Coletiva e Cooperação

22. Se houvesse um problema de abastecimento de energia elétrica, qual é a probabilidade de que as pessoas cooperassem para tentar resolver o problema?

1. Muito provável
2. Relativamente provável
3. Nem provável, nem improvável
4. Relativamente improvável
5. Muito improvável

23. Qual é a probabilidade de uma pessoa que não participe de atividades comunitárias seja criticada ou punida?

1. Muito provável
2. Relativamente provável
3. Nem provável nem improvável
4. Relativamente improvável
5. Muito improvável

24. Quantas pessoas contribuem com tempo ou dinheiro para objetivos de desenvolvimento comuns, tais como um mutirão ou com a manutenção da sede da associação?

1. Todas
2. Mais da metade
3. Cerca de metade

4. Menos da metade
5. Ninguém

25. Suponha que ocorresse uma fatalidade com uma das pessoas da comunidade como uma doença grave, ou a morte de um parente. Qual a probabilidade de algumas pessoas se unirem para ajudar as vítimas?

1. Muito provável
2. Relativamente provável
3. Nem provável nem improvável
4. Relativamente improvável
5. Muito improvável

Informação e Comunicação

26. No último mês, quantas vezes você fez ou recebeu uma correspondência ou um recado de fora da comunidade?

_____ (quantidade)

27. Quais são as três fontes de informação mais importantes que você considera para saber notícias de modo geral?

1. Parentes, amigos e vizinhos
2. Mercado local
3. Rádio
4. Televisão
5. Grupos ou associações
6. Líderes da comunidade
7. Um agente do governo
8. ONGs
9. Outros

28. Com que frequência você ouve o rádio?

1. Todos os dias
2. Algumas vezes por semana
3. Uma vez por semana
4. Menos de uma vez por semana
5. Nunca

29. Com que frequência você assiste televisão?

1. Todos os dias
2. Algumas vezes por semana
3. Uma vez por semana
4. Menos de uma vez por semana
5. Nunca

30. Em geral, em comparação há cinco anos atrás*, o acesso à informação melhorou, piorou ou permaneceu mais ou menos o mesmo? [* ENTREVISTADOR: O PERÍODO DE TEMPO PODE SER ESCLARECIDO SITUANDO-O EM RELAÇÃO À ANTES/DEPOIS DE ALGUM EVENTO IMPORTANTE]

1. Melhorou
2. Piorou
3. Permaneceu mais ou menos o mesmo

Coesão e Inclusão Social

31. Muitas vezes há diferenças nas características entre as pessoas que moram na comunidade. Por exemplo, diferenças de riqueza, renda, posição social, origem étnica, raça, casta ou tribo. Também pode haver diferenças em relação às crenças religiosas e políticas, ou pode haver diferenças devido à idade ou o sexo. Até que ponto você diria que as pessoas são diferentes no seu bairro?

1. Extremamente diferentes

2. Muito diferentes
3. Relativamente diferentes
4. Pouco diferentes
5. Muito pouco diferentes

32. Alguma dessas diferenças causa problemas?

1. Sim
2. Não

33. Quais são as duas diferentes que mais freqüentemente causam problemas?

1. Diferenças de educação
2. Diferenças de posses de terras
3. Diferenças de riqueza/posses materiais
4. Diferenças de posição social
5. Diferenças entre homens e mulheres
6. Diferenças entre as gerações mais jovens e as gerações mais velhas
7. Diferenças entre membros novos e membros antigos
8. Diferenças de filiação política
9. Diferenças de crenças religiosas
10. Diferenças de origem étnica, raça, casta/tribo
11. Outras diferenças

34. Alguma vez esses problemas levaram à violência?

1. Sim
2. Não

35. Quantas vezes, no último mês, você se reuniu com outras pessoas para comer ou beber, em casa ou em um lugar público, dentro da comunidade?

_____ (quantidade)

36. Em geral, como você sente quando está sozinho(a) em casa?

1. Muito seguro(a)
2. Moderadamente seguro(a)
3. Nem seguro(a), nem inseguro(a)
4. Moderadamente inseguro(a)
5. Muito inseguro(a)

37. No geral, qual o impacto que você acha que tem em fazer nesta uma comunidade melhor para se conviver?

1. Um grande impacto
2. Um pequeno impacto
3. Nenhum impacto

38. Nos últimos 12 meses, quantas vezes as pessoas desta comunidade se reuniram para entregar conjuntamente uma abaixo assinado a membros do governo, ou a líderes políticos, pedindo algo em benefício para a comunidade?

1. Nunca
2. Uma vez
3. Algumas vezes (< 5)
4. Muitas vezes (> 5)

39. Alguma dessas petições teve sucesso?

1. Sim, todas tiveram sucesso
2. A maioria teve sucesso
3. A maioria não teve sucesso
4. Nenhuma teve sucesso

40. Nos últimos 12 meses, você fez alguma dessas coisas?

1. Sim

2. Não

A. Participou de uma reunião da associação, cooperativa, sindicato, ou reunião aberta ou grupo de discussão?

B. Encontrou um político, telefonou para ele/ela, ou enviou-lhe uma carta?

C. Participou de um protesto ou demonstração?

D. Participou de uma campanha eleitoral ou informativa

E. Fez alguma denúncia pública?

F. Informou a polícia ou a justiça a respeito de um problema local?

41. Muitas pessoas consideram difícil sair para votar. Você votou na última eleição?

1. Sim

2. Não

ANEXO C

PESQUISA DE CAMPO (2007) – ASSENTAMENTO MARACÁ



1



2



3



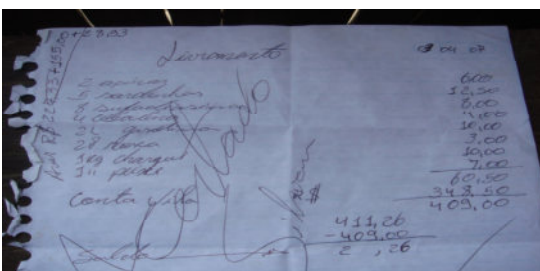
4



5



6



7



8



9



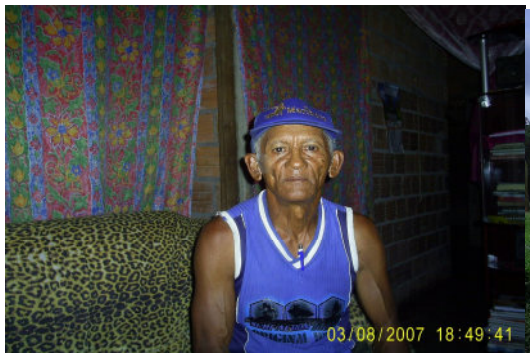
10



11



12



13



14

LEGENDA FOTOS:

1. BR 156 "CORTANDO" A VILA MARACÁ
2. DIARISTA FAZENDO A "CAMBACÃO" DA PRODUÇÃO DA CASTANHA
3. UNIDADE FAMILIAR AGROEXTRATIVISTA – ALTO MARACÁ
4. CASA DE UNIDADE FAMILIAR – ALTO MARACÁ
5. CASTANHEIRO, SR. CARLINHOS, QUEBRANDO O "OURIÇO"
6. AUTOR COM SR. LIVRAMENTO – CASTANHEIRO – ALTO MARACÁ
7. ANOTAÇÕES MERCADORIAS (AVIAMENTO)
8. UNIDADE FAMILIAR - SUBINDO RIO MARACÁ
9. SACAS DE CASTANHA PARA DEPOSITO – COMPRADOR VILA MARACÁ
10. TRANSPORTE DA CASTANHA – TRECHOS ENCACHOEIRADOS
11. FAIXA GOVERNO – INCRA – ASSENTAMENTO MARACÁ
12. CASA UNIDADE FAMILIAR – VILA MARACÁ
13. SR. "BARITO" – UM DOS ENTREVISTADOS
14. ESCOLA FAMÍLIA AGROEXTRATIVISTA – EFAEX/MA

PESQUISA DE CAMPO – RESERVA EXTRATIVISTA DO CAJARI



1



2



3



4



5



6



7



8



9



10



11



12

LEGENDA FOTOS:

1. PLACA AS MARGENS DA BR 156 – RESEX CAJARÍ
2. REUNIÃO DE CASTANHEIROS NA COMUNIDADE SOROROCA
3. VILA SANTA CLARA DO CAJARÍ
4. SEDE DA COOPERALCA
5. TRANSPORTE DE CASTANHA NA REGIÃO DO “CENTRO NOVO”
6. AUTOR NA “COLOCAÇÃO” DO SR. “SABAZINHO” – CENTRO NOVO – ALTO CAJARÍ
7. VILA DE AGUA BRANCA DO CAJARÍ
8. PESQUISA NA VILA ACAIZAL ACOMPANHADO DO SR. FRANCISCO
9. PESQUISA NA CASA DO SR. PEREIRA – COMUNIDADE MARINHO
10. “CARTEIRINHA” DE AGROEXTRATIVISTA DA RESEX CAJARÍ – EMITIDA PELA ASTEX/CA
11. ESCOLA MUNICIPAL COMUNIDADE DO MARTINS
12. CASTANHEIROS ENTREVISTADOS: “SERRA”, “TIO MACA”, THIAGO E “JACAMIM”

PESQUISA DE CAMPO RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL – RDS I



1



2



3



4



5



6



7



8



9



10



11



12

LEGENDAS FOTOS:

1. PESQUISADORES CHEGANDO AO "PORTO SABAO" RUMO A VILA SÃO FRANCISCO
2. CHEGADA NA VILA SÃO FRANCISCO
3. ALTO RIO IRATAPURÚ. CASTANHAS ENSACADAS PARA ESCOAMENTO
4. PESQUISADORES SUBINDO O RIO. AO FUNDO CASTANHEIROS DESCENDO COM A PRODUCAO
5. COLOCAÇÃO NO ALTO IRATAPURÚ. BARRACO NA COLOCAÇÃO DO SR. GORDINHO.
6. DESCENDO O RIO. ENCONTRO COM CASTANHEIRO. ANOTANDO RECADO PARA A VILA
7. DESCENDO TRECHO ENCACHOEIRADO – PANELAS
8. ESCOLA 1ª A 4ª SERIE VILA SÃO FRANCISCO
9. PESQUISADORES FRANCESES EM PÉ A DIREITA. TREINAMENTO MANUSEIO GPS PARA JOVENS DA VILA SÃO FRANCISCO
10. ALUNOS DA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL
11. CASTANHA-DO-BRASIL, QUEBRADA PARA PROCESSAMENTO EM ÓLEO
12. COOPERADOS E CONTRATADOS QUEBRANDO A CASTANHA - COMARU